Karla de Amorim

Da intenção à ação:
O Ministério da Fazenda no Governo Dutra (1946-1950)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do Grau de Mestre.

Orientador: Edgard Carone

São Paulo
1999

AMORIM, Karla de
Das intenções às ações: Das intenções às ações:
O Ministério da Fazenda no Governo Dutra (1946-1950). - São Paulo: USP, 1999.
199p:il.; 30 cm.
Dissertação de Mestrado em História Econômica, sob a orientação do Prof Dr Edgard Carone.
Bibliografia: p.195
1. Brasil - História - século XX. 2. Política econômica do Governo Dutra. 3. Economia brasileira no pós-guerra. 4 História Econômica.

A memória de meu pai, de Alexandre, do Dr Orlando e de todos aqueles que, através deste trabalho e por causa dele, tornaram-se presentes.

Agradecimentos

Percorrer a estrada sinuosa desta pesquisa histórica representou a caminhada decidida "pela estrada que, ao findar ,(foi) dar em nada do que eu pensava encontrar". Sobre este percurso dialético, surpreendente e , muitas vezes, temerário, seria possível contar também uma outra história, além daquela descrita nas páginas seguintes. Esta foi construída a partir de idas e vindas, em que vários caminhos se cruzaram, na busca de experiências e informações, redimensionadas em cada encontro e despedida. Alguns personagens, presentes em breves momentos, talvez não recebam a devida acolhida nestas sumárias linhas, normalmente pouco apreciadas pelos leitores mais apressados. Todavia, desde já, reconheço as deficiências de narradora e personagem desta "outra" história.

O tempo garantiu e sedimentou algumas relações que tiveram início, ou se prolongaram, com esta pesquisa, testando amizades e valores. Neste sentido, haveria muito para contar sobre várias experiências memoráveis. No entanto, para muitos, estas lembranças podem ser vistas como mera formalidade. Talvez só importem e façam sentido para aqueles diretamente envolvidos nesta jornada. Entre estes, incluo Katia, minha irmã, e os companheiros Wagner, Kátia Valéria, Marquinhos, Nely, Maristela, Pedro, Claudia e Binha, por terem acreditado em minha capacidade intelectual e profissional quando esta se constituía basicamente de dúvidas e incertezas.

Quanto aos momentos difíceis, que não foram poucos, são dignos de lembrança os amigos Bernardete, Álvaro e o pequeno Gabriel, que não pouparam tempo e paciência para que este trabalho chegasse a bom termo. Pela perseverança e benevolência sou grata a Zuleika, que incluiu-me em seus planos de vida. Pelo aprofundamento dos conhecimentos sobre meus limites e fragilidades, devo muito à José Augusto e à Everton. Aos colegas de mestrado Adauto, Marcos Cordeiro, Muniz, Maurício, Italo, Fernanda, Sergio Chaun, que se fizeram presentes em vários momentos, de diferentes maneiras. Às

colegas da Menezes Cortes, especialmente à Rosa, Maristela, Katia, Maria José e Marcia, que ainda têm prazer em aprender. À amiga e companheira Luciene, por dividir as melhores vivências e os dilemas mais intensos que envolveram as idas e vindas através da "via Dutra".

Ao meu orientador Edgard Carone, pela compreensão e gentileza que sempre estiveram presentes. Aos professores Geraldo Beauclair, Wilson Barbosa, Werner Altman, César Honorato, Fausto Saretta, Sergio Braga, que me ensinaram a aprender. Ao professor Carlos Gabriel, pela lição de humildade e perserverança que me ajudou a construir. Cabe lembrar, ainda, daqueles "sem vez nem voz", que resistiram aos duros anos de guerra, e que viveram uma conjuntura de privações e esperanças sem desistir de acreditar que dias melhores viriam.

Por fim, sem as instituições de pesquisa, Biblioteca Nacional, Biblioteca e Arquivo da Firjan, Fundação Getúlio Vargas, Biblioteca do Ministério da Fazenda (e seus funcionários), e o programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, não teria sido possível a realização deste trabalho.

"O político em ação é um criador, um suscitador; mas não cria do nada, nem se move no vazio túrbido dos seus desejos e sonhos. Baseia-se na realidade fatual. Mas, o que é esta realidade fatual? É talvez algo de estático e imóvel, ou não é antes uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio?Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se numa determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para levá-la ao triunfo, é sempre mover-se no terreno da realidade fatual, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso)". ***Antonio Gramsci****, 1976, p. 43*

Sumário

Resumo em Vernáculo 9
Resumo em língua Estrangeira 10

Introdução 11

Capítulo 1: A Segunda Guerra Mundial e o Governo Vargas 30
1.1 - As relações internacionais e a nova ordem mundial no pós-45 30
1.2 - A economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial 38
1.3 - A política brasileira no final da Segunda Guerra Mundial 46
1.4 - A conjuntura política de 1945 53
Capítulo 2: A Gestão de Gastão Vidigal 65
2.1 - Um paulista na Fazenda 65
2.2 - A abertura às importações 68
2.3 - A reforma da lei de lucros extraordinários 72
2.4 - A autonomia do Executivo durante a gestão Gastão Vidigal 78
2.5 - Os limites da atuação de Gastão Vidigal 82
2.6 - O capital extrangeiro e o Decreto-Lei 9.025 87
2.7 - As razões da reforma da lei de lucros extraordinários 94
Capítulo 3: A Gestão de Correia e Castro 104
3.1 - A reforma Ministerial 104
3.2 - Um fluminense no Ministério da Fazenda 110
3.3 - O novo Ministro da Fazenda e as primeiras medidas 117
3.4 - O acordo interpartidário PSD-UDN 126
3.5 - A organização dos trabalhadores e o PCB 131
3.6 - A nova fase política 136
Capítulo 4: A Gestão de Guilherme da Silveira 147
4.1 - A crise do ministério Correia e Castro 147
4.2 - O Presidente do Banco do Brasil assume o Ministério da Fazenda 154
4.3 - A conjuntura do último ano de governo e a atuação de Guilherme da Silveira 162
4.4 - O esgotamento das divisas e sua repercussão política 166
4.5 - As razões do afastamento de Correa e Castro 172
4.6 - A gestão da economia a partir de junho de 1949 178
Considerações Finais 192
Bibliografia 195

Resumo

A presente pesquisa objetiva analisar o discurso e as ações da principal instância decisória do poder Executivo durante o Governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), no tocante a elaboração das políticas econômicas: Ministério da Fazenda. Ao longo deste governo três diferentes ministros foram responsáveis por esta pasta, articulando, anunciando e implementando medidas econômicas que estiveram condicionadas pelas expectativas e demandas da sociedade brasileira, principalmente pelas frações das classes dominantes, que se articularam em 1945 e deram sustentação a este governo. A instabilidade política e social do período também interferiu dessas políticas econômicas, que caracterizaram-se por ações de conteúdo emergencial e pela ausência de um plano econômico estrutural.

Abstract

This present search want to analise the speech and the actions of the main decision instancy of the executive power during the governament of Eurico Dutra (1946-1950), moving to the elaboration of politicals economicals: the Ministry of Finance. During this governament three diferents ministers were responsables for this duty, articulation, enuciation and implement economical measures that were conditioned by expectancy of brazilian society, principally by the fraction of dominat classes, that were articulated in 1945 and gave support to this governament. The political and social instability of this period influenced in the elaboration of these economicals politicals, that were characterized by actions of emergency and by the alsence of a economic estrutural plain.

INTRODUÇÃO[1]

Os anos quarenta deste século deixaram um legado que continua a repercutir na vida econômica, social e política do Brasil. O término da Segunda Guerra Mundial, com a derrota das potências do Eixo, traduziu-se em acordos que visavam evitar novos confrontos bélicos de grande escala e procuravam impedir que uma nova crise econômica, nas proporções daquela ocorrida nos anos trinta, pudesse propiciar o ressurgimento de regimes totalitários[2].

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e os acordos de Bretton Woods, com a posterior instituição do Fundo Monetário Internacional, constituem exemplos da preocupação e dos esforços realizados no sentido de regular as relações internacionais no plano político e econômico. Buscava-se a paz, ainda que armada e negociada, e a reestruturação das economias nacionais dentro do campo capitalista, agora sob hegemonia dos EUA.

Os gastos com armamentos e exércitos legaram dívidas e despesas aos países envolvidos no conflito, além de uma enorme escassez de matérias-primas e de bens de consumo. Em diversas nações do ocidente o horror à guerra também contribuiu para o retorno da crença em um mundo onde somente os regimes democráticos garantiriam a paz entre os povos.

Para muitos observadores, uma séria crise econômica, de proporções mundiais, poderia ocorrer no pós-guerra, como havia acontecido ao final da Primeira Guerra Mundial. Esta crise propiciaria, novamente, a "vitória de regimes nacionalistas, belicosos e agressivos", como os que emergiram no Japão e na Alemanha, nos anos da 'Grande Depressão'[3].

O objeto deste estudo situa-se neste período bastante singular da História Mundial e consiste nas políticas econômicas implementadas pelo governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950). Estas são entendidas como tais a partir das propostas e ações dos Ministros da Fazenda deste governo. O resgate das intenções e das medidas adotadas foi feito através do discurso e das ações dos três ministros que ocuparam a pasta da Fazenda ao longo do período, e de sua repercussão junto à sociedade brasileira daqueles anos.

A vida política deste momento histórico foi marcada pela instabilidade e por rearranjos entre as várias frações das classes dominantes no Brasil. Entretanto, o governo que assumiu o país no imediato pós-guerra não tem sido privilegiado pelos historiadores. A intenção deste estudo é contribuir para a superação deste estigma. Para tanto, alguns pontos precisam ser melhor compreendidos, pois ao considerá-los detidamente, com certeza esta conjuntura deixará de ser preterido como objeto fundamental de análise para o desvelamento da história do Brasil contemporâneo. Desse modo, o presente estudo tem como objetivos:

Identificar as medidas econômicas implementadas ao longo do governo Dutra; analisar as propostas e ações deste governo que tiveram origem no Ministério da Fazenda[4]; perceber o sentido e o objetivo de tais propostas e ações, relacionando-as às condições dadas pelas forças políticas que sustentavam o governo Dutra, ou que a este se opuseram.

Para tal, importa considerar que neste momento histórico ainda estavam sendo estruturadas a hegemonia econômica e política norte-americana, bem como o livre comércio e o livre cambismo proposto através dos acordos de Bretton Woods, em 1944. Internamente, a expectativa de alguns setores agro-mercantis – e até mesmo de certos setores industriais - era de um pós-guerra promissor, com o incremento da produção e do consumo em nível mundial. Para muitos, a interferência do Estado no sistema econômico deveria ser reduzida, já que numa época de paz, a democracia política deveria ser acompanhada pela democracia econômica.

O governo Dutra representa uma conjuntura de rearticulação política e econômica, que tornava necessária a adoção, por parte do Estado, de ações que dessem conta das questões internas e externas, mas que o governo não conseguiu implementar. Isto porque estas ações estavam integradas às exigências de caráter econômico e vinculadas às condições dadas pelas forças políticas que sustentavam o governo ou que a este se opuseram. Assim, o sentido e objetivo das políticas econômicas foi dado pelas forças políticas que sustentavam e direcionavam as ações estatais.

O destaque dado à pasta da Fazenda justifica-se na medida em que este era o órgão do Executivo com a função específica de atuar sobre a esfera econômica. A extinção de vários órgãos, criados durante o governo Vargas com a finalidade de estudar os problemas da produção e distribuição e propor soluções para alguns setores econômicos, contribuiu para concentrar no Ministério da Fazenda as funções de planejamento e execução das medidas de caráter marcadamente econômico. Com isso, os ministros da Fazenda do período acabaram por concentrar grande poder no tocante às políticas econômicas encetadas.

A presença marcante de Getúlio Vargas no cenário político nacional, a frente do governo desde 1930 e durante a primeira metade dos anos cinqüenta, explica em parte o esquecimento em que o governo Dutra foi deixado[5]. Entretanto, é importante considerar que durante os anos 1946-50 teve início uma nova fase política no Brasil. Ainda que sejam questionados os limites da redemocratização no pós-1945, uma série de transformações ajudou a construir uma nova articulação de poder entre os segmentos dirigentes do Estado brasileiro.[6]

A peculiaridade destes anos pode ser encontrada na importância política que passaram a ter os trabalhadores urbanos, na organização dos partidos políticos nacionais, no crescimento do Partido Comunista - posteriormente, posto na ilegalidade - e na elaboração e promulgação de uma nova Constituição de características liberais. Estes fatores foram privilegiados pelas análises de cientistas políticos, na busca das origens da democracia brasileira.

Todavia, as transformações do cenário político nacional podem também contribuir para a compreensão das medidas econômicas implementadas na administração do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1950). Curiosamente, os estudos concernentes à economia brasileira destes anos não tem garantido papel de destaque às mudanças políticas então vividas. Ainda que alguns economistas procurem considerar aspectos sociais e políticos em suas análises, a política econômica do imediato pós-guerra vem sendo abordada, predominantemente, como fruto da relação entre os limites econômicos internos e os condicionamentos da política e economia mundiais.

A análise das restrições e imposições da política nacional durante o governo de Eurico Dutra pode contribuir para o resgate de uma conjuntura interna que merece mais atenção. O pequeno destaque que tanto o senso comum como a historiografia tem garantido

a este governo parece demonstrar que os historiadores não estão isentos da influência do imaginário popular. Infelizmente, o destaque que a figura pessoal de Getúlio Vargas conquistou na sociedade brasileira ajudou a produzir este efeito.

O mito Vargas, construído não somente por sua equipe durante o Estado Novo, conduziu a avaliações distorcidas do processo histórico. Para muitos, as transformações ocorridas na economia e sociedade brasileiras dos anos 30/40 foram provocadas pela figura pessoal de Getúlio Vargas. Este tipo de interpretação, além de não levar em conta o processo histórico então vivido, propicia um distanciamento dos sujeitos históricos que poderiam e deveriam ser priorizados.[7]

Com isso, cria-se a visão de que o momento posterior a este não seria a continuidade de um processo mas "...um corte que interrompe um caminhar seguro e linear, posto que já traçado"[8]. E esta vem sendo a ótica que ainda predomina a respeito dos anos 1946-1950: a de que boa parte das conquistas econômicas e sociais obtidas durante o governo Vargas teriam sido desperdiçadas ou mesmo perdidas ao longo da administração Dutra.

Este tipo de avaliação sobre a gestão de Eurico Dutra pode ainda ser relacionada com o desenvolvimentismo, que teve sua origem como pensamento hegemônico durante estes anos. Até então as classes dominantes não haviam chegado a um consenso quanto a um projeto de crescimento para o país. Os problemas econômicos advindos com a crise mundial de 1929 e a Segunda Guerra foram enfrentados através de planos setoriais e ações emergenciais e provisórias, justificados como imprescindíveis dada a excepcionalidade do período[9].

Entretanto, o fim da guerra e a nova ordem internacional obrigaram as diversas frações das classes dominantes a organizar-se, na busca de soluções para os

problemas que a economia brasileira enfrentava. O pragmatismo foi o caminho encontrado pelo governo Dutra. Mas, ainda no transcorrer desta administração, as propostas que vinculavam o desenvolvimento ao planejamento global da economia ganharam destaque. Obviamente. os resultados das medidas econômicas deste governo tiveram grande influência neste processo.

Durante os governos posteriores o desenvolvimentismo passou a representar uma ideologia hegemônica para governantes e governados, transformando-se num novo mito sobre o qual não poderiam existir dúvidas ou entraves. Desse modo, o que pudesse ameaçar este ideário deveria ser encarado como suspeito. Era preciso, então, que o desenvolvimentismo fosse percebido como uma continuidade desde os anos trinta, quando Vargas assumiu o poder.[10]

De acordo com esta visão, a partir dos anos trinta teria se iniciado uma nova fase na economia brasileira, com intervenção e planejamento governamental, estímulo à industrialização e crescimento do mercado interno. O desenvolvimento ocorrido nesses anos teria sofrido, segundo esta ótica, uma desaceleração durante os anos 1946-1950, em função das ações estatais.

Nesta lógica, a gestão de Eurico Dutra aparece como apenas um interregno liberal, marcado por equívocos que impediram a continuidade do crescimento e a prosperidade no país[11]. Os "erros" de suas políticas econômicas seriam explicáveis pelo pragmatismo adotado a partir de então, em substituição ao planejamento da Era Vargas. O caráter emergencial das ações implementadas teria contribuído para o aumento dos desequilíbrios econômicos no País. Entretanto, é importante lembrar que estas ações refletiam os interesses políticos e econômicos daquela conjuntura.

Este tipo de interpretação sobre as medidas econômicas adotadas durante os anos 1946-50 acaba por tornar-se teleológica. Isto porque traz em si uma visão de política econômica que só viria a solidificar-se posteriormente, com a hegemonia do ideário e das práticas desenvolvimentistas. Desse modo, a ideologia desenvolvimentista acabou produzindo uma "sombra" sobre o período, desconsiderando o momento histórico e sua especificidade. Esta contribuiu para que diversas análises referentes ao governo Dutra se tornassem reféns de preconceitos que dificultam uma interpretação mais cuidadosa sobre o tema.

O resgate das intenções e ações divulgadas e implementadas por este governo, especialmente no plano econômico, torna-as um objeto de análise que não deve prescindir da visão processual característica do pensar historicamente. Através deste último é possível "enxergar" a realidade como movimento e complexidade que não pode ser "congelada" no passado ou isolada dos momentos anterior e posterior.[12]

O olhar do historiador permite que sejam considerados não somente a conjuntura específica do imediato pós-guerra, mas também o período embrionário do desenvolvimentismo - os anos trinta - e sua excepcionalidade frente aos desafios da crise mundial eclodida em 1929. A visão histórica não prescinde da observação sobre o imediato pós-guerra no contexto mundial, quando uma nova ordem econômica foi proposta às nações recém-saídas do conflito. Entretanto, ao considerar os fatores internos, possibilita que sejam apurados os desafios enfrentados na segunda metade dos anos quarenta no Brasil e sua íntima relação com a hegemonia conquistada pelo desenvolvimentismo a partir de então.

Desse modo, torna-se mais que relevante a produção intelectual dos historiadores sobre o imediato pós-guerra no Brasil. A pesquisa histórica sobre este

período, tanto quanto sobre o governo Dutra, é ainda bastante escassa, apesar de estudiosos de ciência política, economia e sociologia freqüentarem constantemente o período e o tema. A utilização do método histórico na análise deste objeto - que, para muitos, devido a sua proximidade temporal, parece não pertencer à história - pode enriquecer sua compreensão, já que somente através deste método é possível compreender o movimento e a complexidade do processo histórico, bem como a singularidade da conjuntura abordada.[13]

A análise do discurso e das ações estatais, especialmente as econômicas, durante o governo Dutra, são de fundamental importância para a compreensão das transformações ocorridas durante o imediato pós-guerra no Brasil e seus desdobramentos posteriores. Todavia, a escassez de textos focalizando estes anos é justificada por este ser considerado um período de transição política e econômica. Entres os principais textos destacam-se as análises de Draibe (1985), Vianna (1987) e Saretta (1990).[14]

O estudo empreendido por Draibe (1985) insere o governo Dutra numa reflexão mais ampla sobre a formação das estruturas capitalistas do Estado brasileiro. O interesse da autora concentra-se no papel do Estado no processo de industrialização e nas relações entre o Estado e a economia. Sua análise conclui que a direção econômica do Estado era politicamente determinada pelas forças políticas que davam sustentação ao Executivo, em especial à Presidência. A visão da autora quanto a estruturação do Estado brasileiro, entre 1930-1960, foi incorporada à esta análise sobre as propostas e ações implementadas durante o governo Dutra. Entretanto, Draibe reconstitui o período 1946-1950 a partir de fontes oficiais, tais como leis, decretos-lei, boletins.

O texto de Vianna (1987) analisa a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954). Sua reflexão tem início com a descrição da política econômica implementada no governo Dutra, na medida em que o autor considera serem alguns

elementos desta fundamentais para a compreensão do seu objeto. Contudo, Vianna utiliza predominantemente fontes secundárias e tem como foco a política de comércio exterior e cambial do governo Dutra.

O texto de Saretta (1990) tem como objeto a política econômica do governo Dutra. A análise que propõe tem, entre seus méritos, destacar a importância destes anos para a economia brasileira, especialmente no tocante à industrialização. A reflexão empreendida pelo autor auxiliou a fundamentação desta dissertação. Esta conclui que o discurso liberal deste governo teve um sentido mais retórico que real e que inexistiu um programa de ação definido ao longo da gestão Dutra. Saretta aborda questões econômicas, relacionando estas às questões políticas da conjuntura 1946-1950.

Todavia, este autor não se propõe a uma análise que articule estes dois elementos ao longo de todo o período em questão. Sua abordagem destaca as ações dos três ministros da Fazenda do governo Dutra, indicando as propostas e os resultados da política econômica destes anos. E permite ainda a este concluir que as autoridades realizaram uma avaliação 'defeituosa' da situação econômica.

Sem discordar substancialmente de tais elaborações, a presente pesquisa propõe uma articulação contínua entre as esferas econômica e política, resgatando ao longo do cotidiano desta conjuntura a imbricação destes dois elementos, bem como observando a articulação entre o discurso e a prática governamentais, especificamente através das proposições e ações dos Ministros da Fazenda do governo Dutra. Com isso, foi possível investigar as afirmações de Saretta, através de um conjunto diverso de fontes.

Esta análise permitiu a confirmação de suas principais conclusões, e uma outra versão para o que este autor denominou de uma "defeituosa avaliação da situação econômica" mundial e nacional por parte do governo. Ao concluir que o governo fez uma

avaliação imprópria das condições econômicas internacionais e domésticas, Saretta fundamenta-se na idéia de que o governo decidiu e propôs medidas com grande autonomia. Entretanto, cabe aqui considerar que, segundo Draibe, a direção econômica do Estado estava politicamente determinada pelo campo de forças políticas que sustentavam o governo. Portanto, a autonomia do Executivo baseava-se num equilíbrio político instável, que diminuía e direcionava as suas propostas e ações.[15]

Estas considerações reiteram a importância dos anos 1946-1950 na história do Brasil contemporâneo. Refletir sobre uma conjuntura tão marcante e complexa exige uma atenção redobrada para que se possa perceber o que representa continuidade e o que significa ruptura com a ordem anterior, iniciando novos direcionamentos para o País. Um período tão curto requer uma observação cuidadosa do processo de transformações históricas, econômicas, sociais, políticas, e até culturais, no qual este estava inserido.

Assim, é preciso ter em conta que os anos trinta representaram um momento crucial para o processo de formação do Estado Nacional, através dos arranjos entre antigas e novas frações da classe dominante, que tentavam compor uma aliança para governar o País. Estes "arranjos" promoveram uma saída autoritária para a gestão da política. Em 1945, esta aliança foi rompida porque alguns setores desejavam ter mais espaço político dentro da esfera estatal.

Os capítulos seguintes analisam as relações internacionais e a política e economia brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial, bem como as propostas e ações de política econômica ao longo do governo Eurico Gaspar Dutra. A descrição e interpretação minuciosa das medidas implementadas por cada um dos três ministros que ocuparam a pasta da Fazenda fez-se necessária, na medida em que marcaram três diferentes conjunturas políticas e econômicas, e três estratégias diversas de atuação.

Esta análise foi pautada basicamente pelo discurso e pelas medidas implementadas por esses agentes, pois através destes se evidenciam os projetos políticos-econômicos que as várias frações das classes dominantes desejavam tornar hegemônicos sobre a sociedade brasileira. Pode-se questionar a validade da análise econômica através do discurso político, na medida em que os elementos eminentemente econômicos são considerados relevantes em função das necessidades políticas. Contudo, Fonseca (1989) argumenta que:

> Por diferentes razões tem-se negado ou subestimado a validade do estudo do dicurso como uma rica fonte nos estudos históricos, principalmente na chamada área de História Econômica. Esta passou a ser entendida como econômica à medida que o pesquisador tão-somente manipule dados, projeções e simulações de 'variáveis econômicas', no sentido mais restrito do termo. Seus estudos, assim, a rigor, dispensariam qualquer marco metodológico que não o quantitativo, aceito como o próprio resultado final da pesquisa e não como meio de se procurar a reconstituição de tendências e de evidenciar proposições bem mais complexas. Estas ficaram restritas às grandes obras que, por pressupostos metodológicos diferentes, servem como marco: é o caso das obras clássicas de Caio Prado Jr., Celso Furtado, Raymundo Faoro e Nelson Werneck Sodré, entre outras.
> Entende-se que cabe a História Econômica, sem negligenciar qualquer instrumental, investigar também questões não de imediato quantificáveis, mas nem por isso menos relevantes para a compreensão da economia de um país em sua complexidade, como as várias instâncias de poder, a constituição das classes sociais, as justificativas dadas às políticas econômicas implementadas, o papel do Estado etc.[16]

Partindo destas considerações, este estudo procura conceber a política econômica do imediato pós-guerra no Brasil como resultante de uma nova articulação das frações das classes dominantes que assumiram o Estado a partir de 1946. Deste modo, as 'variáveis econômicas' ganham um outro sentido, mais amplo, na medida em que auxiliam a compreensão da realidade política e social que se construiu a partir de então. Estes dados econômicos podem ser considerados, nesta ótica, também elementos políticos, já que sua manipulação ajudou a construir uma determinada explicação sobre a realidade pretérita, ou referendar um projeto econômico futuro. Neste caso, são parte relevante do discurso político, que necessita destes dados para ganhar consistência.

Portanto, nesta análise, cabe salientar que a observação do discurso e das medidas implementadas pelo governo não pode ser desvinculada da realidade econômica e social. Estes são parte integrante de uma mesma totalidade dinâmica e contraditória, na qual a autonomia da esfera política é apenas "aparente", na medida em que esta "...só tem existência real interagindo com outros fatores".[17]

Neste sentido, as propostas divulgadas pelo governo são, ao mesmo tempo, causa e efeito da conjuntura política e econômica do País. Neste discurso estão contidos elementos da realidade histórica vivida e percebida por seus agentes, expressando um conjunto de idéias a respeito de fatos concretos. Desse modo:

> A validade do estudo do discurso passa, necessariamente, pela afirmação da relevância da ideologia e dos fatos políticos. Pressupõe que em cada momento histórico específico os homens, diferenciados por interesses concretos, têm diferentes interpretações e propostas para conservar ou alterar a realidade. Defrontam-se, pois, com vários possíveis futuros. Suas ações e percepções são, conseqüentemente, fundamentais para compreender o processo histórico e os resultados. Ou, como afirma Chauí, 'a ideologia não é sinônimo de subjetividade oposta à objetividade, não é pré-conceito nem pré-noção, mas é um 'fato' social justamente porque é *produzida* pelas relações sociais, possui razões muito determinadas para surgir e se conservar, não sendo um amontoado de idéias falsas que prejudicam a ciência, mas uma certa maneira de produção de idéias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas das relações sociais'.[18]

Ao considerar o discurso como uma manifestação da ideologia, este não deve ser tratado, portanto, como um mero "falseador" da realidade. Ao contrário, ele revela uma dada percepção desta, uma de suas faces, a partir da lógica de quem o articula. Para resgatá-lo do passado, é fundamental considerar tal premissa, ou seja, a de que o discurso "...não é capaz de evidenciar a si próprio", necessitando de outros elementos para ser compreendido.[19]

Com isto, faz-se necessário um método, que possa conduzir a análise das propostas e das ações estatais durante os anos 1946-1950, garantindo-lhes uma função

relevante neste contexto histórico. Neste sentido, a história é percebida como um processo contraditório e conflituoso que, no entanto, possui uma unidade. Através da reconstrução do processo histórico é possível compreender os "...fatos que são postos *no* e *pelo* processo histórico concreto".[20]

Ao considerar que a história é um processo, é preciso conceber que os fatos políticos, econômicos, sociais e mesmo 'psico-sociais' ocorrem e interagem dentro da mesma realidade. Seus desdobramentos não podem ser apreendidos previamente, bem como não podem ser interpretados de maneira estanque e isolada dos demais acontecimentos. Estas afirmações, ainda que possam parecer óbvias para alguns, tornam-se mais que relevantes na medida em que, neste estudo, o discurso ganha destaque, sendo analisado juntamente com as ações implementadas pelo governo. Desta perspectiva, a política econômica do governo Dutra constitui-se de propostas anunciadas e medidas implementadas durante os anos de 1946-1950.

As intenções do governo e sua conseqüente repercussão sobre a sociedade contribuem para definir a atuação deste nos assuntos econômicos. As propostas anunciadas refletem a ideologia das frações das classes dominantes que tem "vez" e "voz" no aparelho estatal. Estas propostas não desconsideram, porém, as reivindicações das classes subalternas, especialmente por sua crescente importância no cenário político do imediato pós-guerra.

Para empreender uma análise das políticas econômicas do governo Dutra, tornou-se fundamental acompanhar o cotidiano da vida político-social brasileira ao longo dos cinco anos desta gestão. Isto exigiu uma investigação cuidadosa em jornais de grande circulação nacional. A princípio, o objetivo desta pesquisa era resgatar as decisões que

dissessem respeito à orientação que o governo federal dava à economia. Seria importante, também, observar a sua repercussão, através dos comentários e críticas à estas decisões.

No entanto, acompanhando diariamente os acontecimentos políticos e sociais do imediato pós-guerra, foi possível perceber uma grande instabilidade no plano político, ocasionada, entre outros fatores, pelo fim do regime estadonovista e pela direção que o governo Vargas imprimiu à economia brasileira. Através da imprensa, discutiam-se os rumos que deveria seguir a economia no pós-guerra, enquanto ganhavam espaço as criticas à política econômica encetada durante o Estado Novo. Uma "aversão" ao intervencionismo destes anos expressou-se através de articulistas, que procuravam identificar neste e no desequilíbrio econômico a incompetência para governar de Getúlio Vargas.

A pesquisa demonstrou que as medidas econômicas não deveriam ser analisadas sem que fosse observada, também, a correlação de forças no plano político. Portanto, esta incluiu a leitura de relatórios oficiais e periódicos da época.[21] Através desta foi possível selecionar notícias, artigos e declarações de membros do governo, especialmente dos três ministros da Fazenda do período. A seleção das fontes foi realizada tendo como critério a capacidade das mesmas de permitir uma "reconstrução" da conjuntura política e econômica daqueles anos.

A inclusão de jornais de grande circulação e de uma revista especializada em assuntos econômicos entre as fontes consultadas foi realizada com o objetivo de "enriquecer" a análise, propiciando uma abordagem que incluísse informações e opiniões de outras correntes. Estes elementos contribuíram para que fossem percebidas as repercussões das propostas e medidas governamentais, bem como o modo e o ritmo que estas obedeceram na referida conjuntura.

Os jornais selecionados foram: a **Folha da Manhã**, editada em São Paulo,

estado onde estavam situadas a maior parte das indústrias nacionais e uma parcela significativa dos produtores de gêneros agrícolas e pecuários para exportação; o **Jornal do Commercio**, publicado no Rio de Janeiro (DF), que destacava especialmente assuntos de ordem econômica e financeira. A revista consultada foi **O Observador Econômico e Financeiro**, especializada na discussão de temas ligados à política econômica nacional e aos assuntos de ordem econômica e financeira internacionais. Além destes, foram consultados os relatórios anuais do Ministério da Fazenda e do Banco do Brasil, que têm caráter oficial, e forneceram subsídios para a pesquisa por seu discurso e pelas informações divulgadas.[22]

A conjuntura política e econômica dos anos 1946-1950 resultou dos eventos e decisões que marcaram o cenário mundial e nacional, através dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, e de sua influência no Brasil ao longo dos anos finais do Estado Novo. A instabilidade política, presente especialmente durante os primeiros anos do governo Dutra, e os estreitos limites da produção e oferta de gêneros, foram propiciados pelo posicionamento brasileiro diante do segundo conflito mundial.

Por conta destes fatores, o primeiro capítulo desta análise procura reconstituir alguns fatos marcantes, mundial e nacionalmente, ao longo da Segunda Guerra Mundial. Neste são "reconstruídas" as relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante a primeira metade dos anos quarenta, tanto da perspectiva político-militar quanto econômica. Estas duas esferas articularam-se, ajudando a definir os rumos da política internacional brasileira ao longo deste período. Através deste é explicitado também que o fim da guerra propiciou o esgotamento do regime estadonovista, incrementando as insatisfações políticas e permitindo que os problemas econômicos fossem abordados de maneira mais incisiva.

O segundo capítulo aborda o início do governo Dutra, quando o Executivo gozou de prerrogativas para legislar autonomamente, posto que no Congresso estava instalada a Assembléia Constituinte. Até setembro de 1946 o Presidente e sua equipe legislaram sem a interferência dos deputados e senadores, em função de uma emenda à Carta de 1937, garantindo ao Executivo uma maior autonomia em comparação às condições do restante do governo Dutra. Durante estes oito meses o Ministro da Fazenda foi Gastão Vidigal, um banqueiro paulista, que ocupou cargos no Executivo durante o governo Vargas.

Suas propostas e medidas objetivaram soluções imediatas para as demandas por maior oferta de bens de consumo e de capital. Entretanto, as ações que anunciou e implementou, através das sanções do Presidente Dutra, descontentaram vários segmentos das classes dominantes. Neste sentido, a nova Constituição propiciou também uma reforma ministerial, através da qual o governo procurou articular uma aliança com a oposição conservadora.

O terceiro capítulo trata da conjuntura que se segue à promulgação da Carta de 1946. A posse do segundo Ministro da Fazenda do período ocorreu ainda no último trimestre de 1946. O novo ministro escolhido foi Pedro Luis Correia e Castro, um banqueiro fluminense que anunciou um conjunto de medidas para solucionar os principais problemas econômicos daquela conjuntura. Às vésperas das eleições para os Executivos e Legislativos estaduais – e complementares para o Congresso Nacional – as propostas do Ministro Correia e Castro incluíam uma reforma bancária e fiscal, que dependiam dos deputados e senadores para serem implementadas.

Todavia, as críticas à sua gestão somaram-se às expectativas frustradas quanto aos empréstimos estrangeiros. Ao longo do Ministério Correia e Castro a instabilidade política reduziu-se, face à aliança entre a UDN e o PSD e ao fato do PCB ter

sido posto na ilegalidade, bem como o mandato de seus parlamentares ter sido cassado. A política econômica encetada frustrou, contudo, segmentos que desejavam a ampliação dos créditos. A reforma tributária equilibrou o orçamento mas foi insuficiente para solucionar os déficits públicos de modo permanente.

Finalmente, o quarto capítulo procura desenvolver uma reflexão sobre os acontecimentos que propiciaram a substituição do Ministro Correia e Castro e a conseguinte gestão do terceiro ministro da Fazenda. O nome escolhido foi Guilherme da Silveira Filho, que presidiu o Banco do Brasil durante os primeiros anos do governo Dutra. Sua gestão caracterizou-se por uma política creditícia menos rígida que a de seu antecessor. Cabe salientar que este foi o último Ministro da Fazenda deste governo, assumindo numa conjuntura de campanha presidencial, o que dificultava suas ações, principalmente no que se refere às contenções de gastos e ao controle orçamentário.

---

[1] Esta dissertação foi elaborada tomando por referência os critérios normativos contidos em Bastos (1998).

[2] De acordo com o discurso liberal, as ideologias totalitárias seriam as formas de governo contrárias ao Estado Liberal. Paulo Sandroni esclarece que a doutrina do liberalismo defende a mais ampla liberdade individual, a democracia representativa com separação e independência entre os três poderes (executivo, legislativo e judiciário), o direito inalienável à propriedade, a livre iniciativa e a concorrência como princípios básicos capazes de harmonizar os interesses individuais e coletivos e gerar o progresso social.(Sandroni, 1998, p.196)

[3] Segundo Eric Hobsbawn: "a quase simultânea vitória de regimes nacionalistas, belicosos e agressivos em duas grandes potências militares - Japão (1931) e Alemanha (1933) - constituiu a conseqüência política mais sinistra e de mais longo alcance da Grande Depressão. Os portões da Segunda Guerra Mundial foram abertos em 1931." (Hobsbawn, 1995, p.108)

[4] Nesta análise estão incluídos o discurso e as ações governamentais no sistema econômico nacional, bem como suas repercussões junto às frações das classes dominantes e subalternas, através da grande imprensa e da imprensa especializada. Com isto, as declarações e discursos dos Ministros da Fazenda deste governo são privilegiados, num exame que busca apreender os objetivos e o sentido da ação estatal no plano econômico.

[5] Esta é também a opinião de Fausto Saretta, que afirma: "Talvez por se situar entre dois momentos tão relevantes de nossa história, e devido à menor importância normalmente atribuída à personagem histórica do general Dutra, quando comparado à inegável singularidade de Getúlio Vargas, o principal ou talvez único estadista brasileiro no período republicano, os anos 1946-50 permanecem pouco estudados na historiografia

econômica, sendo considerados apenas como um interregno permeado de equívocos na administração pública, bem como na gestão da vida política e econômica..." (Saretta, 1990. p.1/2).

[6] Segundo Maria do Carmo Campelo de Souza, em 1945 não ocorreram quaisquer movimentos contestatórios de amplas bases sociais contra o regime estadonovista. A deposição de Getúlio Vargas "...deu-se num clima de 'cumplicidade com os opositores', no sentido de que, para muitos destes, e talvez especialmente para os militares, Getúlio não era visto como inimigo radical, mas sim como um opositor transitório com o qual poder-se-ia 'compor'." A transição para o regime democrático preservou, apesar de algumas alterações, "...o padrão de organização estatal e a máquina burocrática erguida após 1930". Para tal, vários recursos foram utilizados como o alistamento *ex-officio*, a absorção das interventorias e bases municipais pelo PSD e das clientelas urbanas sindicalizadas pelo PTB. A autora chama a atenção para a importância deste processo, qualificando-o como "...um dos períodos mais cruciais na posterior configuração das instituições políticas brasileiras".(Souza, 1990, p.108 e 122) . Para Luiz Werneck Vianna, antes do golpe de 29 de outubro de 1945 e da Constituição de 1946 Vargas procurou imprimir modificações ao regime, buscando "...uma forma particular de redemocratização 'pelo alto' ", onde os trabalhadores urbanos tinham papel de destaque, apoiando a permanência do chefe do aparelho estatal no poder. Entretanto, "...o 29 de outubro significava que as classes econômica e socialmente dominantes não admitiam a interferência dos 'de baixo', na concepção do plano geral do sistema da ordem." (Vianna, 1978,. p. 247 e 253).

[7] De acordo com Norberto Bobbio, deve-se à sociologia política a possibilidade de, no pós-guerra, continuar-se "...a falar de Mito político, sem rígidos preconceitos éticos e políticos. Isto abriu um amplo campo à pesquisa, na medida em que foi possível identificar sociologicamente a presença do Mito político em todas aquelas situações, especialmente de rápidas mudanças e crises, em que grupos sociais ou partidos sintetizam as exigências políticas de seus membros sob forma de teorias estruturadas em torno de símbolos e fatos simbólicos... As pesquisas sociológicas e históricas reapresentaram, portanto, o Mito político como realidade a ser analisada e não apenas exorcizada. Contemporaneamente também a ciência política se tornou mais atenta aos problemas da linguagem simbólica e da simbolização, abrindo caminhos a uma nova reflexão sobre toda a matéria." Isto porque o mito provoca uma série de reações coletivas automáticas e inconscientes. "...Hoje que a sociologia e a psicologia social demonstraram a relevância dos aspectos simbólicos na criação e na compreensão da realidade social, que os estudos religiosos e a antropologia fizeram do mito um tema central no estudo da 'cultura', e que a psicologia do profundo superou a dicotomia racionalismo-irracionalismo, é talvez possível repropor o Mito político como conceito analítico no estudo da política ... Na vida política a atividade racional, dirigida para objetivos concretos, e a atividade simbólica se sobrepõem continuamente, de tal modo que todo ato político é examinado tanto a nível das conseqüências sobre a dinâmica do poder, como a nível do significado que ele assume como instrumento de condensação de esperanças, temores e, em geral, emoções reprimidas e inconscientes. O Mito político se situa no âmago desta presença do simbólico em política, constituindo a sua parte mais organizada, a que mais incide na dinâmica e nas transformações do poder." (Bobbio, 1992, p.757/759).

[8] Esta interpretação só foi possível através da leitura e análise da dissertação de mestrado de Maria Bernardete O. de Carvalho que, em sua introdução, faz algumas reflexões sobre a criação dos mitos na história política nacional. Ainda que seu trabalho se refira aos anos cinqüenta e ao período de Juscelino Kubstichek como presidente, sua análise foi de grande valia para a constatação de que a construção destas figuras míticas obstruem uma interpretação científica mais cuidadosa por parte dos historiadores, cientistas políticos e sociais e economistas. Para maiores esclarecimentos ver: (Carvalho, 1996, p.2/3).

[9] Ricardo Bielschovwsky afirma que, antes mesmo de 1930, já existia uma consciência industrialista por parte das classes dominantes. "Essa ideologia dos primórdios da industrialização brasileira era marginal à vida nacional, como o era a própria indústria. A década de 30 e os anos da II Guerra Mundial são o ponto de partida para mudanças substanciais nesse quadro". Entretanto, "...o desenvolvimentismo, isto é, a ideologia de superação do subdesenvolvimento nacional com base numa estratégia de acumulação de capital na indústria, só viria a tornar-se hegemônico na segunda metade dos anos 50. No período 1930-45, o que ocorria era, principalmente, uma primeira e limitada tomada de consciência da problemática da industrialização por parte de uma nova elite técnica, civil e militar, que então se instalava nas instituições de orientação e controle implantadas pelo Estado centralizador pós-30." (Bielschovwsky, 1997, p.249/250.). Sonia Draibe, entretanto destaca a importância dos planos setoriais, mesmo que incipientes, para a etapa posterior de industrialização de base (Draibe, 1985, p.100).

[10] Esta perspectiva fundamenta-se também nas ações e estudos organizados por Roberto Simonsen e suas convicções quanto a necessidade de ampliação da renda nacional no médio prazo, incrementando-se com isso

o mercado interno e eliminando-se a pobreza e o atraso econômico. Lourdes Sola lembra que desde os anos 1930 Roberto Simonsen "... estivera organizando ativamente estudos estatísticos sobre os padrões de vida da população de diversos Estados (sic) do Brasil. Neste aspecto contudo ele parece ter sido uma voz no deserto durante os anos trinta ignorado pelos seus pares." (Sola, 1998, p. 68/69, nota 4)

[11] Saretta, *op.cit.* p.2.

[12] Carvalho, *op.cit.*, p.3.

[13] Segundo Wilson do Nascimento Barbosa, o método histórico garante a separação da História das outras ciências sociais. A base deste método é a relativização historista, que oferece uma forma específica de conhecimento que não pode ser alcançada através de outras disciplinas. Através da relativização historista a análise dos fenômenos é feita colocando-se suas partes contra o seu todo, da qual resulta uma explicação de sua singularidade. "A Metodologia Histórica não é pois Sociologia, Política, Economia, Economia Política, Matemática, Psicologia, etc. Ela é um caminho específico de explicação que pode se valer de ferramentas inerentes a todas estas - e outras - disciplinas. Não se reduzirá, contudo, a qualquer destas disciplinas, pelo fato de lançar mão de recursos desenvolvidos por estas disciplinas." Para explicar a singularidade do fenômeno é preciso "constituir uma teoria dos cruzamentos específicos de situações (mentais, comportamentais, institucionais, etc.) que fazem o fenômeno perceptível como algo que não se repete." (Barbosa, 1989, p.3.)

[14] Entre os textos que abordam o período 1946-1950 cabe a referência ao texto de Bethell (1996), que analisa a conjuntura do imediato pós-guerra na América Latina e a política externa norte-americana para esta região. Quanto aos debates sobre a ordem econômica e social durante a constituinte de 1946 existe uma interessante análise feita por Braga (1996). Importa ainda citar o texto de Malan (1977), que analisa a a politca externa brasileira entre 1939/1952, com destaque para os dados econômicos. Entre as publicações de historiadores sobre o período, são dignos de menção os livros de Carone (1985 A e 1985/B), que incluem o período 1946-1950 no que denomina de 'República Liberal' ou 'Quarta República'. Sobre o pensamento econômico brasileiro a análise de Bielschowsky (1997) inclui o período, considerando-o como de agudização dos debates sobre planejamento econômico.

[15] Saretta, 1990, p.6 e Draibe, 1985, p.52/53.

[16] O grifo não se encontra na citação original. (Fonseca, 1989, p.16).

[17] De acordo com Paulo C. Dutra da Fonseca : "... A dicotomia entre 'economicismo' e 'relativa autonomia da política' é uma hipótese de trabalho que, ao torná-las *excludentes*, não permite que se perceba o que elas têm em *comum*: tratar economia e política como duas 'esferas', pelo que se salienta a preponderância ora de uma , ora de outra – geralmente evidenciando qual delas é a 'determinante em última instância'. Entende-se equivocada esta postura metodológica que pretende fazer dois pólos exatamente daquilo que se deveria buscar a integração e a unidade." (Fonseca, *op.cit.* p.30/31).

[18] Chauí *apud* Fonseca, *op.cit.*, p.21.

[19] Fonseca, *op.cit.*, p.23

[20] *Ibidem*, p.29.

[21] Foram consultadas também as leis aprovadas no período.

[22] A seleção dos dois jornais obedeceu também aos seguintes critérios: grande circulação local e nacional; destaque para os assuntos especificamente econômicos; edição voltada não somente para questões locais mas também nacionais; maior nitidez dos microfilmes pesquisados. Obviamente, a leitura e seleção dos jornais foi realizada levando-se em conta que este tipo de fonte "dá voz" à frações de classe com interesses específicos, que não podem ser constatados apenas através do próprio texto. Desse modo, a análise destas fontes e as informações arroladas foram realizadas com o auxílio de uma bibliografia de apoio, que orientou e permitiu a seleção dos textos.

CAPÍTULO 1

A Segunda Guerra Mundial e o Governo Vargas

Durante a primeira metade dos anos quarenta, o cenário político internacional foi marcado pela Segunda Grande Guerra. As decisões e acordos internacionais garantiram a vitória das nações aliadas, redefiniram as relações entre os países centrais e possibilitaram às nações periféricas uma posição estratégica nesta conjuntura. Neste processo, o governo brasileiro conseguiu negociar alguns acordos junto aos Aliados que facilitaram o comércio e a estrutura produtiva nacional.

Entretanto, as opções e decisões implementadas pelo governo brasileiro ao longo da Segunda Guerra Mundial estiveram condicionadas pela especificidade deste curto período. Desse modo, a análise das alianças articuladas no plano internacional é imprescindível para a compreensão das decisões acordadas pelo governo Vargas, bem como suas implicações para os anos posteriores. Isto porque o pós-guerra, no Brasil e no mundo, foi condicionado pelas decisões engendradas ao longo do conflito mundial.

1.1 - As relações internacionais e a nova ordem mundial no pós-45.

Bem antes do final da Segunda Guerra Mundial iniciaram-se as conversações diplomáticas entre Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética. Em agosto de 1941, poucas semanas após o ataque alemão à União Soviética, o Presidente norte-

americano Franklin Roosevelt, o Primeiro-Ministro britânico Winston Churchill e o Embaixador soviético Kaisky assinaram uma declaração conjunta, conhecida como Carta do Atlântico[1]. Entretanto, o início das negociações a respeito da ordem econômica internacional que prevaleceria no pós-guerra ficou restrito aos Estados Unidos e à Inglaterra.

Desde a segunda metade dos anos 30 o governo Roosevelt esteve empenhado em evitar o que considerava "...os erros da política externa norte-americana após a Primeira Grande Guerra". Esta política isolacionista havia colaborado, segundo Cordel Hull - secretário de Estado de 1933 a 1944 -, "...para prolongar os efeitos desastrosos da crise de 1929 e havia estimulado o surgimento dos regimes nacionalistas-autoritários dos anos 30, com suas restrições ao comércio multilateral e aos fluxos internacionais de capitais privados"[2].

Os norte-americanos desejavam impedir o ressurgimento dos regimes nacional-capitalistas no pós-Segunda Guerra, eliminando as barreiras ao livre fluxo de bens e serviços e estimulando o comércio internacional - através da livre conversibilidade entre as moedas dos principais países - e por meio da criação de organismos internacionais, responsáveis pelo estabelecimento das normas e sanções cabíveis aos países membros. Mas esta proposta não era fruto apenas da visão de estadistas:

> Na verdade, a proposta encontrava amplo suporte entre os setores internacionalizados da economia americana, que vislumbravam as vastas possibilidades que se abririam ao comércio e ao investimento internacionais em um mundo organizado politicamente sob a hegemonia norte-americana[3].

Desde 1942 os esforços da diplomacia norte-americana se concentraram na criação das Nações Unidas (ONU) e nos projetos de uma organização mundial do comércio e de uma organização financeira internacional. O Presidente Roosevelt - falecido em abril de 1945 - esperava contar com a colaboração da União Soviética para o

funcionamento destes organismos, em processo de criação. Naqueles anos finais da Segunda Guerra, e mesmo até 1946, na administração Truman, permanecia a expectativa quanto a participação do governo soviético.

Entretanto, a União Soviética, envolvida na luta pela expulsão dos alemães de seu território, apenas acompanhava os esforços britânicos e norte-americanos pela reorganização do mundo capitalista do pós-guerra, através de seus representantes diplomáticos nas Nações Unidas e nas discussões que levariam a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI). Seu interesse maior localizava-se na geopolítica, que redefiniria as fronteiras e áreas de influência entre os três grandes aliados.

A iniciativa das conversações diplomáticas, no tocante às questões políticas e de segurança, coube ao governo britânico. Este procurou colaborar com os esforços dos EUA para reorganizar o mundo do pós-guerra, "mas à luz de seus interesses de potência imperial, não exatamente coincidentes com os interesses e o projeto norte-americano"[4]. Churchill procurou desde então aliar os enormes recursos materiais norte-americanos à experiência diplomática britânica, definindo as esferas de influência no continente europeu.

Até 1942, as vitórias do Eixo mantiveram as contradições entre a Inglaterra, os EUA e a União Soviética num estágio embrionário. Porém, a partir de então, o aliado soviético tornou-se fonte de preocupações. A vitória sobre os alemães em Estalingrado deixou a mostra sua força militar. Desse modo, as contradições começaram a eclodir, permitindo que a expansão do comunismo pela Europa se transformasse no grande temor do governo britânico. Mas, para Churchill, através de acordos diplomáticos, seria possível estabelecer claros limites ao inevitável expansionismo soviético.

Todavia, até 1946, os EUA insistiram na vertente econômica da sua política externa. O governo norte-americano buscava integrar a economia mundial, através de

fluxos de bens e capitais privados, e de foros internacionais nos quais a URSS teria um construtivo papel a desempenhar[5].

Ao final da Segunda Guerra os Estados Unidos detinham a hegemonia militar do globo, demonstrada através das explosões nucleares em Hiroxima e Nagasáqui. A nação norte-americana passava também a ser a maior potência econômica, já que guerra havia arrasado os parques industriais das grandes economias européias. Entretanto, estes fatos eram insuficientes para que os EUA impusessem uma economia aberta ao restante do mundo capitalista.

Haviam oposições internas nos Estados Unidos, por parte dos grupos econômicos com interesses não-internacionalistas (republicanos), com forte representação no Legislativo Federal. No plano externo, as principais nações capitalistas, localizadas predominantemente no continente europeu, demonstravam resistência "em 'abrir' suas economias ao comércio nas condições de desemprego e tensão social do imediato pós-guerra"[6].

A liberalização em larga escala do comércio internacional dependia fundamentalmente da posição britânica sobre a questão. Isto porque a libra esterlina havia sido até então a moeda internacional e a dominação política desta nação ainda garantia acordos de comércio com diversas colônias e protetorados britânicos espalhados pelo globo. Entretanto, "os britânicos haviam tentado habilmente adiar esta decisão, convencendo os norte-americanos da necessidade de um período de transição que se poderia prolongar até cinco anos"[7].

As resistências ao projeto norte-americano foram, contudo, superadas em 1947, por conta do início da Guerra Fria e com a implementação do Plano Marshall. Este representava segurança militar e política para a Europa, assim como garantia a recuperação

econômica européia. Por seu intermédio os Estados Unidos assumiram o compromisso de conter militarmente o "expansionismo soviético" e concordaram em adiar, para após a reconstrução européia, o projeto de integração do capitalismo mundial. Com isso, as nações européias permaneceram protegidas por barreiras não tarifárias e controles cambiais.

A posição brasileira neste cenário mundial conturbado foi de aproximação progressiva com os EUA. Todavia, esta não se fez sem um processo de barganha, por parte do governo brasileiro, que procurava extrair os melhores benefícios para o país. Vargas procurou resistir a uma aproximação maior com os EUA até 1941. Até então, Vargas explorava as possibilidades oferecidas pela Alemanha e pelos norte-americanos, sem optar por uma aliança clara com um dos dois países[8]. Este posicionamento do governo brasileiro pode ser explicado pela conjuntura mundial dos anos trinta e dos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial. De acordo com Gerson Moura:

> Os dez anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial foram dos mais convulsionados do século XX. Em meio à depressão econômica, os problemas sociais assumiram proporções catastróficas e a organização política dos países liberal-democratas foi abalada nos seus alicerces. Os governos estabelecidos pareciam impotentes para solucionar os problemas do dia; movimentos radicais de vários matizes clamavam por mudanças drásticas e por todo lado emergiam regimes ditatoriais de cunho ultranacionalista, que anunciavam o fim das liberdades democráticas e o estabelecimento de uma nova 'ordem'.
> No plano das relações internacionais, o mesmo panorama: desorganização e diminuição acentuada do comércio internacional, com reflexos imediatos sobre as economias industriais e não industriais; adoção de rígidas políticas protecionistas e reforço dos laços imperiais por parte das potências européias; fracasso da tentativa de criar uma ordem internacional baseada na cooperação (Liga das Nações) e fracasso também dos esforços de desarmamento; e finalmente, o desafio de novas potências - Japão, Itália e Alemanha - às posições hegemônicas que Grã-Bretanha e França ainda defendiam dentro e fora da Europa e que os Estados Unidos detinham no continente americano e no Pacífico.[9]

Estes fatores favoreceram o crescimento da presença comercial germânica na América Latina a partir de 1933 - quando o partido nazista chegou ao poder na

Alemanha. O comércio de compensação, proposto pelos germânicos, estimulou o intercâmbio com o Brasil. Este tipo de negociação era feito através da troca de produtos por produtos, sem a necessidade de intermediação de moedas fortes como a libra ou o dólar, escassas tanto na América Latina quanto na própria Alemanha.

Todavia, a influência político-ideológica germânica também cresceu neste período, em função da propaganda oficial da Alemanha nazista: "Além de jogar com afinidades entre movimentos e partidos políticos latino-americanos, a propaganda germânica mobilizava uma bateria de agências oficiais e informais [...] para criar simpatia e [...] difundir os valores [...] do nacional-socialismo"[10].

Outros elementos podem ser acrescidos a estes como a influência do pensamento militar alemão na formação de militares latino-americanos e a venda de armas para esses países, através dos acordos de compensação. Nos altos círculos militares do Brasil e do restante da América Latina a 'máquina de guerra alemã' era admirada por sua eficiência.

Entretanto, a posição dos EUA não era favorável à aproximação entre a Alemanha e a América Latina. A crise de 1929 havia produzido resultados devastadores para a economia norte-americana . Sua recuperação implicava na recomposição do comércio internacional. Por isso, os formuladores da política econômica nos EUA defendiam o livre-comércio. Isto colocava-os contra a corrente protecionista, que encontrava seguidores fervorosos nos governos fascistas.

A América Latina tinha lugar de destaque na recuperação norte-americana, já que era uma importante fonte de matérias-primas e mercado consumidor de manufaturados. A política de boa vizinhança, inaugurada por Roosevelt, "...promoveu mudanças na política intervencionista que prevalecera desde o final do século XIX". Mas,

apesar de revogação dos métodos coercitivos anteriores, da adoção de negociações diplomáticas e da colaboração econômica e militar, os objetivos ainda consistiam em "impedir a influência externa (européia) na América Latina, garantir a liderança americana no hemisfério e estimular a estabilidade nos países latino-americanos"[11].

No final dos anos trinta, a América Latina era vista por Washington como uma região essencial para a política internacional dos Estados Unidos. Para o governo norte-americano, as Américas Central e do Sul eram parte integrante de um projeto de dominação mundial dos nazistas, bem como um campo de colonização potencial, por conta dos alemães que viviam nesta região. Segundo esta visão:

> Esses países tinham sido importantes para o rearmamento alemão, visto que forneciam às indústrias germânicas matérias-primas vitais, por intermédio do comércio compensado. Ainda mais: muitos desses países centro e sul-americanos tinham suas forças armadas instruídas por missões alemãs e eram alvo de uma propaganda sistemática que procurava criar um antagonismo entre esses países e os Estados Unidos. Também a guerra afetara seriamente as exportações de muitos desses países que enfrentavam novas dificuldades econômicas. Finalmente, as vitórias do Eixo em várias partes do mundo estavam retirando do alcance dos Estados Unidos muitos materiais estratégicos, que poderiam ser encontrados no Sul do continente americano. Esse conjunto de circunstâncias exigia maior coordenação de esforços de vários departamentos do governo americano em relação à América Latina.[12]

Entretanto, a indefinição do governo brasileiro, explorando as possibilidades oferecidas pelos Estados Unidos e Alemanha, sem optar por uma aliança clara com um dos dois países, não era somente o resultado da ausência de um sistema de poder consolidado no plano internacional. Esta tinha origem, também, na divisão das instâncias de decisão política brasileiras. As classes dominantes que dirigiam e interferiam nas ações políticas no país não tinham ainda, claramente definido, um projeto econômico e social diante da crise deflagrada em 1929/30.

As transformações políticas desencadeadas no início da década de trinta no Brasil respondiam às demandas por modernização de diversos segmentos sociais. Estas foram acolhidas por setores tradicionais das classes dominantes - especialmente aquelas oriundas de Minas Gerais e Rio Grande do Sul - que, com o apoio de militares e das camadas médias urbanas, assumiram o poder com a "Revolução de 1930". O Estado que se constituiu a partir de então foi um Estado de transição, em uma sociedade que também passava por mudanças.

As estruturas políticas que começaram a constituir-se neste movimento eram parte integrante de "...um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas" denominado de "Revolução Burguesa"[13]. Assim, o período compreendido entre 1930-1960 foi marcado pela instabilidade das coalizões políticas. As alianças e articulações deste período foram fugazes e instáveis, respondendo à interesses fragilmente aliados em torno de objetivos específicos.

Portanto, nos círculos burócraticos do poder, a modernização econômica configurava-se numa questão polêmica, "...dependendo dos interesses e das percepções que diferentes setores de classes com acesso aos centros de decisão tinham da economia brasileira"[14]. Assim, durante os anos trinta :

> ...o governo brasileiro acabou pondo em prática uma política de aderir ao livre-comércio proposto pelos Estados Unidos, sem deixar de procurar os benefícios que adviriam do comércio compensado, proposto pela Alemanha [...]. Em 1935 assinou um acordo comercial com os EUA, que mantinha ou rebaixava as taxas alfandegárias para as mercadorias de ambos os lados; e, no ano seguinte, assinou um ajuste comercial de compensações com a Alemanha, tendo em vista especialmente a colocação do algodão, café, cítricos, couros, tabaco e carnes.[15]

Até o início da Segunda Guerra, o comércio Brasil-Alemanha cresceu sem que os Estados Unidos tomassem qualquer atitude em represália à este. Em diversas

ocasiões, durante os anos trinta, o governo Roosevelt deixou de atender à pressão de investidores, banqueiros e importadores norte-americanos, optando por uma política de contemporização junto ao governo brasileiro. Apesar do interesse em incrementar o livre-comércio com o Brasil e eliminar a competição alemã, a política adotada por Washington encarava estes como objetivos subordinados à interesses mais gerais.

Para o governo norte-americano era mais importante ganhar e assegurar uma aliança com o governo Vargas, evitando que este estabelecesse alianças com outras potências ou mesmo colocasse em prática políticas nacionalistas radicais. Por conta disso, os EUA procuravam não interferir ou pressionar demasiadamente o governo brasileiro, temendo resultados políticos contraproducentes.

1.2 - A economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial.

As relações internacionais entre países centrais e periféricos não pode ser vista como um simples jogo de imposições e aceitação entre estes, a partir da posição hegemônica dos primeiros. "Potência e países periféricos se fazem mutuamente demandas, tem percepções de sua própria posição e da posição do outro, fazem-se concessões, acatam convênios, compartilham valores e assim por diante."[16]

É a partir desta premissa que se torna possível a análise dos fatos, decisões e processos de dimensão econômica ocorridos durante o segundo conflito mundial. Segundo Gerson Moura, não é possível deduzir a política da economia, assim como não se pode deduzir a conjuntura da estrutura. Isto porque "...as mediações políticas, jurídicas e axiológicas são tão importantes na explicação quanto o 'fundo do quadro' que condiciona o processo"[17]. Desse modo, a posição dos países periféricos no sistema internacional não é

conseqüência apenas dos impulsos externos. Esta é resultante também do projeto político dominante internamente, que pode acomodar-se às pressões externas, resistir à estas ou mesmo negociar concessões mútuas.

Durante o segundo conflito mundial o Brasil era visto como um produtor de matérias-primas. Desde o início de 1941 os EUA estiveram interessados em assinar contratos para aquisição exclusiva de materiais estratégicos[18]. O objetivo maior desses contratos, assinados em maio de 1941, era impedir que a Alemanha pudesse adquirir estas matérias-primas estratégicas. Somente após o ataque japonês à Pearl Harbor o governo norte-americano passou a adquirir grandes quantidades desses materiais, em função do incremento de sua indústria bélica.

Com a entrada efetiva dos Estados Unidos na guerra, novos ítens foram acrescentados a já extensa lista de materiais estratégicos, com a solicitação de que as autoridades brasileiras aumentassem a produção destes. Em 1942 o governo norte-americano apresentou às autoridades brasileiras um plano que previa a produção de minérios e a melhoria do sistema ferroviário e portuário[19]. O governo brasileiro condicionou a aceitação da proposta à obtenção de armamentos junto aos Estados Unidos. Os acordos foram assinados em Washington, em março de 1942, garantindo créditos para a criação de uma corporação para financiar projetos de desenvolvimento.

> O controle sobre matérias-primas estratégicas e sua distribuição era de fato uma arma poderosa de um Estado que começava a se envolver numa guerra em ampla escala e se transformava em grande potência. O mesmo significado político pode ser atribuído ao controle exercido sobre outras atividades econômicas, como o tratamento dos interesses econômicos do Eixo no Brasil, os problemas de navegação mercante, as operações financeiras e os mercados brasileiros para bens manufaturados. Todas essas questões eram vistas como subordinadas às necessidades do esforço de guerra americano.[20]

Entretanto, houve uma exceção à esta regra: o financiamento do projeto siderúrgico brasileiro. Durante os anos trinta vários debates dentro do aparelho estatal apontaram para a necessidade da produção nacional de ferro e aço. Em 1938 o governo Vargas, já diante de um plano consensual, instala a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico. Esta buscava a colaboração de corporações estrangeiras. Em 1939 um acordo com a United States Steel estava próximo de se concretizar. O Presidente Vargas chegou a anunciar que a construção da usina começaria em 1940.

Porém, "...devido à guerra e à destruição de uma siderúrgica da United States Steel, na Finlândia, a companhia se desinteressa do plano brasileiro"[21]. Outros fatores podem também ser considerados para essa desistência como o de que a empresa estrangeira temia arriscar-se num empreendimento dentro do Brasil, diante da forte presença de setores nacionalistas no governo. A grande incerteza nos negócios brasileiros era um risco muito grande diante da possibilidade de lucros.

Até então o Presidente Roosevelt tinha evitado o envolvimento direto nas negociações, estimulando as conversações entre o governo brasileiro e as companhias privadas norte-americanas. Todavia, a desistência da US Steel ocorreu justamente quando o governo dos Estados Unidos procurava incrementar suas relações militares e políticas com o Brasil, assegurando, com isso, sua colaboração na defesa do hemisfério. Para garantir o apoio brasileiro, os norte-americanos deveriam, então, confrontar-se com duas exigências: a construção da companhia siderúrgica e o reequipamento do exército brasileiro.

Desse modo, o problema siderúrgico nacional tornou-se mais uma questão política do que um assunto de ordem econômica, nas relações Brasil-Estados Unidos. Apesar do governo norte-americano não querer comprometer-se com o projeto siderúrgico,

a pressão brasileira obrigou Washington a buscar uma solução que incluísse companhias americanas. Após alguns meses de impasse, o governo Roosevelt decidiu conceder créditos superiores aos dez milhões de dólares inicialmente oferecidos.

A ameaça do Presidente Vargas de uma aproximação com a Alemanha, caso as negociações com os EUA não se concretizassem foram consideradas pelo embaixador americano no Brasil. Todavia, Marcelo de Paiva Abreu considera pouco plausível a suposição de que "...a Alemanha estivesse disposta a interferir com a sua produção de guerra para suprir as necessidades brasileiras" ou mesmo que "...as autoridades encarregadas da execução do bloqueio econômico britânico permitissem o livre trânsito de tais equipamentos, especialmente em vista de sua posição contrária ao trânsito de armas compradas pelo Brasil na Alemanha antes da eclosão da guerra"[22].

As razões do empréstimo norte-americano ao governo Vargas, segundo Abreu, devem-se, efetivamente, aos objetivos políticos dos Estados Unidos no país. Sem descartar quaisquer dos elementos acima expostos, ainda que sejam relativizadas a sua capacidade explicativa, de fato "...o governo americano, através do Export and Import Bank, empresta 20 milhões de dólares, que, com os 25 milhões brasileiros (setembro de 1940), forma o capital da Companhia Siderúrgica Nacional (janeiro de 1941)"[23].

Através do acordo feito com os Estados Unidos o governo brasileiro construiria a siderúrgica, tendo sido a compra de equipamentos feita mediante empréstimos do Eximbank, com assistência técnica de companhias privadas norte-americanas. O contrato com o Eximbank para a aquisição de equipamentos foi assinado em maio de 1941 e, nos anos seguintes, o Banco exerceu controle cerrado sobre o projeto, "...já que alguns setores do governo americano temiam que o acordo fortalecesse, no Brasil, os setores nacionalistas que se opunham às políticas americanas"[24].

As demandas brasileiras foram, assim, atendidas por terem sido propostas numa conjuntura propícia, ou seja, quando os EUA precisavam assegurar a solidariedade continental e a contribuição brasileira no seu esforço de guerra. Mas, antes mesmo que a guerra terminasse, o Brasil perdeu a importância que conquistou junto ao governo norte-americano nos primeiros anos do conflito. Na medida em que se tornava clara a vitória aliada, o governo norte-americano mostrava-se cada vez menos generoso em relação aos interesses brasileiros.

No início da Segunda Guerra, Washington implementou uma política que visava atenuar as conseqüências do conflito na América Latina, sustentando os preços dos produtos de exportação destes países. Inúmeros produtos foram incluídos em acordos específicos de suprimento aos Estados Unidos como o café. O Convênio Interamericano do Café, firmado em 1940, garantiu aos norte-americanos o controle sobre as importações do produto. Entretanto, com o ingresso dos EUA na guerra, são elaborados novos acordos sobre o comércio com os países latino-americanos:

> A parte referente ao café estipula condições negativas para o produto, ainda mais que o limite de preço é baseado, não no valor de 1942, quando se dá pequena melhoria, mas no de 1940, momento em que o preço é muito baixo. O que acontece é o seguinte: 'o preço mínimo de 1940 [...] com pequeno adicional foi considerado *preço teto*, que iria vigorar pelo período compreendido entre janeiro de 1942 e julho de 1946. A situação, originariamente injusta, agravou-se sobremodo com o correr do tempo, principalmente devido ao aumento do custo de produção decorrente da elevação do custo de vida e dos salários... Em vão esforçaram-se o Brasil e outros países latino-americanos produtores de café, no sentido de obterem um reajustamento dos preços [...]'.[25]

As autoridades norte-americanas argumentaram que um aumento nos preços do café contrariava a política de controle de preços nos Estados Unidos, perturbando "o funcionamento ordeiro de mercado" e não beneficiava os produtores, já que seria apropriado por intermediários. Esta questão sobre o comércio cafeeiro demonstra como a

política econômica norte-americana foi sendo modificada, "...à medida que diminuía a necessidade de recorrer a incentivos econômicos para garantir apoio político na América Latina"[26].

Entretanto, cabe ressaltar que, apesar da diminuição do poder de barganha brasileiro com o decorrer do conflito, as exportações se incrementaram. Os acordos de cooperação com os EUA limitaram os preços de vários produtos, mas não impediram que a demanda das economias de guerra norte-americana e européias fossem crescentes. As receitas de exportação tiveram um sensível aumento por conta da diversificação das mercadorias exportadas, da maior participação de produtos manufaturados, principalmente têxteis, e de minerais estratégicos[27].

Inversamente, as dificuldades de transporte e de suprimento externo impediram um volume de importações adequado, especialmente de bens de consumo e combustíveis. Com a impossibilidade de adquirir no exterior novas máquinas, os industriais utilizavam as antigas existentes, adaptando-as às necessidades da produção. O crescimento da produção industrial precisou ser feito, então, forçando-se "...ao máximo a utilização dos equipamentos e instalações existentes, o que fez com que no fim da guerra alguns ramos industriais estivessem com seus equipamentos desgastados e obsoletos"[28].

Ao longo da década de trinta e durante a Segunda Guerra Mundial as dificuldades em suprir o mercado interno e a necessidade premente de substituir as importações estrangeiras provocaram a ampliação da atividade industrial, especialmente na região sudeste. Contudo, indústria brasileira se diversificou e cresceu sem renovar-se tecnologicamente[29]. O número de estabelecimentos industriais passou de 49.418, em 1940, para 92.350, em 1950. Este surto de desenvolvimento permitiu a formação de novos

segmentos de industriais e comerciantes e expandiu o contingente de trabalhadores no setor industrial.[30]

A escassez de combustíveis durante a guerra dificultava o abastecimento de gêneros de primeira necessidade nas zonas urbanas, tornando-o insuficiente e precário. Isso propiciava a alta dos preços e o câmbio negro. Nas indústrias, a falta de insumos e os equipamentos sucateados criavam transtornos à produção e encareciam as mercadorias que, cada vez mais, tinham pouca qualidade.

O aumento das exportações e a redução crônica das importações resultou, a partir de 1942, em uma considerável expansão dos saldos na balança comercial brasileira. Estes saldos obrigavam o governo a grandes emissões de moeda para a compra de cambiais de exportação. Além disso, "...os termos do Acordo de Pagamentos Anglo-Brasileiro de 1940 impediam, por definição, a transformação das crescentes (a partir de 1941) reservas brasileiras de libras inconversíveis em importações de origem britânica"[31].

O acelerado processo inflacionário que caracterizou o período de guerra foi desencadeado, ainda que não exclusivamente, pelas emissões do governo para pagamento aos exportadores. Entretanto, o esforço bélico também provocou um incremento dos gastos públicos. Para financiar estes gastos e, ao mesmo tempo, manter em proporções manejáveis o seu impacto inflacionário, uma série de medidas foram tomadas pelo governo a partir de 1942.

Foram emitidos três milhões de contos de réis em obrigações de guerra, com juros de 6% ao ano, a serem compulsóriamente subscritos por quem pagasse imposto de renda e por funcionários públicos e pensionistas. Também foram emitidos um milhão de contos de réis em Letras do Tesouro, a serem vendidas aos bancos comerciais. Além

destas, foi decretado que as emissões de papel-moeda deveriam ser lastreadas nas reservas de ouro e divisas do país.[32]

Apesar destas medidas, entre 1942 e 1945 foram emitidos mais de 11 bilhões de cruzeiros. Segundo Villela e Suzigan (1977), isto ocorria por não existir um Banco Central que exercesse o controle quantitativo e qualitativo do crédito bancário. Para minorar o problema foi criada, já no fim da guerra, a Superintendência da Moeda e do Crédito, no intuito de controlar o mercado monetário e preparar a organização do Banco Central.

Outro conjunto de medidas, implementado em 1944, procurava esterilizar os efeitos inflacionários dos saldos da balança comercial. Preocupado com as necessidades de reposição do equipamento industrial e com os excessivos lucros, derivados principalmente das exportações, o governo brasileiro:

> ... concebeu um mecanismo pelo qual eram emitidos pelo Banco do Brasil 'certificados de equipamento'. Esses certificados eram nominativos e rendiam juros de 3% ao ano, garantidos pelo Governo, para serem resgatados em moeda estrangeira, quando fosse possível ao portador adquirir máquinas e equipamentos para o reaparelhamento de sua empresa. Simultaneamente, foi criado um imposto sobre lucros extraordinários, que a empresa poderia deixar de pagar, caso aplicasse uma importância igual ao dobro do imposto devido em 'certificados de equipamento'.[33]

Apesar dos esforços do governo Vargas em reduzir os déficits orçamentários, até mesmo prevendo pequenos superávits em 1944 e 1945, a explosão inflacionária ocasionou o aumento generalizado dos preços e o câmbio negro, principalmente nos grandes centros urbanos. A inflação, provocada pelos saldos das cambiais de exportação e pelas despesas militares, acabou produzindo efeitos desestabilizadores sobre o Estado Novo.

1.3 - A política brasileira no final da Segunda Guerra Mundial

A entrada do Brasil na guerra acabou representando o começo do fim.do Estado Novo[34]. Ainda que a convocação de eleições e o fim da censura à imprensa tenham ocorrido somente em 1945, o governo brasileiro incorria em 'contradição' desde 1942, quando passou a apoiar os países aliados:

> Nessa época, a contradição entre a luta contra o nazi-fascismo, por um lado, e a manutenção da ditadura, por outro, desenvolvia-se cada vez mais, em sua conotações políticas internas. As forças políticas que estavam fora do governo mobilizavam-se, rapidamente, pela redemocratização das instituições políticas. Tudo conspirava contra a ditadura: os sacrifícios econômicos impostos à população pelas exigências da 'economia de guerra'; os significados humanos do envio de tropas brasileiras aos campos de luta na Itália; a presença de tropas norte-americanas no Nordeste do Brasil; as notícias provenientes da União Soviética, quanto às lutas e vitórias sobre as tropas nazistas; a progressiva derrota das 'nações do eixo'(Alemanha, Itália e Japão); os debates, cada vez mais freqüentes, sobre os malefícios das ditaduras de tipo nazi-fascistas. Em pouco tempo, a contradição se tornava insuportável e explosiva.[35]

Em 1942 as manifestações populares em prol dos Aliados e contra os ataques alemães à navios brasileiros pressionaram o governo a declarar guerra ao Eixo[36]. O movimento estudantil, de oposição e resistência ao Estado Novo, até então restrito às faculdades, "...vai extravasar e atingir as ruas, numa arrancada que o governo quer, mas não pode impedir, pois o que se pede é a entrada do Brasil na guerra"[37]. Organizados pela União Nacional dos Estudantes(UNE), os estudantes mobilizam-se a favor das forças aliadas durante os primeiros meses de 1942, culminando com uma marcha pública em comemoração a data da independência norte-americana.[38]

A pressão popular, exercida pelas multidões que percorrem as ruas das grandes cidades brasileiras, exigindo a declaração de guerra às nações do Eixo,

impulsionaram, juntamente com as pressões norte-americanas, a decisão do governo brasileiro. Em agosto de 1942 Getúlio Vargas declara o Estado de Guerra. Entretanto, a mobilização propiciada pelos fatores externos auxilia às forças oposicionistas. As várias frações excluídas do poder em 1937 passaram, a partir de então, a se organizar em frentes únicas para lutar pelo fim do Estado Novo.

A participação brasileira na Segunda Guerra permitiu uma reviravolta interna. Em nome da 'União Nacional' elementos das frações oposicionistas passaram a colaborar com o governo. "Os operários lançam Manifesto e aceitam o decreto do aumento das horas de trabalho."[39] No entanto, o processo da guerra gerava também desgastes e impopularidade ao governo. A alta do custo de vida, o câmbio negro, as proibições e a censura à imprensa incrementavam as insatisfações das diversas frações de classe, provocando inclusive dissidências junto às forças governamentais.

A decisão de apoiar os Aliados e romper com a neutralidade aumentou a divisão interna dentro do governo. Os atritos entre os elementos pró-Eixo e aqueles favoráveis à uma aproximação com os EUA foram exarcerbados, provocando mudanças nos ministérios. Nas forças armadas, a preparação para o envio da FEB à Itália propiciou uma aproximação com os norte-americanos e críticas às condições do preparo militar brasileiro. Todos esses fatores ajudaram a desacreditar cada vez mais o governo.

As discussões sobre o plebiscito previsto pela Carta de 1937 acirraram os debates sobre o regime. Isto porque, de acordo com a Constituição do Estado Novo, após seis anos a mesma deveria ser referendada, bem como "...o nome de Getúlio Vargas para chefe da Nação"[40]. No entanto, em 10 de novembro de 1943, sexto aniversário do golpe, o Presidente falou à nação e garantiu que, terminada a guerra, a estrutura política do país seria reajustada e as "necessárias consultas ao povo brasileiro" seriam feitas. Seis meses

depois, em 15 de abril de 1944, Vargas repetiu a promessa, garantindo aos brasileiros o direito de escolher seus representantes.[41]

Ocorria, porém, que já se encontravam em processo de mobilização diversos setores das classes dominantes alijados do poder, assim como uma parcela considerável das classes subalternas. Estes, como já afirmado, se aglutinavam em frentes-únicas para defender a democracia e a participação do Brasil na guerra, apesar de existirem divergências entre as frações das classes dominantes segregadas do poder. Duas organizações representativas destes segmentos tiveram destaque a partir de 1943: a Sociedade dos Amigos da América e a Liga de Defesa Nacional.

A Sociedade dos Amigos da América, fundada em janeiro de 1943, teve como membros militares ligados ao regime - o que já era um sintoma da quebra da unidade militar - e civis "pertencentes às oligarquias oposicionistas". A Liga de Defesa Nacional, fundada em 1915, foi revitalizada também a partir de 1943, 'pela ação de liberais e comunistas' e, assim como a Sociedade dos Amigos da América, procurava acelerar a consciência democrática e incentivar os esforços de guerra em favor dos Aliados.[42]

Dentro deste cenário outro evento incrementou às pressões sobre o governo. Em outubro de 1943 alguns intelectuais e políticos reuniram-se e elaboraram um documento que ficou conhecido como "Manifesto dos Mineiros". Redigido por membros das classes dominantes mineiras em oposição ao Estado Novo, o manifesto pedia a redemocratização do Brasil e representou a ruptura de vários colaboradores de Vargas com o regime autoritário[43]. O documento foi datado de 24 de outubro para lembrar os ideais da revolução de 1930. Procurava encorajar a oposição ao governo ao mesmo tempo em que tentava neutralizar a liderança do presidente no processo de normalização política do país.

O governo procurava reprimir as manifestações contrárias ao regime, "...desfazendo antigas alianças e estabelecendo outras". O quadro de indefinição institucional, oriundo do adiamento das eleições plebiscitárias, "...em razão do estado de emergência provocado pela guerra mundial", ameaçava a legalidade do regime e o chefe do governo, "...que se mantinha na posse de um mandato, para o qual não se conhecia a data do seu prazo final"[44]. Desse modo, Getúlio Vargas lançou mão de uma estratégia de aproximação cada vez maior com os trabalhadores urbanos.

A partir de 1942 o chefe do governo reorganizou o Ministério do Trabalho e implementou medidas que garantiam aos trabalhadores urbanos direitos como assistência médica, férias e descanso semanal remunerado. "Todavia, até pelo menos 1943, a mobilização para a guerra não implicou em qualquer aceno distributivista para os assalariados."[45] Ao contrário, deu-se um aviltamento da remuneração da mão-de-obra qualificada.

Em 1944, Vargas procurou dar um novo sentido para a mobilização das classes subalternas. O isolamento político em que se encontrava fez com que percebesse que o movimento operário e sindical era, naquele momento, "...o melhor aliado para as defesas de suas posições". Isto explica a permissão "...para a organização do MUT" (Movimento Unificado dos Trabalhadores), "em 30 de abril de 1944, e a celebração, em novembro do mesmo ano, de um congresso sindical unitário em Minas Gerais"[46].

É importante considerar que o surto de desenvolvimento por que passou o país durante os anos trinta e primeira metade dos anos quarenta permitiu a expansão do parque industrial brasileiro, aumentando o contigente de trabalhadores neste setor. A migração interna, liderada pelos estados nordestinos, garantiu o fornecimento de mão-de-obra para as fábricas, concentradas em São Paulo e no Rio de Janeiro (DF), provocando o

crescimento urbano desta região. Na década de quarenta, mesmo que cerca de 70% da população brasileira ainda vivesse em áreas rurais, a busca por melhores condições de vida havia atraído milhares de pessoas para as cidades do Centro-Sul.

Empregado não só nas indústrias, mas também no comércio ou em atividades do setor de serviços, o trabalhador urbano crescia numericamente e em importância política. Vivendo nas cidades, mesmo que muitas vezes em condições precárias, tinha ele maiores possibilidades de acesso à educação e à assistência médica, graças aos direitos assegurados ao trabalhador urbano. A sindicalização destes trabalhadores creceu durante o final dos anos trinta e primeiros anos da década de quarenta, em função das vantagens oferecidas à estes[47]. Entretanto, o controle estatal era intenso sobre os sindicatos, que, segundo a CLT(Consolidação das Leis do Trabalho), deveria ser único para cada indústria em cada localidade.[48]

> A relação estreita e corporativista entre o Estado e os sindicatos foi reforçada por uma ideologia de colaboração e harmonia de classes, paz social e governo como árbitro entre o capital e o trabalho. As ambigüidades dessa relação foram objeto de muita polêmica. Por um lado, os sindicatos não dispunham de autonomia e estavam sujeitos ao Estado. Os trabalhadores não podiam participar de atividades políticas nem entrar em greve mesmo que os aumentos salariais não acompanhassem a inflação. Além disso, toda uma longa tradição de lutas trabalhistas para aumentar salários, reduzir as horas de trabalho e melhorar as condições de trabalho, além das condições da vida diária urbana, tinha sido sufocada ou pelo menos calada sob o estado de sítio que se seguiu à Intentona Comunista de 1935 e sob o Estado Novo desde 1937, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, os sindicatos eram legalmente reconhecidos e seus líderes tinham alguma influência política, posto que limitada.....e em 1941 foi introduzido o salário mínimo. Além disso, alguns benefícios sociais (pensões, assistência médica etc.) foram estendidos a um número crescente de empregados e seus dependentes.[49]

Entretanto, a aproximação do chefe do governo com os trabalhadores urbanos possibilitava o estabelecimento de novas relações. A insatisfação e o afastamento das classes dominantes obrigaram Getúlio Vargas a uma comunicação mais direta com as

classes subalternas, esvaziando o discurso de harmonia e colaboração entre as classes. O controle corporativo dos trabalhadores urbanos passou a ser secundário para o presidente, posto que necessitava destes para articular seu plano de defesa política. Desse modo, a medida que se aproximava o fim da Segunda Guerra, a oposição ao regime político e ao chefe de governo deste se incrementava, fazendo com que Vargas passasse a contar com novos aliados.

Em abril de 1944 Vargas informou à Associação de Imprensa que as eleições teriam de esperar até o final da guerra. Em julho do mesmo ano nomeou Coriolano de Góis, conhecido por sua brutalidade e favorável ao regime autoritário, chefe de polícia do Rio de Janeiro[50]. Um mês depois, a Sociedade de Amigos da América foi proscrita, em função da escolha de Osvaldo Aranha para vice-presidente da organização. O ato provocou o afastamento do Ministro das Relações Exteriores do governo. Em 23 de agosto de 1944 Osvaldo Aranha pediu demissão do Ministério. Outros membros da administração estadonovista, em solidariedade à Osvaldo Aranha, também se retiraram do governo, engrossando e aglutinando às oposições dentro e fora do poder.

A crise política que já vinha se arrastando desde 1942 ganhou, então, contornos mais definidos. Os membros do governo favoráveis à democracia , aos poucos, foram se afastando de Vargas e do aparelho estatal, por não encontrarem apoio no Presidente para suas propostas. Na esfera militar, a demisão do General Góes Monteiro do Comitê de Emergência e Defesa Política da América, em fins de 1944, assumiu um caráter de cisão na cúpula das forças armadas. A convivência com oficiais norte-americanos e a observação dos acontecimentos no Brasil fazem com que Góes Monteiro abandone sua antiga posição e se colocasse em posição contrária ao Estado Novo e à Getúlio Vargas[51].

Enquanto as forças internas do Exército passavam por uma cisão, outros militares, que já se contrapunham ao governo, começavam a vincular-se às oposições civis, como Eduardo Gomes e Juraci Magalhães. O momento foi então propício para uma aliança entre as oligarquias oposicionistas e militares, que se articularam para lançar um candidato à Presidência da República. O nome escolhido foi o do Brigadeiro Eduardo Gomes, devido ao seu passado de luta tenentista, e por contar com a simpatia norte-americana, bem como pelo fato de ser católico praticante e ter combatido em 1935, o que afastava a possibilidade de ser vulnerável à propaganda comunista.

Enquanto isso, setores do regime começavam a se articular, preparando-se para abertura política que se anunciava. Ainda no segundo semestre de 1944 Benedito Valadares, Amaral Peixoto e outros membros do Estado Novo argumentaram com Vargas sobre a possibilidade de redigir-se uma lei eleitoral e organizar-se um grande partido nacional. Entretanto, o chefe do governo ainda protelava, contando "ganhar tempo com a persistência do estado de guerra"[52].

> No começo de 1945, as diversas oposições[...]fazem o seu último esforço comum. Mesmo divergentes quanto ao objetivo, do ponto de vista imediato pretendem o retorno à democratização e, assim, a finalidade do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores é lutar contra a censura e a ditadura[...]no segundo semestre de 1944, a Sociedade Brasileira de Escritores, incentivada pelos Jorge Amado, Aníbal Machado, Osvald de Andrade, Mario de Andrade, Antônio Cândido, Paulo Emílio Salles Gomes, Dionélio Machado, Sérgio Milliet e centenas de outros intelectuais, resolve realizar o seu Congresso.[53]

A luta das oposições contra a censura e a favor da democratização, no entanto, teve de esperar até fevereiro de 1945, quando os órgãos de imprensa se arriscaram "a um combate aberto"[54]. Todavia, o encaminhamento do processo de democratização entrelaçava-se com a necessidade de uma definição sobre os rumos da economia no pós-guerra.

1.4 - A conjuntura política de 1945

Em 22 de fevereiro de 1945 o jornal Correio da Manhã publicou uma entrevista com José Américo de Almeida que representou a quebra definitiva da censura no país. Nesta, o entrevistado defendeu eleições diretas para a Presidência da República e acusou Getúlio Vargas de realizar manobras para continuar no poder. De fato, o mesmo jornal, desde o mês anterior, reivindicava em seus editoriais a suspensão da censura à imprensa. E, a partir do início de fevereiro vários jornais publicaram opiniões de elementos da oposição sobre o regime. A entrevista de José Américo de Almeida teve repercussão nacional e internacional e, a partir desta, "as entrevistas, as notícias e os editoriais passaram a fazer as críticas mais veementes ao governo"[55].

As críticas de José Américo de Almeida não se limitaram às intenções continuístas de Getúlio Vargas. Em sua entrevista à Carlos Lacerda ele afirmou que os problemas econômicos que o Brasil enfrentava, especialmente a inflação, não resultavam da Segunda Guerra. Sua origem eram os equívocos da política econômica, que não teria preparado o país para as conseqüências do conflito, tendo optado por privilegiar as grandes obras destinadas a justificar o regime.

> Ao traçar um quadro bastante negativo da economia e das medidas sociais do governo, José Américo procurava desclassificar pontos importantes para a sustentação do Estado Novo, pois este buscava legitimar-se, dentre outras formas, através do sucesso econômico e das medidas voltadas à melhoria das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora.[56]

A entrevista de José Americo de Almeida representava o pensamento de determinadas frações das classes dominantes que se opunham ao Estado Novo. Seu discurso articulava a política e economia nacionais, indicando que as classes dominantes - ou pelo menos parte considerável destas - pretendia rever os rumos da economia com o

término do conflito mundial. E, de fato, a mobilização de industriais, comerciantes e proprietários rurais com relação à este tema vinha ocorrendo desde 1943.

O Primeiro Congresso Brasileiro de Economia (ocorrido no final de 1943), o Congresso Brasileiro da Indústria, que se realizou em dezembro de 1944, e a Primeira Conferência das Classes Produtoras - 1ª CONCLAP -, realizada em maio de 1945, são um importante indicador de que diversas frações das classes dominantes reconheciam a debilidade da estrutura econômica brasileira. Assim, procuraram discutir e estabelecer consensos sobre a ação estatal no campo econômico. É possível, portanto, considerar que, entre 1930 e 1945, "...a idéia de intervenção governamental em apoio a iniciativa privada deixa de ser manifestação isolada de alguns industriais e ganha maior legitimação entre as elites empresariais e técnicas do país"[57].

Para compreender como ocorreu este processo, é necessário refletir sobre as transformações ocorridas no Brasil a partir de 1930. A crise mundial de 1929 propiciou a aceleração do processo de industrialização, já existente desde fins do século XIX. Entretanto, até 1929, esta industrialização foi induzida pela expansão das exportações, encontrando "...limites estreitos impostos pelo crescimento dos mercados gerados pelo setor exportador"[58]. Assim, faltava dinamismo próprio à atividade industrial, na medida em que o crescimento econômico ficava atrelado ao comportamento da demanda externa[59].

A partir de 1933 iniciou-se uma nova fase na economia brasileira, quando a dinâmica da economia deixou de depender da demanda externa. De acordo com Celso Furtado (1979), a partir de então o centro dinâmico da economia foi deslocado para dentro do país. Esta fase é caracterizada como de industrialização por substituição de importações e costuma ser dividida em duas etapas:

> .....na primeira, a de **industrialização extensiva**, a substituição ocorre na faixa dos bens de consumo corrente, de alguns produtos intermediários e bens de capital, cuja tecnologia exige baixa densidade de capital, e, mesmo, de bens de consumo duráveis "leves", produzindo-se um "alargamento de capital", com uso abundante de mão-de-obra e expansão horizontal do mercado; na segunda, a de **industrialização intensiva**, a substituição envereda pelos bens de produção "pesados"e pelos bens duráveis de consumo de alto valor unitário, quando, então, a utilização de técnicas intensivas de capital diminuiria o ritmo de crescimento do emprego industrial, dando lugar a uma expansão vertical do mercado, por meio do aumento da concentração de renda.[60]

Durante a primeira etapa de industrialização, ocorrida entre 1933 e 1955, a industrialização "...se encontra *restringida* porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, *num golpe*, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção"[61]. A implantação das indústrias de base permitiria que a capacidade produtiva crescesse adiante da demanda. A partir de 1956 - e até 1961 - ocorreu uma profunda alteração na estrutura do sistema produtivo, possibilitando a industrialização pesada e a expansão da capacidade produtiva para "...além dos horizontes determinados pela demanda preexistente"[62].

É importante lembrar, todavia, que a industrialização representou "...o aspecto econômico de um processo mais amplo da formação e consolidação da dominação e do poder burgueses, ou seja, do processo de revolução burguesa"[63]. De acordo com Florestan Fernandes, este processo engloba "...um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial"[64]. De acordo com este autor, no processo de revolução burguesa são constituídas simultâneamente as estruturas sócio-econômicas e políticas de dominação burguesa.

Entretanto, esta revolução não contemplou alternativas democráticas, já que em seu processo não foram destruídas formas e relações sociais do passado. Ocorreu a

sobreposição e incorporação destas, num processo revolucionário que avançava, ao mesmo tempo, como contra-revolução. De acordo com Vianna:

> No Brasil nunca houve, de fato, uma revolução [...] Sobretudo, aqui, qualificam-se como revolução movimentos políticos que somente encontraram a sua razão de ser na firme intenção de evitá-la, [...] todos acostumados a uma linguagem de paradoxos em que a *conservação*, para bem cumprir o seu papel, necessita reivindicar o que deveria consistir no seu contrário - a revolução. Nessa dialética brasileira em que a tese parece estar sempre se autonomeando como representação da antítese, evitar a revolução tem consistido, de algum modo, na sua realização [...] Com efeito, o Brasil, mais que qualquer outro país da América Ibérica, esta vasta região do continente americano que chega à modernização em compromisso com o seu passado, pode ser caracterizado como o lugar por excelência da revolução passiva.[65]

Há que se considerar ainda que, ocorrendo no momento em que o capitalismo mundial já se encontrava em sua fase monopolista, a revolução burguesa era um processo difícil. Isto porque as condições eram adversas, na medida em que a economia brasileira encontrava-se em estreita dependência das economias centrais e as riquezas aqui produzidas eram maciçamente drenadas para o exterior. Desse modo, a estrutura política que se constituiu a partir deste processo - o Estado capitalista moderno - expressava as particularidades desta revolução burguesa "difícil" e "passiva".

Este Estado, estruturado a partir de um conjunto de forças sociais heterogêneas e em transformação, não surgiu pronto e acabado. Ao contrário, era uma instituição em transição, em uma sociedade que também se modificava. "Ao longo do processo de transição"[66] esta instituição foi adquirindo "...as estruturas centralizadas, unificadas e unificadoras do Estado nacional capitalista"[67].

De acordo com Sonia Draibe, a capacidade de coordenação econômica deste Estado foi de fundamental importância para a industrialização por substituição de importações, desencadeada a partir da Revolução de 1930. Como já mencionado, esta era

uma industrialização "difícil", em função das condições adversas em que a economia brasileira se encontrava. Convém ressaltar ainda que o processo de industrialização brasileiro não resultou de um desenvolvimento "natural" da estrutura industrial, "... que se teria diferenciado gradativamente, sob os impactos dinâmicos de sucessivos estrangulamentos externos"[68]. Este também não ocorreu em função de um empresariado inovador.

Para implementar esta industrialização foram necessárias bases sociais e de poder para sustentar um projeto de transformações capitalistas que ia além dos horizontes estreitos dos setores dominantes e, particularmente, da burguesia industrial. Todavia, a revolução de 1930 não teve um cunho industrialista. Isto porque a crise deflagrada em 1930 abriu diversas alternativas de desenvolvimento sem que nenhuma delas estivesse determinada a priori. Estavam em curso e conflito tendências diferentes, mas não conflitantes de direção política, o que explica as ambiguidades presentes nas políticas econômicas adotadas, principalmente durante a etapa de industrialização restringida[69].

As forças sociais e políticas constituídas se transformaram em forças dirigentes capazes de articular interesses estratégicos em um conjunto mais amplo de interesses sociais. Porém, as alianças e articulações foram fugazes e instáveis, respondendo a um campo sempre heterogêneo de interesses fragilmente aliados em torno de objetivos específicos. Isso acontecia porque essas forças políticas não tinham suas ações balizadas por um projeto econômico estrututural, mas sim por questões imediatas e pontuais; a medida em que as reivindicações eram estabelecidas e "resolvidas", esse projeto ia sendo construído e articulado.

Até 1945 ocorreu uma primeira e limitada tomada de consciência da problemática da industrialização por parte da nova elite técnica, civil e militar, que então se

instalava no aparelho estatal que se reestruturava. Esboçaram-se, ao longo dos anos trinta e durante a Segunda Guerra, "planos" econômicos que buscavam o crescimento econômico do país. Entretanto, o aparelho econômico não era monolítico nem coeso. Os técnicos não podiam estabelecer nem exercer um papel dirigente nesta etapa sem que houvesse hegemonia entre as classes dominantes.

Entre 1930 e 1945 criou-se a consciência de que era necessário e viável implantar um setor industrial integrado, e de que era preciso instituir mecanismos de centralização de recursos financeiros capazes de viabilizar a acumulação industrial que se pretendia fazer. Também a idéia de intervenção governamental ganhou maior legitimação entre as elites empresariais e técnicas do país, assim como o conceito de planejamento começava a se impor como um imperativo, diante da crise internacional, da debilidade da estrutura econômica brasileira e da debilidade do próprio empresariado[70].

Entretanto, ao iniciar-se a segunda metade dos anos quarenta, as debilidades incrementadas pelo esforço de guerra justificaram muitas das objeções ao governo de Getúlio Vargas. Não era incomum uma certa confusão entre liberalismo político e liberalismo econômico. Em função da ausência de liberdades políticas durante os anos estadonovistas, tudo o que lembrasse o regime autoritário passou a ser repelido. As conseqüências foram que o conceito de planejamento passou a ser associado ao Estado Novo.

A conjuntura política deste momento construiu-se a partir do fim da censura à imprensa e da organização dos novos partidos políticos, que marcaram o primeiro semestre de 1945. Entre os principais partidos destacavam-se o PSD (Partido Social Democrático), que agregava grande parte dos interventores e proprietários rurais; a UDN (União Democrática Nacional), que aglutinava grande parte dos opositores ao Estado

Novo, ainda que muitos destes fizessem parte das classes dominantes; o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), criado a partir da iniciativa do Ministério do Trabalho e ligado aos sindicatos de trabalhadores urbanos; e o PCB (Partido Comunista do Brasil), que conquistava o direito de participar da política na legalidade.

Ao mesmo tempo, a crescente mobilização popular ganhava as ruas, em comícios dos candidatos à Presidência e pela permanência de Getúlio Vargas no poder. Estes últimos faziam parte da Campanha Queremista, que apoiava eleições para uma Assembléia Constituinte, porém, "queria" o líder do Estado Novo no poder até a promulgação da nova Constituição. À Campanha aderiram boa parte dos trabalhadores urbanos e Luís Carlos Prestes, principal liderança do PCB.

Apesar do apoio à candidatura do seu Ministro da Guerra para a Presidência da República pelo PSD, Vargas provocou desconfianças quanto às suas reais intenções. Além de não reprimir o movimento, que propunha a sua continuação no poder, modificou a legislação eleitoral, convocando eleições estaduais e municipais para a mesma data das eleições para a Presidência da República e para a Assembléia Constituinte.

Por sua vez, a oposição liberal, reunida em torno da candidatura de Eduardo Gomes, pela UDN, acreditava estarem se efetivando manobras para um golpe contra a redemocratização do País. A nomeação de Benjamin Vargas, irmão do Presidente, para a Chefia de Polícia do Rio de Janeiro (DF), transformou as desconfianças em certeza. Liderado pelo ex-Ministro da Guerra e candidato à Presidência General Eurico Dutra, o golpe de 29 de outubro depôs Getúlio Vargas, dando fim ao Estado Novo e garantindo as eleições para Presidente da República e para a Assembléia Constituinte.

Todavia, seu afastamento não impediu que, às vésperas das eleições, o ex-presidente apoiasse seu antigo aliado, garantindo-lhe a vitória no pleito de dezembro de

1945. Tendo obtido 55% da votação nacional, Eurico Gaspar Dutra se apresentou como o presidente de todos os brasileiros. O apoio do PTB e de Getúlio Vargas foi decisivo neste resultado. Para as principais lideranças políticas ficou claro que a adesão dos trabalhadores urbanos, identificados em boa medida com o PTB, foi crucial para a vitória do candidato do "partido dos interventores" (PSD).

De concorrente sem carisma, o ex-Ministro da Guerra transformou-se no nome que poderia vir a representar os ideais e aspirações dos trabalhadores. Entretanto, era motivo de desconfiança entre eles já que, em articulação com os opositores do Estado Novo, depôs o antigo líder do Executivo. A atitude do novo presidente - em 29 de outubro de 1945 - demonstrou aos udenistas que este pretendia preservar o regime político recém-implantado. Entretanto, isto não era o bastante para garantir aos membros da oposição udenista, insatisfeitos com o resultado das urnas, uma mudança efetiva na condução da política, especialmente na área econômica.

O fim do Estado Novo estimulou as críticas que, abafadas durante os anos de censura, ampliaram-se à condução da economia. Tiveram destaque na imprensa os déficits orçamentários, os créditos fornecidos sem o devido controle e fiscalização, a prioridade concedida às atividades voltadas para a exportação e o excesso de gastos públicos. Os críticos alegavam que, em função destas medidas, faltavam gêneros de primeira necessidade para o consumo interno e, os poucos existentes, eram comprometidos pelas dificuldades de transporte, sendo vendidos por preços cada vez mais altos.

Era também opinião corrente que as emissões de papel moeda, financiando o orçamento público, e os créditos oferecidos aos produtores e comerciantes, alimentaram o processo inflacionário. Para muitos, o fim da guerra representava o fim do intervencionismo econômico e as restrições às importações, os controles de preços e a escassez de equipamentos fariam parte do passado.

Assim, o imediato pós-guerra reservava ao novo governo a tarefa de reorganizar a economia, o que garantiu papel de destaque ao principal órgão encarregado das propostas a ações de política econômica. A partir de 1946, ao Ministro da Fazenda e sua equipe caberiam as medidas que poderiam estancar o surto inflacionário e reequilibrar o funcionamento da produção e do comércio. Ainda que estivesse subordinada ao novo Presidente eleito, à pasta da Fazenda era garantida certa autonomia, em função das informações e conhecimentos técnicos com os quais lidava, exigindo assim elevado grau de confiança nas relações de seu representante com o chefe do Executivo.

---

[1] "Esta carta representa, em parte, a tentativa da diplomacia norte-americana, tradicionalmente suspeitosa da diplomacia européia, de evitar um acordo secreto entre Churchill e Stalin sobre zonas de influência na Europa após a eventual vitória sobre Hitler e Mussolini."(Malan, 1995, p.53, nota 1).
[2] *Ibidem*, p.53.
[3] *Ibidem*, p.54.
[4] Segundo P. S. Malan, "À Inglaterra, em 1941, ainda não era dado avaliar integralmente a extensão em que sairia exaurida como nação do conflito, incapaz de sustentar econômica e militarmente seus interesses imperiais. (*Ibidem*).
[5] "Existe hoje uma ampla e controvertida literatura acerca do processo de deterioração das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética a partir de 1945[...] Cabe apenas observar que parece excessivamente simplista atribuir à morte de Roosevelt (abril de 1945) e à ascensão de Truman à Presidência uma súbita e radical mudança na política externa norte-americana. Na verdade, até 1946, Truman continuaria conduzindo a vertente 'econômica de tal política segundo as linhas gerais traçadas por Roosevelt." (*Ibidem*, p.56).
[6] *Ibidem*.
[7] *Ibidem*.
[8] Moura, 1991, p.6/8. Contudo, Jaime Pinsky afirma que os sentimentos filogermânicos de Vargas não tinham raízes já que, longo após a Primeira Guerra Mundial, o então deputado estadual pronunciou discurso na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul contra as ações alemãs durante a guerra. Observa ainda que as relações entre os EUAe o Brasil não constituíam uma novidade, sendo bastante intensas e crescentes desde a Primeira República. (Pinsky, 1975, p.337/349).
[9] Moura, *op.cit.*, p.3/4.
[10] *Ibidem*, p.4.
[11] *Ibidem*, p.5.
[12] *Ibidem*, p.7 e Bethell, 1997, p.65.
[13] De acordo com Florestan Fernandes, a revolução burguesa brasileira se caracterizou como um processo de construção simultânea de estruturas sociais e políticas de dominação burguesa. Entretanto, segundo o mesmo, esta não foi democrática nem em seu processo foram destruídas formas sociais e políticas anteriores à mesma. O que ocorrreu neste processo foi a modernização e incorporação da dominação pretérita. Mas, ainda que sob esta forma particular, fez-se uma revolução burguesa já que o seu movimento histórico foi o de uma transformação capitalista. (Fernandes, 1975, p.203,212 e 214).
[14] Moura, *op.cit.*, p.6.
[15] *Ibidem*, p.16.
[16] *Ibidem*, p.21/22.
[17] *Ibidem*, p.22.

[18] Estes eram: bauxita, berilo, cromita, ferro-níquel, diamantes industriais, minério de manganês, mica, cristais de quartzo, borracha, titânio e zircônio. Em 1942 foram acrescentados à estes: cobalto, tungstênio, níquel, tantalita, columbita, mamona e óleo de mamona. (*Ibidem*, p.17).

[19] Para a implementação deste plano o governo norte-americano enviou o presidente do Eximbank com a delegação dos Estados Unidos, que participaria da III[a] Conferência dos Chanceleres no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942. Warren Pierson apresentou ao governo brasileiro o plano que incluía a abertura da mina de Itabira, a melhoria do acesso ferroviário para transportar o minério até Vitória (ES), um empréstimo à Central do Brasil para transportar grandes cargas de manganês e ferro para o porto do Rio de Janeiro e o melhoramento do porto do Rio de Janeiro. Devido aos acordos de Washington, em 1942, o governo brasileiro criou uma empresa estatal para exportar minério de ferro de Minas Gerais ao porto de Vitória. A Companhia Vale do Rio Doce S.A., assim como os acordos com os EUA, possibilitaram a construção da estrada de ferro através do Espírito Santo e o reaparelhamento do porto para o escoamento do minério de ferro. (*Ibidem*, p.18 e Carone, 1977, p.81).

[20] Moura, *op.cit.*, p.18.

[21] Carone, *1977.*, p.79/80.

[22] Abreu, 1995, p.44.

[23] Carone, *op.cit.*, p.80.

[24] Moura, *op.cit.*, p.21.

[25] Carone, 1985/A, p.30/31.

[26] Abreu, *op.cit.*, p.43.

[27] Aníbal Villela e Wilson Suzigan esclarecem que houve aumento da receita das exportações durante a Segunda Guerra, apesar do volume exportado Ter se mantido praticamente estável no Brasil. (Villela, 1977, p.217).

[28] Villela e Suzigan, citando artigo da revista **O Observador Econômico e Financeiro**, afirmam que na indústria têxtil 80% do equipamento estava obsoleto e gasto ao final da guerra e exigindo imediata substituição. (*Ibidem*, p.220).

[29] "...a limitação das importações imposta pela guerra teve como resultado uma desaceleração no ritmo de desenvolvimento industrial. Daí Ter a indústria, como um todo, crescido nos anos de guerra à taxa anual de 5,4%, i. é, sensivelmente inferior à da década dos 30, 8,4%, e a dos anos 1933/1939, quando alcançou 11,2%." (Versiani, 1977, p.220)

[30] Edgard Carone esclarece que este aumento não significou uma soma à parcela anterior, "...onde se acrescentam os novos estabelecimentos que vêm se instalando. O que há, em determinadas épocas, é a renovação parcial de parte existente, substituída por novas gerações de indústria". (Carone, 1985/A, p.172/173).

[31] Abreu, *op.cit.*, p.41.

[32] As obrigações de guerra seriam subscritas da seguinte maneira: mensalmente, funcionários públicos e pensionistas teriam recolhidos 3% de seus salários, recebendo, em troca, obrigações de guerra. Quanto aos contribuintes do imposto de renda, teriam que comprar obrigações de guerra num montante igual ao imposto devido. "A emissão de Letras do Tesouro tinha como objetivo antecipar a receita proveniente das obrigações de guerra. Ou seja, tratava-se de um instrumento para mobilizar rapidamente recursos, que seriam captados a prazo mais longo pelo empréstimo de guerra."(Villela, *op.cit.*, p.210/211 e Decreto-Lei n° 4.789 de 5.10.1942).

[33] Decreto-Lei n°6.224 e Decreto-Lei n° 6225 de 24.01.1944 *apud* Villela, *op.cit.*, p.212.

[34] Esta é a opinião de Nilo Odália, que acrescenta: "... a luta contra o nazi-fascismo foi o elemento catalizador da luta interna contra o fascismo brasileiro. A redemocratização do país era um imperativo da situação; à medida em que a ditadura afrouxava suas tenazes, permitindo os movimentos estudantis e do povo em prol do engajamento do país na conflagração mundial, cavava sua própria sepultura, pois em tais movimentos a propaganda pela derrubada da ditadura lhes era subjacente." (Odália, 1975, p.356).

[35] Ianni, 1991, p.87.

[36] Em 28 de janeiro de 1942 o Brasil rompeu relações com a Alemanha, Itália e Japão. Jornais, agências e instituições ligadas à estes países foram, então, fechadas e os embaixadores desses países abandonaram o país. "Em compensação, começam a se dar torpedeamentos de navios brasileiros. Até então, o que acontece é o ataque a um navio de carga brasileiro, metralhado por avião, em abril de 1941. Agora, começa o torpedeamento de navios indefesos [...] Os afundamentos levantam a indignação no país e leva estudantes e povo a saírem à rua e pedirem represália." De acordo com Carone, "...Goes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra tentam obstar que o Ministério rompa relações diplomáticas com o Eixo." (Carone, *op.cit.*, p.283/284).

[37] Carone, 1977, p.293.

[38] Segundo Edgard Carone, a UNE (União Nacional dos Estudantes) foi fundada em 13 de agosto de 1937 a partir da união de centros estudantis estaduais e tolerada pelo Estado Novo. É a primeira organização

estudantil brasileira de caráter nacional e permanente, resultante do 1° Conselho Nacional dos Estudantes, reunido de 13 a 16 de agosto de 1937. O mesmo autor acrescenta ainda que, em julho de 1942, logo após a marcha em prol dos Aliados, ocorreu a Passeata Estudantil Antitotalitária, no centro do Rio de Janeiro (DF). (*Ibidem*, p.298/299).

[39] Edgard Carone afirma que: "Em agosto de 1942, a palavra de ordem de *União Nacional* está na boca de todos. Os comunistas exilados retornam ao país: é assim que Jorge Amado, Pedro Mota Lima, José Barbosa Melo. Fernando Lacerda, Amorety Osório e muitos outros saem da Argentina em direção ao Brasil. Por sua vez, membros das oligarquias, espontaneamente, colaboram com o governo, como é o caso de Virgílio de Melo Franco. que em 1937 era favorável a Getúlio Vargas e depois se afasta dele." (Ibidem., p.298/299).

[40] *Ibidem*, p.306.

[41] Skidmore, 1992, p.72.

[42] Carone, *op.cit.*, p.299/300.

[43] De acordo com Carone: "O Manifesto dos Mineiros é o fator de aglutinação de grupos da oligarquia mineira. Como vimos, Artur Bernardes, Antônio Carlos e Odilon Braga estão contra o Estado Novo desde o começo. Um Virgílo de Mello Franco, como seu pai, Afrânio de Mello Franco, continuam ligados a Getúlio Vargas, mesmo após o golpe de 10 de novembro. Com o tempo, Afrânio se afasta e só em 1942 é que resolve colaborar com o governo, para o esforço de União Nacional. Neste momento, ele e muitos outros vão romper definitivamente com o Estado Novo e reforçar o grupo mineiro oposicionista." (*Ibidem*, p. 304 e Skidmore, *op.cit.* p.73).

[44] Segundo Luiz Werneck Vianna: "A crise político-institucional do regime tendia a se agravar pelo fato do descumprimento de disposições essenciais da Carta de 37. Assim, o artigo 175 dispunha que o período presidencial de Vargas se iniciava na data de sua promulgação, valendo a renovação do seu mandato até a realização do plebiscito disciplinado pelo artigo 187. Caso o resultado do plebiscito fosse favorável à Constituição, seu governo se encerraria em 1943. Com a suspensão das eleições plebiscitárias [...] as pressões redemocratizantes se operam num quadro de indefinição institucional, em que o próprio mandato presidencial não estava sujeito a qualquer limitação no tempo."(Vianna, 1978, p. 243/244).

[45] *Ibidem*, p.248.

[46] *Ibidem.*

[47] Gomes, 1988, p.268/271.

[48] De acordo com Leslie Bethell, em 1945 mais da metade dos trabalhadores urbanos brasileiros (cerca de 1 milhão e 100 mil) trabalhavam em 70 mil fábricas de pequeno e médio porte nos setores têxtil, alimentício, de bebidas, metalúrgico, químico e farmacêutico, de cimento, pneumático e em montadoras de veículos. Um grande contingente era formado ainda por funcionários públicos. Nesta época, um quarto da força de trabalho estava sindicalizada. Entretanto, através das leis trabalhistas estabelecidas pela Carta de 1937 e pelo Decreto 1402 de agosto de 1939, consolidadas e reforçadas pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em maio de 1943, o Estado controlava os sindicatos, reconhecendo apenas um sindicato por indústria em cada localidade. Assim, haviam cerca de 800 a 900 mil sindicatos reconhecidos pelo governo estadonovista em 1945. Cada setor de porte podia organizar federações estaduais e confederações nacionais. "Não se permitiam, porém, organizações intersindicais 'horizontais' (ligando, por exemplo, trabalhadores têxteis e metalúrgicos de São Paulo). Acima de tudo, a lei proibia uma organização *nacional* única de todos os trabalhadores, nos moldes da Confederación General del Trabajo (CGT) argentina ou da Confederación de Trabajadores de México (CTM).... Na falta da livre negociação coletiva, as negociações entre o capital e o trabalho eram realizadas por meio das varas trabalhistas. Enfim, os trabalhadores brasileiros perderam o direito à greve." (Bethell, *op.cit.*, p.74,75 e 76).

[49] Segundo adido trabalhista britânico, em exame do sindicalismo brasileiro, os trabalhadores brasileiros gozavam de alguns direitos inexistentes em qualquer país democrático na época – até 1946 – como garantia de estabilidade após dez anos de serviço e o pagamento igual para trabalho igual de ambos os sexos. (*Ibidem*, p.76/77).

[50] De acordo com Leslie Bethell, Coriolano de Góes era um "homem descrito pelo embaixador britânico cómo 'absolutamente brutal e repressivo'. Edgard Carone afirma que Coriolano de Góes foi responsável por uma matança de estudantes em São Paulo, em dezembro de 1943. (*Ibidem*, p.72 e Carone, *op.cit.*, p.311).

[51] Edgdard Carone afirma que: "Entre 1943 e começo de 1944, Goes Monteiro afasta-se gradualmente do governo, é nomeado no começo deste último ano para o Comitê de Emergência e Defesa Política da América, em Montevidéu, e lá sofre a influência de oficiais americanos, além de seguir a evolução dos golpes militares na Argentina e Uruguai, o primeiro deles levando ao poder o Coronel Juan Perón. Oportunista e vivo, compreende e percebe os sinais de mudança interna no Brasil e, ao contrário de Dutra, que continua fiel às suas idéias e a Getúlio Vargas, Goes Monteiro vai abandonar sua antiga posição. A cisão que provoca é mais profunda do que a que se dá no Exército em 1943. A fundação da Sociedade dos Amigos da América e a revitalização da Liga de Defesa Nacional são momentos fundamentais, mas nestes episódios os militares

envolvidos agem fora do Exército, em acordo ou mesmo orientados pelos civis [...] A cisão de Goes Monteiro será diferente, pois ele pode ter ligações com civis, mas o que vai liderar e comandar são companheiros de farda. O seu movimento pode receber ressonância externa, mas sua ação representa luta interna dentro do próprio Exército, ou aglutinação da corrente oposicionista do próprio Exército contra a corrente direitista pró-Getúlio Vargas e Eurico Dutra." (Carone, *op.cit.*, p.312).

[52] Vianna, *op.cit.*, p.244.

[53] Edgard Carone informa que a Sociedade Brasileira de Escritores foi fundada em março de 1942 e dela faziam parte liberais e homens de esquerda. As reuniões do Congresso Brasileiro de Escritores duraram de 22 a 26 de janeiro de 1945. (Carone, *op.cit.*, p.316).

[54] De acordo com Carone: "A Declaração de Princípios do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores foi proibida de sair nos jornais." (*Ibidem*, p.317).

[55] Vale, 1978, p.45.

[56] Corsi, 1996, p. 26/27.

[57] Bielschovsky, 1996, p.251.

[58] Mello, 1982, p.91.

[59] Tavares, 1972. P.31.

[60] Mello, *op.cit.*, p.93.

[61] *Ibidem*, p.110.

[62] Draibe, *op.cit.*, p.13.

[63] *Ibidem*, p. 13/14.

[64] Fernandes, 1975, p.203.

[65] De acordo com Luiz Werneck Vianna, a categoria revolução passiva, "... elaborada por Gramsci em suas extensas notas sobre o *Risorgimento* italiano," poderia ser utilizada "... como recurso de interpretação para o processo de modernização autoritária desencadeado no Brasil, sob a égide do Estado corporativo da década de 1930 [...] em Gramsci, com a revolução passiva, admite-se a possibilidade de que a hora da passagem para o domínio burguês não necessariamente coincide com o seu triunfo político e, menos ainda, com rupturas explosivas na estrutura do Estado. Nem por isso [...] tais tipos de passagem deixam de ser considerados como inaugurais da ordem burguesa, uma 'revolução sem revolução', na medida em que levam ao aprofundamento do seu modo de produção em regime de hipoteca com as formas pretéritas de propriedade e de extração de excedente. Daí podendo também ser consideradas como 'revoluções-restaurações', via reacionária de modernização capitalista que faz do público um lugar de relações condominiais entre os interesses dominantes, expropriando politicamente os setores subalternos da sociedade e intensificando modalidades autoritárias de controle social sobre elas." (Vianna, 1997, p.7 e 12) .

[66] Pode-se questionar sobre a precisão do conceito de transição, pois ele dá margem a interpretações extremamente "elásticas", no sentido de não determinar claramente o que é, quanto dura, o que produz essa transição. Podemos entendê-lo, então, como um processo de *ocidentalização*, pois a partir desse conceito precisamos que a sociedade brasileira está superando características *orientais* para construir elementos *ocidentais*, isto é, de uma realidade sem sociedade civil plenamente formada e articulada, capaz de interagir com o Estado, e sem mecanismos claros de participação e interlocução, estão se estruturando os elementos realizadores da *ocidentalização*.

[67] Draibe, *op.cit.*, p.18, nota 14.

[68] *Ibidem*, p. 19.

[69] Para Ricardo Bielschowsky, o período 1930-1945 "... marcou um salto qualitativo na ideologia industrialista preexistente, adicionando-lhe elementos básicos para a definição de uma estratégia industrializante". A Revolução de 1930 "...teria quebrado a hegemonia política das oligarquias regionais, abrindo espaço (para) inserir novos atores no universo restrito das elites dirigentes do país. Não há [...] nenhuma interpretação de que tenha sido uma revolução de cunho industrialista [...] predomina até mesmo a opinião de que foi inexpressiva a participação dos industriais nos acontecimentos nacionais do período [...] Uma compreensão dialética da realidade daquela fase de transição exige, evidentemente, que se compreenda o todo social como um conjunto de elementos tradicionais e inovadores, igualmente marcantes. Afinal, isso é o que sempre configura a complexidade de uma sociedade em rápida transformação [...] Surpreendente, na verdade seria que a política econômica do período, vista em seu conjunto, não contivesse ambigüidades. O problema de apresentar elementos conservadores ou inovadores é saber dosar o peso e o alcance de cada fator histórico, de modo a não exagerar o seu significado." (Draibe, *op.cit.*, p.20 e Bielschowsky, *op.cit.*, p.248/250).

[70] Bielschowsky, *op.cit.*, p.251.

CAPÍTULO 2

A Gestão de Gastão Vidigal

2.1. Um paulista na Fazenda.

O governo que se iniciou em janeiro de 1946 defrontou-se com um legado de instabilidade econômica e social e com grandes expectativas quanto às suas possíveis soluções. Havia um elevado déficit público, uma inflação crescente, grande escassez de gêneros de primeira necessidade e de insumos básicos, mas com um significativo saldo comercial em moedas estrangeiras. Trabalhadores, industriais e produtores rurais, bem como comerciantes, aguardavam medidas que garantissem a normalização do abastecimento, tanto de equipamentos e matérias-primas quanto de produtos acabados e semi-acabados[1]. Eram esperadas, ainda, ações que pudessem interromper a onda de greves que se alastrava pelos principais centros urbanos do país.[2]

Eurico Gaspar Dutra tomou posse com os novos senadores e deputados constituintes. Porém, até que estivesse concluída a nova Constituição, o Presidente detinha poderes para legislar sem a participação do Congresso Nacional.[3] Esta prerrogativa, em tese, garantia ao novo chefe do Executivo boa dose de autonomia para implementar medidas que reduzissem os desequilíbrios econômicos e as insatisfações demonstradas por setores da sociedade brasileira naquele período. Entretanto, a fase democrática exigia tolerância às críticas dos diversos segmentos de classe. O partido do novo Presidente conquistou o maior número de cadeiras do Senado e da Câmara Federal, o que não

eliminava a necessidade de buscar apoio, especialmente da UDN, a segunda maior bancada do Legislativo/Constituinte.[4]

A aliança com o PTB, nos estertores da campanha presidencial, garantiu à este partido o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. As outras pastas foram ocupadas por membros do PSD, com prioridade dos estados com maior influência e poder. Para o Ministério da Justiça, foi escolhido Carlos Luz, do PSD de Minas Gerais; as Relações Exteriores couberam a João Neves da Fontoura, gaúcho do PSD. A Fazenda coube ao paulista Gastão da Costa Vidigal, banqueiro e igualmente do PSD. Todavia, a constituição do ministério não se deu sem que disputas fossem travadas no interior dos quadros do PSD e do PTB.

As dificuldades de abastecimento e o acelerado processo inflacionário geravam grandes expectativas quanto às ações do novo Ministro da Fazenda. Este pertencia à uma tradicional família paulista, e sua biografia incluía formação e especialização em Direito Comercial e Financeiro; a Presidência da Associação Comercial de São Paulo (entre 1941 e 1942); o cargo de Diretor da CEXIM (Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil), entre 1942 e 1945; e a fundação do Banco Mercantil de São Paulo, do qual permanecia sócio em 1946. Era tido como um dos principais articuladores da candidatura do General Dutra à Presidência da República no seu estado. Fora eleito deputado federal pelo PSD, abdicando do mandato na Assembléia Nacional Constituinte para assumir o cargo no Ministério da Fazenda.[5] Em seu discurso de posse, Gastão Vidigal declarou:

> Servir ao Brasil[...]. é gastar bem, em obras que visem ao fortalecimento econômico,[...].é a defesa da moeda,.[...] é o saneamento do meio circulante[...].; é o combate à inflação,[...] é não recorrer às emissões de papel-moeda, senão pelos reclamos fundados da produção, ou quando inexoravelmente fôr impossível evitá-las; é traçar o programa de resgate das quantidades de moeda que realmente foram excessivas às necessidades gerais; é facilitar a circulação[...]; é a organização bancária, atendidos os vários setores em que se desdobra a sua ação, sob a cúpula do banco central, de tipo clássico, adaptado às conveniências do Brasil e afinado pelos

> compromissos internacionais, com a elasticidade de sua ação reguladora e fiscalizadora do crédito;[...].é encarar, com vontade de resolvê-lo, o problema dos transportes e das vias de comunicação;[...]é o estímulo e o amparo à produção[...].; é o aperfeiçoamento e o controle da arrecadação[...]; é afinal, a preservação da moralidade administrativa .[6]

As declarações feitas ao assumir o cargo de Ministro da Fazenda foram reafirmadas alguns dias depois, em entrevista concedida à imprensa. Nesta, Gastão Vidigal declarou que era preciso limitar os déficits e evitar as emissões. Lembrou, todavia, a necessidade de se desenvolver a produção, "...de distribuí-la bem e fazer cessar as prodigalidades orçamentárias inúteis e perigosas." Quanto à distribuição, o novo Ministro da Fazenda disse que o governo deveria intervir para evitar a carestia: "É preciso dar hierarquia ao problema de transportes e das vias de comunicação, ligar os Estados, aproximar os mercados, os portos e os centros produtores." Os problemas vitais do Brasil eram, segundo suas afirmações, produzir, distribuir e economizar. Acreditava que, assim, a inflação seria estancada e o déficit liquidado. No tocante à situação internacional, defendia que "...conquistamos um bom lugar e com as nações amigas conseguiremos, por acordo, a defesa crescente dos nossos interêsses."[7]

As palavras do Ministro Gastão Vidigal preparavam o país para as ações do novo Governo, que tinham como preocupação central o sistema econômico nacional. Todavia, este não desprezava as necessidades prementes de ajuda externa, através de financiamentos e do fornecimento de máquinas e insumos. Era, então, o momento de elaborar um conjunto de medidas a serem implementadas, e convencer os principais segmentos das "classes produtoras" sobre a necessidade de sua execução.

2.2. A abertura às importações.

Dutra assumiu a presidência da república em 31 de janeiro de 1946. O primeiro mês de governo transcorreu sob a expectativa de mudanças nas regras do câmbio, na cobrança de impostos e na concessão de créditos públicos. Os jornais e a imprensa especializada insistiam em atacar a política econômica desenvolvida por Getúlio Vargas durante o período do Estado Novo. A aceleração inflacionária; a especulação, presente nos gêneros alimentícios, no mercado de juros e no setor imobiliário; e a obsolescência de nosso parque industrial seriam resultantes, conforme a visão da imprensa da época, da "incúria administrativa da ditadura." Segundo esta visão:

> ...a inflação originava-se basicamente dos saldos da balança comercial, obtidos através do crescimento das exportações e da diminuição das importações, ambas ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial, obrigando o Governo a comprar cambiais e a emitir, em troca, papel-moeda, levando assim a aumentos nos preços."[8]

As críticas se estendiam ainda sobre a concessão de créditos, que teriam ocorrido em função do crescimento do sistema bancário, ambos sem a devida fiscalização; à ineficiência da aplicação do imposto sobre lucros extraordinários; e ao modesto resultado do lançamento dos "Certificados de Equipamento". Estes últimos rendiam juros de 3% ao ano, garantidos pelo governo, para serem resgatados em moeda estrangeira, quando fosse possível ao portador adquirir máquinas e equipamentos para o reaparelhamento de sua empresa.[9]

Foi neste cenário que o presidente Dutra promulgou o Decreto-Lei n° 9.025. Assinado em 27 de fevereiro de 1946, o decreto estabelecia ampla liberdade nas operações cambiais, além de assegurar o direito de retorno dos capitais estrangeiros previamente registrados na Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, até o limite de 20% do capital registrado. Além destas, fixou em 8% do valor do capital registrado o montante permitido de remessa de juros, lucros e dividendos, e reduziu de 5% para 3% o imposto sobre as

operações de câmbio. O decreto reduziu ainda de 30% para 20% as cambiais de exportações que deveriam ser entregues ao Banco do Brasil, à taxa oficial do câmbio, para serem convertidas em letras de exportação.[10]

A medida foi seguida por uma entrevista à imprensa de Gastão Vidigal. Nesta, o Ministro procurou esclarecer as propostas do Executivo diante da situação econômica. Declarou que o governo se esforçaria para não autorizar novas emissões e que a deflação não poderia ser considerada programa de governo:

> Trata-se de remédio drástico e heróico, que pode levar à destruição, enquanto o que se quer é convalescer para construir. Essa medida depende muito do modo como se ajustem, no meio circulante, às necessidades da produção e das outras atividades.[11]

Seria preciso, antes de deflacionar, absorver o excesso de meios de pagamento. Segundo Gastão Vidigal, o Decreto-Lei n° 9.025 evidenciava a tendência do Governo Dutra no tocante à questão cambial : "...a garantia de remuneração e de retorno do capital estrangeiro dá bem a medida da orientação que o Govêrno se impôs"[12]. Acrescentou ainda que os saldos de exportações deveriam, preferencialmente, servir à importação de bens de produção ao invés de bens de consumo, de máquinas modernas às usadas ou obsoletas. Sobre a criação do Banco Central e do Banco Rural, afirmou que o trabalho das comissões encarregadas dessa tarefa seria iniciado dentro de poucos dias. Adiantou também que o plano de emergência, que financiaria a produção agrícola, seria posto em execução imediatamente.

Logo após a promulgação do referido decreto, representantes de associações comerciais e industriais de São Paulo e do Rio de Janeiro reuniram-se com o Presidente Eurico Dutra e com os Ministros da Fazenda e do Trabalho, Indústria e Comércio para discutir como obter o barateamento do custo de vida.[13]

As declarações de Gastão Vidigal, concedidas um dia após a aprovação do decreto que liberava as importações, continham, também, explicações sobre o déficit previsto para o exercício de 1946. Este decorreria, segundo sua justificativa, do aumento dos vencimentos do funcionalismo e da restruturação das carreiras deste, criando assim, novos encargos para o Tesouro, que correspondiam a, aproximadamente, dois bilhões e meio de cruzeiros.

O ministro adiantou, portanto, que em função do déficit previsto, seriam inevitáveis novas imposições fiscais. O imposto de renda poderia vir a ser modificado, tanto na sua incidência quanto no seu âmbito de contribuição.[14] Falando em nome do governo, Gastão Vidigal justificou ainda a proibição das exportações de tecidos de algodão, aprovada pela Comissão Executiva Têxtil (CETEX). Esta seria uma medida que visava impedir a especulação e a alta exagerada deste produto, por conta da queda na produção, fato que já vinha ocorrendo.

O Decreto-Lei n° 9.025 repercutiu favoravelmente junto à imprensa, que comentou o ato como um importante estímulo às inversões estrangeiras no país. No entanto, ainda causavam preocupações a onda de greves, que atingia os principais centros urbanos, e a expectativa de aumento nos impostos.

A greve dos bancários, iniciada em janeiro de 1946, prosseguiu até meados de fevereiro, atingindo mais de quarenta mil trabalhadores do setor em todo o Brasil. Também em fevereiro, várias greves paralisaram, em São Paulo, mais de cem mil trabalhadores de várias categorias profissionais. No mesmo mês, mineiros e ferroviários paralisaram suas atividades no Rio Grande do Sul.[15] Estes acontecimentos preocupavam o governo e frações das classes dominantes.

Em março, o Legislativo Federal propôs a criação de uma comissão especial com o objetivo de estudar soluções para a alta do custo de vida e as greves. Quanto ao

Executivo, após reunir-se com representantes da indústria e do comércio do Rio de Janeiro e de São Paulo, convidou os líderes da minoria parlamentar para expor suas propostas de reorganização econômica do Brasil.[16]

O plano do governo incluía a regulamentação das greves, a estabilização dos preços, através do seu tabelamento, e a taxação dos lucros extraordinários. Os jornais publicaram que as três propostas seriam transformadas em lei concomitantemente. Todavia, o decreto dispondo sobre o direito de greve no Brasil foi assinado em 15 de março de 1946, enquanto os projetos sobre o controle de preços e sobre os lucros extraordinários continuaram a ser discutidos com os presidentes de associações do comércio e da indústria ao longo do referido mês. Na prática, as greves ficavam proibidas, já que os dissídios seriam submetidos à conciliação prévia da Justiça do Trabalho.[17]

Durante o mês de março ganharam destaque nos jornais as diversas opiniões sobre o projeto de lei que taxaria os lucros extraordinários. As várias reuniões de Gastão Vidigal com os representantes da indústria e do comércio e os diversos artigos publicados na imprensa sobre o assunto evidenciavam a polêmica gerada pelo anteprojeto, denominado por alguns, ironicamente, de "Lei do Confisco". O Ministro da Fazenda encarregou-se da tarefa de encontrar apoio junto aos principais segmentos do setor industrial e comercial. Entretanto, ainda em seu segundo mês à frente da Pasta da Fazenda, já se faziam presentes as críticas à sua gestão.

Também no mês de março o Ministro do Trabalho reuniu-se com representantes da indústria e do comércio, para discutir o projeto de lei sobre o controle dos preços. Todavia, o setor agrícola não ficou esquecido. Ainda no início de março foi assinado pelo Ministro da Fazenda e pelo Presidente do Banco do Brasil um contrato para o financiamento da produção de gêneros de primeira necessidade. No mesmo mês, os representantes dos estados cafeeiros se reuniram com Gastão Vidigal para discutir a

melhoria dos preços do café. no mercado norte-americano. Os cafeicultores entregaram ao Ministro um memorial que reivindicava o fim do controle cambial das exportações de café e a extinção do Departamento Nacional do Café (DNC).

Apesar das ações no sentido de buscar uma saída para a carestia e o desabastecimento, o governo extinguiu, em fins de março, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, órgão potencialmente capaz de elaborar um planejamento de conjunto para a economia.[18] No mesmo período, o Executivo assinou vários decretos, reorganizando os ministérios, com o objetivo de reduzir despesas. Criou ainda uma comissão, presidida pelo Ministro da Fazenda, para elaborar um projeto que estabelecesse critérios uniformes na concessão dos vencimentos aos funcionários públicos.[19] Entretanto, entre o governo e diversos segmentos dos setores produtivos e comerciais, não havia ainda um consenso sobre os meios de deter a inflação.

Entretanto, em reunião ministerial, ocorrida em 28 de março, o Presidente Dutra incumbiu o Ministro da Fazenda da redação final do projeto sobre lucros extraordinários. Segundo noticiava a imprensa, o imposto forneceria ao Tesouro, com relação ao exercício de 1946, cerca de dois bilhões de cruzeiros, valor correspondente ao déficit previsto para o mesmo ano. Entretanto, no plano político, o imposto teria um custo elevado para o governo.

2.3 - A reforma da lei de lucros extraordinários

> Reina verdadeiro pânico entre os industriais desta grande colméia.[...]Se passar a Lei do Confisco - dizem os magnatas da indústria, caberá a nossa vez de fazer greves. Ficaremos com a mão no bolso, segurando o dinheiro[...]achamos que o governo, tomando o cobre dos industriais, terá cem anos de perdão, pois foram cobres acumulados numa época em que o povo vivia na maior apertura [...]Seguiu para o Rio uma comissão de industriais com o objetivo de implorar ao governo a revogação da idéia, já que a Lei do Confisco não foi ainda decretada.[...] Não há nada como pôr em perigo as 'massas' [...]Afinal de contas não é nada de extraordinário, no

> entanto, que para os lucros extraordinários haja também uma lei extraordinária, como essa do confisco. Nem seria justo que o governo tratasse pessoas tão importantes com leis ordinárias. No Rio, os industriais paulistas se reunirão aos colegas cariocas para, em conjunto, estudarem a situação e concertarem as medidas que se impõem. Segundo estamos informados [...]a comissão pedirá ao General Dutra um prazo para entrar com o dinheiro. Isto é, querem ter o tempo necessário para tirar a gaita do bolso[...]do público, bastando, para tal fim, um pequeno aumento nos preços das suas mercadorias que, realmente, estão sendo vendidas quase de graça. Pode-se, pois, assegurar que tudo será resolvido satisfatoriamente entre o governo e as indústrias. Quanto ao povo, isso não interessa: é uma classe de parasitas.[20]

O artigo, apesar de bastante irônico, demonstra uma preocupação real com a taxação dos lucros extraordinários: a possibilidade de que gerassem novos aumentos nos preços. Este era um dos principais argumentos, por parte de várias frações das classes dominantes, contra o projeto de lei, especialmente das associações comerciais e industriais do Rio de Janeiro. E, apesar das sugestões aceitas pelo Ministro Vidigal, o Decreto-Lei n° 9.159 foi assinado em 10 de abril de 1946, contrariando diversos interesses.

Este regulava a distribuição dos lucros e instituía o imposto adicional de rendas, substituindo o Decreto-Lei n° 6.224 de 24 de janeiro de 1944, durante os exercícios de 1946 e 1947. O decreto estabelecia que dos lucros considerados superiores aos limites fixados, 20% seriam taxados como "Imposto Adicional de Renda"; 30% ficariam retidos em poder da própria empresa; e, 50% seriam transformados em "Depósito Compulsório"[21], mantidos sob a ordem da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) no Banco do Brasil.

As importâncias recolhidas como "Depósito Compulsório" seriam utilizadas para suprir a Carteira de Redescontos[22] do Banco do Brasil, nas "...operações de sua atribuição, especialmente as destinadas ao desenvolvimento e amparo da produção."[23] Estas não renderiam juros e seriam restituídas em parcelas semestrais, após dois anos da data do recolhimento. As importâncias correspondentes ao "Depósito Compulsório"

poderiam também ser convertidas em "Certificados de Equipamento" que, neste caso, não renderiam juros.

O Ministro da Fazenda, na exposição de motivos que acompanhou o projeto, procurou enumerar as medidas implementadas até aquele momento, com a finalidade de proporcionar o equilíbrio orçamentário, o saneamento da moeda e a preservação da ordem econômica. Estas seriam, entre outras, o Decreto-Lei n° 9.025 :

> ...que versou sôbre as operações de câmbio, orientando-as no sentido de sua liberdade, que é de geral anseio; o Decreto n° 20.693,[...]que criou uma Comissão, sob a presidência do Ministro da Fazenda, para apresentar anteprojeto de Decreto-lei que fixa critério uniforme na concessão dos vencimentos e demais vantagens devidas a funcionários e a militares quando em serviço no exterior[...]; O Decreto-lei n° 9.138, de 5 de abril de 1946, que, suspendendo a subscrição compulsória das Obrigações de Guerra, aliviou o contribuinte de uma forçada aplicação de seus recursos [...]; Decreto-lei n° 9.140 de 5 de abril de 1946, que, concedendo aos Bancos a faculdade de converterem, em títulos da Dívida Pública uma parte de seus depósitos compulsórios na Superintendência da Moeda e do Crédito [...], tem em vista não apenas o prestígio dos títulos do Estado,[...]como também afastar o inconveniente, sempre apontado, de ficarem os Bancos privados de qualquer remuneração das importâncias retiradas de sua disponibilidade e congeladas na Superintendência da Moeda e do Crédito."[24]

Além destas, mencionou a decisão do Executivo de que todas as disponibilidades dos órgãos de governo, autarquias, institutos e caixas- econômicas seriam depositadas exclusivamente no Banco do Brasil; a recomendação de que todas as despesas dos ministérios se efetuassem dentro das dotações orçamentárias; a conveniência de serem evitadas as viagens ao estrangeiro de servidores públicos; o ato que mandou sustar as nomeações e readmissões em cargos públicos e outras. Alegou ainda que:

> Se em Fevereiro passado, primeiro mês de nossa gestão, ainda fomos obrigados a emitir papel-moeda, como fatal e inevitável consequência da greve dos bancários, que[...]debilitou o Banco do Brasil pela retirada substancial dos depósitos ali mantidos pelos outros bancos,[...] já em Março último não mais se recorreu à emissão.[25]

No mesmo texto, fez referência à regulamentação do direito de greve e ao Decreto-Lei n° 9.125, de iniciativa do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, que

instituía a Comissão Central de Preços (CCP). Entretanto, defendia que não seriam suficientes tais medidas. Era preciso "...limitar a distribuição dos lucros, reduzindo as disponibilidades dos que podem gastar;[...] reter os lucros nas próprias empresas"[26] já que, apesar de terminada a guerra, suas conseqüências econômicas ainda se faziam presentes.

Para a elaboração do projeto, Gastão Vidigal alegava que foram ouvidas "...as classes no assunto interessadas", ou seja,"...os representantes autorizados da indústria e do comércio do Distrito Federal e dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco."[27] Todavia, as mudanças no projeto original teriam sido efetuadas apenas no que não comprometeriam seu alcance fiscal.

O Ministro alegava que, dos lucros taxados, os 20% referentes ao Imposto Adicional de Rendas representariam nova fonte de recursos para o Tesouro, habilitando-o a fazer face ao déficit previsto. Os 30% retidos em poder da empresa garantiriam os recursos para o movimento normal da mesma. Quanto aos 50% recolhidos à SUMOC, atenderiam as necessidades da empresa, pela liberação para compra de Certificados de Equipamento, "...com que se suprirá das importâncias, em moeda estrangeira, destinadas às suas importações de maquinismos, quer também[...]para operações de financiamento, cujo direito fica assegurado à empresa."[28]

Assegurava Gastão Vidigal que as importâncias congeladas em poder da SUMOC somente atenderiam à Carteira de Redescontos para suas operações sobre títulos de amparo e movimento da produção, não ficando confundidas com o caixa do Banco do Brasil. Assim, enquanto houvessem recursos em poder da SUMOC, novas emissões seriam evitadas.

As principais críticas ao projeto, segundo o ministro, seriam que as medidas propostas não baratearíam o custo de vida, não atingiriam as grandes empresas, concorreriam para deter a expansão econômica do Brasil, faltariam recursos financeiros às

empresas, o congelamento seria um empréstimo forçado ao Tesouro, favoreceriam os bancos, e que teriam efeito retroativo.

Respondendo às críticas, o Ministro Vidigal defendia que o projeto concorreria para a baixa do custo de vida não só pela redução dos meios de pagamento mas também porque, com a criação da Comissão Central de Preços, não seria mais possível a elevação do preço das utilidades por ato exclusivo das empresas. As pequenas empresas ficariam isentas, já que a cobrança somente incidiria sobre empresas com lucros acima de duzentos mil cruzeiros.

As novas medidas não teriam também o objetivo de deter a expansão econômica, já que buscavam a restauração econômico-financeira do País, procurando, assim, restabelecer o "clima de confiança e normalidade" que permitisse "a segurança indispensável" aos novos empreendimentos "de que o Brasil tanto necessita"[29].

Acrescentava também que o projeto visava fornecer às empresas os recursos de que viessem a ter necessidade, desde que estas cumprissem as disposições estabelecidas. O recolhimento à SUMOC não poderia, segundo o Ministro, ser qualificado de empréstimo forçado, já que não se destinavam ao Tesouro as importâncias recolhidas. Estas supririam a Carteira de Redescontos, a fim de evitar novas emissões.

A acusação de favorecimento aos bancos seria também infundada na medida que, reduzidos os meios de pagamento, baixariam as suas disponibilidades. As medidas não teriam efeito retroativo pois "o imposto não recai sobre os lucros do ano anterior; recai, sim, sôbre os lucros presumidos em face dos elementos que os balanços do ano anterior divulgam".[30]

Ainda assim, à assinatura do referido decreto seguiram-se as críticas dos representantes do comércio e da indústria Euvaldo Lodi, representante dos industriais do

Rio de Janeiro, declarou ser a medida contrária à produção. Roberto Simonsen, industrial paulista e membro do Legislativo, afirmou que:

> O recente diploma legal, isolado como se apresenta, é eminentemente intervencionista e restringe liberdades essenciais às nossas atividades econômicas, exatamente num instante em que elas precisam ter a mais acentuada franquia de movimentos e o decidido apoio governamental para enfrentar a competição econômica internacional que inexoravelmente se aproxima.[31]

Entretanto, a imprensa especializada não se mostrava contrária ao novo decreto. Defendia ações que limitassem novas emissões de moeda e via a medida como uma tentativa eficiente neste sentido. Ao Decreto-lei nº 9.159 estaria reservada a missão de evitar a política emissionista, "...suprindo o Tesouro Nacional com os recursos do Impôsto Adicional de Renda, abastecendo a Carteira de Redescontos com os depósitos bloqueados na Superintendência da Moeda e do Crédito; [...] (reduzindo) o poder aquisitivo, restringindo a livre movimentação dos lucros acima de uma média.[...]"[32].

A nova lei era vista, porém, como eminentemente financeira e incapaz de solucionar os problemas do sistema econômico brasileiro. Fazia-se mister, portanto, a implementação de leis com impacto econômico, que atuassem sobre a insuficiente produção e distribuição dos gêneros. Os produtores rurais, apesar do Plano de Emergência, instituído em agosto de 1945, tiveram de aguardar até março de 1946 a assinatura do acordo entre o Tesouro e o Banco do Brasil para o financiamento das safras que já estavam sendo colhidas. Além disso, havia carência de armazéns e de transportes para o escoamento das grandes quantidades de produtos perecíveis, que permaneciam amontoados nas zonas de produção.[33]

À medida que persistiam os problemas de abastecimento, as reivindicações por ações mais abrangentes se ampliavam. Os comerciantes cobravam um plano de conjunto para enfrentar as dificuldades econômicas, enquanto os movimentos populares contra a carestia e o mercado negro ganhavam força. O governo iniciava uma campanha

contra as ações do Partido Comunista. A proibição dos jogos de azar e a intervenção nos sindicatos demonstravam as preocupações com a instabilidade social que se seguia ao desequilíbrio econômico nacional.

O Ministro da Fazenda dava prosseguimento às medidas emergenciais, buscando conter a alta dos preços internos e as emissões. Assim, foi extinta a cota de câmbio oficial de 20% sobre as letras de exportação e o recolhimento da cota de 3% sobre as vendas de câmbio. Os gêneros de primeira necessidade também receberam especial atenção durante os últimos meses de sua gestão. As exportações destes produtos foram proibidas e sua importação ficou isenta de tarifas até 31 de dezembro de 1946.[34]

Mas, a medida que se aproximava a data da promulgação da Carta Magna do País, novos arranjos políticos eram acertados e uma reforma ministerial era vista como certa pela imprensa. Em outubro terminava a gestão de Gastão Vidigal, dentro de um quadro político bastante diverso do qual se iniciara, onde o Executivo teria menor autonomia, diante de uma nova Constituição e de um Legislativo pronto para exercer suas tarefas ordinárias.

2.4.- A autonomia do Executivo durante a gestão de Gastão Vidigal

O governo Dutra teve início sob condições singulares dentro do quadro de reconstitucionalização do Brasil no pós-guerra. Quando José Linhares foi empossado provisoriamente na Presidência da República, após o golpe que destituiu Getúlio Vargas do cargo, foi marcada a data de 2 de dezembro de 1946 para as eleições parlamentares e presidenciais:

> Como entre a posse do presidente eleito e a promulgação da Constituição medearia forçosamente um largo espaço de tempo, outorga-se ao chefe do Estado a faculdade de expedir decretos-leis. Até a promulgação da nova Carta, segue em vigência a de 1937, com as emendas introduzidas por Vargas na lei constitucional n°9, e outras, sobre itens específicos, por José

> Linhares. Dessa forma, o liberalismo que inspirara o golpe de Estado mostrava seus limites [...] Nos nove meses de trabalhos constituintes,[...]o executivo, investido de poderes excepcionais, orientava, sem fiscalização de nenhum outro poder, o sentido geral do processo de institucionalização.[35]

A prerrogativa não impedia, porém, que o novo chefe do Executivo estivesse ciente das dificuldades que iria enfrentar. Antes mesmo de empossado, os jornais noticiavam um encontro com Otávio Mangabeira, principal liderança da UDN. Em janeiro de 1946, a aproximação do PSD e da UDN já era comentada na imprensa, como um caminho para a redução da instabilidade política do futuro governo[36].

O PCB, em comício realizado na véspera da posse de Eurico Dutra, declarava seu apoio ao novo Presidente, em todas as suas "decisões democráticas".[37] A aliança com o PTB, ao final da campanha eleitoral, garantiu a este partido o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e a convicção de que o apoio dos trabalhadores urbanos fora crucial para a vitória do candidato pessedista.[38]

O clima político daqueles dias transcorria, portanto, sob os auspícios de uma nova combinação de forças, que se organizavam desde os estertores do Estado Novo. Todavia, as aproximações entre novos e antigos aliados não se faziam sem que desconfianças e atritos estivessem presentes. A escolha dos novos ministros permite uma observação mais detalhada deste processo.[39]

Ainda nos primeiros dias de janeiro, a Comissão Executiva do PSD reuniu-se no Rio de Janeiro (DF) para deliberar sobre a constituição do novo ministério.[40] A imprensa acompanhava o processo, atentando para os perigos da organização de um ministério essencialmente político. Entretanto, a Pasta da Fazenda teria um ocupante de São Paulo, demonstrando a influência e o poder do PSD daquele estado.

Confirmando as expectativas, os principais ministérios foram ocupados pelos estados com maior influência e poder, cabendo à Gastão Vidigal, banqueiro e do PSD, o Ministério da Fazenda.

> A escolha do Sr. Gastão Vidigal para a Pasta da Fazenda foi de todas a que melhor impressionou a opinião pública e os círculos políticos. Os jornais aplaudem-na, encarecendo os méritos do futuro titular, que assumirá aquela Pasta com um grande cabedal de experiência, tato e conhecimento dos negócios públicos e atividades privadas, pois é um dos expoentes moços da indústria, do comércio e da vida bancária. Não lhe escasseiam os méritos para uma gestão produtiva. Foi Deputado e Diretor da Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil, em um longo período de dificuldades como aquêle que marcou a permanência de nossa Pátria na guerra, ao lado das Nações Unidas. Em todos os postos por onde passou até agora, teve o apoio dos técnicos e o aplauso e a simpatia populares. Será no futuro Ministério um legítimo representante paulista e, talvez, o mais operoso dos membros do novo Govêrno.[41]

A este Ministério caberiam, especificamente, as propostas de ações sobre o sistema econômico do imediato pós-guerra. Sua importância e autonomia, no tocante à política econômica do novo governo, se ampliavam, na medida que o Executivo permanecia regido sob a Constituição de 1937. Já havia se iniciado a extinção de vários órgãos incumbidos de planejar em conjunto a economia.

Ainda no final de 1945, durante o Governo Linhares, um decreto-lei revogou o artigo 179 do Ato Adicional de fevereiro do mesmo ano, que previa a instalação do Conselho de Economia Nacional. Em seguida, foi decretada a extinção da Comissão de Mobilização Econômica (CME) e o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) foi reorganizado.

Em março de 1946 foi extinto o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial e "...a Comissão de Planejamento Econômico, ao que parece, simplesmente deixou de funcionar."[42] No mesmo mês um Decreto-lei fixou a data de 30 de junho de 1946 para a extinção do DNC (Departamento Nacional do Café), por haver o governo entendido que o órgão já havia cumprido suas funções e que o equilíbrio entre a produção e o consumo já havia sido restabelecido.[43] Segundo Sonia Draibe:

> É opinião corrente que a desmobilização de vários órgãos do aparelho de Estado, após a queda de Vargas, teve como objetivo central suprimir aquelas instituições corporativas cuja natureza expressava de modo claro e direto o caráter ditatorial do antigo regime. A única e importantíssima exceção teria sido a manutenção da legislação trabalhista e da estrutura sindical

> corporativa, que correspondiam aos desígnios das classes dominantes de permanente controle do operariado.[44]

Diante deste quadro é lícito supor que a ausência de um órgão central de planejamento proporcionasse à Pasta da Fazenda, e a seu titular, maior responsabilidade e autonomia, frente à elaboração e implementação das medidas econômicas do novo governo. Não estando condicionado a um planejamento geral, que priorizasse determinados setores ou ações econômicas, o problema da carestia e da escassez de alimentos e insumos deveria ser solucionado a partir da iniciativa do Ministro da Fazenda e de sua equipe, organizando-se um conjunto de ações para combater a inflação e seus efeitos sobre os gastos públicos.[45]

As razões para a extinção dos diversos organismos de planejamento e controle podem também ser atribuídas à nova conjuntura internacional do pós-guerra. O acordo firmado em Bretton Woods, em 1944, com a posterior criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), alimentou a crença em um mundo regido pela liberdade econômica, o que dispensaria os rígidos controles e regulações sobre os comércios mundial e local.

> Na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, de 1° a 22 de julho de 1944, denominada comumente de Bretton Woods, devido ao lugar em que se realiza, é delineada toda uma sistemática que marca o avanço do capitalismo americano no pós-guerra. Na reunião nasce o Fundo Monetário Internacional e seus membros compõem o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.[46]

O FMI propõe a redução das barreiras no comércio mundial, e sugere que o mesmo seja realizado de forma a manter o abastecimento de matérias-primas e os preços internacionais equilibrados, tanto para o produtor como para o consumidor. O valor da moeda de cada país membro passaria a ser "expresso em termos de ouro, como denominador comum, ou em termos de dólares dos Estados Unidos, de peso e título vigorantes em 1° de julho de 1944."[47]

Além destes, passa a existir um controle sobre os membros do Fundo, através da formaçào de um Conselho de Governadores, onde predominam os países ricos, que participam deste com um maior número de cotas. "Os Estados Unidos lideram a aplicação, com 2 bilhões e 750 milhões de dólares; o Reino Unido com 1.300 milhões e a Rússia com 1.200 milhões; os outros 42 países somam quantia ínfima, estando o Brasil em 10° lugar."[48]

O BIRD será o executor da política do FMI e deverá auxiliar a reconstrução e o desenvolvimento dos países membros; estimular o investimento de capitais estrangeiros através de garantias ou participação em empréstimos e outros investimentos feitos por particulares; incrementar o comércio internacional e manter ajustados os balanços de pagamento.[49] Para aplicação das orientaçòes do FMI e do BIRD foi criada, no Brasil, em 2 de fevereiro de 1945, a Superintendência da Moeda e do Crédito. Destinada, principalmente, à fiscalização dos bancos e ao controle do câmbio, a SUMOC demonstra que o Governo, ainda sob a direçào política de Vargas, preparava a economia do País para a nova fase que se esboçava a partir de Bretton Woods.

2.5 - Os limites da atuação de Gastão Vidigal.

O processo de redemocratização política brasileira, ocorrido a partir de 1945, possibilitou o avanço dos debates a respeito do sistema econômico, que incluíam discussões sobre a interferência do Estado e sobre a nova situação mundial. Entretanto, as preocupações com a gestão da economia já vinham mobilizando muitos industriais e alguns comerciantes há algum tempo. Prova disso foi a realização do Congresso Brasileiro de Economia, no final de 1943, e do Congresso Brasileiro da Indústria, em dezembro de

1944, onde diversos segmentos das classes dominantes, vinculados à industrialização, procuravam ampliar a sua participação na formulação da política econômica.

Em 1945, já no final do regime estadonovista, e sob uma conjuntura política mais tolerante, a Primeira Conferência das Classes Produtoras deu continuidade às propostas formuladas nos dois encontros anteriores, procurando pregar uma política industrializante em nome do interesse geral. O documento resultante do encontro, conhecido como "Carta Econômica de Teresópolis", concluía que o Estado deveria intervir em certos e determinados setores e supervisionar e auxiliar as atividades econômicas, já que "à democracia política deve corresponder a democracia econômica."[50]

Ao iniciar-se a segunda metade dos anos quarenta, as debilidades econômicas nacionais, incrementadas pelo esforço de guerra, justificavam muitas das objeções ao governo anterior. Não era incomum, nesse momento, uma certa confusão entre liberalismo político e liberalismo econômico. Na imprensa, diversos ataques à gestão estadonovista combinavam-se com propostas de redução da interferência do Estado nos assuntos econômicos:

> Não é possível obscurecer, ainda menos desconhecer, a gravidade que se estão revestindo os problemas de reajustamento econômico-financeiro que ao Brasil cumpre enfrentar, como conseqüência da segunda conflagração; muito mais como conseqüência das falhas em que a administração pública incidiu, durante o curso da guerra. Tudo contraindicava a conveniência de execução, nessa fase, de grandes gastos públicos, pois a situação econômica se achava em conjuntura de alta.Teria sido absolutamente preciso restringir as despesas, contê-las de maneira positiva, sem prejuízo do esforço bélico. Cessado esse esforço, livre o país dos problemas implícitos nessa desmobilização gradual, cabia-lhe empenhar-se, desde logo, resolutamente, no sentido de que as cifras orçamentárias regredissem do ponto culminante a que atingiram, na vigência da luta armada. Eis, porém, o que não se fez."[51]

Além disso, havia, nos meios empresariais brasileiros, a expectativa de um boom no consumo mundial, incrementada pelas decisões acordadas em Bretton Woods e do ingresso de capitais estrangeiros no país que deveriam ser, preferencialmente, investidos no setor produtivo da economia nacional. Estavam, assim, descartadas,

temporariamente, quaisquer tentativas de elaboração de um planejamento geral a médio e a longo prazos para a economia nacional. Apesar das análises de alguns observadores mais atentos apontarem as debilidades de caráter estrutural no sistema produtivo e distributivo do País, exigiam-se medidas de efeito imediato para conter o avanço do processo inflacionário.

Alguns segmentos dos setores agro-mercantil e industrial defendiam que as carências do sistema econômico seriam o resultado de equívocos da administração anterior, demasiadamente arbitrária e centralizada. Esta, com um amplo conjunto de órgãos e agências, construíra, de acordo com as principais críticas daquele momento, um complicado e dispendioso aparelho estatal, propiciando a corrupção e a ineficiência no seio de sua burocracia. O exemplo típico desta visão era o DNC (Departamento Nacional do Café). Acusado de não incluir cafeicultores e comerciantes deste produto em sua estrutura, foi objeto de severas críticas por parte destes, que desejavam vê-lo extinto.[52]

As razões para esta postura remontam aos últimos meses de 1945 e às medidas do Presidente Getúlio Vargas na busca de apoio para manter-se no poder. De acordo com a análise de Francisco Corsi, a heterogênea base de sustentação do governo estadonovista se deteriorou porque:

> Os setores das classes dominantes e do Exército que apoiavam Vargas se afastaram, deixando-o sem condições de permanecer no poder. Isto deveu-se a duas ordens de questões. De um lado, ao promulgar a "Lei Malaia" desagradou profundamente os setores industriais e comerciais que até então constituíam um importante ponto de sustentação. Esses setores interpretaram a lei como uma tentativa de Vargas colocá-los como "bodes expiatórios" da inflação e manter um alto grau de autonomia na definição da política econômica. Frustrando-se assim suas expectativas de participarem mais diretamente da formulação dessa política. De outro lado, o crescente movimento "queremista", as ligações deste com o Partido Comunista e, talvez principalmente, a onda de greves de caráter autônomo a varrer o País, assustavam o conjunto das classes dominantes, que nutriam o medo do movimento popular fugir ao controle de Vargas. Isto tendeu a reunificar as classes dominantes divididas entre diferentes projetos de democratização e desenvolvimento.[53]

Desde o final da Segunda Grande Guerra uma série de fatos abalou o apoio que o Presidente Vargas detinha junto à grande parcela dos industriais e de alguns setores comerciais. Estes segmentos estavam descontentes com a participação que vinham tendo na formulação da política econômica. Consideravam a última incapaz de enfrentar, de maneira eficaz, os problemas que dificultavam o crescimento da economia.[54]

As discussões acerca dos rumos da economia no pós-guerra, promovidas pelos setores dominantes vinculados à industrialização, procuravam estabelecer limites para a atuação do Estado no domínio econômico. Apesar das divergências, estes setores concordavam que a escassez de capitais nacionais exigiria a ampliação dos investimentos estrangeiros e a ação supletiva estatal para "levar a cabo o desenvolvimento econômico do país."[55]

Entretanto, toda a articulação dos segmentos ligados à industrialização, em prol de uma política econômica elaborada em um órgão corporativo, teve seus resultados malogrados.[56] Com isto, as relações dos industriais com o governo ficaram abaladas. Ficou claro, para estes setores, que Vargas não desejava reduzir sua autonomia, no tocante à condução do sistema econômico.

Porém, foi somente a partir da assinatura do Decreto-lei nº 7.666 que o distanciamento dos setores dominantes se aprofundou. A conhecida "Lei Malaia" estabelecia normas impedindo a formação de cartéis e *trusts* ou de qualquer outra forma de determinação de preços. Esta era mais um recurso que Vargas utilizava para intensificar a aproximação com a classe trabalhadora:

> Vargas, ao decretá-la, visava provavelmente marcar uma posição nacionalista e colocar a culpa da inflação, que tanto afligia a população, nos empresários, com seus monopólios, cartéis e trusts. Em que pese o fato de a estrutura "oligopolizada" da economia brasileira ser, já àquela época, um fator de inflação, a lei consistia, de certa maneira, numa tentativa de escamotear a incapacidade da política econômica contra a elevação dos preços."[57]

Com a nova lei, Vargas deixava claro o modelo de desenvolvimento que pretendia imprimir ao país, caso permanecesse a frente do processo de transição democrática ora em curso. Muito mal recebida pelos diversos setores das classes dominantes, a "Lei Malaia" foi interpretada pela imprensa norte-americana como nacionalista e vista como desencorajadora à entrada de capitais estrangeiros no Brasil. Setores das classes dominantes que o apoiavam se afastaram e o governo se isolou.

> Concomitantemente a esses acontecimentos, o movimento operário voltava à cena política e greves por melhores salários e condições de vida e trabalho irromperam em vários Estados do País.[...]Com a abertura, a partir de fevereiro de 1945, mesmo com a manutenção da estrutura corporativa, a classe operária organizou uma série de ações independentes do Estado. Ou seja, o movimento operário começava a ultrapassar a então frágil estrutura sindical corporativa."[58]

Temerosas, as diversas frações das classes dominantes, até então divididas entre os setores vinculados mais diretamente às propostas industrializantes do governo, e a oposição conservadora, que propunha "...uma democracia liberal e um desenvolvimento baseado numa redução da atividade estatal na economia e numa ampla abertura ao capital estrangeiro"[59], buscaram reunificar-se, deixando momentaneamente em segundo plano as disputas em torno dos rumos da economia.

A derrubada de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, foi, portanto, resultante do acordo conjuntural, coordenado pela burocracia militar, com o apoio da oposição conservadora (UDN) e do governo norte-americano. Neste acordo, "...que redundou em mais uma transição 'pelo alto' na história política brasileira,[...] já estariam embutidos, em embrião, os 'compromissos' e coalizões que caracterizam o governo Dutra."[60]

A vitória de Dutra nas urnas demonstrou a força do PSD, partido que aglutinava a maior parte dos proprietários rurais e a burocracia estatal.[61] Entretanto, a

derrota da UDN nas urnas não implicou num recuo da oposição liberal. Esta conquistou um importante espaço político durante o decorrer de 1945.

A queda do Estado Novo e as medidas implementadas durante o governo provisório de José Linhares, esboçando uma política econômica liberalizante, atestam a influência deste segmento na nova conjuntura política que se iniciava. Além destas, havia o fato de a UDN ter conseguido eleger a segunda maior bancada do Legislativo/Constituinte, apesar da derrota de Eduardo Gomes como candidato à Presidência.

A instabilidade que marcava o início de 1946 pode, assim, ser justificada pelos acontecimentos do ano anterior que provocaram o crescimento dos movimentos populares, o conseqüente temor das classes dominantes perante este processo e o afastamento de Getúlio Vargas do poder.

Neste contexto, caberia ao PSD procurar "...por todos os meios 'costurar' um acordo com determinados setores empresariais (mormente bancário-mercantis) e com as forças oposicionistas" [62] Só assim seria possível reconstruir a hegemonia dos setores dominantes e conter o avanço das forças populares e do PCB.

2.6 - O capital estrangeiro e o Decreto-Lei 9.025.

Em fevereiro de 1946 o cenário político foi marcado por contradições, temporariamente "abafadas" pela coalizão de forças favoráveis à eleição e a posse do governo provisório. As forças políticas que estiveram unidas pela manutenção de seus interesses, contra o avanço das forças populares, voltavam ao debate sobre os rumos do desenvolvimento econômico nacional. Buscavam com isso intervir na futura política econômica, a ser implementada pelo Executivo recém-empossado.

Como já mencionado, o governo demonstrava que não pretendia prescindir da oposição liberal. A aproximação com as lideranças udenistas, antes mesmo de assumir o poder, indica que a base de sustentação do Governo Dutra tendia a alicerçar-se sobre uma combinação de forças bastante heterogênea.

Apesar do apoio do PTB ter garantido a vitória nas urnas, a sua presença seria insuficiente para garantir o equilíbrio necessário ao governo. Ademais, com este partido identificava-se grande parcela dos trabalhadores urbanos, que vinham incrementando sua mobilização no cenário nacional. As greves se ampliavam pelos centros urbanos do país, intensificando o clima de desequilíbrio social gerado pelas dificuldades econômicas.[63]

As frações dominantes vinculadas ao projeto industrializante retiraram seu apoio ao Estado Novo, por terem percebido que não seriam atendidas as suas reivindicações quanto a uma maior participação na política econômica. Todavia, não abandonaram suas intenções de conquistar maior espaço junto ao governo, no intento de interferir na elaboração das medidas econômicas a serem implementadas. Mas, por outro lado, os setores das classes dominantes que fizeram oposição ao regime estadonovista também desejavam ver atendidas as suas reivindicações. Estes últimos pertenciam, mormente, ao setor comercial e bancário vinculado ao capital estrangeiro.

O governo Dutra deveria, portanto, buscar um equilíbrio entre as diversas forças políticas que poderiam garantir a sua sustentação. Para tal, necessitava da implementação de um conjunto de medidas que demonstrassem o seu distanciamento do governo anterior e, ao mesmo tempo, a intenção de dar continuidade ao desenvolvimento econômico incrementado desde os anos trinta. Esta era uma tarefa que exigia atenções no tocante à conjuntura econômica internacional e doméstica, pois o país ainda vivia sob os efeitos dos anos de guerra.

O abastecimento de gêneros de primeira necessidade era precário e insuficiente, especialmente nas áreas urbanas, entre outras razões, por conta do débil sistema viário e de transportes. A escassez favorecia o aumento dos preços e o câmbio negro. As paralisações nos setores bancário e de transportes agravavam as dificuldades de abastecimento. Nas indústrias, a carência de insumos e os equipamentos sucateados criavam transtornos à produção e os consumidores pagavam cada vez mais caro por mercadorias de baixa qualidade. A falta de combustível provocava não só o desabastecimento das cidades mas também atrasos e faltas ao trabalho, incrementando as insatisfações, especialmente do operariado. O clima de instabilidade estimulava as revoltas populares e elevava as expectativas com relação às ações do novo governo.

É dentro deste quadro que as primeiras iniciativas do Ministro Gastão Vidigal podem ser analisadas. Sob uma série de pressões internas, que demandavam ações imediatas, e diante de uma conjuntura internacional marcada pelo Acordo de Bretton Woods, a política econômica brasileira dos primeiros meses de 1946, deveria responder às carências a curto prazo, a fim de garantir a estabilização econômica e, conseqüentemente, política e social. Sob orientação de novas acepções sobre a política monetária, o governo se propôs a resolver, principalmente, o problema da inflação e do crédito. "A gestão Vargas era acusada de haver abusado do expediente emissionista."[64] Entretanto:

> A deflação não era uma medida bem aceita por todos os grupos, ou pelo menos, não incondicionalmente. Havia uma corrente nitidamente favorável à continuidade inflacionária que, através da imprensa, aconselhava a permanência por algum tempo da política emissora anterior. Pedia-se a deflação futura, isto é, após os bancos haverem alcançado um equilíbrio, mediante a liquidação dos créditos incertos. Naturalmente, existiam aqueles que eram francamente partidários da deflação, sem qualquer pausa para a reorganização bancária e monetária. Uma posição branda defendida na Conferência das Classes Produtoras sustentava que qualquer política monetária para ser eficiente deveria pressupor a existência de um banco central ortodoxo, ausente das injunções políticas, que regulasse a oferta da moeda e do crédito."[65]

Esta situação ajuda a explicar a posição do Ministro Gastão Vidigal quanto à uma política deflacionista. Em suas primeiras declarações, após a assinatura do Decreto-lei 9.025, este afirmava que o governo seguiria com uma política anti-emissionista mas que evitaria a deflação.[66] As mudanças introduzidas na política cambial, a partir deste Decreto, deveriam garantir maior facilidade de importações, reduzindo as carências do setor industrial e comercial por insumos e bens de consumo. Com isto, o governo evitaria aquelas emissões que fossem resultantes do pagamento aos exportadores. Porém, também assegurava, pelo mesmo Decreto, as remessas de dividendos do capital estrangeiro investido no País.

Com o Decreto-lei 9.025 o Executivo procurava atender a demanda interna por produtos e investimentos estrangeiros e garantir o apoio de várias frações das classes dominantes para as medidas posteriores, que tratariam de novas imposições fiscais. É digno de menção o fato de que, ainda durante as declarações justificando a maior liberdade para as importações e remessas de lucro do capital estrangeiro, o Ministro Gastão Vidigal insistisse sobre a questão do *déficit* previsto para o ano de 1946 - de dois bilhões e meio de cruzeiros - e alertasse para a necessidade de revisão do imposto de renda.[67]

Com a assinatura do referido Decreto, o Governo Dutra marcava uma posição nitidamente oposta ao governo estadonovista, ao menos no que diz respeito aos seus últimos meses. Isto porque, em fevereiro de 1945, pouco antes do fim da guerra, um regime de licença prévia para as importações havia sido instituido.

Com esta medida o Governo Vargas pretendia impedir, que a demanda de produtos contida ao longo dos anos trinta e da Segunda Guerra Mundial, pudesse gerar o esgotamento das divisas acumuladas. A Portaria Interministerial n°7, dos Ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores visava evitar que as disponibilidades cambiais se desviassem para a aquisição de produtos suntuários ou dispensáveis. Contudo, "o

mecanismo foi extinto em dezembro do mesmo ano por Pires do Rio, ministro da Fazenda do governo provisório de José Linhares"[68].

Através da Portaria n°7 os Ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores criaram uma Comissão de Estudos das Importações que deveria atuar enquanto perdurassem os efeitos da guerra.[69] Esta medida era parte de uma nova modalidade de intervenção que se esboçava ao término do segundo conflito mundial. Até então, "durante os 15 anos do governo Vargas, não foram adotados critérios seletivos, através de política cambial ou tributária, para favorecer as importações necessárias ao nosso equipamento industrial."[70]

Antes da guerra importávamos aquém das necessidades internas do País, já que as divisas eram difíceis, em razão da crise mundial vivida nos anos trinta. Deflagrado o conflito, o quadro se agravou, em função das dificuldades do transporte marítimo e do desinteresse dos países beligerantes na exportação de alguns produtos.[71] Todavia, a CEXIM (Carteira de Exportação e Importação), órgão encarregado do financiamento das importações e do estímulo às exportações, garantia o mesmo tratamento aos bens de consumo e de capital.

A este órgão era garantida a possibilidade de compra direta das mercadorias exportáveis e a aquisição no estrangeiro das importações essenciais.[72] Contudo, entre as suas atribuições não se inseria a faculdade de concessão de licença prévia a certos produtos, cuja importação fosse considerada desejável, nem a proibição da entrada no País de bens considerados supérfluos.[73] E, ainda que, à época da sua criação, em 1941, o Ministro da Fazenda Souza Costa reconhecesse a necessidade de reaparelhamento do parque industrial brasileiro, o governo Vargas manteve-se indeciso quanto a adoção de uma política de desenvolvimento industrial. Segundo César. Honorato:

> Em verdade, e refletindo as grandes indecisões do pensamento econômico mundial, a política do governo Vargas se caracterizou por um

> intervencionismo cauteloso de penetração e recuo, de investida mais audaciosa em alguns setores e de manutenção das regras do *laissez-faire* em outros.[...] As discussões havidas dentro dos principais órgãos gestores das políticas públicas revelam profundas divergências entre seus membros, os quais, por representarem grupos de interesse divergentes, ainda tornavam mais difíceis as decisões finais, que tendiam, aliás, para linhas de menor resistência e para situações intermediárias de moderado intervencionismo.[74]

É neste contexto de tênue equilíbrio que, nos meses finais do governo Vargas, ações mais interventoras na área do comércio exterior brasileiro serão esboçadas. Contudo, o momento mostrava-se desfavorável para tais medidas. A base política que havia sustentado o Estado Novo encontrava-se desgastada. A aprovação da Lei Malaia e as manobras políticas no tocante às eleições para a Presidência e Assembléia Constituinte afastaram Vargas das frações dominantes favoráveis à industrialização.

Portanto, ainda que uma tendência claramente favorável à liberação das importações ganhasse vez e voz, sua possível excepcionalidade deve ser analisada à luz de uma conjuntura marcada por eventos bastante singulares no plano interno e externo. A aversão dos empresários (industriais ou não) às restrições ao comércio internacional era fruto de uma "larga e longa" experiência adquirida desde os anos trinta. Em 1945, finda a Guerra, estes encontravam-se sequiosos por mudanças que facilitassem a aquisição de matérias-primas e produtos acabados e semi-acabados no estrangeiro.

Além disso, é importante considerar que a década de trinta e a Segunda Guerra Mundial são apenas o ponto de partida na difusão do projeto desenvolvimentista brasileiro[75] já que:

> o desenvolvimentismo, isto é, a ideologia de superação do subdesenvolvimento nacional com base numa estratégia de acumulação de capital na indústria, só viria a tornar-se hegemônico na segunda metade dos anos 50. No período 1930-45, o que ocorria era, principalmente, uma primeira e limitada tomada de consciência da problemática da industrialização por parte de uma nova elite técnica, civil e militar, que então se instalava nas instituições de orientação e controle implantadas pelo Estado centralizador pós-30.[76]

Segundo Ricardo. Bielschowsky, entre as equipes técnicas das instituições de regulação e controle das atividades econômicas criadas no período, não existia um projeto de industrialização articulado e definido. Faltava coordenação entre os vários órgãos de planejamento, bem como recursos financeiros para garantir a continuidade de seus trabalhos, e uma diretriz geral de política econômica. O empresariado industrial também não foi capaz de apresentar um projeto articulado de industrialização[77]. Isto porque as principais lideranças industriais

> ... não demonstravam clareza sobre a forma concreta de viabilizar essa via de desenvolvimento. Se é certo que os três congressos em que se reuniram nos anos finais da guerra são momentos em que solicitaram medidas como planejamento, apoio à infra-estrutura de energia e transporte, criação de instrumentos de financiamento, e assim por diante, também o é que essas reivindicações básicas apareceram misturadas com inúmeras outras, de importância relativamente menor, sem a devida hierarquização."[78]

Assim, considerando-se a conjuntura política e econômica interna é possível conceber que a aprovação do Decreto-lei n° 9.025 não foi somente o resultado de uma situação favorável da balança comercial.[79] De acordo com S. B. Vianna a equipe econômica foi vítima de uma espécie de "ilusão de divisas", que se apoiava na situação favorável das reserva s internacionais, nas relações com os E.U.A. ao longo da Segunda Guerra Mundial e na capacidade de atrair investimentos estrangeiros com uma política liberal de câmbio.

Esta avaliação procura demonstrar que as primeiras medidas econômicas faziam parte de um conjunto de medidas liberalizantes, que nortearam o início da administração Dutra. Entretanto, cabe acrescentar, que partilhavam desta 'ilusão' diversos segmentos dos setores industrial e agro-mercantil. Estes, pressionando o governo desde o final da guerra, desejavam soluções imediatas para os problemas que vinham enfrentando.

A equipe econômica chefiada por Gastão Vidigal caberia então atender às expectativas destes segmentos, que aguardavam medidas facilitando o reequipamento do parque industrial, a contenção do processo inflacionário e a captação de recursos estrangeiros. Não é incorreto supor, que os novos administradores do Estado brasileiro tivessem na dependência dos mercados externos um condicionador mais do que relevante para a condução da política econômica nacional. Entretanto, é importante considerar o momento político interno daquele período. Herdeiro de políticas econômicas promotoras da industrialização, o novo governo necessitava de estratégias que conduzissem a economia a um equilíbrio, estabilizando, por conseguinte, a vida política e social do País.

2.7. A reforma da Lei de Lucros Extraordinários.

Entre as estratégias empreendidas na economia, o governo não podia prescindir de um ajuste fiscal. Apesar de ter recebido pouca atenção nos estudos específicos sobre o período, o Decreto-lei nª9159 representou uma decisão polêmica e arriscada no tênue equilíbrio político dos primeiros meses de 1946. Assinado em 10 de abril de 1946 o referido decreto regulava a distribuição de lucros, instituía o Imposto Adicional de Renda e determinava a obrigatoriedade de depósitos bloqueados na Superintendência da Moeda e do Crédito.[80]

Em breve analise da política econômica do Governo Dutra, S. B. Vianna destaca a política de comércio exterior e cambial do início do Governo Dutra. Todavia, reconhece que não é seu objetivo "a análise acurada da política financeira doméstica do Governo Dutra."[81] Afirma apenas que esta "pode ser definida, até 1949, como marcadamente ortodoxa",e que a inflação "é identificada como principal problema a ser

enfrentado e sua causa maior, localizada nos déficitis orçamentários da União, que vinham se acumulando nos últimos 20 anos."[82]

Fausto Saretta, num estudo cuidadoso sobre a política econômica do governo Dutra, referenda a análise de S.B.Vianna sobre as primeiras medidas econômicas deste governo:

> O sonho 'sebastiânico' vislumbrado por Lessa e Fiori no período 1946-50 por certo baseava-se nos equívocos que inicialmente orientaram as decisões da política econômica, e que, de uma maneira sintética, podem ser resumidos na ilusão de que se dispunha de reservas internacionais capazes de permitir uma folga para a balança comercial, a qual, juntamente com uma política liberal de câmbio iria contribuir não apenas para reprimir a inflação, mas especialmente para fomentar um clima positivo e para atrair fluxos de capitais externos, principalmente norte-americanos, para a economia do País. Além disto, espera-se que haveria, por parte dos EUA, um reconhecimento da participação direta do Brasil no conflito armado recém-terminado, e que o mesmo redundaria numa substancial ajuda econômica, principalmente para o reequipamento da indústria.[83]

Entretanto, apesar de garantir destaque à gestão de Gastão Vidigal, F. Saretta não faz referênca à reforma da Lei de Lucros Extraordinários. O autor reconhece que, "os males econômicos que se vislumbravam em 1946 e durante todo o governo Dutra costumavam ser ligados, quase sem exceção, à política econômica desenvolvida por Getúlio Vargas no Estado Novo"[84]. Afirma ainda que a inflação, segundo o diagnóstico da época, originara-se dos saldos da balança comercial, em função do crescimento das exportações e da diminuição das importações", ambas ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial, obrigando o Governo a comprar cambiais e a emitir, em troca, papel-moeda, levando assim a aumentos nos preços."[85]

Entretanto, não aparecem em sua análise as críticas e sugestões da imprensa mais específicas para o combate da inflação. Em várias ocasiões esta manifestou as insatisfações de uma parcela representativa da sociedade brasileira com relação à inércia do governo estadonovista, que hesitava em taxar os lucros extraordinários, controlar e fiscalizar créditos e congelar ganhos. Em relatório ao Presidente da República, o segundo

Ministro da Fazenda do Governo Dutra, Pedro Luís Correia e Castro, lembra que a Segunda Guerra obrigou os países beligerantes a aumentarem o meio circulante.

Segundo o mesmo, o Brasil não escapou a essa contingência. Porém, os déficits orçamentários, resultantes "...de causas várias, bem como a necessidade de financiar a exportação, contribuíram de modo mais sensível para o aumento do meio circulante, do que propriamente as despesas extraordinárias da guerra."[86] De acordo com o ministro, o aumento considerável da circulação monetária, entre 1942 e 1945, deu origem à inflação , refletindo sobre a situação financeira e sobre a ordem social e política. Os negócios se multiplicaram, a especulação financeira aumentou, bancos foram criados contando com recursos de autarquias e institutos de previdência.

A inflação expressou também a alta dos preços em geral, a elevação dos salários e vencimentos, o êxodo da população dos campos para as zonas urbanas e a conseqüênte diminuição da produção agro-pecuária. O Ministro Correia e Castro defende, assim, que a desorganização econômica foi gerada pela desorganização financeira. "Os morros do Rio de Janeiro e de outras capitais encheram-se de favelas para abrigar a nova população e os aluguéis elevaram-se a preços quase inacessíveis."[87] A situação foi agravada ainda pela deficiência de transportes.

De acordo com o Relatório, para enfrentar estas dificuldades adotaram-se medidas de emergência que não obedeciam a qualquer plano econômico ou financeiro previamente estabelecido. Criou-se o tabelamento para a alta de preços e para a falta de produtos essenciais o racionamento. Essas medidas deram origem ao mercado negro, às filas e às especulações:

> A primeira providência adotada para minorar os efeitos da inflação foi o impôsto sôbre lucros extraordinários, instituído pelo Decreto-Lei n 6.224 de 24 de janeiro de 1944. Essa medida foi acompanhada de duas outras - os ' Certificados de Equipamento' e 'Depósitos de Garantia', instituídas ambas pelo Decreto-Lei n 6225, também de 24 de janeiro de 1944.[...] O objetivo dessas medidas era estimular 'a constituição de reservas para contrabalançar os efeitos de inflação'e 'preparar o reaparelhamento do nosso parque

> industrial'.[...] Com êsse propósito, o impôsto de lucros extraordinários não foi uma medida de ordem tributária, deixando mesmo de ser exigido quando o contribuinte aplicava em 'Depósitos de Garantia' ou 'Certificados de Equipamento' quantia equivalente ao dôbro da que deveria pagar a título de impôsto. Não obstante, produziu, nos exercícios de 1944 e 1945, a apreciável receita de Cr$ 499.037.104,70. O sistema organizado era, porém, por demais complexo, de difícil fiscalização, *fácil de ser iludido porque os* lucros *extraordinários eram calculados em função do capital. Quanto maior o capital, menores seriam os lucros extraordinários e, portanto, menor o tributo a pagar ou os depósitos em dôbro a efetuar* (grifo nosso). Assim, para muitos contribuintes, a elevação do capital, pela criação de novos investimentos, o que a lei permitia, foi meio fácil de evitar o pagamento do tributo ou a aquisição de certificados de equipamento ou ainda a efetivação de depósitos de garantia.[88]

Ainda segundo o Ministro Correia e Castro, a redução da inflação, através dos "Certificados de Equipamento" e "Depósito de Garantia", não foi conseguida e também não foi possível acumular reservas para o reaparelhamento do nosso parque industrial, já que os depósitos eram efetuados no Banco do Brasil e confundiam-se com os recursos ordinários do mesmo, voltando imediatamente a circulação. Outras duas medidas foram também adotadas posteriormente mas não teriam resultados imediatos: o financiamento da produção, pelo Decreto-lei no7.774 de 24 de julho de 1945 e a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), instituída pelo Decreto-lei n 7.293 de 02 de fevereiro de 1945, para exercer as funções do Banco Central enquanto esse não se organizasse.

Segundo o Ministro, a SUMOC pôs logo em prática medidas saneadoras do crédito e outras de ordem monetária, dentre as quais a exigência do recolhimento aos seus cofres de parte do caixa dos bancos. Até outubro de 1945 não houve mais nenhuma tentativa de combater a inflação e a situação se agravou. Assim, para evitar novas emissões, uma parte do ouro existente foi vendida para fornecimento de numerário ao Tesouro. Apesar destas, foram elevadas em mais de dois bilhões de cruzeiros as despesas do exercício de 1946, com o aumento de vencimentos do funcionalismo.

Esta situação provocou grave crise quando da posse do Presidente Dutra. Tabelamentos, filas, inquietações sociais. Assim, foram adotadas algumas medidas de

ordem econômica. Entre elas, a aprovação dos Decretos-lei n 9.025 e 9.522 teve o objetivo de reduzir o meio circulante. Especialmente o último visava o acúmulo de reservas formadas pelos lucros extraordinários auferidos durante o período de inflação, que seriam restituídas logo que a situação se normalizasse. Entretanto, estas medidas não impediram o déficit no orçamento da União em 1946, gerado pelo aumento do vencimento do funcionalismo federal.

Ao abordar as principais medidas de política econômica, F. Saretta não aborda o Decreto-lei 9.522, que reforma o imposto sobre lucros extraordinários. Reservando algumas linhas sobre a questão da política tarifária, a qual Gastão Vidigal evitou modificar, temendo o "enfrentamento de poderosos interesses do setor industrial"[89], o autor, porém, deixou passar despercebida a reforma sobre lucros extraordinários. Curiosamente, esta ausência é recorrente nas principais análises do governo Dutra e sua política econômica. Entretanto, o anúncio da medida e as declarações do Ministro Gastão Vidigal na imprensa indicam que a abertura às importações e às remessas de lucros, aprovadas pelo Decreto 9.025 de 27 de fevereiro de 1946, e a assinatura do Decreto 9.022 de 10 de abril de 1946 estão intimamente relacionadas.

Desde fins de fevereiro o Ministro da Fazenda vinha afirmando, através da imprensa, que havia um déficit previsto para 1946. E que seriam necessárias novas medidas, inclusive de caráter fiscal, para reduzí-lo, sob pena de acelerar ainda mais o processo inflacionário. Entretanto, os debates com as associações de classe não produziram o efeito esperado pelo governo. Ainda assim, sob críticas e comparações com o governo autoritário anterior, o Presidente Dutra autorizou Gastão Vidigal a concluir a redação do referido decreto-lei. Desse modo, considerando não somente a política cambial, mas também outras iniciativas do Ministério da Fazenda e do governo como um todo, é

possível uma reavaliação da política econômica dos primeiros meses da administração de Eurico Dutra.

Ainda que um projeto elaborado para o conjunto da economia não tenha existido, é possível perceber, já nos primeiros meses de governo, uma estratégia empreendida através do Ministério da Fazenda, para garantir apoio e estabilidade políticas, ainda que provisórias. A balança comercial do país serviria à uma política de alianças, que se mostrava essencial naqueles primeiros meses de gestão, iniciada sob a pressão de greves e de críticas à política econômica anterior.

Combinavam-se, assim, ações liberais com medidas interventoras, como a implementação de tributações e controles de preços. O governo oferecia o acesso às importações, ao câmbio sobrevalorizado, que os comerciantes e industriais vinham reivindicando, limitando, porém, os recursos disponíveis com o Imposto Adicional de Renda e sobre Lucros Extraordinários. (Decreto-lei n 9.522). O inconveniente estava no fato de que esta estratégia teria um curto espaço de tempo para funcionar, e precisava ser aceita dentro de uma nova conjuntura, que exigia tolerância e diálogo por parte do novo governo.

---

[1]De acordo com Paulo Sandroni: "Nas finanças públicas, fala-se em déficit orçamentário quando as despesas são superiores à arrecadação." (Sandroni, 1994,p89). Quanto à inflação, o mesmo esclarece que esta pode ser entendida como "aumento persistente dos preços em geral, de que resulta uma contínua perda do poder aquisitvo da moeda". (*Ibidem, p.171).* Por insumo Aurélio Buarque entende ser a "...combinação do s fatores de produção (matérias-primas, horas trabalhadas, energia consumida, taxa de amortização, etc.) que entram na produção de determinada quantidade de bens ou serviços.(Ferreira, 1975, p.769 e 773). O mesmo esclarece que saldo consiste na "...diferença entre o débito e o crédito, nas contas de devedores com credores." (*Ibidem, p. 1261).* Quanto a expressão saldo comercial, Paulo Sandroni esclarece que significa "... um superávit na balança comercial do país, o que significa que o valor das exportações supera o das importações. (Sandroni,1994, p.341). O mesmo autor afirma que "...o produto é o resultado geral da ação transformadora do homem sobre a natureza. Em termos mercadológicos, produto é o conjunto que envolve o bem material e certas características de construção, aparência, desempenho, embalagem, prazo de entrega, garantia e preço. A importância relativa de cada uma dessas características do produto varia conforme sua natureza e a do mercado consumidor. Em produtos destinados ao consumo individual, por exemplo, a

embalagem e o acabamento assumem maior importância que em produttos destinados às indústrias ..." (*Ibidem*,.p.286).

[2] É importante destacar, a título de exemplo, que o Presidente Dutra tomou posse em meio a greve dos bancários, que aguardavam a sua intermediação para que o salário profissional da catergoria fosse acatado pelos banqueiros. (**Folha da Manhã**, São Paulo, 1° de fevereiro de 1946, p. 04 e 07). O jornal informa que o Sindicato dos Bancários de São Paulo enviou telegrama ao Presidente Dutra pedindo-lhe que intercedesse na solução da questão salarial da categoria. Sobre outras greves do período, ver: Carone, 1985, p.203/204.

[3] (Vianna, 1978, p.253/254).

[4] Hippólito.1985, Capitulo 2. Vale notar que as eleições para os executivos e legislativos estaduais, e suplementares para o Congresso Nacional, ocorreriam no início de 1947 e seria importante garantir apoio para os candidatos do PSD.

[5] BELOCH, 1984, p.3552/3553, e Vidigal (1990).

[6] **Folha da Manhã**, São Paulo, 02 de fevereiro de 1946, p.04. Ver também Vidigal, *op. cit.* p.159.

[7] **Folha da Manhã**. São Paulo, 13 de fevereiro de 1946, p. 03

[8] Saretta, 1990, p. 63.

[9] Villela , 1978, p. 211/212. Quanto ao imposto sobre lucros extraordinários ver Decreto-lei no 6.224 de 24 de janeiro de 1944.

[10] BRASIL. Decreto-Lei n° 9.025 de 27 de fevereiro de 1946. As letras de exportação consistiam em letras do tesouro para pagamento aos exportadores. Segundo Paulo Sandroni, as letras do tesouro correspondem a "...qualquer título emitido pelo governo federal, com prazo fixo e que paga juros de mercado. As letras do Tesouro são usadas como instrumento de controle do dinheiro circulante e de financiamento a investimentos e obras públicas. Recebem também o nome de títulos da dívida pública. (Sandroni, *op.cit.*,p.195).

[11] De acordo com o **Novo Dicionário de Economia** deflação pode ser entendida como: "... queda persistente do nível geral de preços, o oposto da inflação. Caracteriza-se pela baixa oferta de moeda em relação à oferta de bens e serviços ou pela queda na demanda agregada (associada, por exemplo, a um maior índice de poupança). Esse excesso de oferta de bens - ou carência de demanda - aumenta o índice de capacidade ociosa na economia e causa um acirramento da concorrência entre os produtos, que disputam os poucos consumidores disponíveis, o que leva a uma rápida queda nos preços. Cai o investimento e, conseqüentemente, há queda no produto real e aumento no desemprego. A deflação, assim, pode acabar provocando depressão (como a que ocorreu em 1929/1933) nos Estados Unidos). Normalmente, combate-se a deflação por meio de um aumento nos gastos públicos, e um maior grau de endividamento público, como forma de aumentar a demanda agregada." (Sandroni, *op.cit.*, p.89) **Folha da Manhã**, São Paulo, 1° de março de 1946. p.3. A entrevista foi realizada no dia 28 de fevereiro de 1946.

[12] **Folha da Manhã**, 1° de março de 1946. p.3.

[13] **Folha da Manhã.**, 1° de março de 1946. p.3.

[14] **Folha da Manhã**, Rio de Janeiro, 1° de março de 1946, p.3 e 3 de março de 1946, p.2.

[15] Carone, *op. cit.*, p. 203/204. É interessante também acrescentar que o jornal Diário Carioca noticiou a greve dos marítimos em 29 de janeiro de 1946, na última página, e a greve dos estivadores do cais do porto do Rio de Janeiro, em 09 de fevereiro de 1946, também na sua última página.

[16] **Folha da Manhã**, São Paulo, 1° de março de 1946. p.03 e 02 de março de 1946. p.03. A O jornal comenta que o Ministro Gastão Vidigal convidou a minoria parlamentar para uma troca de idéias sobre o plano de restauração econômico-financeira do governo e que este gesto teve grande repercussão nos círculos udenistas, pois seria esta a primeira vez que o governo consultava os representantes da oposição antes de implementar novas medidas.

[17] **Folha da Manhã**, São Paulo, 16 de março de 1946. p.03. Luiz Werneck Vianna esclarece que : "A promulgação da Constituição fora antecedida por dois processos de fundamental importância: a retomada da ação interventora do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos e a expedição de Decreto-lei de n° 9 070, em 15 de março de 1946.[...] aquela disposição legal visará dirigir a política sindical para o campo da ordem corporativa, antes mesmo da vigência da Constituição.[...] Face ao decreto, os dissídios coletivos em geral não são considerados como matéria puramente referida ao mundo mercantil, dado que diriam respeito ao 'interesse coletivo'. Nesse sentido, sua resolução transcenderia a ordem privada, cabendo ao Poder Judiciário o encaminhamento harmonioso da disputa. Daí que as greves só poderiam ser admitidas 'depois de esgotados os meios legais para remediar as suas causas' "(Vianna, *op.cit.*,p.268).

[18] Draibe, 1985, p.140/141.

[19] **Folha da Manhã**, São Paulo, 02 de março de 1946. p.04.

[20] Itararé, Barão de. Contra a Lei do Confisco.**Folha da Manhã**, São Paulo, 06 de abril de 1946.p.5.

[21] De acordo com o **Novo Dicionário de Economia**, depósito compulsório é um "...mecanismo oficial criado para reduzir o total de meios de pagamento existente numa economia em determinado momento. Por meio dele, os bancos são obrigados a depositar no Banco Central uma porcentagem de seus depósitos (20%, 30%,

40% ou mais). Desse modo, os bancos são obrigados a restringir as aplicações de depósitos a vista em empréstimos e títulos, reduzindo assim a criação de meios de pagamento na economia. Dependendo da conjuntura, as autoridades monetárias podem aumentar ou reduzir o percentual do depósito compulsório se o objetivo for diminuir ou ampliar o total de meios de pagamento."(Sandroni, *op. cit.*, p. 93). Cabe lembrar que durante o período abordado o país ainda não possuía um Banco Central. Assim, o Banco do Brasil acumulava as funções de banco comercial e banco central. Entretanto, em 1945, ainda no Governo Vargas, foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito com o objetivo de preparar e organizar o Banco Central.

[22] Uma carteira consiste no "...conjunto dos títulos ou valores monetários que são objeto de negociação por parte de um banqueiro, comerciante ou operador de bolsa de valores. Especificamente, designa as seções dos bancos especializadas apenas num tipo de operação, tais como carteira de crédito agrícola, carteira de descontos e carteira de câmbio." Quanto ao termo redesconto é definido como uma "operação bancária em que uma instituição financeira desconta títulos (duplicatas, promissórias etc) que já foram anteriormente descontados por outra instituição. É uma operação que permite, à primeira casa bancária, fazer caixa para novos negócios, sem ficar imobilizada à espera do vencimento dos títulos." (Sandroni, *op.cit.*, p.44 e 296).

[23] Decreto-Lei n° 9.159 de 10 de abril de 1946.

[24] **Folha da Manhã**, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1946. p.02/03.

[25] Ibidem.

[26] *Ibidem.*

[27] *Ibidem.*

[28] *Ibidem.*

[29] *Ibidem.*

[30] *Ibidem.*

[31] **Folha da Manhã**, São Paulo, 13 de abril de 1946. p.03.

[32] **O Observador Econômico e Financeiro**, Rio de Janeiro, abril de 1946. Notas Editoriais, p.5/6. Editorial.

[33] *Ibidem.*

[34] Sobre a extinção da cota de câmbio oficial de 20% sobre as letras de exportação e do recolhimento da cota de 3% sobre as vendas de câmbio conferir o Decreto-lei n° 9.598 de 16.08.1946. Ver também **Folha da Manhã**, São Paulo, 23 de agosto de 1946. 2° caderno. p.01. Quanto a portaria baixada pelo Ministro da Fazenda, especificando os gêneros de primeira necessidade beneficiados com a isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas, ver **Folha da Manhã**, São Paulo, 22 de agosto de 1946. 1° caderno. p.02.

[35] Vianna, *op. cit.*, p.253/254. Para maiores esclarecimentos quanto ao processo de reconstitucionalização do Brasil no pós-guerra conferir: Souza, 1990.Capítulo V.

[36] **Folha da Manhã**, São Paulo, 31 de janeiro de 1946. p.6. Quanto ao encontro do General Dutra e Otávio Mangabeira ver: **Folha de Manhã**, São Paulo, 27 de janeiro de 1946. 2° caderno.p.1.

[37] **Folha da Manhã**, São Paulo, 31 de janeiro de 1946. p.23. O jornal informa que o comício do PCB foi realizado no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, e em vários estados, pela soberania da Assembléia Constituinte. O orador Mario Scott assegurou que os deputados do PCB apoiariam o Presidente Dutra em todas as suas decisões democráticas e o combateriam em todas as suas decisões antidemocráticas. Em 02 de fevereiro o mesmo jornal informou que o PCB enviara telegrama de congratulações ao Presidente Dutra.

[38] GOMES (1988.)

[39] **Folha da Manhã**, São Paulo, 08 de janeiro de 1946.1ª caderno. última página. "Na organização de seu ministério, o General Eurico Dutra terá naturalmente de satisfazer a seus compromissos partidários. O clima de conciliação e tolerância que se está criando entre o PSD e a UDN facilita, porém, a tarefa do futuro Presidente[...]Quando, entre nós, se pensa num Ministro da Fazenda é para velhos tabus que se voltam as vistas dos governantes. Se a questão é de por um banqueiro no palácio suntuoso [...] por que não se experimenta sangue novo, gente com mais descortino [...] Não vejo, em resumo, porque o General Dutra encontre dificuldade em organizar o seu ministério, principalmente estando à vontade, como está, em virtude do franco namoro entre a UDN e o PSD." **Folha da Manhã**, São Paulo, Oswaldo Costa. **Homens ao Leme** 1o caderno. p.6.

[40] **Folha da Manhã**, São Paulo, 9 de janeiro de 1946. p.19. Este jornal afirma que o nome mais cotado para ocupar o Ministério da Fazenda é o de Gastão Vidigal.

[41] **Folha da Manhã**, São Paulo, 19 de janeiro de 1946. O Momento Político, última página, 2° caderno.

[42] Draibe, *op.cit.*, p.141.

[43] **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 16 de março de 1946.

[44] Draibe, *op. cit.*, p.141.

[45] Obviamente não estariam descartadas as ações dos outros ministérios na busca de soluções contra o processo inflacionário.

[46] Carone, *op. cit.* p.96.

[47] *Ibidem.*
[48] *Ibidem.*
[49] *Ibidem.*
[50] Primeira Conferência Nacional das Classes Produtoras: Carta Econômica de Teresópolis. *apud* Saretta, 1995, p.113.
[51] **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro. 17 de fevereiro de 1946. Gazetilha. "A premência da reconstrução econômico-financeira : nova tarefa do regime democrático.
[52] Draibe. *op. cit.*, p.284/293.
[53] Corsi, 1996. p.25/36.
[54] Corsi, 1995. p.7/21.
[55] *Ibidem*, p.9.
[56] Através do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) o industrial Roberto Simonsen, um dos principais expoentes do empresariado paulista, tentou encaminhar sua célebre proposta de planejamento econômico. Nesta defendia uma ampla ação do Estado na economia e uma efetiva proteção à indústria nacional como forma de imprimir um salto qualitativo na industrialização. Para maiores esclarecimentos acerca do assunto ver: Gudin (1978).
[57] Corsi, *op. cit.*, p.31.
[58] Corsi, *op.cit.*, p. 30.
[59] Corsi, *op cit.*, p. 29.
[60] Braga, 1996, p.7/24.
[61] É digno de nota que os trabalhadores urbanos tiveram grande importância para este desfecho.
[62] Braga, *op. cit.*, p.11.
[63] Ver a primeira nota deste capítulo.
[64] Maria Barbara Levy lembra que a criação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento teve como objetivo essencial "...conjurar a crise internacional sob patrocínio dos Estados Unidos". A depressão resultante da crise de 1929 e ocorrida também durante a Segunda Guerra demonstrava a proporção que poderia ter uma crise nacional, propagando-se para o restante do mundo através do comércio internacional. "Era consensual a necessidade de expansão do comércio; no entanto, era também imprescindível o estreitamento da cooperação internacional sobre a base de um sistema multilateral de pagamentos, para que se evitasse a ocorrência de novas e profundas crises que naquele momento acarretariam sérios problemas de segurança política. Foi esse o sentido do acordo estabelecido quanto às paridades cambiais. As desvalorizações competitivas foram consideradas indesejáveis, e as alterações nas taxas cambiais deveriam ser, a partir de então, precedidas de consultas às autoridades do FMI [...] Permitia-se, assim, que o movimento do capital financeiro não tivesse seu fluxo condicionado às políticas cambiais particulares, podendo deslocar-se entre as áreas de investimentos mais atraentes". (Levy, 1977, p.506).
[65] *Ibidem*, p.509.
[66] Ver o segundo item deste capítulo.
[67] **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 1° de março de 1946. p.03 e 03 de março de 1946. p.02.
[68] Bielschowsky,1996, p.277.
[69] Malan, 1977. p. 144. O autor comenta que a reação norte-americana à esta medida obrigou o Ministro da Fazenda Souza Costa a declarar que a medida não se destinava a proteger as indústrias antieconômicas.
[70] Honorato, 1995. p.278.
[71] *Ibidem*. p.269.
[72] Lei n° 3.293 de 21 de maio de 1941.
[73] Honorato.*op. cit.* p.273.
[74] *Ibidem*,.p.269.
[75] O conceito de desenvolvimentismo é entendido aqui como um projeto de industrialização planejada e apoiada pelo Estado. (Bielschowsky,*op.cit.* p.7 e 247).
[76] *Ibidem*, p.250.
[77] Exceção feita somente ao relatório elaborado pelo industrial Roberto Simonsen, que continha até então a proposta mais claramente articulada em favor de uma industrialização pesada com suporte estatal. O Presidente Vargas solicitou, então, parecer da Comissão de Planejamento Econômico sobre o relatório. O primeiro, elaborado pelo líder intelectual Eugênio Gudin, assim como o relatório inicial e a réplica de Roberto Simonsen, geraram documentos históricos fundamentais para a compreensão do estágio de conscientização da problemática desenvolvimentista até então alcançado. (Bielschowsky, *op.cit.* p.256/257).
[78] Congresso Brasileiro de Economia, dezembro de 1943; Congresso Brasileiro da Indústria, maio de 1944 e Conferencia Nacional das Classes Produtoras. Teresópolis, maio de 1945.Eli Diniz afirma que "A elaboração de uma ideologia explicitamente industrialista não chegaria a configurar-se de forma plena e acabada. O

próprio Simonsen não conseguiria precisar o conjunto dos mecanismos e prescrições necessários para se implementar uma política industrial coerente, ou seja, o conteúdo dessa política permaneceria insuficientemente formulado [...] Não obstante, em seus contornos mais gerais, não só seriam definidos alguns de seus elementos, como seriam mesmo incluídos na plataforma de reivindicações do setor industrial junto às autoridades governamentais, principalmente a partir de 1940." (Diniz, 1978, p. 98).

[79] Segundo Pedro. Malan, ao final de 1946, do total de 730 milhões de dólares de reservas cambiais, o Brasil posuia apenas 92 milhões em reservas com a área conversível, sendo o restante composto por libras esterlinas (bloqueadas), moedas inconversíveis e ouro depositado nos Estados Unidos. O autor alega que "embora o Decreto-lei no 9025 estipulasse restrições ao retorno e remuneração de capitais externos (respectivamente, 20 e 8% ao ano), as preocupações dos mentores de política econômica da época com a expansão da oferta agregada, como elemento de atenuação das pressões inflacionárias a médio prazo, e o papel que para tanto atribuíam à participação de capitais estrangeiros condiicionaram o adiamento dos referidos controles." Sem discordar dos fatores econômicos levantados pelo autor, é importante acrescentar que os citados "mentores de política econômica da época" estavam submetidos a uma conjuntura política e social bastante instável, o que impunha limiites e pressões sobre suas ações.(Malan, 1977.p.142 e 164/166).

[80] Decreto-lei no 9159 de 10 de abril de 1946.

[81] Vianna, 1987. p.27.

[82] Ibidem, p. 26.

[83] Saretta,. *op. cit* ,p.56/57.

[84] *Ibidem*, p.63.

[85] *Ibidem.*

[86] Ministério da Fazenda. Relatório apresentado ao Sr. Presidente da República General Eurico Gaspar Dutra pelo Ministro de Estado dos negócios da Fazenda Pedro Luiz Correia e Castro - Exercício de 1946. p.3.

[87] *Ibidem*, p.4.

[88] *Ibidem, p.*4.

[89] Saretta,. *op.cit.*, p.67.

CAPÍTULO 3

A Gestão de Correia e Castro

3.1 - A Reforma Ministerial.

A promulgação da nova Constituição brasileira marcou o final da primeira fase do Governo Dutra. Durante o funcionamento da Assembléia Constituinte o Executivo deteve excepcionalmente poderes legislativos, em função de um dispositivo jurídico. Este, elaborado durante o governo provisório de José Linhares, garantia ao Presidente da República, durante o período de elaboração da nova Carta Magna do País, o direito de expedir decretos-lei sem a prévia aprovação do Congresso Nacional[1].

O Executivo atuaria também sem maiores restrições porque as atenções dos parlamentares estavam concentradas nas discussões sobre as futuras leis[2]. Entretanto, na medida em que se aproximavam do fim os trabalhos constituintes, os rearranjos políticos ganhavam destaque nas discussões intra e interpartidárias. A imprensa passava também a deter-se neste tema, garantindo análises minuciosas sobre as possibilidades que se apresentavam:

> o que se tem como certo [...] é que, promulgada a nova Carta Magna , todos os ministros deporão [...] suas pastas. O general Dutra terá, assim, oportunidade para [...] remodelar seu governo. Se, antes, não tiver criado dois ministérios [...] com o desdobramento dos da Fazenda e do Trabalho, a solução não se lhe apresentará tão fácil, pois s. ex. tem afirmado que não pretende desfazer-se de seus atuais ministros. Toda a esperança da UDN está posta, justamente, na criação daqueles dois ministérios. Há, é verdade, uma outra solução: a dos srs. Carlos Luz e Gastão Vidigal se candidatarem,

> respectivamente, aos governos de Minas Gerais e de São Paulo. Ficarão vagas, nesse caso, as pastas da Justiça e da Fazenda. Então, o que fatalmente veremos, será uma verdadeira contradança, pois não é acreditável que o sr. Dutra, eleito pelo PSD, entregue aos adversários de ontem, embora aliados já então, a pasta essencialmente política, que é a da Justiça As previsões para essa hipótese, são, porém, muito escassas.[3]

Apesar das articulações e entendimentos com algumas lideranças udenistas terem se iniciado antes mesmo da posse do Presidente Dutra, um acordo entre o PSD e a UDN só começou a se concretizar com a proximidade do término dos trabalhos constituintes. Em julho de 1946 um relatório elaborado por alguns dos principais nomes dos dois partidos foi entregue ao Chefe do Executivo[4]. Segundo Maria Vitória Benevides, a derrota eleitoral da UDN em 1945 foi decisiva para a linha política que este partido seguiria. "A profunda frustração em não colher os frutos de uma vitória que 'moralmente considerava sua - frutos que pareciam tão garantidos em 45! - estimulou as disposições para participar do novo governo"[5].

As discussões que firmaram o acordo político com a UDN resultariam em uma nova coalizão política nacional, a partir do encerramento dos trabalhos constituintes. A preparação das eleições - para os legislativos e executivos estaduais e municipais e complementares para o Congresso Nacional - estavam entre as principais atenções dos políticos e do governo para a construção de novas alianças partidárias:

> O presidente da República remodelaria o Ministério e substituiria a quase totalidade dos atuais interventores estaduais, a fim de estabilizar a Nação para as próximas eleições. Aponta a coincidência dessas transformações com a chegada da Constituição ao Plenário, após a efetivação do acordo entre o PSD e as minorias parlamentares, assinalando o término da primeira fase de coalizão política nacional. Tudo teria sido assentado na última reunião ministerial, tendo a remodelação do Ministério objetivos administrativos e políticos, pois que elementos das correntes minoritárias seriam chamados a ocupar novas pastas, isto é, os Ministérios da Indústria, Comércio e do Trabalho, e Previdência Social.[6]

Os rumores sobre a deposição do ministério, que facilitariam o acordo interpartidário, referiam-se também a falta da estabilidade que o governo vinha

enfrentando. A falta de apoio para as decisões administrativas incluía muitos membros do próprio PSD e se estendia pelas classes subalternas. A carestia e a escassez dos gêneros de primeira necessidade agravavam o já debilitado quadro sócio-econômico do país. Haviam ainda as preocupações com as greves e com as ações do PCB junto aos trabalhadores urbanos.

A imprensa procurava demonstrar que uma nova Constituição representava a esperança de dias melhores. Entretanto, lembrava que "...maior liberdade nem sempre significa maior prosperidade econômica. O leite, o pão, os cereais, a carne, os fósforos não brotam nem brotaram das leis"[7].

O governo vinha estudando uma reforma administrativa que promovesse a simplificação das ações governamentais e uma redução de gastos com o seu funcionamento. Pelos comentários dos jornais seriam extintas vinte e três autarquias econômicas e comissões. Deixariam de existir, entre outros, os Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), e o Departamento Nacional de Informações(DNI).

No final de julho um decreto-lei reestruturou os quadros do DASP (Departamento de Administração do Serviço Público). Ao publicar a notícia, o **Jornal do Commercio** adiantava que este seria o primeiro de uma série de decretos que abrangeriam todos os ministérios, e que o Governo procurava assim comprimir as suas despesas[8].

Entretanto, o descontentamento e a agitação popular recrudesciam. Durante a Segunda Guerra, as cidades cresceram, provocando uma demanda contínua por habitações, transporte e alimentos. Segundo Edgard Carone:

> Em fevereiro de 1946 há falta de pão e carne e formam-se filas para a compra do primeiro deles; em seguida, o pão volta a ser tabelado, como no Estado Novo [...] Com isso, o pão baixa de preço e as padarias acusam os verdadeiros culpados, que são os moinhos de trigo. Enquanto falta pão e carne, os ovos também somem do mercado e começam a ser vendidos no câmbio negro. Os moinhos de trigo, nos meses seguintes, continuam a vender o seu produto acima da tabela e fazem desaparecer o artigo [...] Esta situação de instabilidade persiste e até cresce, porque nos meses seguintes começam a faltar gêneros alimentícios e produtos industrializados. A

> especulação com os gêneros provoca constantes altas dos produtos, que acabam se somando aos aumentos na passagem dos transportes e aos aluguéis das casas. Em agosto de 1946 temos agitação popular, com quebra-quebra, passeatas e outras formas de manifestações, que resultam em medidas repressivas da polícia e até na ameaça de ocupação da Guanabara por forças do Exército.[9]

As mobilizações populares não se restringiram ao Distrito Federal. No final de agosto estudantes de Direito de São Paulo saíram em passeata pela cidade, dando início a uma campanha contra a carestia da vida e aconselhando o povo a restringir ao mínimo seus gastos[10]. Em 29 de agosto a capital federal viveu uma onda de violência e medo durante vários dias. O estopim foi a morte de um estudante, intoxicado com um doce adquirido em uma padaria da Rua do Catete, a poucos metros da sede do Governo. O fato provocou violenta reação, com a depredação de vários estabelecimentos situados entre o Palácio do Catete e o Largo do Machado.[11]

O "quebra-quebra" coincidiu com a passeata promovida pela UNE (União Nacional dos Estudantes), que daria início a campanha contra o câmbio negro, os preços altos, os alimentos deteriorados e a falta de gêneros de primeira necessidade. A UNE condenou os excessos dos estudantes. Porém, as depredações prosseguiram por alguns dias e se espalharam pelo Catete, Glória, Centro, Copacabana e Tijuca[12].

A imprensa denunciou a violência policial contra os estudantes e jornalistas que cobriam os acontecimentos. Ainda assim, vários estudantes acusados de participar das agitações foram presos. O clima de insegurança e medo era incrementado por boatos de novas depredações. Muitos comerciantes mantiveram-se de "portas cerradas" já que eram o principal alvo do "quebra-quebra". Estes episódios propiciaram a ocupação de várias sedes do PCB e a prisão de vários militantes do partido[13].

Todavia, a repressão política não teve início com o "quebra-quebra" ocorrido na capital federal. Ainda em julho de 1946 o Presidente Dutra assinou um decreto-lei proibindo atividades político-partidárias nas entidades sindicais[14]. A medida

visava afastar, especialmente, os membros do PCB dos sindicatos e, conseqüêntemente, da liderança dos movimentos grevistas. Isto demonstrava que o Executivo continuava lutando contra a instabilidade política e social. Criticada por não ter apoio suficiente nem dos próprios pessedistas, a administração Dutra enfrentava as reivindicações populares com extrema dureza, não hesitando em recorrer a violência policial.

Os problemas econômicos, agravados com o fim da Segunda Guerra, eram o grande desafio do governo. Com grandes expectativas, os trabalhadores urbanos cobravam soluções imediatas para problemas que se arrastaram durante os anos de guerra. Por sua vez, diversos segmentos das classes dominantes faziam ecoar o seu temor com relação a mobilização das classes subalternas. Na nova fase de reconstitucionalização do País, a possibilidade de participação política dos trabalhadores urbanos, mais numerosos que nos anos trinta, e a volta do PCB à legalidade incrementavam as discussões e os temores dos setores dominantes.

Estes últimos mostravam-se descontentes não somente por conta das agitações sociais, traduzidas em greves e "quebra-quebras". Apesar da cota oficial de câmbio ter sido extinta no final de julho de 1946[15], o governo decretou, no mesmo período, que os exportadores deveriam aplicar 20% do valor exportado em letras do Tesouro Nacional[16]. Porém, a medida não era a primeira que cerceava o acesso aos lucros auferidos pelos empresários no país. De modo geral, a política econômica que vinha sendo desenvolvida pelo governo vinha desagradando produtores e comerciantes de diversos setores.[17]

A reforma da lei que taxava os lucros extraordinários provocou descontentamento em várias frações das classes dominantes. Através de suas associações e da imprensa industriais e comerciantes criticavam o Ministro Gastão Vidigal e o governo

do Presidente Dutra. As medidas eram vistas como autoritárias e contrárias ao novo período "democrático e liberal" que fora inaugurado com a queda do Estado Novo.

Além das medidas limitando o acesso aos lucros dos produtores e comerciantes, a nova Divisão da Economia Cafeeira, instituída em setembro de 1946, também desagradou os cafeicultores. Isto porque estes produtores reivindicavam, desde março do mesmo ano, o fim do controle cambial das exportações de café e a extinção do Departamento Nacional do Café (DNC).[18]

Um outro conjunto de medidas, proibindo as exportações de gêneros de primeira necessidade, ajudou a incrementar as insatisfações com os rumos que a economia brasileira vinha tomando.[19] Estas não foram as primeiras proibições sobre exportações, que ocorreram desde o primeiro mês do novo Governo. Em fevereiro de 1946, por decisão da Comissão Executiva Têxtil, foram suspensas, por noventa dias, as exportações de tecidos de algodão. A medida foi prorrogada por mais noventa dias em junho do mesmo ano, sendo apresentada como justificativa para tal as greves e faltas ao serviço dos operários das indústrias têxteis[20].

Em março foi suspensa a exportação de torta de algodão e o Ministro Gastão Vidigal incluiu vários produtos como farinhas de ossos e materiais básicos entre os que dependiam de licença prévia para exportação[21]. No início de abril foi suspensa a exportação de gado de corte e seus produtos e subprodutos e o Presidente Dutra assinou decreto-lei instituindo a Comissão Central de Preços, que foi instalada no final do mesmo mês[22].

Entretanto, todo este conjunto de medidas era insuficiente para atender a demanda por máquinas e matérias-primas, bem como por bens de consumo. As dificuldades eram muitas para obtenção de bens de produção no exterior, já que o parque industrial norte-americano e europeu passava por uma reconversão, em conseqüência do

fim do conflito mundial. Por vezes, o maquinário ofertado aos importadores brasileiros não passava de "sucata".

Assim, foi estabelecido, através de uma portaria, um regime de licença prévia para a importação de máquinas usadas. O Ministro da Fazenda justificou a medida como oportuna para controlar a entrada de equipamento obsoleto no País.[23] Entretanto, o Ministro Vidigal enfrentava duras críticas à sua gestão oriundas de diversas frações das classes dominantes. Tanto segmentos dos setores industriais como do setor agro-exportador mostravam-se descontentes com as ações do Governo, especialmente aquelas que partiam da Pasta da Fazenda.

Desse modo, a remodelação dos ministérios foi motivada não por razões de caráter administrativo mas, sim, por questões da política interna nacional. A reforma ministerial encerrava a primeira fase da coalizão política inaugurada com a eleição de Eurico Dutra para a Presidência. A nova conjuntura teria início com a Constituição de 1946 já em vigor, marcando um novo jogo de forças políticas entre o Executivo e o Legislativo e entre as classes dominantes e subalternas.

3.2 - Um fluminense no Ministério da Fazenda.

A promulgação da nova Carta Magna do país ocorreu em meio a boatos de desordens no Distrito Federal. Mas, o clima de instabilidade social não ameaçou o encerramento dos trabalhos constituintes. A repressão policial agiu com o aval do Executivo, tendo como justificativa o ambiente de agitações populares que geravam insegurança e incerteza em boa parte da população carioca[24]. O Presidente Dutra, em discurso oficial, justificou os decretos-lei que assinou:

> Os decretos-lei deste primeiro período de meu governo destinaram-se a atender a situações emergentes [...] providenciou o governo a revisão do

> orçamento vigente, reduzindo-o; suspendeu o provimento de cargos vagos ou a vagar, [...] extinguiu órgãos e serviços dispensáveis; adiou o início de novas obras e limitou o programa das já iniciadas; reduziu créditos especiais anteriormente abertos; promoveu a ampliação do âmbito fiscal, alargando as possibilidades de arrecadação. Do recurso extremo, a emissão, não pode entretanto, livrar-se inteiramente [...] Atendeu [...] a produção e amparou atividades econômicas [...] A crise de abastecimento dos mercados de consumo foi enfrentada com a adoção de providências usuais [...] mas cujos efeitos [...] sempre ficaram aquém dos desejos do Governo. Fórmulas de melhor distribuição, contenção de alta de preços, na preocupação de reduzir o elevado nível do custo de vida, foram recursos postos em prática. A todos eles, porém, resistiu o mal que assaltou o país, desservido por um sistema de comunicações e por uma rede ferroviária faltosa de materiais e de equipamentos desgastados, que não puderam ser substituídos em virtude das dificuldades de importação que a guerra nos impôs.[25]

O Presidente admitia, através do discurso oficial, que não foi possível reverter o processo inflacionário, por conta não somente das debilidades no sistema de transportes mas também em função da continuação das emissões monetárias. A declaração demonstra que o governo optou por não deflacionar a economia, atendendo às necessidades da produção do País. Apesar disso, Eurico Dutra afirmava que as medidas para a normalização do abastecimento não foram suficientes.

Assim, os decretos foram utilizados em caráter emergencial, no intuito de equilibrar o orçamento de 1946, sendo imprescindíveis para o equilíbrio da vida econômica e social do Brasil[26]. O Executivo procurava evitar, com isso, as críticas a sua atuação, muitas vezes comparada ao período anterior, quando ocorreu, segundo alguns críticos, excessiva intervenção na esfera econômica.

Como exemplo das insatisfações à política econômica do governo pode-se observar as conclusões do debate promovido pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) com a participação das associações comerciais de todo o país. Ocorrido um mês antes da promulgação da Constituição, o debate teve como tema a crise brasileira e as acusações de que o comércio seria o responsável pela mesma. O resultado dos quatro dias de discussão foi a elaboração de um documento à nação, a ser entregue ao Presidente

Dutra, reafirmando os pontos de vista da Carta de Teresópolis (1ª CONCLAP) e a crença na primazia da iniciativa privada[27]:

> Depois de fazer uma crítica dos erros praticados pelas próprias classes produtoras, o documento analisa também os erros praticados pelas classes trabalhadoras, cuja produtividade caiu nos últimos tempos, agravando a situação; pelos partidos políticos, que se tem preocupado mais com as questões partidárias do que com a realidade econômica do país; pelos consumidores, que ainda não começaram a empregar a grande força que está em suas mãos;[28]

A falta de uma diretriz na política econômica adotada pelo governo foi apontada como a grande responsável pela crise Assim, o documento termina com a apresentação de uma série de soluções de emergência a serem adotadas pelos poderes públicos. Entre estas estava "a substituição de todos os órgãos que atualmente interferem no setor econômico, por um órgão único, ao qual caiba a direção segura, prestigiada e autônoma de um plano de conjunto, que permita ao país enfrentar as dificuldades"[29]. Este órgão seria composto pelos ministros da Agricultura, Fazenda, Trabalho e Viação, assessorados por representantes da Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio e por especialistas[30].

O documento sugere ainda a prorrogação do plano de emergência para os produtores rurais, estendendo-o a todo o País, definindo preços mínimos para a lavoura e quais vegetais seriam financiados; o prosseguimento das medidas para estocagem e crédito; priorizar o transporte da produção e a compra de veículos para o transporte de gêneros alimentícios; somente ser autorizada a exportação de gêneros alimentícios quando garantido o abastecimento nacional e estimular com assistência técnica e financiamento a cultura de gêneros alimentícios de subsistência; dar estímulos à indústria de farinhas panificáveis.

O governo deveria ainda sustar obras públicas não essenciais e desviar o excedente de mão-de-obra para os campos, onde uma política de garantia de preços

mínimos aos produtos alimentares facilitaria o trabalho no campo. Os comerciantes sugerem ainda a manutenção da suspensão provisória do regime de licença prévia para importação, exceto de máquinas usadas.[31]

Um mês após a divulgação deste documento foram proibidas as exportações de gêneros de primeira necessidade[32]. Entretanto, apesar de sugerida pelos comerciantes, a medida desagradou o setor agropecuário, que vinha lucrando com a exportação desde os anos de guerra, sem ter de submeter-se ao tabelamento de preços interno[33]. Estes fatos servem para ilustrar o quão delicada era a relação do governo, especialmente do Executivo, com os diversos segmentos das classes dominantes.

O tênue equilíbrio de forças em que a administração de Eurico Dutra se encontrava punha em risco a aprovação do orçamento para 1947, que deveria ser votada pelo Congresso Nacional, em funcionamento após terminados os trabalhos constituintes[34]. A preocupação do Executivo devia-se ao fato de que o momento era de intenso debate político sobre as perspectivas do desenvolvimento brasileiro. E a Assembléia Constituinte foi um importante palco de debates sobre temas econômicos[35].

O conflito central da Assembléia Constituinte deu-se, basicamente, entre dois modelos de desenvolvimento: o modelo "desenvolvimentista-industrializante" de crescimento industrial acelerado, implementado pelo governo Vargas no pós-30; e o "neoliberal", de negação do primeiro. "As forças 'desenvolvimentistas-industrializantes' [...] estavam representadas na aliança PSD/PTB", enquanto os setores bancário-mercantis e os proprietários de terras ligados à economia agro-exportadora, opositores do modelo industrializante, estavam representados na Assembléia Constituinte principalmente pela UDN, pelo PR e por setores minoritários do PSD[36].

Todavia, as lutas internas entre os diversos setores das classes dominantes ocorriam em uma conjuntura na qual o governo procurava fazer concessões aos segmentos

comercial-bancário e agro-exportador. Era preciso, portanto, distanciar-se das ações que pudessem evocar o período estadonovista. Entretanto, o orçamento de 1947 havia sido elaborado pelo DASP, órgão do Executivo, criado durante a gestão autoritária de Getúlio Vargas[37].

De acordo com a mensagem presidencial, o orçamento era superavitário, com uma renda tributária superior a de 1946. "No orçamento para 1947 o imposto sobre a renda e o imposto adicional constituem 1/3 aproximadamente da renda tributária e a parte dos impostos indiretos se reduziu a 55%"[38]. Sobre a legislação financeira de guerra, no tocante aos lucros extraordinários, informa que uma revisão reduziu o número de contribuintes:

> A legislação em vigor para os exercícios de 1946 e 1947 estabelece, além do imposto adicional sobre a renda, depósitos compulsórios que não constituem, porém, como as Obrigações de Guerra, recursos privativos do Govêrno; sob o contrôle da Superintendência da Moeda e do Crédito, servem para operações de redescontos, especialmente as que se destinarem ao desenvolvimento e amparo da produção. Cumpre assinalar que esses depósitos não implicam em nenhuma despesa orçamentária."[39]

A mensagem justificava ainda o empréstimo compulsório sobre as exportações, em que 20% do valor exportado deveria ser aplicado em Letras do Tesouro, sobre os quais incidiam juros de 3% ao ano. Afirma ainda que a política de equilíbrio orçamentário que o governo vinha realizando reduziu o déficit de 1946 em relação ao ano anterior em 2/3 e pretendia suprimi-lo em 1947: "A fim de alcançar esse objetivo, cumpre restringir as despesas ao estritamente necessário e, sempre que for imprescindível, fazer qualquer despesa mais vultosa, procurar obter, concomitantemente, novas receitas."[40]

Entretanto, as críticas não demoraram a aparecer. Em meados de outubro o deputado udenista Aliomar Baleeiro criticou a proposta orçamentária entregue no início do mesmo mês à Câmara dos Deputados. Alegou que o Congresso não poderia modelar o orçamento por dispor de pouco mais de um mês para tal. As críticas se estenderam também

ao fato do governo recorrer às emissões ao invés de utilizar-se a tributação adequada[41]. Ao mesmo tempo em que o orçamento era apreciado - e criticado - pelo Congresso, o Ministro Gastão Vidigal deixava a Pasta da Fazenda e o novo titular era empossado.

Desde agosto a imprensa comentava o iminente afastamento do Ministro Vidigal. O lançamento de sua candidatura para o governo de São Paulo obrigaria-o a exonerar-se do cargo. Entretanto, a exoneração de todo o ministério facilitaria as negociações com a UDN, permitindo uma redistribuição de cargos dentro da burocracia estatal[42]:

> Não há mais dúvida sobre a remodelação do ministério. Ela será feita logo após a promulgação do novo texto constitucional. Que Deus inspire o presidente Dutra na escolha de seus novos ministros. Que essa escolha obedeça unicamente ao critério da capacidade, e não a injunções político-partidárias.[43]

A exoneração se concretizou em outubro de 1946 quando Gastão Vidigal divulgou, através da imprensa, a sua carta de demissão. Nesta alegava que a Comissão Executiva do PSD incluíra seu nome em lista para candidatar-se ao governo do estado de São Paulo. Afirmava ainda que três razões o moviam a pedir exoneração: a primeira seria a condição de inelegibilidade dos ministros para governador de estado; a segunda seria a de equiparar-se a outros candidatos; e a terceira:

> ... concorro para que V.Ex. possa alcançar mais prontamente seu desejo, sempre revelado, de agremiar em torno do seu Governo outras expressões técnicas ou políticas, que tanto poderão servi-lo e prestigiá-lo [...] já durante a campanha eleitoral [...] tive ensejo de manifestar-lhe sincera convicção favorável a um Governo de concentração nacional, único que me parecia propício ao ambiente de trabalho e de confiança, de que tanto carece o Brasil.[44]

O novo Ministro da Fazenda, escolhido pelo Presidente Dutra, tomaria posse em 22 de outubro de 1946. Pedro Luis Correia e Castro era fluminense de Vassouras e havia sido diretor e presidente do Banco do Brasil. Membro de tradicional família da aristocracia rural do estado do Rio de Janeiro, exercia até então o cargo de Diretor-

superintendente do Banco Hipotecário Lar Brasileiro. Havia ingressado na política em 1934, elegendo-se deputado à Assembléia Constituinte fluminense, onde permaneceu até 1937[45].

Antes mesmo de empossado sua escolha já provocava dúvidas e críticas. Na Câmara, o deputado Jurandir Pires acusava o Presidente Dutra de entregar o Ministério da Fazenda à Corrêa e Castro por conta de empréstimos que o Banco Lar Brasileiro teria feito ao candidato Eurico Dutra[46]. Todavia, a nova fase política incluía novidades no quadro econômico do país.

A partir de julho de 1946 o preço-teto do café começa a ser liberado nos E.U.A., após muita pressão dos setores cafeeiros e do governo brasileiro[47]. Durante os anos trinta os preços haviam sofrido uma queda vertiginosa. Todavia, em 1942 os preços sofreram uma sensível melhora. No mesmo ano, através dos Acordos de Washington, foi fixado, entre outros, um preço-teto para o produto. Mas o limite de preço foi baseado no valor de 1940, momento em que o preço era muito baixo[48]:

> A situação, originariamente injusta, agravou-se sobremodo com o correr do tempo, principalmente devido ao aumento do custo de produção decorrente da elevação do custo de vida e dos salários [...] Em vão esforçaram-se o Brasil e outros países latino-americanos produtores de café, no sentido de obterem um reajustamento dos preços que, de modo algum, eram compensadores [...] Várias demarches foram promovidas, no sentido de reajustar o preço do café [...] como na Conferência de Chapultepec [...] em fevereiro de 1945 [...] As razões dos países produtores não conseguiram demover os Estados Unidos da política adotada em relação ao café. O argumento invocado para a manutenção do *ceiling-price* do café era a necessidade de combater a inflação.[49]

O estabelecimento do preço-teto internacional, entre os anos de 1942 e 1946, trouxe graves prejuízos aos cafeicultores e ao País. A partir do segundo semestre de 1946, atendida a reivindicação dos setores cafeeiros quanto à liberação dos preços, surgia o temor de que os preços pudessem baixar ainda mais em função dos altos estoques[50].

Internamente, o preço do café vinha sendo controlado pela CCP (Comissão Central de Preços), tendo sido concedido, no final de julho de 1946, um pequeno aumento, em função da extinção do DNC(Departamento Nacional do Café) e, conseqüentemente, dos subsídios que este órgão vinha concedendo aos produtores[51]. Todavia, com a supressão do controle do preço no mercado externo, havia o risco de que os preços acabassem por subir internamente, em função de uma possível alta de preços[52].

Assim, Correia e Castro assumia o Ministério da Fazenda numa conjuntura que exigia maiores demonstrações de distanciamento do governo anterior. Até então, as medidas econômicas haviam sido justificadas como necessárias na medida em que a produção e o comércio estavam se ajustando ao período de paz e o Executivo aguardava o fim dos trabalhos constituintes. Mas, para diversas frações das classes dominantes o governo Dutra vinha atuando de maneira muito semelhante ao seu antecessor.

A política econômica desenvolvida por Gastão Vidigal descontentou muitos produtores e comerciantes por intervir demasiadamente, ainda que em caráter emergencial, nos preços e na circulação das mercadorias e restringindo os ganhos destes setores. Era preciso, portanto, em função do encaminhamento dos trabalhos constituintes, da promulgação da Constituição, da liberação dos preços do café, apresentar propostas e agir atendendo aos anseios dos que desejavam mais liberdade para produzir e comerciar. Havia ainda a expectativa de que o novo Ministro da Fazenda, através de suas ações, pudesse atrair mais capitais externos para o país.

3.3 - O novo Ministro da Fazenda e as primeiras medidas.

Em 22 de outubro de 1946 o Ministro Correia e Castro tomou posse e declarou que o programa econômico-financeiro do governo poderia ser resumido em:

combate à inflação, expansão econômica e reforma do sistema tributário. Para combater à inflação seria indispensável:

> Conseguir o equilíbrio orçamentário reduzindo as despesas ao limite dos recursos ordinários. Para esse efeito, serão adiadas todas as obras que não sejam consideradas de necessidade urgente; [...] Promover o aumento da produção de modo que o maior volume de artigos produzidos possa absorver o excesso do meio circulante. Somente depois que se conseguir o equilíbrio orçamentário e a consolidação da dívida flutuante se poderá pensar em deflação e esta deverá ser procedida paulatina e cautelosamente, de modo a evitar perturbações de ordem econômica, em geral de conseqüência muito mais desastrosa que as da própria inflação.[53]

A expansão econômica seria estimulada "...pelo afastamento de todos os obstáculos criados à produção, distribuição e circulação de riquezas". Todas as leis que restringissem a liberdade de comércio das "utilidades produzidas" seriam revogadas e seriam examinadas, caso a caso, a extinção de vários órgãos oficiais, de acordo com os interesses da produção. A mesma seria também estimulada "...pela assistência financeira, proporcionada pelo crédito bancário", que seria organizado "...em moldes clássicos, porém com a elasticidade indispensável para atender com eficiência às nossas necessidades"[54]. Para atingir este objetivo o novo Ministro da Fazenda declarou que seria formulado:

> ...um projeto de Lei Bancária que, além de estabelecer normas para a constituição e funcionamento dos Bancos, criará um Banco Nacional de Emissão, redesconto e câmbio, um Banco Nacional de Crédito Hipotecário, além de outras instituições de crédito destinadas a fomentar as atividades da Agricultura, da Pecuária e da Indústria e do Comércio. O Estado participará do capital desses Bancos e a parte dos lucros, que lhe for atribuída, será destinada ao Fundo de Resgate do papel moeda. O projeto de Lei Bancária e os estatutos dos Bancos a que me referi, serão, em tempo, submetidos à consideração de todos os banqueiros do país, que apresentarão as sugestões que lhes pareçam convenientes.[55]

A expansão econômica seria estimulada ainda através de medidas de grande alcance e que não dependiam diretamente do Ministro da Fazenda, tais como: a coordenação entre empregador e empregado; facilidades de transportes e seu barateamento; o aparelhamento mecânico não só da indústria como da agricultura; a assistência técnica à

indústria, à agricultura e às atividades pecuárias e o estabelecimento de postos de emprego e armazenamento de grande capacidade.

No tocante à coordenação entre empregador e empregado o ministro alegava que era necessária a coordenação de ambos pelo governo, evitando-se com isso as greves. Este deveria estabelecer o salário mínimo, ouvindo os interessados e estudando "...convenientemente as peculiaridades de cada região", e procurar desenvolver a organização de empregados e empregadores em sindicatos, facilitando a assistência do Estado.

Esta não poderia ser exercida individualmente, exceto nos grandes centros urbanos. Assim, através dos sindicatos, seria possível organizar cooperativas de produção, de consumo e de crédito. Era necessário ainda dar assistência médica e alfabetizar os trabalhadores.

Quanto às facilidades de transportes e seu barateamento era preciso, segundo Correia e Castro, melhorar as rodovias existentes "...bem como construir novas, ligando as zonas de produção aos centros consumidores e aos portos e estações ferroviárias mais próximas"[56]. As estradas de ferro também deviam ser modernizadas para permitir o escoamento das safras produzidas nas regiões servidas pelas mesmas.

Era indispensável, ainda, a aquisição de navios, o reaparelhamento dos portos, a desobstrução dos rios navegáveis e a abertura de canais para melhorar as condições do transporte marítimo e fluvial. "A modicidade dos transportes é também condição indispensável. Muitas vezes o preço elevado do transporte impede a produção e, de modo geral é uma das causas da elevação do preço dos gêneros de primeira necessidade."[57]

O aparelhamento mecânico era também importante na medida em que as máquinas antigas estavam desgastadas pelo uso e eram obsoletas, tendo por isso baixo

rendimento. Segundo o novo Ministro da Fazenda, essa seria a razão principal da baixa produtividade e do preço elevado dos produtos industrializados brasileiros:

> Se, além de adquirir novas máquinas mais aperfeiçoadas, mecanizarmos completamente a indústria, economizando o mais possível o trabalho individual, não somente sobrarão braços para novas indústrias, como ainda teremos a produção industrial elevada e o preço de custo reduzido. O que afirmamos relativamente à indústria, aplica-se igualmente à produção agrícola, que só poderá desenvolver-se e ser obtida a baixos preços pela mecanização perfeita e completa. [58]

No tocante à assistência técnica o Ministro Correia e Castro afirmava ainda que só técnicos experientes deveriam incumbir-se da mecanização da indústria e da agricultura, indicando novas máquinas, novos processos de fabricação e novos métodos de trabalho, para ser possível a obtenção de rendimentos máximos. Por este motivo era preciso que se organizasse, o quanto antes, o ensino profissional. Para que ocorresse a expansão econômica deveriam também ser estabelecidos, nos portos e centros produtores, postos de expurgo e de armazenamento de grande capacidade, para que fosse possível a conservação dos artigos produzidos por longos períodos.

O programa econômico-financeiro do Ministro da Fazenda incluía ainda uma reforma tributária. Sua argumentação era de que o nosso sistema tributário vinha sofrendo as mais veementes críticas. Portanto, era urgente sua revisão e reforma "...a fim de se adotar uma política tributária com fundamento econômico e não baseada nas necessidades fiscais".

Para isso, seria indispensável o exame detalhado de cada tributo, suprimindo-se, reduzindo ou reajustando taxas excessivas ou fixadas arbitrariamente. Corrêa e Castro referiu-se ainda à alguns inconvenientes: o tributo depender do arbítrio da autoridade fiscal, a tributação direta, que desanima os produtores e que, por isso, deveria ser evitada e a permissão de multas, que só deveriam ocorrer em caso de fraude ou reincidência.

> O programa econômico-financeiro [...] depende, em grande parte, do Congresso Nacional, a cuja apreciação o Governo se submeterá oportunamente em todas as suas minúcias. Enquanto se aguarda essa providência, é claro que serão postas em imediata execução todas as medidas que dependam apenas do nosso próprio arbítrio.[59]

Os comentários às propostas ministeriais foram divergentes. Enquanto o **Jornal do Commercio** elogiava as propostas para o equilíbrio orçamentário, a **Folha da Manhã** criticou o longo discurso do Ministro Correia e Castro, alegando que o mesmo se estendeu "em demasia sobre aspectos que nada tem a ver com a sua pasta."[60]. Além disso, o jornal questionava a proposta de reforma tributária, que condenava a tributação direta:

> Ora, hoje em dia os melhores mestres na ciência das finanças, bem como a experiência dos povos modernos, recomendam o contrário, a supressão dos impostos indiretos e a taxação direta. E isso, porque os impostos indiretos recaem exclusivamente sobre o consumidor, com evidentes vantagens para o industrial, o lavrador, o comerciante, mas com prejuízo das massas populares [...] me parece até inconstitucional o ponto de vista do novo ministro da Fazenda.[61]

As expectativas e temores em relação à inflação continuavam presentes e o discurso do novo Ministro da Fazenda não conseguiu reduzí-los. Em entrevista à imprensa, o Senador Luis Carlos Prestes declarou que Gastão Vidigal saiu da Pasta da Fazenda deixando uma situação pior do que a que encontrou: a inflação, ao invés de diminuir se agravou. O discurso do novo Ministro da Fazenda, segundo o Senador, não trazia grandes esperanças:

> É evidente que pretende adotar política diferente da seguida pelo sr. Vidigal. Mas parece ser semelhante à do sr. Sousa Costa, da qual resultou o processo de inflação, estimulando o crédito ostensivamente para os grandes produtores e os amigos do governo [...] O novo ministro da Fazenda pretende acabar com os Institutos, sob o pretexto de conseguir mais liberdade de comércio interno [...] tudo indica que o novo ministro pretende adotar uma política financeira de véspera de eleições, capaz de assegurar o maior enriquecimento, por forma fácil, dos que já são ricos, e a prosperidade fictícia da inflação.[62]

No Congresso Nacional o Deputado Armando Fontes, ao discutir o projeto do orçamento para 1947 também criticou a posição do novo chefe da Pasta da Fazenda

quanto à defesa do aumento dos impostos indiretos contra os impostos diretos[63]. Todavia, ainda em novembro de 1946, o Ministro Correia e Castro convocou a imprensa para informar-lhe das providências que o governo iria executar. Assim, para atender ao déficit orçamentário que vinha se acumulando desde o exercício de 1945 foi obrigado a procurar recursos elevando a taxa do imposto de renda das pessoas jurídicas:

> ...o aumento será de 15% que, adicionados aos 8% existentes, perfazem o total de 23%. Dessa tributação estão excluídas as sociedades civis, as quais, no entanto, passarão a pagar 8% ao invés de 4% [...] Em compensação, o governo solicitou, através de uma mensagem ao Congresso, a abolição do imposto chamado de "Lucros Extraordinários"[...] Esse aumento de impostos fornecerá ao Tesouro um aumento de renda anual de Cr$1.530.000.000,00, aproximadamente. Assim, dar-se-á combate à inflação e ao *deficit* orçamentário. Essa tributação vigorará até o ano seguinte àquele em que de execução do orçamento resultar saldo favorável. A partir desta data, anualmente, se reduzirá de 5% o referido imposto, até voltar a taxa primitiva de 8%. Redução idêntica far-se-á com o imposto das sociedades civis, até o mínimo de 4% primitivo.[64]

O Ministro da Fazenda afirmava ainda que o governo estava empenhado em obter rápida solução para o problema do reequipamento de maquinarias dos nossos parques industriais: "Esses estudos conduzem o governo a fazer uma operação vultosa por intermédio do Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos."[65] Assim, na exposição de motivos ao Presidente da República, a ser enviada posteriormente à Câmara de Deputados, o Ministro da Fazenda demonstrava que, com os novos anteprojetos de lei, a receita obtida seria bem maior e que a majoração tributária sugerida era medida de emergência [66].

Imediatamente após a divulgação do anteprojeto de aumento do imposto de renda a medida recebeu elogios tanto na Câmara de Deputados quanto na imprensa [67]. Na Associação Comercial do Rio de Janeiro já era também discutida a intenção do governo de extinguir o controle de preços[68]. Desse modo, as desconfianças e críticas quanto à nova política econômica a ser adotada iam se dissipando.

Ainda em novembro Correia e Castro baixou uma portaria excluindo de proibição as exportações de couros bovinos e liberou as exportações de tecidos de algodão. A exportação de couros bovinos e de tecidos e artefatos de algodão ficavam, porém, subordinadas ao regime de licença prévia da Carteira de Exportação e Importação (CEXIM) do Banco do Brasil[69]. Entretanto, a Associação Comercial pleiteava ainda a liberação da retenção de 20% das letras de exportação junto ao Ministro da Fazenda.

Em 29 de novembro de 1946 o Ministro Correia e Castro reuniu a imprensa e divulgou o anteprojeto de reforma bancária que seria apresentado à Câmara dos Deputados e ao Senado. O Ministro afirmou que receberia sugestões sobre o projeto até 15 de dezembro quando então se reuniria com os banqueiros para que estes se pronunciassem a respeito. Só então o projeto seria enviado ao Congresso. Quanto à retenção das letras de exportação o Ministro da Fazenda informou que os protestos e inconvenientes que causaram fizeram com que o governo buscasse a suspensão da medida:

> Essa providência não deu os resultados previstos e, por outro lado, criou quase que um monopólio de exportação para as grandes firmas. As pequenas, depois de três ou quatro negócios para o Exterior, viam todo o seu capital retido no Banco do Brasil. Espero dentro de poucos dias enviar ao sr. Presidente da República, para sua remessa ao Congresso, o projeto de lei extinguindo essa medida.[70]

O Ministro Correia e Castro afirmou ainda que, de acordo com o referido anteprojeto, o primeiro estabelecimento de crédito a ser criado seria o Banco Central. Depois, então, viriam o Banco Hipotecário e, em seguida, o Banco Rural, quando então seriam extintos os institutos como o do Mate, do Pinho e do Açúcar[71]. A repercussão das medidas junto à imprensa especializada era favorável ao governo, já que estas demonstravam não serem mais somente emergenciais:

> Está [...] o projeto de lei bancária, engrenado na execução de um amplo programa de expansão econômica, apoiado de um lado pelo combate à inflação e, de outro, pela reforma tributária. Encontramos assim, de parte do Ministro da Fazenda, uma compreensão nítida de que a crise que ora perturba a nossa vida não pode ser resolvida com o emprêgo de simples

> medidas de emergência. Isto porque a nossa crise não é o resultado imediato de uma situação, porém o fruto de uma longa seqüência de situações [...] A nossa crise é [...] uma crise de produção; e o desenvolvimento da produção [...] exige [...]o uso do crédito seletivo [...] e a isto se atenderá através do processo de especialização do crédito, definido na série de bancos semi-estatais, aos quais servirá de cúpola o Banco Central Brasileiro, emissor, e a quem caberá. [...] conduzir o meio circulante às suas justas proporções.[72]

O Ministro Correia e Castro procurava assim, com essas primeiras medidas, arrefecer os ânimos dentro de um cenário conturbado. Isto porque o acordo com a UDN ainda permanecia sem um desfecho e aproximavam-se as eleições para os legislativos e executivos estaduais e complementares para o Congresso Nacional[73]. Nos últimos dias de novembro o Presidente Dutra ainda solicitava uma definição da UDN quanto à participação de seus membros, Raul Fernandes e Clemente Mariani no ministério[74].

O Conselho Nacional da UDN no início de dezembro e aprovou, por 26 votos contra 16 sua participação no governo, embora sem o compromisso de apoiá-lo incondicionalmente. Sua colaboração estava condicionada a existência de um programa de administração:

> Este programa não existe ainda [...] Contudo, alcançada agora a confiança política nacional, - com o que já poderemos chamar, realmente, ministério de coligação, - não será difícil compô-lo e, em seguida, realizá-lo [...] encontraríamos, mesmo nos projetos enviados à Camara pelo atual governo, alguma coisa de concreto, no terreno material de obras e reequipamento, e no da recuperação financeira.[75]

Assim, em 06 de dezembro de 1946 o Presidente Dutra assinou a exoneração dos ministros das Relações Exteriores e da Educação e a nomeação de Raul Fernandes e Clemente Mariani para os respectivos cargos[76]. Todavia, as alianças que se formavam geravam apreensão junto às classes dirigentes. O PCB declarava seu apoio ao candidato ao governo de São Paulo Ademar de Barros e organizava comícios em várias importantes cidades do País lançando seus candidatos a deputados estaduais[77]. Em novembro os jornais cariocas noticiaram a prisão de um servente do Ministério da Guerra

acusado de espionagem a serviço do PCB. No mês seguinte o mesmo foi condenado por violação de correspondência[78].

Em dezembro um incidente com um funcionário da Embaixada do Brasil em Moscou criou um impasse entre os governo do Brasil e da URSS causando também agitações no Distrito Federal. Em função da agressão à um diplomata brasileiro em território soviético grupos de manifestantes percorreram as ruas da Capital Federal (Rio de Janeiro) e atacando o Comitê Central do PCB[79]. Em janeiro o governo brasileiro enviou nota ao governo soviético alegando que não aceitava a versão russa do acontecimento e solicitando a instalação condigna da embaixada brasileira em Moscou. O governo russo recusou-se a discutir novamente o incidente com o diplomata brasileiro mas alegou estarem sendo providenciadas instalações condignas para todas as missões diplomáticas, inclusive a do Brasil.

A tolerância com os comunistas parecia estar cada vez mais ameaçada com a aproximação das eleições. O governo buscava atender às reivindicações dos setores agro-exportador, industrial e comercial. Entretanto, continuava temeroso quanto ao resultado das urnas. A mobilização do PCB junto às classes subalternas poderia ameaçar o equilíbrio político e social almejado.

Às vésperas do pleito de 1947 o Presidente Dutra, em entrevista coletiva, disse que: "Somente devem merecer o apoio do povo brasileiro [...] os partidos que, no campo interno, defendem os direitos consagrados na Constituição, sobretudo o respeito à pluralidade dos partidos [...] e não se subordinem, quanto à política externa, à de qualquer potência estrangeira."[80]

Todavia, o ano de 1947 iria transcorrer com inúmeras mudanças no plano político e econômico. As expectativas com relação ao abastecimento e à alta dos preços

não iriam desaparecer mas novos embates seriam enfrentados para que o governo pudesse levar adiante as propostas divulgadas pelo Ministro Correia e Castro.

3.4 - O acordo interpartidário PSD-UDN.

A segunda fase do Governo Dutra pode ser interpretada a partir do acordo político entre o PSD e a UDN. Este, como já descrito anteriormente, não garantia apoio incondicional às decisões do Executivo[81]. Muitas discussões prolongaram a indefinição da UDN quanto à sua participação no ministério e resultaram na exoneração de Virgílio de Melo Franco da secretaria geral da UDN. Em entrevista à imprensa o udenista justificou sua atitude como fruto de suas divergências com a corrente que apoiava Otávio Mangabeira, favorável à política de coalizão com o Governo. Sobre a aproximação do Presidente Dutra com a UDN o ex-secretário geral da UDN afirmava que:

> Em todas as suas conversas estava sempre implícita e mal velada a ameaça de se atirar aos braços do ex-ditador, caso a UDN recusasse a mão que ele lhe estendia. Devo dizer que o problema Vargas sempre me pareceu um problema do Governo e não nosso. por isso mesmo, desde o movimento de 29 de outubro eu tinha exorcizado definitivamente o fantasma do anão de São Borja. Se o general Dutra, porém, é dado a experiências espiritistas e gosta de invocar espectros, sua alma, sua palma...[82]

Do texto acima transcrito é possível perceber que o golpe que pôs fim ao Estado Novo não havia encerrado a influência de Getúlio Vargas na vida política brasileira. Fora eleito senador mas não tendo participado dos trabalhos constituintes, o líder estadonovista permaneceu distante do Rio de Janeiro. Entretanto, sua ausência tornava-o mais presente, através dos problemas econômicos e políticos, sempre justificados como resultantes de suas ações quando na Presidência da República.

De fato, o período autoritário era por demais recente para que pudesse ser esquecido tão rapidamente. E, especialmente, em seus últimos anos. A decadência do

Estado Novo, iniciada em 1942 com as primeiras vitórias aliadas, se agravou com o descumprimento das disposições da Constituição de 1937. Esta previa um plebiscito que não ocorreu "...em razão do estado de emergência provocado pela guerra mundial"[83]. Entretanto, Vargas procurou ganhar tempo com a justificativa do estado de guerra. Pretendia, com isto, reorientar a ordem institucional e o sistema político, mantendo-se no governo. E, para tal, buscou novas alianças.

Na medida em que encontrava divergências na própria cúpula estatal e era atacado pelas lideranças das classes dominantes, Vargas "...procura estabelecer uma ponte direta de comunicação com as classes subalternas"[84]. Esta se faz através de uma maior autonomia de organização dos trabalhadores urbanos. Foi dada permissão para que se instituísse o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT) em 30 de abril de 1944 e, em novembro do mesmo ano, ocorreu um congresso sindical unitário em Minas Gerais. Com isso se "...esvaziava o discurso de harmonia e integração orgânica das classes sociais", presente durante o período autoritário[85].

Assim, apesar da Carta de 1937 proibir a organização nacional única de trabalhadores e as greves, o MUT, formado por lideranças sindicais comunistas, pôde funcionar e ampliar-se, durante os meses finais do Estado Novo. Esta frente intersindical cresceu rapidamente, "...absorvendo bom número de outras organizações trabalhistas recém-formadas e independentes"[86].

O manifesto do MUT defendia a autonomia sindical, o direito à greve por melhores salários e condições de trabalho, a extensão da legislação social e trabalhista aos trabalhadores rurais e a filiação a organizações internacionais do trabalho, entre outras. Esta última proposta punha em questão as relações de trabalho no campo, dominado pelas oligarquias rurais. Estas, vendo-se ameaçadas por uma possível mudança das relações de trabalho no campo, não hesitaram em unir-se para depor o líder estadonovista. Assim:

> O Golpe que depôs Getúlio Vargas foi um golpe puramente político, não uma revolução sócio-econômica. As estruturas sócio-econômicas, entre elas a propriedade dos bens de produção e em particular da terra, não foram tocadas Permaneceram, portanto, as bases sócio-econômicas associadas com o poder oligárquico. [87]

Este foi, portanto, fruto de uma coalizão de forças conservadoras que não desejavam submeter-se a um processo progressivo de transformações sociais lideradas pelos trabalhadores organizados. E, ainda que entre estas existissem divergências quanto à condução da política econômica, havia um risco maior na ameaça que representavam as classes subalternas organizadas. Portanto, a herança de Vargas não estava somente nas lembranças da censura à imprensa e proibição do funcionamento dos partidos políticos mas, inclusive e principalmente, na organização e no incremento da autonomia que os trabalhadores urbanos conquistaram durante os últimos anos do Estado Novo.

É importante considerar que tanto o PSD quanto a UDN representavam os interesses das oligarquias agrárias. Os dois partidos foram fundados no período final do Estado Novo, após a Lei Eleitoral de 28 de maio de 1945, "que obriga os partidos a se tornarem nacionais"[88]. Antes disso, diversos partidos oligárquicos nasceram ou renasceram regionalmente, em função da expectativa de eleições.

Todavia, "...o aparecimento do problema da sucessão presidencial e a conseqüente polarização dos partidos em torno dos nomes de Eduardo Gomes e Eurico Gaspar Dutra", juntamente com a nova lei eleitoral, propiciaram o reagrupamento dos partidos regionais "...em torno de duas novas agremiações políticas": a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD)[89].

Os dois partidos surgiram com o início do processo de reconstitucionalização política nacional, em 1945. Entretanto, enquanto o PSD, desde seu início, representava as oligarquias dominantes e a burocracia estatal do Estado Novo, a UDN teve uma origem bem mais heterogênea. Como era uma agremiação que reunia

oposicionistas ao regime, dela fizeram parte, no início, comunistas, liberais e elementos das oligarquias tradicionais. Mas, ao longo dos meses, os comunistas retornaram ao PCB e a UDN "...acaba nas mãos das classes conservadoras"[90]. As causas desta aparentemente esdrúxula combinação política são esclarecidas por Maria Vitória de M. Benevides:

> ...somente a conjuntura especial de fins de 1944 e começos de 1945, fruto da galopante desagregação das forças estadonovistas (e sob forte influência das mudanças na situação internacional, em favor dos Aliados) poderia proporcionar a união de elementos tão diversos, quando não antagônicos. Pois como seria possível fundar um partido *nacional*, razoavelmente coeso, se nada mudara na política dos estados, se permaneciam as rivalidades regionais, os ressentimentos pessoais, a oligárquica intransigência dos grupos locais? Somente a polarização em torno de um inimigo comum, ou herói comum. A futura UDN os tinha, ambos. Havia uma definida bandeira política: a reconquista das liberdades democráticas. Havia uma promessa de eleições: a Lei Constitucional n° 9, de 28 de fevereiro de 1945. Havia, sobretudo, um herói-candidato, o Major-Brigadeiro Eduardo Gomes [...] em torno de uma candidatura às eleições ainda hipotéticas forma-se um partido político, ao inverso da tradição, ou seja, surgir um candidato de um consenso partidário.[91]

Assim, a UDN surgiu como um movimento que agregou as mais variadas tendências políticas. Entre os grupos que a compunham, na época de sua fundação, estavam as oligarquias alijadas do poder com a Revolução de 1930; os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 1930 ou de 1937; os que participaram do Estado Novo mas se afastaram antes de 1945; os grupos liberais regionais e as esquerdas, formadas por políticos e intelectuais de tendências socialistas, por dissidentes comunistas e por estudantes[92].

Entretanto, ainda no decorrer de 1945, formalizaram-se as dissidências: em agosto a facção mineira vinculada à Arthur Bernardes desliga-se para "ressuscitar" o Partido Republicano. No mesmo mês os gaúchos liderados por Raul Pilla também se afastaram para formar o Partido Libertador (PL). "Os dois partidos [...] mantiveram o apoio integral à candidatura do Brigadeiro. Formava-se uma nova frente, a da 'Oposições Coligadas': UDN-PR-PL"[93].

Em setembro, Adhemar de Barros saiu da UDN para organizar o Partido Republicano Progressista (PRP) em São Paulo, que daria origem ao Partido Social Progressista (PSP). Os socialistas se afastaram também em agosto, quando a Esquerda Democrática organizou sua primeira convenção nacional[94].

É possível, portanto, perceber que a UDN, apesar de surgir como uma frente ampla, acabou reunindo predominantemente vários segmentos das oligarquias agrárias regionais - além de muitos liberais, ligados à segmentos do setor industrial e financeiro -, descontentes com o encaminhamento que Getúlio Vargas vinha ao Estado Novo[95].

Neste cenário político, a UDN representava a oposição enquanto o PSD o situacionismo mas os dois partidos "...ancoravam boa parte do seu poder na dominação sócio-econômica local, seja exclusiva de um dos dois, ou dividida entre eles"[96]. Por conta disso, a dominação dos dois partidos foi absoluta nas eleições de 1945. Obviamente, sua ação política tinha origens mais remotas, bem anteriores ao ano final do Estado Novo. Além disso, o pouco tempo disponível para que houvesse uma definição ideológica mais clara dos partidos recém-fundados também contribuiu para o predomínio deles no Legislativo Federal em 1946[97].

Partidos conservadores, PSD e UDN representavam principalmente os interesses das oligarquias agrárias, ávidas pela manutenção do poder eleitoral obtido em 1945. A aprovação de uma reforma agrária efetiva ou a extensão de benefícios da legislação trabalhista ao trabalhador rural seriam pouco prováveis num Legislativo Federal com a maioria absoluta de que gozavam estes partidos em 1946. Todavia, em caso de mudança deste quadro, as perspectivas seriam negativas para os segmentos representados nestes partidos.

3.5 - A organização dos trabalhadores e o PCB.

Nos últimos meses de 1946 as insatisfações com a atuação do governo federal e a aproximação das eleições para os executivos e legislativos estaduais e municipais (e complementares do Congresso Nacional) preocupavam as classes dirigentes. Crescia a popularidade de Adhemar de Barros e o PCB vinha conquistando adeptos e simpatizantes nas grandes cidades do País. Uma aliança entre estes dois últimos, nos estertores da campanha eleitoral de 1946, auxiliou Adhemar de Barros na conquista do governo de São Paulo.

Desde abril de 1945, quando foi autorizado a organizar-se abertamente, o PCB disseminou-se pelas principais cidades brasileiras, através do funcionamento de escritórios e comitês nas maiores e mais industrializadas zonas urbanas. Também penetrou na estrutura oficial dos sindicatos, embora os comunistas tenham agido de modo ambivalente quanto a mobilização dos trabalhadores (principalmente com relação as greves) até as eleições de dezembro de 1945.

A atitude pode ser explicada pelo empenho de muitos deles na colaboração de classes e na preocupação do PCB em assegurar "...uma transição pacífica para a democracia, que garantiria a legalidade de sua situação e a sobrevivência do partido"[98].

Os comunistas representaram uma séria ameaça às classes dominantes desde os últimos meses do período estadonovista. E, apesar do PCB ter agido com prudência após o golpe de 29 de outubro de 1945, sua atuação junto aos trabalhadores ainda era vista como perigosa. O apoio ao governo interino de José Linhares garantiu-lhe o registro formal e a autorização para participar das eleições de dezembro do mesmo ano. Entretanto, as greves, numerosas e constantes durante os primeiros meses de 1945, voltaram a assolar o país.

O ressurgimento das greves pode ser explicado pela importância que tiveram os trabalhadores na vitória de Dutra para a Presidência. O estabelecimento de um sistema político "democrático" incrementou a mobilização dos trabalhadores por melhores salários, contida desde o ano anterior pela aproximação com Vargas e por conta das eleições. Havia a expectativa, por parte das classes subalternas, de que o novo governo apoiaria os trabalhadores em suas reivindicações por melhores salários. Entretanto, os vários segmentos das classes dominantes, especialmente os industriais, estavam

> ...ávidos por controlar o movimento trabalhista (e eliminar a influência comunista desse terreno) a fim de bloquear com mais eficiência as reivindicações salariais e criar um clima mais favorável ao investimento estrangeiro direto (ou seja, dos Estados Unidos) na indústria brasileira. Uma nova e mais severa legislação antigreve (decreto-lei 9070 de 15 de março de 1946) foi promulgada. Os líderes grevistas, sobretudo os que estavam ligados ao MUT, foram presos pelo Exército ou pela polícia. Ficou claro [...] que o MUT não tinha *status* legal e por isso suas atividades não mais seriam toleradas [...] Uma paz incômoda desceu sobre a frente trabalhista.[99]

Em setembro de 1946 o governo decidiu permitir a realização do 1° Congresso Nacional do Trabalho, no Rio de Janeiro (DF). Após a abertura oficial, ocorrida em 11 de setembro e presidida pelo Ministro do Trabalho, o Congresso se reuniu e apoiou os principais objetivos do MUT: autonomia sindical, direito à greve e fundação de uma confederação geral nacional. Desentendimentos e denúncias permitiram que o Ministro Negrão de Lima encerrasse o congresso. Entretanto, este prosseguiu - independentemente da permissão oficial - e propôs a criação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), que não foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho.

Em contrapartida, o Presidente Dutra implantou uma Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT) alternativa, "...baseada nas federações estaduais oficiais e nas confederações nacionais, mas o decreto nunca foi publicado e a CNT morreu no nascedouro"[100]. A medida representou mais uma tentativa de controle sobre o movimento sindical. Porém, a iniciativa malogrou porque o Legislativo questionou a

constitucionalidade do decreto, sendo este contrário às leis trabalhistas, que proibiam uma confederação nacional única[101].

O cancelamento do Congresso Nacional do Trabalho ocorreu na mesma semana em que Assembléia Constituinte encerrou seus trabalhos. A Constituição então elaborada incorporava boa parte das leis trabalhistas do Estado Novo, restringindo a autonomia e a independência financeira dos sindicatos, a livre negociação coletiva, o direito de greve e o direito dos sindicatos de formar uma confederação nacional, assim como o de filiar-se à organizações internacionais.

A nova Carta Magna também continuava a restringir o voto aos brasileiros alfabetizados, limitando a participação das classes subalternas nas eleições. Entretanto, a participação dos trabalhadores no contingente eleitoral havia crescido substancialmente. Entre 1934 e 1945, o número de eleitores passou de um milhão e quinhentos mil (aproximadamente) para seis milhões. Desse total, um milhão e quinhentos mil votantes eram membros das classes trabalhadoras.

O resultado das eleições de 1945 demonstrou que as classes subalternas passaram a ter grande importância nos processos eleitorais. "Inúmeros artigos de jornais de época atestam com espanto este novo fato, e a ele atribuem a causa profunda da derrota do Brigadeiro"[102]. A mensagem de Vargas recomendando aos trabalhadores que votassem em Eurico Dutra foi crucial para a vitória do General. Segundo João Neves da Fontoura, Ministro das Relações Exteriores em 1946, o principal fator da vitória de Dutra - considerada uma "verdadeira bomba atômica"- foi o posicionamento de Getúlio Vargas às vésperas do pleito. Este teria sido "o grande eleitor" de 1945[103].

Era preciso, a partir de então, garantir atenção aos trabalhadores, especialmente durante as campanhas eleitorais. Sua organização e contingente numérico ameaçavam o controle até então exercido pelas classes dirigentes. O incremento da

participação das classes subalternas no processo eleitoral tornou-se uma realidade difícil de ser ignorada.

Nas eleições de 1945 o PSD havia conquistado177 cadeiras no Legislativo Federal. Este resultado lhe garantiu a maioria absoluta no Senado e na Câmara dos Deputados. Entretanto, novas eleições ocorreriam em janeiro de 1947. Ainda que a maioria parlamentar se mantivesse com o PSD - já que as eleições preencheriam apenas 19 cadeiras no Legislativo Federal - o poder nos estados seria decidido nesta votação.

Há que se considerar ainda que, em 1946, o PCB já contava com 180 mil membros, o que fazia deste o maior partido comunista da América Latina no imediato pós-guerra.[104]

> Já em março de 1946 correram rumores de que Dutra [...] andava preparando um decreto para colocar o PCB na ilegalidade. Nos meses que se seguiram, os comunistas foram sistematicamente eliminados não só da liderança dos sindicatos [...] mas até de cargos públicos federais e estaduais. Os militares e a polícia [...] vigiavam de perto os líderes do partido. A 23 de maio, durante um encontro comunista no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro, a polícia desfechou uma carga de cavalaria e atirou na multidão, ferindo mais de cem pessoas. Em julho, líderes congressistas foram chamados ao palácio presidencial para receber um relatório sobre a 'ameaça comunista'.[105]

Em agosto de 1946 o fechamento do PCB parecia iminente. Entretanto, para alguns membros do governo a medida era inoportuna: A Assembléia Constituinte continuava em sessão e novas eleições haviam sido marcadas para janeiro de 1947 . Assim, a decisão do Executivo poderia desencadear uma mobilização contra o governo, e este seria acusado de exorbitar suas funções. Além disso, "...uma ação precipitada poderia forçar o PCB a atuar na clandestinidade e transformar seus líderes em mártires"[106].

Mas, através do projeto de lei de Clemente Mariani, membro da UDN, o PCB poderia ser considerado ilegal. De acordo com o artigo 114 da Constituição, promulgada em setembro de 1946, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) poderia cancelar o

registro do partido político "...cujo programa fosse considerado contrário aos princípios democráticos, ou cuja orientação política e financiamento proviessem de fora do país"[107].

Nas eleições de janeiro de 1947 o PSD manteve-se como o partido mais votado, enquanto a UDN manteve o segundo lugar. Entretanto, os dois partidos perderam uma considerável soma de votos, revelando o início de um processo de desgaste político:

> Em 1947 o PSD obteve aproximadamente 868.000 votos menos que em 1945, que representaram uma perda de aproximadamente uma terceira parte do seu eleitorado de 1945. A UDN, por sua vez, perdeu cerca de 338.000 eleitores, ou seja, aproximadamente uma quarta parte do eleitorado de 1945. No caso do P.S.D., três Estados foram responsáveis por boa parte (aproximadamente 70%) da diferença: Rio Grande do Sul (218.000 votos a menos), São Paulo (212.000 votos a menos) e Minas Gerais (212.000 votos a menos). No caso da UDN, se destaca claramente o caso de São Paulo (148.0000 dos 338.000 votos a menos foram perdidos em São Paulo). Não obstante, a redução na votação destes dois partidos não foi uma característica peculiar de uns poucos Estados: tanto o PSD quanto a UDN sofreram perdas eleitorais em 17 Estados e aumentaram sua votação em apenas 4. Desta maneira, é lícito concluir que o desgaste eleitoral do PSD e da UDN de 1945 a 1947 foi um fenômeno de âmbito nacional, não se caracterizando como um fenômeno regional ou estadual.[108]

Este resultado já era temido durante a campanha eleitoral de 1946, quando até mesmo o Presidente Dutra discursou alertando sobre o perigo que representava o PCB na política brasileira.[109] Com isso, o governo passou a pressionar o TSE para agisse contra o referido partido. Durante o primeiro semestre de 1947 uma série de manobras orquestradas por elementos das classes dirigentes tornaram ilegal o partido comunista. Entretanto, a decisão mobilizou boa parte do Legislativo, que ficou dividido sobre a questão.

TABELA I: Eleições para governador: partido e coligação vitoriosa (1947)[110]

Estado	AM	PA	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE
Partido ou Coligação vitoriosa	UDN/ PTB	PSD	PTB	UDN	UDN	PSD	UDN	PSD	PSD	PSD/ PTB
Estado	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MT	GO
Partido ou Coligação vitoriosa	UDN/ PSD	UDN	UDN/ PSD	PSD/ PTB	PSP/ PSD	PRP	PSD/ PTB	PSD	PSD	UDN

3.6 - A nova fase política.

A aproximação com a UDN e a repressão aos trabalhadores e aos movimentos populares formavam o cenário no qual as novas medidas de caráter econômico seriam implementadas. A perseguição aos comunistas e seu alijamento dos quadros políticos legais deixavam claro que o "liberalismo" do governo Dutra era apenas aparente. A mobilização das classes subalternas não representava apenas uma ameaça às camadas dirigentes. Era uma realidade visível e crescente que ocupava as ruas e sindicatos clamando por mudanças.

Os efeitos da Segunda Guerra Mundial ainda podiam ser sentidos, principalmente pelas classes subalternas. O abastecimento de gêneros de primeira necessidade continuava insuficiente e sua escassez propiciava o câmbio negro e os aumentos de preços, principalmente nas cidades. A persistência da alta do custo de vida

favorecia a instabilidade social, na medida em que a população não era atendida em suas reivindicações básicas.

As paralizações em diversos setores da economia, como o bancário e de energia e transportes, ocorridas durante os últimos meses do governo estadonovista e nos primeiros meses do governo Dutra, agravaram ainda mais as dificuldades de abastecimento. A aproximação do Presidente Vargas com trabalhadores fez parte de uma estratégia para manter-se no poder, apesar do descontentamento das classes dominantes que o apoiaram outrora. Desse modo, aumentou a tolerância com relação às mobilizações e os sindicatos começaram a gozar de alguma autonomia.

Entretanto, esta tolerância com relação à organização das classes subalternas teve curta duração. Isto porque para os setores dominantes as greves comprometiam ainda mais o já debilitado abastecimento das áreas urbanas, agravando a escassez de gêneros de subsistência e o clima de instabilidade social. Aos poucos, o governo foi definindo um programa de contenção social, em que eram tratadas da mesma maneira as reivindicações contra a carestia, as greves e as atividades comunistas[111].

As manifestações ocorridas no Distrito Federal às vésperas da promulgação da nova Constituição foram duramente reprimidas pelo chefe de Polícia Pereira Lira, que vinha "proibindo comícios comunistas, prendendo pessoas e matando-as, confundindo reivindicações com agitações"[112].

A coerção sobre estes segmentos era a garantia de manutenção do poder das frações burguesas, ainda sem um projeto definido de desenvolvimento para o país. As dificuldades econômicas, agravadas durante a Segunda Guerra Mundial, não poderiam ser solucionadas sem a existência de um programa econômico de médio e longo prazos e de caráter nacional.

A Constituição de 1946 garantiu a organização sindical sem, entretanto, alterar o arcabouço corporativista herdado do regime anterior:

> ... que vedava a união sindical de diferentes categorias profissionais, proibia mais do que um sindicato em cada espaço geográfico definido por lei, dava ao Ministério do Trabalho o direito de aprovação e anulação de todas as decisões sindicais e exigia certidão ideológica dos líderes sindicais eleitos [...] o direito de greve era introduzido, acompanhado da exigência de regulamentação por lei - somente efetivada em 1966 - mas ficaria contido pela legislação sindical, que determinaria limites práticos estreitos à extensão de uma greve.[113]

No novo Congresso os membros do PSD e da UDN "...formavam uma sólida barreira à liberdade de movimentação da classe trabalhadora brasileira"[114]. Apropriadamente, muitos estudiosos se utilizam, para falar das liberdades políticas deste período, de "democracia controlada", já que as classes dominantes acreditavam ter razões suficientes para que se definissem os limites da democracia que estas estavam dispostas a tolerar e implantar.

Esta conjuntura política exerceu influência decisiva sobre o pensamento e as decisões econômicas do período. Estes últimos refletiam um clima favorável ao maior liberalismo econômico, sem, contudo, ter ocorrido uma opção claramente definida neste sentido. A ideologia desenvolvimentista, esboçada durante os anos trinta e primeira metade dos anos quarenta, "...resistiu a esse clima, passando, sem recuos, inclusive pela prova de fogo da confusão ideológica entre liberalismo político e liberalismo econômico"[115].

Estes primeiros anos do governo Dutra propiciaram, em função do que foi exposto acima, a valorização da reflexão sobre a economia brasileira. Houve um intenso crescimento do interesse por assuntos econômicos desde os anos finais do Estado Novo. "Os temas econômicos mais debatidos no período foram o protecionismo, o planejamento e a intervenção estatal, a inflação e o balanço de pagamentos"[116].

Por conta disso, não seria correto afirmar que, com o governo Dutra, passa a predominar uma "...visão liberal quanto à vocação econômica do país". O novo Ministro

Corrêa e Castro assumiu a pasta da Fazenda num momento em que o Executivo deixava as prerrogativas legislativas para o Congresso Nacional, o que significava maior controle sobre as ações deste ministério. Os limites de atuação da equipe econômica estariam cada vez mais estreitos e as decisões deveriam ser menos emergenciais e mais efetivas, de longo e médio prazos.

Todavia, as ações no plano econômico ainda teriam um caráter emergencial, o que fazia com que esbarrassem em limitações de infra-estrutura: a rede de transportes era insuficiente para atender as exigências de abastecimento dos centros urbanos; a produção agro-pecuária estava aquém das necessidades do mercado interno; o parque industrial apresentava sinais de obsolecência e exaustão. E o fornecimento externo de insumos e máquinas apresentava-se comprometido em função da reconversão das indústrias européias e norte-americanas para o período de paz.

A falta de hegemonia de uma direção para a economia ajuda a explicar as dificuldades que o novo Ministro da Fazenda teria de enfrentar para a implementação de medidas mais efetivas. Corrêa e Castro era, assim como Gastão Vidigal, um representante do setor bancário-comercial. No entanto, assumiu em uma conjuntura política e econômica diversa. As classes subalternas estavam submetidas a um maior controle do Estado, enquanto o PCB e seus parlamentares eram afastados da cena política.

As medidas econômicas emergenciais que Gastão Vidigal havia implementado garantiram ao novo ministro traçar um perfil das expectativas quanto à sua gestão. Muito provavelmente a sua retórica liberal esteve condicionada por sua percepção do clima desfavorável ao governo que se seguiu às medidas "mais intervencionistas" do ministro da Fazenda anterior[117]. Desse modo, procurou atender às reivindicações das diversas frações burguesas, de acordo com o que estas esperavam do governo, ou seja, uma menor interferência na economia.

Entretanto, sua atuação, desde os primeiros meses de gestão, não prescindiu de medidas que buscassem reorganizar o sistema financeiro e tributário, o que gerou polêmicas junto ao Legislativo e à diversos setores das classes dominantes.

Quanto às relações externas, o Brasil havia gozado de facilidades durante o período bélico, por conta de seu alinhamento a favor dos Aliados. O fornecimento de matérias-primas e o estabelecimento de bases aéreas americanas no País facilitaram a negociação de empréstimos e de tecnologia para a montagem de indústrias de base no território nacional. Todavia, esta conjuntura privilegiada havia se esgotado com o fim da guerra.

As condições que a nova ordem mundial propunha eram ainda pouco claras no imediato pós-guerra. Os Estados Unidos haviam conquistado a hegemonia econômica, em função da debilidade em que se encontravam as nações européias. A importância do Brasil e de toda a América Latina não era mais tão estratégica como nos anos de guerra. Os investimentos estrangeiros tiveram um importante papel nos acordos entre o Brasil e os EUA durante o confronto bélico. Porém, a situação se modificou a partir de 1946.

---

[1] Ver o capítulo anterior, especialmente o item 2.4.

[2] Isto não significa que o Presidente Dutra e sua equipe estivessem livres de interferências em suas decisões. Um exemplo claro disso era a questão do custo de vida e dos tabelamentos de preços, que devido as dificuldades de abastecimento e produção dos gêneros, levaram o Legislativo a organizar uma comissão para investigar a situação econômica e social do País ainda em abril de 1946.

[3] **Folha da Manhã**. 12 de julho de 1946. 1° caderno- última página - "o momento político".

[4] .**Folha da Manhã**. 09 de julho de 1946. 1° caderno. última página. e 10 de julho de 1946. 1° caderno última página.

[5] Benevides. 1981. p.69.

[6] **Folha da Manhã**. 07 de agosto de 1946. p.03.

[7] **Folha da Manhã**. 03 de agosto de 1946. 1° caderno. última página. "O momento político". O jornal diz ainda que: "As leis podem propiciar situação em que o trabalho se sinta mais à vontade. Mas não são os fatores únicos nem sequer os principais. Há mais de dois meses em São Paulo e no Rio não se come nem se vê pão branco. O açúcar e a carne continuam racionados. Muitos países, que fizeram realmente a guerra, já desfrutam dessas coisas."

[8] De acordo com Sonia Draibe: "Com as medidas de reestruturação [...] as funções do DASP foram drasticamente reduzidas e limitaram-no a um órgão de estudo e orientação administrativa [...] Leis e decretos anteriores e não revogados atribuíam a competência para elaboração orçamentária tanto ao DASP quanto ao Ministério da Fazenda. Na prática, a 'reestruturação democrática' do DASP favoreceu a distribuição política de empregos, assim como permitiu alterações nos salários do funcionalismo, independentemente de qualquer critério de prudência administrativa." Segundo a autora, pelo Decreto de 7 de dezembro de 1945 foram reordenadas as divisões internas. O decreto de 23 de julho de 1946 extinguiu as Comissões de Eficiência, subórgãos do DASP em cada Ministério, encarregadas de estudos, coordenação e método de trabalho. (Draibe, 1985, p.298).

[9] O autor utilizou-se do jornal Correio da Manhã para obter estes dados. (Carone, 1985/B, p.20/21).

[10] **Folha da Manhã**. 24 de agosto de 1946 . 1° caderno. p.05. O jornal divulga ainda que o Centro Acadêmico XI de Agosto, em conjunto com a UNE, instalaria postos de reclamações em vários pontos da cidade de São Paulo, a fim de facilitar as denúncias.

[11] **Folha da Manhã**. 30 de agosto de 1946. 1° caderno. p. 03.

[12] **Jornal do Commercio**. 31 de agosto de 1946. p.03. **Folha da Manhã**. 31 de agosto de 1946.1° caderno. p.03.

[13] **Folha da Manhã**. 1° de setembro de 1946. p.04. O jornal informa que as sedes dos comitês distritais do PC foram ocupadas por investigadores da Delegacia Especial de Segurança Política e que: "Estão detidos na Polícia Central cerca de 200 comunistas, que foram presos em vários pontos da cidade, quando se encontravam em meio aos populares exaltados, praticando depredações." Diz ainda que a polícia divulgou que o governo fecharia o partido comunista ainda no mesmo dia. Outras notícias, no mesmo jornal, informam que a sede do PCB no bairro da Glória foi apedrejada e que os deputados comunistas Carlos Marighela, Jorqe Amado e Alcides Coutinho foram à Assembléia Constituinte pedir providências ao seu Presidente já que a polícia invadiu a residência de Carlos Marighela, Maurício Grabois e João Amazonas.

[14] O Jornal do Commercio informa que foi assinado em 23 de julho de 1946 um Decreto-lei proibindo a propaganda política nos sindicatos, de candidaturas estranhas ao sindicato, de atividades estranhas às finalidades do sindicato, inclusive de propaganda político-partidária. **Jornal do Commercio**. 24 de julho de 1946. p.04. e **Folha da Manhã**. 24 de julho de 1946. p.03.

[15] "Por decisão do ministro da Fazenda, sr. Gastão Vidigal, a Superintendência da Moeda e do Crédito, por intermédio da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, extinguiu [...] a cota de 'câmbio oficial', que vigorava para todas as operações de letras de exportação. A cobrança dessa cota era feita em 30% até fevereiro último, quando foi fixada em 20%. A medida visa principalmente a melhorar o valor do cruzeiro em relação ao do dolar e também das demais moedas em que se fazem exportação." (**Folha da Manhã**. 23 de julho de 1946. 2° caderno. 1ª página. e Decreto-lei n° 9.524 de 26.07.1946).

[16] **Folha da Manhã**. 27 de julho de 1946.p.2. Decreto-lei n° 9.524 de 26.07.1946. O mesmo jornal informa também que foi assinado decreto-lei revogando o artigo 14 do decreto-lei 9.025 de 27 de fevereiro de 1946 extinguindo a obrigação de recolhimento ao Banco do Brasil da cota de 3% sobre as vendas de câmbio. **Folha da Manhã**. *Ibidem*. Decreto-lei n° 9.523 de 26.07.1946. Ver também **Jornal do Commercio**. 27 de julho de 1946. p. 04.

[17] Ver o capítulo anterior, especialmente a discussão sobre a reforma da Lei de Lucros Extraordinários e sua repercussão junto aos segmentos agrários e comerciais.

[18] Cf. capítulo anterior item 2.2. "As pressões pela extinção do DNC ganharam corpo já no ano de 1944 [...] Atingindo o chamado 'equilíbrio estatístico' entre produção e consumo do café, insistiam os cafeicultores na eliminação da intervenção estatal no mercado [...] Porém eles esperaram a queda do Estado Novo para tomar iniciativas nesse sentido. E a ambigüidade de suas posições, suas divergências e fraturas internas acompanhariam o longo e atabalhoado percurso que conduziu à liquidação definitiva do órgão encarregado da política nacional do café [...] A 15 de março de 1946, o governo federal decretou a extinção do DNC e determinou o dia 30 de junho como prazo máximo para sua liquidação. Em decreto posterior, criou uma Comissão Liquidante." Todavia, nas várias frações da burguesia cafeeira, apesar do consenso sobre a necessidade de extinção do DNC, havia divergência sobre a necessidade de controle estatal sobre a produção e comercialização do café. Quanto ao novo órgão - a Divisão da Economia Cafeeira -, não atendia às exigências do setor, que reivindicava "...um órgão abrigado nas estruturas do Estado e sob controle direto dos setores cafeeiros [...] Os cafeicultores não queriam, em 1946, um órgão como a prevista Divisão, estruturada como seção do Ministério e sobre cuja direção não teriam pleno controle." A questão da liquidação do DNC e a venda de seus estoques ainda se arrastaria por todo o governo Dutra, demonstrando a falta de consenso entre os próprios setores cafeeiros e entre estes e a administração federal.(DRAIBE, *op.cit.*, p.284/296. e Carone, 1976. p.267).

[19] A **Folha da Manhã** e o **Jornal do Commercio** publicaram que o Presidente Dutra assinou em 22 de agosto de 1946 decreto-lei proibindo a exportação de gêneros de primeira necessidade, couros e madeiras.

Folha da Manhã. 23 de agosto de 1946. 2° caderno. 1ª página e **Jornal do Commercio**. 23 de agosto de 1946.p.3.

[20] O **Jornal do Commercio** informou em 23 de fevereiro de 1946 que fora aprovada a suspensão, por noventa dias, da exportação de tecidos de algodão. Resolução n° 23 de 22.02.1946 da CETEX. Em março o Presidente da CETEX (Comissão Executiva Têxtil) declarou a imprensa que os mercados externos de algodão seriam mantidos através da exportação de 20% da produção. A **Folha da Manhã** informou que foi assinada pelo Presidente do Banco do Brasil Guilherme da Silveira Filho, também Presidente da Comissão Executiva Têxtil, em 03 de junho, a Portaria n° 99 que prorrogava por mais 90 dias a proibição da exportação de tecidos de algodão. Afirmava o Presidente da CETEX que houve um decréscimo na produção de tecidos e de fios durante os primeiros meses de 1946, por conta das greves nas fábricas de tecidos em janeiro e fevereiro, da queda na freqüência do operariado às fábricas, que, em sua maioria, não mais obedeceu aos horários de trabalho extraordinário de sessenta horas semanais, da dificuldade de transporte e de abastecimento, "que obriga o operário a ficar longas horas nas filas para adquirir os alimentos necessários à mulher e ao filho". Diz também que houve atraso na implementação da resolução que proibia as exportações. **Jornal do Commercio**. 23 de fevereiro de 1946.p.2. **Jornal do Commercio**. 02 de março de 1946 e **Jornal do Commercio**. 06 de junho de 1946. p.3. **Folha da Manhã**. 06 de junho de 1946. p.4.

[21] A exportação de torta de algodão foi suspensa por ser utilizada como forragem para o gado. **Folha da Manhã**. 16 de março de 1946. p.3. Sobre a licença prévia para a exportação de vários produtos conferir: **Folha da Manhã**. 28 de março de 1946. p.3.

[22] Sobre a suspensão da exportação de gado de corte e seus subprodutos conferir :**Folha da Manhã**. 02 de abril de 1946. p.3. Quanto a criação da Comissão Central de Preços a Folha da Manhã publicou que o projeto sobre sua criação foi discutido numa reunião entre o Ministro do Trabalho, comerciantes e industriais importadores do Distrito Federal e de São Paulo no final de março. Em 04 de abril de 1946 o Presidente Dutra assinou decreto instituindo a mesma, que deveria funcionar sob a presidência do Ministro do Trabalho, com representantes da indústria, agricultura e pecuária, dos consumidores, do Ministério da Justiça, Fazenda, Agricultura, Viação, Trabalho, Prefeitura do Distrito Federal, autarquias reguladoras da produção, das Forças Armadas e imprensa. Em 24 de abril de 1946 a Comissão foi instalada. **Folha da Manhã** 28 de março de 1946. p.3. 05 de abril de 1946. p.3. e 25 de abril de 1946. p.3.

[23] **Folha da Manhã**. 29 de maio de 1946.p.3.

[24] No final de agosto a onda de depredações gerou medo e insegurança na cidade do Rio de Janeiro, na época capital federal. As desordens tiveram como saldo a prisão de vários estudantes, acusações contra o PCB. Os acontecimentos justificaram a designação do Comandante da 1ª Região Militar, Zenóbio da Costa, para manter a ordem no Distrito Federal. Em 03 de setembro a imprensa divulgava que a situação no Distrito Federal estava normalizada e as pessoas detidas por suspeita de participação nos acontecimentos já haviam sido libertadas. Entretanto, na véspera da promulgação da Constituição, uma série de boatos telefônicos provocou pânico no comércio do centro e da zona sul do Rio de Janeiro. Dizia-se que estariam ocorrendo novas depredações e o Exército foi chamado. O comércio conservou suas portas cerradas sem registrarem-se incidentes neste setor. Todavia, houve apedrejamento de trens em Olaria, subúrbio da Central do Brasil, em função do atraso e do aumento de dez centavos nas passagens. A população, indignada, ateou fogo em dois vagões. O jornal **Folha da Manhã** afirmou que não foi efetuada nenhuma prisão. **Folha da Manhã**. 1° de setembro de 1946 1° caderno. p. 4. e 18 de setembro de 1946.1° caderno. p.3.

[25] **Jornal do Commercio**. 19 de setembro de 1946. p. 4. **Folha da Manhã**. 1° caderno. última página.

[26] O orçamento de 1946, apesar de elaborado inicialmente com um superávit, acabou por tornar-se deficitário, por conta do aumento do funcionalismo federal, que foi aprovado antes mesmo da posse do Presidente Dutra. Ver o capítulo 2 deste trabalho.

[27] A Folha da Manhã informou, em 14 de agosto de 1946, que seria instalada no Rio de Janeiro, no dia seguinte à notícia, a conferência dos representantes das entidades de classe do comércio, para serem estudados os problemas ligados ao comércio e ao consumo, convocada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC). A previsão de duração da mesma era de quatro dias. Cf. **Folha da Manhã**. 14 de agosto de 1946. p.4.e 17 de agosto de 1946. p 3. **O Observador Econômico e Financeiro**. setembro de 1946.p.123/126.

[28] A Folha da Manhã afirma que a comissão de redação do documento foi composta por João Daudt, Basilio Machado e José de Campos Continentino. **Folha da Manhã**. 17 de agosto de 1946. p.3.

[29] **Folha da Manhã**. 17 de agosto de 1946. p.3.

[30] **Jornal do Commercio**. 22 de agosto de 1946.p.3.

[31] O Jornal do Commercio afirma que, no documento, foi criticada a ausência de medidas para absorver os excessos de moeda em circulação, provenientes das exportações ocorridas durante a guerra, os créditos não seletivos e a ausência de fomento à produção de artigos essenciais. A política de preços foi também alvo de críticas já que, segundo os comerciantes, limitou-se a tabelamentos parciais e injustos. As greves e as faltas

ao trabalho foram também apontadas como causadoras da crise. As críticas se estendem à uma parcela da imprensa, por seus ataques "indiscriminados ao comércio". Solicita ainda aos consumidores resistirem ao mercado negro. **Jornal do Commercio**. 22 de agosto de 1946. p.3.

[32] Ver item 3.1 deste capítulo.

[33] Durante a Segunda Guerra o controle dos preços era feito pela Comissão de Mobilização Econômica (CME), criada em 1942, para esta finalidade. Com a sua extinção, em 1946, foi criado um órgão para controlar especificamente os preços: A Comissão Central de Preços (CCP). Entretanto, esta seria substituída pela Comissão Central de Abastecimento, que foi extinta com a promulgação da Constituição, em setembro de 1946, considerada desnecessária em função da alegação de que o abastecimento já estaria normalizado a partir de então.

[34] Os deputados e senadores constituintes, encerrados os trabalhos de elaboração da nova Carta Magna do País, passariam a exercer o mandato como membros do legislativo federal.

[35] Braga (1996).

[36] Braga, *op.cit.*, p.11/12.

[37] Em 03 de outubro de 1946 a **Folha da Manhã** publicou que o DASP concluiu a proposta orçamentária para 1947, enviando-a ao Presidente Dutra, que a encaminhou à Câmara dos Deputados. Cf. **Folha da Manhã**. 03 de outubro de 1946. 1° caderno. p.04.

[38] **Jornal do Commercio**. 03 de outubro de 1946.p.03

[39] *Ibdem.*

[40] *Ibdem.*

[41] **Folha da Manhã**. 18 de outubro de 1946. 1° caderno. última página.

[42] No início de agosto a **Folha da Manhã** afirmou que circulava nos meios políticos da capital (DF) que o Ministro Vidigal se demitiria do cargo. Ver: **Folha da Manhã**. 09 de agosto de 1946. 1°caderno. última página.

[43] **Folha da Manhã**. 30 de agosto de 1946. 1°caderno. última página. Osvaldo Costa. "Idéias e Homens não nos faltam". Ver também **Folha da Manhã** de 28 de agosto, onde na coluna O Momento Político é dito que o ministério Dutra apresentará sua demissão assim que for promulgada a nova constituição e que a UDN espera ter dois ou três ministros na recomposição ministerial. **Folha da Manhã**. 28 agosto de 1946. 1° caderno. última página. "O momento político".

[44] **Jornal do Commercio**. 16 de outubro de 1946.p.4.

[45] Pedro Luis Correia e Castro era descendente dos barões de Campo Belo e seu pai foi um grande fazendeiro em Vassouras até a década de 1890, quando se arruinou em virtude da política econômica do Encilhamento. Era funcionário do Banco do Brasil e foi Diretor da Carteira de Câmbio do mesmo. Foi um dos principais apoios da candidatura Dutra. Cf. Abreu, 1995, p.723/724. Ver também: **Jornal do Commercio**. 14 e 15 de outubro de 1946.p.4. e 16 de outubro de 1946. p.4.

[46] **Jornal do Commercio**. 17 de outubro de 1946. p.3. O deputado Jurandir Pires Ferreira foi um dos que assinaram a Ata de fundação da UDN.

[47] No fim de junho de 1946 o governo americano concede aumento de dois centavos de dólar por libra-peso de café cru para os importadores. Entretanto, somente em outubro do mesmo ano o preço foi liberado nos E.U.A. Os autores que descrevem este processo falam apenas em liberação do preço teto a partir de julho de 1946. O fato deve-se, provavelmente, a consulta de fontes diversas. Edgard Carone utiliza-se principalmente, para este assunto, dos documentos do Instituto Brasileiro do Café(IBC), órgão criado em período posterior ao Governo Dutra. Já Pedro Malan utiliza-se de fontes norte-americanas, especialmente os documentos denominados *Foreign Relation of the United States*. Todavia, as fontes primárias utilizadas neste trabalho foram prioritariamente jornais e revistas especializados. Sobre o aumento do preço no fim de junho de 1946 ver: **Jornal do Commercio**. 27 de junho de 1946. 1ª página. A respeito da liberação do preço nos E.U.A Cf: **Folha da Manhã**. 18 de outubro de 1946. 2° caderno. 1ª página.

[48] O preço mínimo de 1940 - de 11 cents e 1/8 por libra-peso, para o Café Santos tipo 4 -, com pequeno adicional que o elevou a 13 3/8 *cents* foi considerado *preço teto*, que iria vigorar pelo período compreendido entre janeiro de 1942 e julho de 1946." (Carone,1985/A, p.31).

[49] *Ibidem.* Pedro Malan lembra ainda que desde 1945 o Ministro da Fazenda Souza Costa se empenhava junto ao *Office of Price Administration* - órgão de controle de preços norte-americano - pela eliminação do preço teto acordado em 1942. Argumentava que os custos internos haviam aumentado cerca de 50%, desestimulando novos plantios e levando à redução dos estoques governamentais. Malan, 1995, p.64.

[50] **Folha da Manhã**. 18 de outubro de 1946. 2° caderno. 1ª página.

[51] Em reunião com o Ministro Gastão Vidigal os setores cafeeiros discutiram um aumento para o café comercializado internamente, por conta do fim dos subsídios ao produto não poderem continuar com o fim do órgão que controlava a comercialização do produto.(DNC). Entretanto, o aumento concedido, de apenas

Cr$1,70 por quilo do produto tinha como objetivo não aumentar o custo de vida no País. Cf: **Jornal do Commercio**. 24 de julho de 1946. p.4.

[52] O articulista Mario Guedes comenta a supressão do controle de preço do café e afirma que a mesma já o fez subir de preço. O autor conclui ainda que ocorreria o mesmo com o preço interno. **Jornal do Commercio**. 24 de outubro de 1946. p.2.

[53] **Jornal do Commercio**. 23 de outubro de 1946.p.5.

[54] *Ibidem.*

[55] *Ibidem.*

[56] *Ibidem..*

[57] *Ibidem.*

[58] *Ibidem..*

[59] *Ibidem.*

[60] **Jornal do Commercio**. 24 de outubro de 1946. p.2. e **Folha da Manhã**. 24 de outubro de 1946. 2° caderno. 1ª página.

[61] **Folha da Manhã**. 24 de outubro de 1946. 2° caderno. 1ª página.

[62] **Folha da Manhã**. 25 de outubro de 1946. 2° caderno. 1ª página.

[63] **Jornal do Commercio**. 06 de novembro de 1946.p.2.

[64]**Folha da Manhã**. 12 de novembro de 1946. 1° caderno. p.3. e **Jornal do Commercio**. 11 e 12 de 1946. p.3

[65] **Folha da Manhã**. 12 de novembro de 1946. 1° caderno. p.3.

[66] Na mensagem enviada ao Presidente Dutra o Ministro Corrêa e Castro explica que a elaboração dos anteprojetos de lei majorando o imposto de renda gerariam uma receita de Cr$ 2.866.407.932,00 contra apenas Cr$ 1.335.476.791,50 da legislação até então vigente. Cf. **Folha da Manhã**. 12 de novembro de 1946. 1° caderno. p.3. e **Jornal do Commercio**. 11 e 12 de novembro de 1946. p.3.

[67] **Folha da Manhã**. 12 de novembro de 1946. 1° caderno. p.3.

[68] O Deputado Armando Fontes, na Sessão de 12 de outubro de 1946, elogiou o Ministro da Fazenda pela iniciativa das declarações à imprensa em que propõe a majoração dos impostos diretos. Também em artigo do **Jornal do Commercio** o articulista Mario Guedes elogia as ações do Ministro da Fazenda e acredita que o aumento do imposto de renda passaria a incidir mais eqüitativamente sobre as pessoas físicas e jurídicas. **Jornal do Commercio**. 13 de novembro de 1946. p.3. e 14 de novembro de 1946. p.2.

[69] A CETEX (Comissão Executiva Têxtil), responsável pelo controle da produção e distribuição de tecidos de algodão para vestuário e artefatos confeccionados com estes tecidos informou ao Ministro que vinha sendo verificada acentuada melhora no abastecimento interno, existindo excedentes ponderáveis. Cf.: **Jornal do Commercio**. 21 de novembro de 1946. p.3. e **Folha da Manhã**. 29 de novembro de 1946. 1° caderno. p.2.

[70] Na sessão semanal da Associação Comercial do Rio de Janeiro o Presidente da mesma João Daudt d'Oliveira afirmou também que o controle de preços permaneceria provisoriamente apenas em relação a cinco produtos enquanto não estivesse regularizado o abastecimento. Eram estes o açúcar, o leite, gorduras, carne e pão. **Jornal do Commercio**. 14 de novembro de 1946. p.3.

[71] **Folha da Manhã**. 30 de novembro de 1946. 2° caderno. 1ª página. e **Jornal do Commercio**. 30 de novembro de 1946. p.2.

[72] **O Observador Econômico e Financeiro**. 1° Dezembro de 1946. p.3.

[73] Em 04 de dezembro de 1946 foi aprovado pela Câmara Federal o projeto de lei eleitoral de emergência. A referida lei foi sancionada em 14 de dezembro e as eleições seriam realizadas em 19 de janeiro de 1947. CF: **Folha da Manhã**. 05 de dezembro de 1946. 1° caderno. última página.

[74] **Folha da Manhã**. 24 de novembro de 1946. 1° caderno. última página.

[75] **Folha da Manhã**. 04 de dezembro de 1946. 1° caderno. última página.

[76] **Folha da Manhã**. 06 de dezembro de 1946. 1° caderno. última página.

[77] Em 30 de outubro o PCB realizou um comício na Praia do Russell , no Rio de Janeiro (DF). Em 31 de outubro um outro comício, no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, foi promovido pelo PCB comemorando o encerramento da campanha que o partido vinha fazendo em prol da imprensa popular. Neste também foi apresentada a lista de candidatos a deputados estaduais daquele partido. Em 04 de janeiro de 1947 o PCB decidiu, através de um acordo eleitoral, dar seu apoio à candidatura de Ademar de Barros, do PSP, ao governo de São Paulo. As condições do acordo eram: respeito à Constituição e garantias ao PCB de que poderia continuar a desenvolver suas atividades em São Paulo. Cf: **Folha da Manhã**. 31 de outubro de 1946. 1° caderno. última página. 1° de novembro de 1946. 1° caderno. última página. e 05 de janeiro de 1947. 1° caderno. última página.

[78] A prisão teria ocorrido quatro meses antes mas somente em fins de novembro ganhava os jornais. O funcionário era o servente do Ministério da Guerra João Severino Félix. Cf: **Folha da Manhã**. 23 de novembro de 1946. 1° caderno. p.2 e 12 de dezembro de 1946. 1° caderno. p.3.

[79] O 2° secretário da Embaixada brasileira em Moscou. João Batista Soares de Pina teria sido insultado numa fila de um restaurante soviético e depois agredido fisicamente por funcionários russos. Regressando novamente ao local, para apresentar seu protesto pessoal, foi recebido com maior violência, tendo sido espancado e depois amarrado pelos funcionários do restaurante. O Embaixador Pimentel Brandão apresentou queixa oficial perante o Comissariado do Povo para as relações exteriores, reclamando reparações morais. Porém, o Ministério do Exterior russo solicitou a retirada do diplomata brasileiro, por ter se tornado "pessoa não grata" ao governo soviético. O embaixador brasileiro enviou o diplomata agredido à Paris e solicitou lhe fosse dada autorização para afastar-se da Embaixada em Moscou. Enquanto isso, o Ministro das Relações Exteriores aguardava os pormenores completos sobre o incidente para tomar qualquer atitude diplomática.
No Rio de Janeiro verificaram-se incidentes : "... grupos de manifestantes percorreram as ruas da cidade, dirigindo-se às sedes de partidos políticos. Na sede do P.C.B. inúmeras faixas foram arrancadas. Numa dessas operações, quando o jovem Mario Wris tentava retirar a faixa do PCB colocada na rua da Carioca, esquina da Praça Tiradentes, surgiu a polícia. O rapaz, que havia subido a uma árvore, atirou-se ao solo, fraturando o crânio." Passeatas e novas manifestações populares ocorreram no dia seguinte e o deputado Carlos Marighela esteve na Chefia de Polícia solicitando providências. A Embaixada Soviética divulgou nota alegando que o diplomata brasileiro embriagado, quebrou parte do mobiliário do restaurante do Hotel Nacional e agrediu e maltratou alguns cidadãos soviéticos. Cf: **Folha da Manhã**. 20 de dezembro de 1946.1° caderno. p.2. 21 de dezembro de 1946.1° caderno. p.2. e **Jornal do Commercio**. 21 de dezembro de 1946. p.4.

[80] **Folha da Manhã**. 14 de janeiro de 1947. 1° caderno. 1ª página.

[81] Ver ítem 3.3 deste capítulo.

[82] **Folha da Manhã**. 14 de novembro de 1946. 1° caderno. última página.

[83] Vianna, 1978, p.243.

[84] *Ibidem*, p.249.

[85] *Ibidem*, p.248/9.

[86] Bethell, 1996. p.81.

[87] Soares, 1981, p.7/24.

[88] Carone, 1977, p.179.

[89] *Ibidem*, 179 e 184. Edgard Carone relaciona alguns partidos que nascem ou renascem regionalmente em 1945 como o Partido Republicano Paulista, o Partido Constitucionalista de São Paulo, O Partido Autonomista da Bahia, a União da Resistência Nacional, o Partido Liberal e o Partido Republicano Riograndense, do Rio Grande do Sul e outros. O autor afirma ainda que alguns partidos desaparecem prematuramente, ainda na fase de sua organização, em 1945. Este é o caso do Partido Trabalhista Nacional. Outras agremiações políticas irão se organizar posteriormente, como o Partido Social Progressista, de Ademar de Barros, inicialmente Partido Republicano Progressita, cisão do Partido Republicano Paulista. (*Ibidem*, p. 179,180,184 e.186).

[90] Segundo Edgard Carone: "Na convenção de 7 de abril de 1945, as *Oposições Coligadas* de todo o Brasil, nas quais se incluem o Partido Constitucionalista e a dissidência do PRP, fundam a União Democrática Nacional. Tenentistas (General Isidoro Dias Lopes, Maurício de Lacerda), comunistas (Caio Prado Júnior), liberais (Waldemar Ferreira, Antonio Carlos de Abreu Sodré) fazem parte da assembléia e, se pesarmos porcentualmente os nomes dos representantes de cada Estado, a balança é favorável aos grupos de esquerda". Entretanto, "...os comunistas são aqueles que não apóiam Prestes neste momento, mas nos meses seguintes eles retornam ao PCB e saem da UDN". Em agosto de 1945 são elaborados e divulgados os estatutos da UDN. "Nesse momento a UDN vai tomando a forma que terá no futuro, isto é, partido oligárquico, elitista." (*Ibidem*, p.184/186 e Skidmore, 1992, p.78/88).

[91] Benevides, *op.cit.*, p.24/25.

[92] Maria Vitória de M.Benevides esclarece que a Esquerda Democrática "...não pode ser confundida com uma facção ou uma ala dissidente da UDN [...] A ED nunca pertenceu à UDN, isto é, como grupo organicamente integrado ao partido, mas *se compôs com ela, para consolidar a frente única de oposição à ditadura*. A prova disso é que, por ocasião das eleições para a Constituinte Federal a ED apresentou candidatos próprios, embora em chapa conjunta sob a sigla UDN-ED." (o grifo é nosso). O equívoco seria fruto do afastamento de intelectuais e políticos de tendências socialistas, que ingressaram na Esquerda Democrática ainda em 1945. Ainda sobre a Esquerda Democrática Edgard Carone afirma que: "Muitos de seus membros tinham participado da fundação da União Democrática Nacional e, nas Coligações Oposicionistas, eles marcam sua posição diferencial em relação aos elementos das oligarquias oposicionistas. Num certo momento, o grupo de esquerda pede programa mais avançado socialmente, enquanto a facção oligárquica defende seu 'ranço conservador'. O resultado é a cisão e a saída da ala mais avançada, que vai fundar a Esquerda Democrática." (*Ibidem*, p.29/32. e Carone, *op.cit.*, p.189/190).

[93] Benevides, *op.cit.*, p.48.

[94] *Ibidem. op.cit.*, p. 47/49.
[95] Leôncio Basbaum afirma que a UDN se dividia entre o grupo "...da esquerda, seus fundadores e os da direita, os invasores". Segundo Maria Vitória de M. Benevides: "...já em abril, data da fundação da UDN, a grande imprensa passa a dirigir suas críticas a Getúlio, não por ser um ditador, mas por 'não controlar a classe operária' e 'permitir que seu Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, encorajasse as greves' [...] A anistia de abril, que beneficiaria Luis Carlos Prestes, e a legalização do Partido Comunista, em julho, consolida um fardo ameaçador para as forças conservadoras, com os maus presságios da aliança que se formava entre os comunistas, os 'queremistas' e os novos trabalhistas. A aproximação de Getúlio com o operariado e a conquista da esquerda comunista transformam-se em fator decisivo para abalar os interesses da burguesia, as convicções legalistas das Forças Armadas [...] e até mesmo os pilares da tradição liberal, anti-golpista por essência." (Basbaum, 1981, p.135 e Benevides, *op.cit.*, p.54/55).
[96] Soares, *op.cit.*, p.7/8.
[97] "O PSD elegeu 151 deputados federais e a UDN 82, ou 81,5% do total de 286. Se somarmos o PR, esta percentagem atinge 84,3%." (Soares, *op.cit.*, p.22).
[98] Bethell,1996, p. 81.
[99] *Ibidem*, p.94.
[100] *Ibidem*,p.96.
[101]"Em vez disso, estabeleceram-se - conforme autorizado pelo Código Trabalhista, porém nunca implementado -, primeiro uma Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais (CNTI), depois uma Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), baseada em hierarquias sindicais já existentes e aprovadas". (*Ibidem*, p. 96).
[102] Gomes, 1988, p. 318.
[103] Bethell, *op.cit.*, p. 92 e Gomes, *op.cit.*, p. 318.
[104] Segundo Leslie Bethell, este número era estimado pelo próprio partido. (Bethell, *op.cit.*, p.98).
[105] *Ibidem*, p.98. Os rumores a respeito do fechamento do PCB em março de 1946 podem ser parcialmente explicados pelo discurso de Luís Carlos Prestes na Assembléia Constituinte. Sabatinado por parlamentares, o Senador comunista responde sobre democracia e fidelidade à Pátria. Sua resposta provoca celeuma e mobilização contra os comunistas. Para maiores esclarecimentos ver: Carone, 1985/A, p.337/338. No início de abril, o udenista Otávio Mangabeira discursou contra o fechamento do PCB. No mesmo mês foi debatida, em reunião ministerial, a decisão de combater as atividades comunistas em todo o território nacional. Em maio, o governo resolveu afastar dos cargos de confiança no serviço público os membros do PCB e o comício em comemoração ao aniversário da legalidade do PCB foi dissolvido pela polícia no Largo da Carioca. No mesmo mês, o **Jornal do Commercio** comentou que a greve do Porto de Santos seria obra de comunistas estrangeiros. Ver **Folha da Manhã**. 04 de abril de 1946. 1° caderno. última página. 1° de maio de 1946. 1° caderno. p.3. 21 de maio de 1946. 1°caderno. última página e 24 de maio de 1946. 1°caderno. última página. **Jornal do Commercio**. 12 de maio de 1946. p.8.
[106] Bethell, *op. cit.*, p.98.
[107] *Ibidem*, p.97.
[108] Soares, *op. cit.*, p.9.
[109] Ver item 3.3 deste capítulo.
[110] A tabela foi montada com base nas informações e na tabela elaborada por Edgard Carone. (Carone, 1985/A, p.299).
[111] Carone, 1985/B, p.20/21.
[112] *Ibidem*,.p. 21.
[113] Bielschowsky,1997, p.263.
[114] Ainda que sejam levados em conta a liberdade de cada parlamentar de votar individualmente, sem que fosse necessário fazer a mesma escolha de seu partido. Para maiores esclarecimentos cf: Hippólito (1985).
[115] Bielschowscky, *op.cit.*, p.267.
[116] *Ibidem*, p.269.
[117] Thomas Skidmore lembra que, em seu relatório anual, referente ao ano de 1946, Correia e Castro "...observou que o crédito bancário deveria ser 'organizado em moldes clássicos' e advertiu contra as 'manobras bancárias oportunistas'. Sublinhou que 'o retôrno às normas do livre comércio', criaria 'um clima de confiança propriciadora do aumento de produção [...] Qualificou o Brasil como 'um país essencialmente agrícola'e acrescentou: é da essência da economia latino-americana, e o Brasil nesse conjunto está integrado, certa concentração de esforços na exportação de matéria-prima e de gêneros alimentícios, bem como na importação de ampla variedade de artigos manufaturados e de comestíveis industrializados." (Skidmore, 1982, p.97).

CAPÍTULO 4

A Gestão de Guilherme da Silveira

4.1 A crise do Mnistério Correia e Castro.

Desde o final de 1946 uma série de eventos alimentaram as insatisfações de diversas frações burguesas quanto à direção que o governo vinha imprimindo à economia nacional. O esgotamento dos saldos da balança comercial brasileira, a redução dos créditos, o tabelamento e o congelamento de preços, bem como as proibições de exportações de alguns gêneros de primeira necessidade e de matérias-primas propiciaram a instabilidade que levaria ao afastamento de Corrêa e Castro do Ministério da Fazenda. O conjunto das suas ações sobre a economia demonstrou que, inversamente à sua retórica, durante a gestão de Corrêa e Castro a economia foi regulada por medidas que determinaram desde o preço dos gêneros de primeira necessidade até a relação de bens que poderiam ser importados e exportados.

A drástica redução dos saldos disponíveis da balança comercial brasileira foi constatada - e comentada através da imprensa - ainda em dezembro de 1946. Enquanto os saldos em libras estelinas incrementavam-se, as relações comerciais com os Estados Unidos tornavam-se desfavoráveis para o Brasil:

> A tendência do comércio exterior do Brasil, nos últimos anos, vem sendo de formação de enormes saldos no continente europeu. À primeira vista, parece não haver perigo nessa tendência, mas quando se leva em conta que, na maioria dos casos, tais saldos são constituídos de moedas ou divisas inconversíveis, o assunto muda completamente de aspecto [...] De outro

> lado,[...] a tendência das relações com outras partes do mundo, especialmente com os Estados Unidos, o nosso maior comprador e exportador, toma rumos quase opostos. Nos sete primeiros meses do ano, já se registrou balança deficitária nas trocas mercantis entre o Brasil e aquele país [...] Quer isso dizer que, enquanto acumulamos créditos na Europa, em moedas inconversiveis, começamos a registrar saldos devedores no intercâmbio com as nações cujo pagamento é feito em moedas conversíveis, como o dólar.[1]

Poucos dias após a publicação do artigo transcrito acima, o mesmo jornal publicou outro do mesmo teor, ratificando o perigo dos saldos inconversiveis acumulados no exterior. Entretanto, o mesmo sugeria a utilização destes saldos na aquisição da companhia de trens inglesa São Paulo Railway: "Tem [...] o Brasil em mãos elementos para atenuar a tendência, que julgamos algo perigosa, de acumular saldos em moedas inconversíveis,[...] pela aplicação de parte desses saldos na liquidação de vários compromissos, como poderia se proceder para com a Inglaterra."[2]

No entanto, somente no final do primeiro semestre de 1947, a Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil enviou um memorial ao Ministro Corrêa e Castro, informando que ".... no breve período de dois anos que de hoje dista o termo da guerra, já ocorreu o esgotamento das [...] disponibilidades em espécie que havíamos acumulado nos Estados Unidos da América"[3]. O fato propiciou críticas incisivas da imprensa especializada, que alegou ausência de critérios para importação:

> ....quando quisemos discutir com os inglêses os destinos não apenas dêsses, mas do total de 65 milhões de libras lá acumulados, foi-nos respondido que não seria descongelada **nem mesmo a parcela correspondente a êsses 15 milhões**....como resultado, o saldo acumulado durante a guerra e praticamente nos dois primeiros anos de paz (pois a libra só se tornou livre para nós a partir de abril de 1947), ficaram imobilizados, e não podemos usá-los nem mesmo na própria Grã-Bretanha nos próximos 4 anos....
> O Brasil no entanto, como se não percebesse o que se passava no mundo que o circundava, e contrariando a imprensa especializada, que desde antes do fim da guerra clamava por um plano de importações controladas, de maneira a permitir o reaparelhamento nacional, nada fêz nesse setor, e ainda desistiu do empréstimo negociado pelo então Ministro Macedo Soares, e destinado ao reequipamento dos transportes. Não houve, com foi fartamente pedido, um plano nacional de compras, nem se procurou controlar o desgaste de nossas disponibilidades em dólares de qualquer outra maneira. Ao contrário, parecia que os dólares existentes queimavam as mãos dos brasileiros e

> estrangeiros aqui residentes.... E não se diga que havia a presunção de que continuassem a aumentar os saldos nessa moeda, pois, ao terminar o ano de 1946, a inversão da balança comercial do Brasil para com os Estados Unidos era tão visível que tornou-se em realidade apenas 1 mês mais tarde. O saldo positivo de 1946 foi de 109 milhões de cruzeiros, contra 1 bilião e 171 milhões no ano anterior. Era evidente que estávamos caminhando para o "déficit", e isto devido às compras de produtos sem interêsse para a economia nacional, produtos de luxo, e quinquilharias, a que nos tínhamos atirado logo depois da guerra.[4]

Os comentários transcritos acima fazem transparecer as insatisfações relativas às medidas estatais no tocante à esfera econômica. O descontentamento de diversas frações burguesas, refletido na imprensa especializada, estava intimamente ligado ao Ministro da Fazenda e sua equipe. Isto porque Correia e Castro já havia declarado, meses antes, que o Brasil não necessitava do empréstimo de cinqüenta milhões de dólares dos E.U.A. Acrescentava ainda que os congelados com a Inglaterra seriam negociados na encampação de empresas inglesas situadas no Brasil[5].

Todavia, em novembro do ano anterior um incêndio destruiu escritórios da São Paulo Railway, às vésperas da assinatura de sua encampação pelo governo brasileiro. O inquérito concluiu apenas que o incêndio foi causado por um curto-circuito, mas as condições em que este se deu permitiram que este fato permanecesse sem o devido esclarecimento[6]. O episódio, "carregado" de suspeitas e pouca "transparência" em sua investigação, incrementou as insatisfações em relação às ações estatais.

Um outro conjunto de eventos somou-se ao esgotamento das divisas conversíveis. Este teve início quando, em uma reunião com a equipe ministerial, o Presidente Dutra decidiu tomar medidas urgentes para uma rápida redução nos preços dos produtos de consumo corrente[7]. Entre estas estaria a aprovação de uma lei especial, sancionada diretamente pelo Executivo, sem passar pelo Congresso, poria em vigor várias medidas para deter a especulação. Na ocasião o Ministro Correia e Castro declarou que "...as exportações de gêneros alimentícios e produtos de primeira necessidade serão

provisoriamente proibidas. Quando, no mercado interno, se verifica a falta de certas mercadorias, não é justo que deixemos exportá-las"[8].

Como parte das medidas para combater a alta dos preços o Presidente Dutra determinou que voltasse a vigorar o decreto que congelou os preços das utilidades e gêneros de primeira necessidade em 15 de fevereiro de 1946[9]. A medida foi aprovada pela Comissão Central de Preços em março de 1947, sendo mantidos os preços que vigoravam em 15 de fevereiro do ano anterior[10].

Além disso, o Ministério da Fazenda anunciou um anteprojeto para regular os lucros comerciais e industriais, com o objetivo evitar as especulações. A nota, fornecida à imprensa e noticiada em abril de 1947, informava ainda que Presidente Dutra ouviria os estudiosos e as classes interessadas na discussão do referido projeto, que poderiam enviar sugestões ao Ministério da Fazenda até o fim do mesmo mês.

A repercussão deste conjunto de propostas e medidas não demorou a se manifestar. Ainda no final de abril, durante a reunião da CCP, o delegado do comércio manifestou-se contra o anteprojeto de limitação de lucros do governo. Em junho, alguns segmentos das frações burguesas de São Paulo elaboraram um memorial com uma série de reivindicações ao Presidente Eurico Dutra. Entre estas se incluíam maiores facilidades para concessão de créditos e importação de bens de produção; a restituição dos depósitos compulsórios realizados em função da legislação sobre lucros extraordinários, a extinção dos órgãos de controle de preços. Solicitavam também um estudo da planificação da economia nacional.

A imprensa especializada noticiava que boatos, bem como concordatas e falências de banco e de firmas atacadistas, aumentavam as tensões sobre a situação econômica nacional. A restrição de crédito era apontada como a principal causa desta situação: "A política de restrição creditícia adotada pelo Banco do Brasil, desde que o Sr.

Correia e Castro assumiu a pasta da Fazenda, está suscitando toda sorte de comentários desencontrados"[11].

Todavia, o Ministro da Fazenda procurou esclarecer, através da imprensa, que o Banco do Brasil vinha restringindo as operações de crédito pessoal concedidas excepcionalmente, mas negou que o governo estivesse efetivamente restringindo financiamentos. Em encontro com representantes do comércio e da lavoura cafeeira e algodoeira em São Paulo, Correia e Castro procurou dar algumas garantias à estes setores. Aos representantes da lavoura assegurou o financiamento das safras futuras[12]. Aos representantes do comércio, disse que o governo vinha conseguindo baixar os preços com o tabelamento. Entretanto, prometeu estudar as suas reclamações quanto à esta medida.

Uma outra fonte de instabilidade tinha origem dentro do próprio governo. Isto porque a elaboração do orçamento era atribuição do DASP e do Ministério da Fazenda. Esta situação criou embaraços na elaboração da proposta orçamentária para 1947 e propiciou atritos entre estes dois órgãos. Em março de 1947 o Ministro Corrêa e Castro enviou proposta para extinção do DASP ao Presidente Dutra. No mês seguinte era noticiado que o DASP havia iniciado a conferência do orçamento geral para 1948. Todavia, um outro orçamento foi realizado pela equipe do Ministério da Fazenda, de acordo com o programa econômico daquela pasta. [13]

A primeira medida efetiva para conter o desbaratamento dos saldos conversíveis acumulados nos anos de guerra ocorreu somente no final do primeiro semestre de 1947. Esta foi o estabelecimento de um regime de prioridades, instituído através da SUMOC:

> Para prevenir o esgotamento de nossas reservas, o Govêrno, através da Instrução n° 25, de 3 de junho de 1947, da Superintendência da Moeda e do Crédito, instituiu o regime de prioridades no fornecimento de divisas para importações e outros fins e tornou obrigatória, para os bancos que operam em câmbio, a venda, ao Banco do Brasil, de 30% das divisas compradas pelos mesmos. Iniciou-se, assim, a segunda fase da nossa política cambial em 1947.A partir de então, o regime de câmbio livre foi substituído pelo de

> utilização racional das divisas disponíveis, dentro do critério de maior essencialidade, para a economia nacional, do produto importado.[14]

Em seguida, o Ministro da Fazenda encaminhou ao Legislativo uma mensagem do Presidente da República solicitando a instituição do regime de licença prévia para o comércio brasileiro com o exterior. A mensagem foi acompanhada de uma exposição de motivos elaborada pelo titular da Fazenda e do respectivo ante-projeto. Corrêa e Castro afirmava, em sua exposição, que o regime pleiteado deveria vigorar pelo prazo de um ano, podendo ser prorrogado por ato do Executivo.[15] Estas duas decisões do Executivo foram alvo de elogios na imprensa:

> A mensagem que o Presidente da República acaba de enviar à Câmara dos Deputados, solicitando a promulgação de uma lei que autorize o poder executivo a subordinar o comércio brasileiro com o exterior ao regime de licença prévia, é inteiramente justificada pela experiência destes primeiros dois anos de após-guerra. Como acentuou a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, no memorial que acompanha a mensagem do chefe do Governo, naquele período de dois anos já se esgotaram as vultosas disponibilidades de dólares que havíamos acumulado nos Estados Unidos, sendo agora necessário realizar operações de crédito com base nas reservas metálicas que ali temos.[16]

Todavia, críticas também não tardaram. No Legislativo, o deputado Herbert Levy manifestou-se quanto a inconstitucionalidade da Instrução n° 25 da SUMOC. Segundo este, o regime de licença prévia já estava em vigor quando chegou à Câmara dos Deputados a mensagem presidencial de 17 de junho de 1947. Esta solicitava a aprovação do projeto de lei que facultasse ao Executivo subordinar a esse regime o comércio brasileiro com o exterior. O deputado denunciou que tal ato representava flagrante inconstitucionalidade[17]. A imprensa especializada também expressou os descontentamentos pela demora do governo em executar tais medidas e por dispensar o empréstimo solicitado ao governo norte-americano em 1946[18]:

> Há cerca de dois anos que a imprensa publicava reclamações e denúncias, partidas de especialistas, de políticos e de comentaristas contra o esgotamento dos saldos. Havia um verdadeiro clamor contra o desperdício dessas divisas e a favor de sua aplicação na compra de equipamentos.

> Nenhuma providência, entretanto, foi tomada quer pelo Poder Executivo quer pelo Congresso. Somente quando as divisas foram esgotadas, o Executivo apressou-se a mandar mensagem à Câmara, solicitando a lei de licença prévia.[19]

No intuito de reduzir as insatisfações do setor têxtil o Ministro Corrêa e Castro, em julho de 1947, excluiu do regime de proibições estabelecido em 1946 a exportação de fios de algodão. Esta ficava, porém, sujeita ao regime de licença prévia estabelecido pela SUMOC. No mesmo mês, o titular da Fazenda iniciou conversações com o secretário do Tesouro norte-americano, no intuito de obter um empréstimo de dois bilhões de dólares daquele governo:

> Telegramas de Washington, que a imprensa vespertina hoje divulga, anunciam que o Brasil está procurando obter dos Estados Unidos um empréstimo de dois bilões de dólares para a execução de um grande plano de realizações nacionais [...] Em princípio, a operação ficou resolvida na conferência entre os srs. John Snyder, subsecretário do Tesouro norte-americano e Correia e Castro, ministro da Fazenda. Nessa conferência os pontos essenciais foram debatidos e assentada a nomeação de uma comissão mixta de americanos e brasileiros para fixar os planos de melhoramentos a que se destina aquela elevada soma.[20]

Além destas, o Ministro Corrêa e Castro nomeou uma comissão para examinar os memoriais enviados pelas associações de classe solicitando medidas para fortalecer a economia do País. O parecer, divulgado em setembro de 1947 demonstrava a preocupação do titular da Fazenda em considerar as reivindicações dos setores produtivos. Entretanto, para a maior parte das medidas solicitadas a comissão apresentava empecilhos para sua implementação.

E, apesar das críticas ao anteprojeto do imposto de renda, que instituiria taxas diferenciadas sobre os lucros das empresas, este foi aprovado pelo Legislativo. O projeto original de reforma tributária, apresentado no fim de 1946, previa a elevação da taxa do imposto de renda das pessoas jurídicas em 15%. Entretanto, em função do déficit previsto, um novo anteprojeto foi elaborado e apresentado ao Congresso em 1947. Este

propunha taxas de 10% sobre lucros de até 100.000 cruzeiros de lucro, 15% sobre lucros entre 100.000 e 500.000 cruzeiros, e 20% sobre lucros acima de 500.000 cruzeiros[21].

As medidas propostas e implementadas pelo Executivo, em conjunto com o Legislativo, tiveram êxito no tocante ao controle do déficit orçamentário, bem como sobre as divisas conversíveis, que se esgotavam rapidamente. Contudo, incrementaram as insatisfações com relação à condução da economia. Diversos setores econômicos aumentaram a sua mobilização, a partir de 1947, através das associações de classe.

As pressões sobre o Executivo e o Legislativo tiveram seqüência durante o ano de 1948 e primeiro semestre de 1949, culminando com o afastamento do Ministro da Fazenda, em junho deste último ano. A sua substituição, apesar de noticiada como resultante das negociações frustradas para o empréstimo do governo norte-americano, teve motivações mais profundas, elencadas neste item. É lícito concluir que o incidente envolvendo o Ministro da Fazenda e autoridades econômicas dos Estados Unidos foi o momento culminante de um lento processo de desgaste deste e de sua equipe econômica.

4.2 - O Presidente do Banco do Brasil assume o Ministério da Fazenda.

A gestão de Correia e Castro enfrentou criticas e descontentamentos desde 1947, em função de seu programa econômico, que propôs um combate mais incisivo à aceleração inflacionária que seu antecessor. Este baseava-se no combate à inflação, na expansão econômica e na reforma tributária. Para tais resultados o Ministro procurou implementar uma reforma bancária e tributária, combatendo o déficit público através destas reformas e de um controle mais seletivo na concessão de créditos[22]. Todavia, a conjuntura em que atuou dependia intimamente do Legislativo Federal. Isto impunha

limites e acordos, obrigando o Executivo a negociações contínuas com os membros da Câmara dos Deputados e do Senado.

O acordo interpartidário, oficializado em 1948 entre a UDN e o PSD, contribuiu para a aprovação de algumas propostas do Executivo. Todavia, isto não impediu que várias propostas, de reformas estruturais, permanecessem meses no Congresso sem serem discutidas e votadas. o que contribuiu para que não fossem encontradas soluções efetivas para os problemas econômicos que o país enfrentava. Este foi o caso do projeto de reforma bancária, apresentado ao Congresso em 1947[23]:

> Quando em fins de 1946 chegou ao Palácio Tiradentes o ante-projeto da lei bancária, elaborado no ministério da Fazenda, havia esperança, de parte do titular daquela pasta, que o mesmo fôsse votado ainda no tempo restante daquela sessão legislativa. Era muito otimista, o ministro, a prova é que ainda hoje lá se acha o projeto na Comissão de Finanças, depois de haver passado um tempo enorme na de Comércio e Indústria, ninguém sabe mesmo por que razão.[24]

A reforma tributária, contudo, foi aprovada em novembro de 1947, em função do déficit previsto no orçamento de 1948. O projeto de reforma do imposto de renda, apresentado no fim de 1946 ao Legislativo, foi alterado pelo Ministério da Fazenda e reapresentado em 1947. Este propôs taxas diferenciadas para as pessoas jurídicas, em função do valor dos lucros auferidos pelas empresas. Também foi aprovada pelo Congresso, no mesmo mês, a reforma das tarifas postais e telegráficas, com aumentos de duzentos a trezentos por cento nas mesmas[25].

O aumento dos impostos promoveu um equilíbrio entre receita e despesa no orçamento do exercício de 1948. Em 2 de dezembro de 1947 o Presidente Eurico Dutra sancionou a lei de meios para 1948, com superávit previsto de Cr$1.278.996,00. Todavia, as críticas continuavam presentes na imprensa especializada, que observou não serem somente os déficits orçamentários os responsáveis pela inflação:

> Continuamos vivendo no balão inflacionário, não obstante os esforços do govêrno no propósito de estancar as emissões e pôr um limite à expansão do

> crédito e aos déficits orçamentários. Nestes três particulares não resta a menor dúvida que a política financeira em curso logrou resultados .... Decorrido um ano de sua vigência, porém, pôde o govêrno aferir que não eram apenas aquelas três as causas fundamentais da inflação brasileira. O fenômeno tem causas muito mais remotas e, por isto mesmo, muito mais difíceis de serem corrigidas com a prática de simples política de fixação de preços e contrôles similares... O importante, porém, é que executando um plano permanente financeiro não se consegue resultado econômico e isto prova, mais uma vez, que nem sempre as boas finanças fazem a boa economia. Para que isto aconteça torna-se mister fazer por onde ao lado da política financeira desenvolva-se, paralelamente, uma política econômica.[26]

As críticas, provenientes da imprensa especializada, representavam os ecos do posicionamento que começava a ganhar espaço nas associações de classe e no meio político da época. A percepção de que era necessário um planejamento de conjunto de médio e longo prazos ganhava espaço:

> A inexistência de um plano - esquemático que fosse - tem concorrido para enfraquecer o organismo econômico brasileiro, sujeitando-o a suportar paliativos, cuja característica principal é, em última instância, a quase total ineficiência. A demagogia estadonovista usou e abusou da palavra planificação, chegando a desmoralizá-la aos olhos do povo.... Muita gente supõe que exista incompatibilidade entre democracia e planejamento econômico, o que é um equivoco.... A ascensão dos trabalhistas ao poder na Grã-Bretanha, todavia, veio atestar que a socialização e a planificação da economia não são inconciliáveis com as liberdades essenciais da democracia, tal como compreendem e praticam os povos anglo-saxões. Agora, o exemplo da Argentina e do Chile, ambos traçando projetos de planificação em ampla escala, vem testemunhar, novamente, a possibilidade de enveredar o Brasil por semelhante caminho, pondo em prática diretrizes análogas.[27]

Diante das constatações e pressões de diversos setores da sociedade , em 1948 o governo elaborou um plano denominado SALTE. Este continha propostas de investimentos para a saúde, alimentação, transportes e energia, visando a expansão econômica. Sua elaboração era uma resposta àqueles que criticavam o governo por não apresentar um planejamento a médio e longo prazos para a economia nacional.

Elaborado pelo DASP, o SALTE representava também a tentativa deste órgão de mostrar-se atuante dentro do aparelho estatal. A sua extinção havia sido sugerida

ao Presidente Dutra pelo Ministro Correia e Castro, em função de disputas de poder entre os diversos órgãos herdados do período estadonovista.

Em janeiro de 1948 o déficit da balança comercial obrigou o governo a decretar a Instrução n°26 da SUMOC, elevando de 30 para 75% a obrigatoriedade de repasses de cambiais ao Banco do Brasil. Em fevereiro do mesmo ano a Lei n°262 substituiu as Instruções n° 25 e 26 da SUMOC e, no mês seguinte, foi aprovado o regulamento desta lei, criando um sistema de prioridades para as importações.

Enquanto o Congresso discutia o Plano Salte, técnicos norte-americanos e brasileiros se reuniam para estudar soluções para os problemas econômicos brasileiros. Os detalhes haviam sido acertados em 1947, quando o Secretário do Tesouro norte-americano John Snyder encontrou-se com o Ministro Correia e Castro. A Comissão formada, conhecida como Missão Abbink, esteve reunida durante vários meses durante 1948 e 1949. Todavia, o relatório apresentado ao governo brasileiro não resultou em empréstimos norte-americanos..

> O relatório da Missão Abbink provocou uma decpção nos que ainda contavam com o afluxo de capitais norte-americanos para nosso desenvolvimento. Limitava-se a enfatizar a importância dos investimentos privados e não acreditava na industrialização brasileira, a julgar pela reprovação que sofreu no II Congresso Brasileiro das Classes produtoras de Araxá.[28]

E provável que os resultados da Missão Abbink tenham tido uma influência bastante importante na exoneração de Correia e Castro. Todavia, a carta enviada pelo Ministro da Fazenda ao Secretário do Tesouro Norte-americano transformou-se no incidente que pôs fim à sua gestão. Nesta, o titular da Fazenda solicitou auxílio à John Snyder de uma maneira bastante heterodoxa:

> Há no Brasil um provérbio popular muito empregado: estende-me a mão, se não me queres carregar às costas... O Brasil está em situação de amigo necessitado. Assim , Sr. Snyder, é ele que nos diz: ou os EUA me estendem a mão ou terão de carregar-me às costas.[29]

O documento, divulgado meses após o seu envio às autoridades norte-americanas, foi reprovado pelo Congresso Nacional. Com isso, o Ministro da Fazenda abandonou o cargo. Entretanto, seu afastamento tinha motivações mais profundas.

> Matéria de combustão rápida, de pouco fogo e fumaça branda, a carta dirigida pelo Sr. Correia e Castro ao Secretário do Tesouro dos Estados Unidos não chega, é evidente, a influir nas circunstâncias que compõem a posição brasileira em face da economia americana. O documento, que originou acontecimentos políticos culminados na renúncia de um titular esforçado servidor do país, produziu inicialmente efeitos contrários, por isso mesmo que deu lugar à vinda da Missão Abbink e a série de pesquisas em tôrno das possibilidades de um intercâmbio mais íntimo das duas economias. Chegando, à raiz dos acontecimentos políticos a que nos referimos, ao pôsto de Ministro da Fazenda, encontra o Sr. Guilherme da Silveira as mesmas dificuldades que levaram o anterior aos maiores esforços pela ansiada colaboração do capital e técnica americanos ao desenvolvimento do país....[30]

Manuel Guilherme da Silveira Filho, Presidente do Banco do Brasil desde o o governo provisório de José Linhares, em 1945, assumiu o cargo de Ministro da Fazenda em junho de 1949. A intenção do governo era reequilibrar as relações entre o Executivo e o Legislativo e entre o governo e as várias frações burguesas, que aguardavam desde o fim da

guerra por financiamentos externos e internos que pudessem ajudar no reequipamento industrial, na produção agrícola e nos investimentos na infra-estrutura de que o País necessitava para expandir-se economicamente.

O terceiro Ministro da Fazenda do Governo Dutra era carioca, médico e industrial. Foi diretor-médico da Companhia Progresso Industrial - Fábrica Bangu, uma indústria têxtil do Rio de Janeiro. Assumiu a Presidência desta empresa em 1922, quando já era também seu principal acionista. Em 1928 passou a presidir também o Banco Português. Em 1929 foi nomeado por Washington Luís para a Presidência do Banco do Brasil, permanecendo no cargo até a queda do governo em 24 de outubro de 1930. Participou da direção do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro entre 1935 e 1940, quando passou a integrar o Conselho Técnico de Economia e Finanças.

Em 1943 passou a integrar a Comissão de Financiamento da Produção, tendo depois passado a presidir a Comissão para Instalação da Indústria de Material Elétrico. Em 1945 passou a fazer parte do conselho de administração da Caixa de Mobilização Bancária (Camob). Com o fim do Estado Novo, Guilherme da Silveira foi convidado a fazer parte da equipe do Governo Linhares, assumindo a presidência do Banco do Brasil. Foi mantido no cargo pelo Presidente Eurico Dutra até ser nomeado Ministro da Fazenda em 10 de junho de 1949, em função da demissão de Pedro Luís Correia e Castro.

Guilherme da Silveira assumiu a chefia da Pasta da Fazenda em função da crise deflagrada entre o Legislativo e o Ministro da Fazenda. O Congresso acusava o Ministro Correia e Castro de fazer um pedido de empréstimo ao governo norte-americano através de um expediente heterodoxo e vexatório para Brasil. A carta onde o pedido foi solicitado foi divulgada pelo deputado Café Filho, que alegou não ser esta documento sigiloso, tendo sido entregue, segundo este, juntamente com o Relatório da Missão Abbink.

No Legislativo, o conteúdo da carta, enviada ao Secretário do Tesouro John Snyder, foi duramente criticado pelos parlamentares, incluíndo-se aí os deputados situacionistas. E, apesar dos círculos oficiais norte-americanos informarem à imprensa que ignoravam a carta do Ministro Correia e Castro, solicitando empréstimo de 300 milhões de dólares para evitar-se uma crise no País, o Congresso pressionou o Ministro para que entregasse o cargo. [31]

Em seu programa, anunciado poucos dias após a sua posse, Guilherme da Silveira propôs:

> I- Continuidade da política econômico-financeira do atual governo da República; II - Completa remodelação dos quadros do Ministério; III - Maior entrosamento do Tesouro com o Banco do Brasil; IV - Rigorosa moralidade administrativa; V - Prosseguimento das negociações com os Estados Unidos.[32]

De acordo como o novo Ministro da Fazenda, "essas negociações não sofreram, aliás, interrupção nos últimos dias, continuando normalmente o seu curso. Elas terão, dentro de pouco tempo, muito mais brevemente do que se poderia supor, uma conclusão plenamente satisfatória".[33]

A escolha do novo Ministro da Fazenda teve, de acordo com a imprensa, boa repercussão tanto nos "setores políticos como nos círculos econômicos". De acordo com a Folha da Manhã, isto ocorreu porque seria possível , a partir de então, o governo imprimir uma "unidade de ação" em sua política econômica.

É importante considerar, contudo, que Guilherme da Silveria assumiu numa conjuntura política na qual estavam sendo travadas as discussões sobre a sucessão presidencial. A articulação para a escolha do sucessor do Presidente Dutra inciava-se com atritos e sem uma definição clara de como e quem poderia ser o candidato da situação. Havia a possibilidade de Getúlio Vargas candidatar-se à Presidência da República, o que promoveu mobilizações entre as principais lideranças politicas do País.

A conjuntura foi também marcada pela IIª Conferência das Classes Produtoras, ocorrida em Araxá em junho de 1949. Nesta, representantes da indústria, comércio e dos setores agro-pecuários estiveram reunidos para discutir os principais problemas e os rumos da economia brasileira. Da Conferência resultaram recomendações mais objetivas do que àquelas feitas na IªCONCLAP, ocorrida em 1945. Uma das razões para esta conclusão foi apontada pela imprensa especializada:

> A Conferência de Araxá foi sobretudo um balanço da realidade nacional, um arrolamento de tudo o que tem sido feito e do muito que nos resta fazer[...] Um desses fatôres é a participação rigorosa das fôrças industriais no comando do pensamento e da ação das classes conservadoras brasileiras....[34]

A IIª Conferência das Classes Produtoras (IIª CONCLAP) apresentou, entre outras, recomendações sobre o controle do comércio exterior, indicando que este deveria ser um regime de exceção, que seria extinto gradualmente. Era necessário ainda reduzir os

pagamentos em moeda conversível e aumentar o intercâmbio com a Europa. Concluiu-se que era importante fomentar a "produção nacional de artigos cuja importação pese na balança comercial do país" e evitar a existência de "listas de produtos isentos da obrigatoriedade de licença-prévia"[35]. O tabelamento, contudo, não recebeu defesa alguma. Quanto às autarquias:

> ....a conferência aceitou a existência desses órgãos, como necessários à economia nacional. Aceitou também, a intervenção do Estado no campo da economia privada, sempre quando a iniciativa particular se tornar inábil ou insuficiente à realização de obras ou à produção de riquezas requerida pelo progresso nacional.[36]

Sobre o relatório apresentado pela Comissão Mista Brasil Estados Unidos (Missão Abbink), a Conferência apresentou uma "moção de veto ao chamado Relatório Abbink", o que representou uma contradição, na medida em que "as classes produtoras tiveram participação destacada nos trabalhos de que resultou o Relatório, através de representantes.... e de técnicos"[37].

> Assim, ao tomarem conhecimento de uma moção de veto ao Relatório Abbink, as próprias classes produtoras estavam indo de encontro a um trabalho para cuja elaboração foram convidados - e aquiesceram em colaborar - os seus mais destacados líderes.[38]

Contudo, a imprensa especializada destacou a importância da Conferência de Araxá por evidenciar que as "classes produtoras" estavam "unidas na defesa dos interêsses nacionais", o que poderia "conduzi-las à realização de uma política efetiva, diante de conjunturas difíceis, através de pressão....na opinião pública e nos órgãos administrativos". A imprensa ainda comentava que, na Iª CONCLAP, realizada em 1945, as classes produtoras não conheciam plenamente sua força política. Entretanto, a IIª CONCLAP demonstrou que estas haviam tomado consciência desta força.[39]

Obviamente, as recomendações da IIª CONCLAP teriam influência nos rumos da campanha política para a sucessão presidencial. Suas conclusões poderiam

indicar aos candidatos como as frações burguesas estavam posicionadas diante dos principais problemas do sistema econômico nacional. Diante disto, os partidos e coligações poderiam elaborar um programa econômico mais condizente com os anseios destes segmentos, no qual suas reivindicações fossem atendidas.

4.3 - A conjuntura do último ano de governo e a atuação de Guilherme da Silveira

A aproximação das eleições presidenciais ajudou a incrementar as pressões por recursos provenientes do orçamento federal. Diversas emendas foram apresentadas na Câmara dos Deputados à proposta orçamentária de 1950. Enquanto isso, o *deficit* acumulado ao longo dos primeiros cinco meses de 1949 somava cerca de 400 milhões de cruzeiros, e o projeto de reforma bancária continuava aguardando apreciação no Legislativo:

> Chegamos praticamente ao têrmo da sessão legislativa de 1949 e no entanto o projeto de reforma bancária.... continua no mesmo pé em que se encontrava em começos do ano.... está diretamente interessado o próprio Poder Executivo, que conta com o apoio de sólida maioria que tudo faz supor estaria habilitada a dar um rápido andamento às questões julgadas essenciais ao desenvolvimento do plano de govêrno. Isto, porém, não acontece. Lá está o Plano Salte, outra iniciativa do Executivo, e que pelo atraso em que se acha na sua fase de legislação, já não poderá ser executado na mesma conformidade em que foi inicialmente estudado.... Sucede ainda, no setor do crédito, um princípio que poderá conduzir a resultados desmoralizantes: é o aberto aos pecuaristas. Já houve uma iniciativa de moratória par os cacauicultores e está havendo outro em favor dos devedores do Banco de Crédito da Borracha. A tendência geral é de que o Tesouro Nacional deve arcar com parte dos prejuízos havidos de negócios nem sempre bem conduzidos....[40]

Desse modo, os primeiros meses de 1949 anunciavam o retorno das mesmas deficiências e dificuldades do início do Governo Dutra. O *deficit* público voltou a crescer por conta das pressões dos industriais, comerciantes e produtores rurais, que insistiam com o governo na necessidade deste conceder-lhes créditos para incrementar suas atividades, o que acarretaria em um forte estímulo para o sistema econômico nacional. Reivindicavam também

investimentos públicos em infra-estrutura que permitissem a expansão e o pleno funcionamento da produção e do consumo nacionais.

A preocupação com a escassez de divisas conversíveis fez com que o Legislativo aprovasse a prorrogação, até junho de 1951, do regime de licença prévia para importações. Enquanto isso, subiam as cotações do café no mercado internacional, estimuladas pelo aumento do consumo mundial e pelo fim dos estoques. O término da Segunda Guerra e a recuperação da Europa propiciaram um crescimento contínuo do número de consumidores de café, "havendo, além da retomada de níveis percentuais de épocas anteriores, um avanço real no consumo." Com isso, entre 1945 e 1949, o Brasil praticamente esgotou as suas reservas de café, "pois a nossa exportação nestes anos é bem superior à produção." [41]

A elevação dos preços já era aguardada desde 1946, quando deixou de vigorar o preço-teto estabelecido pelos Acordos de Washington.[42] Porém, somente a partir de 1949 ocorreu uma sensível melhora nos preços do produto, já que os mercados internacionais nutriam expectativas de uma desvalorização do cruzeiro. Como o fato não ocorreu, os estoques de café dos negociantes norte-americanos também não tiveram redução de preços. O esgotamento dos estoques, provocados pelo fim dos estoques excedentes e por más safras, impulsionou os preços que "da média de 1944, que oscila em torno de US$ 15,42, o café sobe para US$ 32,61, em 1949; fantasticamente chega a US$ 58,34 em 1950..."[43]

Contudo, esgotados os estoques, houve um equilíbrio entre produção e consumo, limitando as exportações de café. De fato, "a diminuta safra brasileira de 1948, afetada pela seca e pela 'broca', e a pequena safra da América Central, que sofre os efeitos das inundações e de furacões, fazem com que a produção mundial caia grandemente."[44] Em setembro de 1949 o governo inglês desvalorizou a libra esterlina, repercutindo mundialmente e propiciando uma expectativa frustrada quanto à uma desvalorização do cruzeiro. Em outubro o governo brasileiro desmentiu os boatos e manteve a taxa de câmbio. O fato ocorreu porque:

> ....Tratando de café, devemos pensar sempre que êle constitui a mais substancial fonte de divisas de que dispomos e não será nunca demasiado recordar os erros que cometemos no passado, que serviram melhor aos concorrentes do que a nós próprios.... É muito possível, e natural mesmo, que o surto havido neste segundo semestre venha a estimular a abertura de novas lavouras... foi praticamente com o pensamento no café que nos decidimos pela manutenção da paridade definida em 1948 perante o Fundo Monetário Internacional.....[45]

Apesar da elevação nos preços do café, as divisas geradas com as exportações mantiveram-se aquém da demanda do País. O sistema produtivo carecia de matérias-primas e insumos importados, em quantidade e diversidade bem maiores àquelas que as exportações proporcionavam. As autoridades econômicas não ignoravam o problema, autorizando inclusive as operações vinculadas de exportação e importação.[46] Em março de 1949 o governo instituiu um fundo único de câmbio para as moedas conversíveis. A medida era justificada como decorrente do agravamento dos desequilíbrios comerciais nas transações em moedas conversíveis.[47]

Obviamente, o aumento progressivo do preço internacional do café contribuiu para diminuir os atrasados comerciais . A possibilidade de um novo conflito de proporções mundial também incrementou as exportações. Entretanto, internamente, a insegurança e a preocupação com a formação de estoques pressionou ainda mais a demanda por importações.

> Ante a ameaça de nova tempestade, esta mais que nunca apavorando os homens, o Brasil se intranquiliza.... e teme.... muito mais as conseqüencias econômicas de um novo conflito universal do que mesmo as de uma ativa participação militar....[48]

As pressões dos produtores e comerciantes por créditos e investimentos, aliadas à aproximação das eleições, implicaram em novos desequilíbrios orçamentários. O governo mantinha um discurso semelhante ao dos anos anteriores, alegando ser fundametal conter as emissões. Entretanto, o Tesouro encerrou suas contas de 1949 com um *deficit* de 2.810 milhões de cruzeiros. No mesmo ano, o volume de papel-moeda em circulação aumentou em 2.349 milhões[49], contribuindo para a aceleração do processo inflacionário.[50]

Tabela II

Índice Geral de Preços - Fundação Getúlio Vargas*							
ano	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950
variação	17,39%	11,11%	22,22%	2,73%	7,96%	12,30%	12,41%

* Este quadro foi elaborado a partir dos cálculos feitos pelo Centro de Estudos de Preços da Fundação Getúlio Vargas. Como estes índices só começaram a ser elaborados a partir de fevereiro de 1944, o percentual acumulado durante este ano não considerou o mês de janeiro daquele ano.

A aprovação do orçamento para 1950 foi alvo de críticas na imprensa, por terem os parlamentares aprovado abono para servidores públicos federais, desconsiderando o equilíbrio entre receita e despesa. A decisão foi interpretada como "eleitoreira" e "demagógica", e promotora de uma "nova onda inflacionária":

> Pronto o orçamento, que foi mais um motivo a fortalecer a opinião de que uma nova onda inflacionária se forma com os "deficits" sucessivos, o Congresso aproveitou os últimos momentos da legislatura ordinária para discutir a questão política. Muito dificilmente evitará, na realidade, o Congresso, com a aproximação das eleições presidenciais, que a questão política empolgue os seus membros, e, prendendo tôda a sua atenção, impeça a complementação de importantes providências legislativas ardentemente esperadas pela economia nacional. A legislatura foi encerrada sem solução para o projeto de Reforma Bancária, sem andamento conveniente ao Plano Salte, que teve apenas votadas algumas verbas, e sem que vários projetos de iniciativa do próprio govêrno, como o Estatuto do Petróleo e a Lei Agrária, encontrassem a necessária conclusão....[51]

Evidencia-se, através do trecho transcrito, a apreensão dos observadores quanto a aprovação de medidas importantes que tramitavam no Legislativo já há alguns anos, sem que tivessem sido finalmente votadas. Este era o caso do projeto de reforma bancária, elaborado pelo então Ministro Correia e Castro. O projeto permaneceu no Legislativo durante o restante do Governo Dutra.

Quanto ao Plano Salte, foi finalmente sancionado pelo Presidente no primeiro semestre de 1950, depois de ser apreciado pelo Congresso. Sua execução deveria estender-se até 1953, perfazendo um total de 21.300 milhões de cruzeiros em investimentos. Contudo, este

plano foi interpretado como "uma sistematização de problemas básicos da nação que, para um pronto encaminhamento, estariam desde muito exigindo uma disciplina."[52]

Durante a campanha eleitoral de 1950 o acordo interpartidário entre a UDN e o PSD não foi mantido. A proposta de ser apresentado um candidato único, para competir com Getúlio Vargas, lançado pelo PTB e forte concorrente, não foi implementada. Desse modo, tanto a UDN quanto o PSD lançaram seus respectivos candidatos, o que favoreceu a vitória do ex—Presidente.

4.4 - O esgotamento das divisas e sua repercussão política.

O afastamento do Ministro Corrêa e Castro da pasta da Fazenda foi o resultado de uma série de acontecimentos econômicos e políticos, muitos dos quais não dependeram diretamente de suas decisões. Tanto a conjuntura internacional do imediato pós-Segunda Guerra quanto as novas correlações de forças estabelecidas internamente com o fim do Estado Novo, produziram efeitos importantes na economia brasileira deste período.

As expectativas brasileiras quanto à cooperação econômica dos Estados Unidos no pós-guerra eram motivadas pelas relações estabelecidas pelos dois países durante o conflito mundial. Durante este período as relações comerciais e financeiras foram incrementadas, em função dos interesses de ambas as nações.[53] Principal aliado dos E.U.A. na América Latina, o Brasil chegou a enviar soldados para os campos de batalha europeus. Como conseqüência desta aproximação com o governo norte-americano, diversas frações de classe, bem como militares e membros das camadas dirigentes acreditavam na intensificação das relações com os E.U.A., especialmente no tocante aos financiamentos daquele país para o Brasil.

No entanto, as prioridades norte-americanas direcionavam-se para a reconstrução européia, procurando impedir o crescimento da influência soviética naquele

continente. Desse modo, os empréstimos fariam parte da estratégia política norte-americana para a manutenção de diversas nações européias dentro do bloco capitalista.

> Mas o Brasil, em 1945-1946, julgava-se um caso *especial*, confiante no caráter político da ajuda financeira norte-americana, da qual se julgava amplamente merecedor por sua leal colaboração no esforço da guerra. A decepção brasileira, de início militar, se agravara rapidamente. Em maio de 1946, o Ministro da Viação e Obras Públicas de Dutra, Macedo Soares, em reunião em Washington com diretores do Eximbank e autoridades do Departamento de Estado, insiste em que não está falando como um simples 'tomador a uma agência de empréstimos, mas sim como um representante do governo brasileiro que se dirige ao governo norte-americano' e insiste no caráter fundamentalmente político do financiamento que pretendia e para o qual o Brasil 'já havia feito muito por merecer'.[54]

É relevante considerar, porém, que a importância estratégica do Brasil e do restante da América Latina reduziu-se consideravelmente com o término da Segunda Guerra Mundial. Com o fim da ameaça das nações do Eixo, o novo inimigo real ou potencial dos Estados Unidos era a União Soviética. E esta não representava, naquele momento, uma ameaça concreta à América Latina. O hemisfério ocidental representava uma "zona externa" de penetração soviética:

> ....Os russos não tinham a bomba atômica nem uma força aérea estratégica de longo alcance, e sua marinha era ineficiente. Do ponto de vista dos Estados Unidos, a América Latina estava segura, ao passo que a região eurasiana - Europa ocidental e Oriente Próximo - corria grande perigo.... Não bastasse isso, havia limites até mesmo para os recursos norte-americanos. Assim como suas necessidades econômicas recebiam menos atenção que as da Europa, a prioridade estratégica da América Latina foi desconsiderada e permaneceu inarredavelmente na periferia das preocupações estratégicas dos Estados Unidos....[55]

Além deste, um outro fator a ser considerado era o montante dos saldos conversíveis acumulados durante o conflito mundial. As reservas internacionais resultantes das exportações para os Estados Unidos durante a Segunda Guerra não permitiam o financiamento de *deficits* "da magnitude dos observados para com a área conversível"[56]. Entretanto, Malan afirma que, no início de 1946, as maiores preocupações do governo Dutra estavam concentradas no combate à inflação. O relaxamento das restrições à saída de divisas do Brasil tinha como objetivo "atrair novos ingressos de capitais privados no futuro".[57]

Vianna, partilhando das posições de Malan, acrescenta que a instituição do mercado livre de câmbio visava "em primeiro lugar, atender à demanda contida de matérias-primas e de bens de capital para reequipamento da indústria, desgastada durante a guerra." Afirma ainda que, "esperava-se que a liberalização das importações de bens de consumo (também objeto de forte demanda contida) forçasse a baixa dos preços industriais através do aumento da oferta de produtos importados."[58]

Nestas análises, cuidadosamente elaboradas, a argumentação dos autores focaliza especificamente as medidas relativas ao comércio exterior e ao câmbio. Contudo, sem discordar de suas afirmações, pode-se ampliar a investigação das motivações que levaram as autoridades econômicas à optar pelo câmbio livre até junho de 1947. Neste caso, é relevante considerar a conjuntura política interna, ainda bastante instável e delicada, em função dos novos arranjos políticos que vinham sendo estruturados desde os extertores do Estado Novo.

O processo inflacionário, acelerado durante os anos de guerra, pode ser observado de uma perspectiva mais ampla do que aquela meramente econômica. Sua repercussão podia ser notada no plano social e político. A preocupação com este tema não era exclusividade dos membros do governo. Os mecanismos de combate à alta do custo de vida eram temas recorrentes nas reuniões das associações de classe, bem como nos jornais e revistas especializadas da época. Todavia, os debates apontavam causas diversas para a inflaçào, assim como indicavam diferentes medidas para combatê-la.

Inexistia, portanto, um consenso a respeito da política econômica que deveria ser adotada. Nos anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra, inúmeros textos em apoio ao liberalismo econômico foram produzidos e publicados. Todavia, estes textos não ousavam propor uma condução liberal para a economia no longo prazo. Suas críticas eram pontuais, abordando temas como protecionismo, planejamento, intervenção estatal, inflação e balanço de pagamentos.

> Com efeito, nas análises econômicas liberais da época, bem como na retórica das autoridades governamentais liberais, não faltavam ressalvas que validavam a industrialização, anda que remetendo-a para um futuro indefinido. De modo

> geral, os liberais procuravam evitar a imagem de que se opunham, em princípio, à diversificação da economia brasileira e à industrialização.[59]

Assim, as decisões governamentais, no tocante à esfera econômica, obedeceram às pressões internas, constituindo-se em medidas emergenciais e pragmáticas, sem contudo perseguirem objetivos de longo prazo. Sem desprezar as observações de Malan, que interpreta a adoção do mercado livre de câmbio como uma decisão pouco cautelosa das autoridades econômicas, é mais do que relevante considerar que estas autoridades atuaram condicionadas pelos demais segmentos sociais. Isto significa que antes de interpretar a burocracia estatal como vítima de "ilusões" é preciso considerar que esta representa a "trincheira avançada" da sociedade civil.[60]

Os limites da ação estatal estavam intimamente relacionados à ideologia das classes dominantes que davam suporte ao governo Dutra. De acordo com Draibe, a liberdade de atuação do Estado era resultante da instabilidade das relações políticas e sociais entre as diversas frações burguesas. Desse modo:

> .... se a heterogeneidade e a incapacidade hegemônica das classes sociais fundaram a autonomia do Estado, as correlações instáveis de força definidas no campo da luta política demarcavam não apenas os limites em que se exerceria esta ação autônoma como o sentido que ela haveria de ter.[61]

É possível afirmar que na medida em que se organizavam as forças políticas, o Estado ficava mais limitado nas suas ações[62]. Entretanto, este processo não foi linear. Foi desigual e descontínuo, exprimindo a ação histórica concreta dos setores sociais em conflito, nos sucessivos "equilíbrios de poder entre forças políticas heterogêneas".[63]

Nesta ótica, as "ilusões" a que se refere Vianna não eram privilégio apenas das autoridades econômicas. Estas eram partilhadas por muitos industriais, produtores rurais e comerciantes, que aguardavam um pós-guerra promissor. A expectativa destes segmentos era de um *boom* no consumo mundial, incrementada pelas decisões acordadas em Bretton Woods.

Durante os primeiros anos do governo Dutra inexistia hegemonia quanto a um projeto de desenvolvimento nacional. As classes dominantes procuravam articular-se,

administrando os conflitos entre as diversas frações burguesas na busca de uma aliança que pudesse fazer frente às reivindicações e a instabilidade presente nas classes subalternas. Nesta conjuntura, as questões econômicas deveriam ser atendidas em função da manutenção desta aliança, sem comprometer a frágil articulação estabelecida em 1945, com a queda do Estado Novo.

Os erros de que foram acusadas as autoridades econômicas e mesmo o governo como um todo - podem ser entendidos em função da falta de um projeto econômico definido desde o início do governo. O pragmatismo e a improvisação foram a tônica dominante do período, em função não somente da conjuntura econômica mundial, mas também por conta do instável equilíbrio político e social alcançado na dita conjuntura. A ausência de um planejamento de conjunto da economia e os problemas que isso acarretou somente começaram a ser notados e denunciados, através da imprensa, a partir do esgotamento das divisas , em meados de 1947.[64]

Além disso, é preciso considerar que, com a instituição dos primeiros controles de importação, a partir de junho de 1947, não se esgotavam as criticas às autoridades econômicas. Os critérios adotados para a concessão de licenças de importação passaram a ser alvo de indignação e suspeitas. Isto porque a Instrução n°25 da SUMOC:

> ....estipulava o recolhimeto de 30% do valor das importações junto ao Banco do Brasil, por meio dos bancos que transacionavam com moedas arbitráveis. Após o atendimento dos compromissos do governo, as prioridades no dispêndio de divisas abrangiam, pela ordem: a) artigos essenciais; b) juros, royalties e lucros nas condições estipuladas pelo Decreto-Lei n° 9025, de 27/02/46; c) despesas de manutenção, viagem; d) mercadorias não compreendidas na primeira categoria - (a). Os importadores poderiam assegurar a inclusão de suas mercadorias na primeira categoria desde que seu pedido fosse aprovado na CEXIM.[65]

A Instrução n° 25 não estabelecia, portanto, critérios claramente definidos para o que foi estabelecido como "artigos essenciais". A indefinição quanto ao que poderia ser importado garantia à SUMOC o estabelecimento das prioridades e suspeitas de

favorecimento serviram para que muitos importadores se colocassem também numa posição crítica perante o governo.

A lei 262 e o Decreto n°24697, que regulamentava esta lei criou um sistema de prioridades que mantinha a indefinição da Instrução n° 25 e as suspeitas suscitadas quanto ao favorecimento de alguns importadores. "Dadas as dificuldades na oferta de divisas, a corrupção provavelmente não era desprezível. Ainda em 1948 Eugênio Gudin alertava para o fato de que a '....importação *não é um negócio mas uma corrida atrás de licenças*'. O suborno, para Gudin, constituía uma prática corrente."[66]

Convém ainda considerar que a referência a uma "ilusão de divisas" faz parte da visão dos críticos da época. Na imprensa, especialmente ao longo de 1947, foram inúmeros os artigos que acusaram o governo de imprevidente, deixando escaparem as divisas acumuladas durante os anos de guerra. Entretanto, é relevante contextualizá-las dentro da conjuntura política e ideológica daquele momento específico.

Na medida em que sejam considerados a ausência de um consenso quanto ao desenvolvimento nacional e, por conta disso, o embate de propostas quanto aos rumos da economia, uma outra interpretação pode ser considerada. Esta consiste numa preocupação bastante acentuada, por parte dos defensores do desenvolvimento nacional, baseado na industrialização e nos investimentos públicos, em interpretar as decisões governamentais partindo apenas do enfoque econômico.

Isto se explica se for considerado que havia uma preocupação de "despolitizar" a vida política, "a fim de evitar que os comunistas se aproveitassem das dificuldades do momento para agitar a situação econômica e política".[67] A conjuntura era desfavorável para o debate de ampliasse , desestabilizando ainda mais a frágil aliança que procurava conter as insatisfações das classes subalternas, manifestada durante boa parte de 1945 e 1946.

A repressão às greves e às manifestações populares contra a carestia, bem como o processo que culminou com o fim da legalidade do PCB e com a cassação de seus parlamentares, tiveram por objetivo conter a mobilização destes segmentos, garantindo a manutenção dos interesses das frações burguesas, representadas no aparelho estatal.

Uma certa cautela pode ser constatada nas ações estatais desde 1946, prolongando-se pela gestão de Correia e Castro. Convém lembrar que o Executivo dependia, a partir de setembro de 1946, do Legislativo para aprovação de suas decisões. Portanto, as críticas poderiam "insuflar" as divisões políticas que vinham sendo desestimuladas, sob pena de romper a estabilidade que vinha sendo articulada.

Com a aprovação de um regime de licença prévia para as importações, os defensores desta opção de política econômica reduziram as suas críticas, reconhecendo inclusive que "a questão estava mais vinculada à inconversibilidade das moedas européias - particularmente da libra esterlina - e à escassez de dólares do que propriamente ao malbarateamento na utilização das disponibilidades de moeda norte-americana."[68]

4.5 - As razões do afastamento de Correia e Castro.

As decisões implementadas pelo governo durante a gestão do Ministro Correia e Castro tinham como meta equilibrar os gastos públicos e organizar a economia, promovendo com isto a redução da inflação e a expansão econômica. Todavia, ao longo dos quase três anos em que permaneceu como Ministro da Fazenda do Governo Dutra, Pedro Luis Correia e Castro angariou protestos veementes por parte de diversas frações burguesas, contrariadas em suas expectativas quanto aos investimentos estrangeiros e a concessão de créditos que promoveriam o incremento das atividades econômicas.

Correia e Castro assumiu o Ministério da Fazenda em função de uma reforma ministerial que "vizava criar um clima propicio à coalizão nacional".[69] Com o acordo interpartidário, negociado desde 1946 e finalmente oficializado entre a UDN e o PSD em 1948, "seria muito mais fácil tanto para o Executivo como para o Legislativo estabelecer os caminhos para .... refazer a ordem econômica".[70]

É licito concluir que este acordo político contribuiu para a aprovação de algumas medidas propostas pelo Executivo no Congresso. Contudo, a redução dos créditos, aliada à reforma do imposto de renda, provocou reações adversas no setor financeiro e industrial, com a ocorrência de concordatas e falências, especialmente a partir do segundo semestre de 1947:

> .....a indústria e comércio paulistas não pareciam adaptar-se bem ao arrocho creditício, vinculado à busca do orçamento equilibrado. Houve corrida aos bancos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Um grande atacadista de São Paulo foi a falência com prejuízo de Cr$ 25 milhões. A multiplicação de concordatas no Rio de Janeiro contribuía para que boatos se alastrassem e obrigavam Correia e Castro a declarar que não havia motivo para pânico, e que apenas as operações de crédito pessoal tinham sofrido uma diminuição significativa.[71]

Estes eventos não foram ignorados pelo Congresso Nacional. Enquanto as negociações para a efetivação do acordo entre a UDN e o PSD ocorriam, um importante debate ganhou espaço no Legislativo, envolvendo o então Senador Getúlio Vargas e alguns parlamentares. O ex-Presidente criticou as medidas que o Executivo vinha implementando, "observando que a restrição ao crédito poderia levar a maiores dificuldades econômicas ainda".[72] Durante as discussões, Getúlio Vargas foi acusado de ser um dos principais responsáveis pela crise econômica que o País atravessava.[73]

Entretanto, as críticas à política econômica do Estado Novo se reduziram ao longo de 1947, na medida em que, na imprensa especializada e entre as frações burguesas, constatava-se a importância da concessão de créditos e do controle seletivo das importações. A proposta de expansão econômica, feita pelo Ministro Correia e Castro

quando foi empossado, contrapunha-se às suas ações, que procuravam impedir novas emissões de moeda, no intuito de conter o processo inflacionário.

O programa econômico de Correia e Castro acabou mostrando-se contraditório e de difícil implementação. Isto porque sua gestão dependia intimamente do Legislativo. Tanto a reforma bancária, que se constituía numa medida de efeitos globais e mais permanentes para a economia, quanto a reforma tributária e a elaboração de um arçamentos equilibrados, necessitavam da aprovação do Congresso para sua efetivação. Além disso, a expansão econômica preconizada estava condicionada aos investimentos estrangeiros norte-americanos, negociados sem sucesso desde fins de 1947.

Entre diversos segmentos das frações burguesas, bem como na impresa, as críticas à "importação de bugingangas" foram sendo substituídas, ao longo da gestão do Ministro Correia e Castro, pela constatação de que o controle cambial era fundamental. Nesta ótica, que ganhava cada vez mais adeptos, a crise econômica seria reflexo menos da política econômica do Estado Novo, e mesmo das importações de bens supérfluos, estando diretamente relacionada à inconversibilidade das libras esterlinas e à escassez de dólares[74].

> É verdade que houve má utilização de divisas, algo que pode ser justificado em parte pelas carências - de todos os tipos - impostas pela Guerra. Mas acima dos '*adornos e dos objetos plásticos muito agradáveis ao nosso atavismo*', o erro maior parece ter estado na política cambial, tão aplaudida quando da promulgação do Decreto-Lei n° 9025, de 27/02/46, e tão execrada quando da percepção da verdadeira situação cambial do País.[75]

A análise de Saretta, transcrita acima, observa que a política cambial adotada no início de 1946, passou a ser duramente criticada a partir de 1947, quando a balança comercial brasileira começou a apresentar *déficits* com a área conversível. Entretanto, o "erro" na política cambial a que faz referência pode ser interpretado como uma opção política do governo, na medida em que era importante assegurar uma aliança que havia sido articulada com a queda do Presidente Getúlio Vargas em 1945. É relevante ainda ter em conta que não havia ainda um consenso sobre os rumos da economia

brasileira naquele momento. O período é justamente de construção do ideário desenvolvimentista, quando as discussões econômicas estavam em evidência.[76]

Às expectativas com relação aos investimentos norte-americanos incrementaram-se a partir do segundo semestre de 1947, quando o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos visitou o Brasil. Todavia, em conferência como Ministro Correia e Castro, John Snyder ofereceu apenas conselhos técnicos, ao invés dos esperados capitais norte-americanos. Em setembro do mesmo ano a visita do Presidente Truman "reacendeu as esperanças de um estreitamento dos laços e da efetivação da tão esperada colaboração".[77]

A elaboração do Plano Marshall para ajudar financeiramente a reconstrução européia serviu também de estímulo às expectativas de que um plano semelhante pudesse ser adotado para a América Latina. Entretanto, o que de fato ocorreu foi a formação de uma comissão, composta por técnicos brasileiros e norte-americanos, para estudar as deficiências do sistema econômico nacional. A partir de conversações entre os governos dos Estados Unidos e do Brasil, por ocasião da Conferência Interamericana para a Defesa do Continente (Conferência do Rio de Janeiro), ocorrida em agosto/setembro de 1947, foi constituída em 1948 uma Comissão Técnica Mista Brasil-Estados Unidos.[78]

> Entre os objetivos da Comissão estava, explicitamente, o de estudar os fatores que dificultavam ou promoviam o desenvolvimento econômico do Brasil. A Missão era co-chefiada por John Abbink pela parte norte-americana, sendo Octávio G. de Bulhões o chefe da delegação brasileira. O relatório final, conhecido como Relatório Abbink, foi submetido ao Ministro da Fazenda em fevereiro de 1949....[79]

As instruções do governo norte-americano aos técnicos desta comissão foram as de que esta deveria atentar para a expansão econômica brasileira através do uso máximo de seus recursos internos, sem dedicar-se à apreciação de projetos específicos ou mesmo solicitações de financiamento externo. Esta deveria, entretanto, procurar encorajar medidas que pudessem estimular o fluxo de capitais privados para o Brasil.[80]

O Relatório Abbink não promoveu, portanto, um estudo que permitisse a liberação de financiamentos norte-americanos para o Brasil. A posição norte-americana com relação aos insistentes pedidos de ajuda por parte do governo brasileiro a partir de 1945 foi a de "evitar qualquer comprometimento oficial com o financiamento do desenvolvimento brasileiro".[81] A posição norte-americana não foi alterada até 1949, quando o Presidente Truman enviou ao Congresso dos E.U.A. o projeto do *Act of International Development*. Através do ponto IV do referido projeto, aprovado pelos congressistas norte-americanos, novas perspectivas de ajuda financeira se abriram.

Na medida em que os investimentos dependiam de empréstimos e investimentos que não chegavam ao País, a conjuntura política tornava-se cada vez menos flexível. Mesmo com maioria no Congresso, o governo não apresentava soluções para as reivindicações que se avolumavam, solicitando créditos e investimentos que não eram fornecidos. Assim, cada vez mais a política econômica adotada tendia a ser rejeitada, inclusive pelos parlamentares situacionistas, em função desta não promover a solução de questões urgentes para as frações burguesas que apoiavam o governo.

Desse modo, e sob pena de romper o frágil equilíbrio que foi sendo articulado em 1945, com a queda de Vargas, a política econômica que vinha sendo implementada por Correia e Castro, contendo as emissões e reduzindo os *déficits* orçamentários, passou a ser objeto de críticas. E não somente por estas razões mas, também, porque promoveu aumentos de impostos que, de acordo com a visão de alguns críticos, não eram revertidos em investimentos e créditos nas proporções desejadas.

O isolamento em que se encontrava o Ministro Correia e Castro refletia o distanciamento entre as propostas do governo, especialmente das autoridades econômicas, e os anseios das diversas frações burguesas que o apoiavam. É interessante notar, contudo, que "Pedro Luiz Correia e Castro e sua atuação junto ao Ministério da Fazenda são no

geral tomados como a expressão do que foi a administração Dutra em termos econômicos."[82]

A ausência de um consenso sobre os rumos da economia brasileira a médio e longo prazos pode ser considerada um dos elementos explicativos para uma gestão que implementou, em sua maioria, medidas de caráter emergencial e provisório:

> Do ponto de vista das metas de curto prazo, Correia e Castro obteve sucesso, já que houve superávit fiscal e queda da inflação, o que inclusive motivou manifestação de aprovação das "classes produtoras". No entanto, a rigidez da política de estabilização levou a que, rapidamente, os mesmos setores que outrora aplaudiram o Ministro da Fazenda passassem a criticar a sua política, vista agora como contrária aos interesses do sistema produtivo, já que a contenção creditícia havia se transformado em empecilho ao crescimento da produção...[83]

Durante o período em que esteve no Ministério, Correia e Castro propôs reformas mais efetivas no sistema financeiro e econômico. Todavia, estas não obtiveram o devido apoio para serem concretizadas. Desse modo, sua atuação e seu isolamento foram resultantes não somente de uma conjuntura internacional adversa, mas também de um momento histórico interno decisivo, quando estava em discussão a direção econômica nacional.

Nesta ótica, pode-se considerar procedente a crítica formulada por Herbert Levy de que inexistia uma política econômica no governo, havendo apenas soluções de emergência[84]. Estas seriam a ação possível dentro de uma conjuntura de indefinições e de falta de consenso sobre o futuro econômico do Brasil. O planejamento somente seria viável quando fosse reconhecida a sua relevância, o que ocorreria justamente em função de sua ausência. Assim, os limites de atuação do Ministro Correia e Castro acabaram propiciando o seu isolamento dentro do governo, na medida em que suas decisões, mesmo que parcialmente implementadas, mobilizaram representantes de vários setores econômicos.

Assim, seu afastamento, justificado como resultante de um pedido de empréstimo ao governo norte-americano pouco "ortodoxo", enraizou-se num conjunto de

insatisfações bem mais amplas. A divulgação da carta enviada pelo Ministro Correia e Castro ao Secretário do Tesouro norte-americano John Snyder funcionou apenas como uma motivação mais óbvia e imediata. O Congresso, ao tornar público o conteúdo da mesma, incrementou as críticas já manifestadas em relação ao conjunto de medidas implementadas pelo titular da Fazenda.

4.6 A gestão da economia a partir de junho de 1949.

As reivindicações por uma política creditícia mais flexível e por um planejamento de conjunto para a economia, a médio e longo prazos, refletiu-se na divulgação do Plano SALTE e num "afrouxamento" dos controles creditícios. Este último, aliado à aproximação das eleições, provocou um aumento das emissões e *déficits* orçamentários em 1949 e 1950. Com isso, o processo inflacionário voltou a acelerar-se nestes dois últimos anos de governo, sem que as demandas por importações tivessem uma contrapartida, através da diminuição dos controles sobre as mesmas.

Em resposta às críticas quanto a ausência de um planejamento efetivo e global para a economia foi elaborado o Plano Salte. Muito menos um plano econômico efetivo que uma sistematização de problemas e de investimentos, este procurou responder às vozes, cada vez mais numerosas em função das restrições creditícias, que reivindicavam um planejamento econômico para o País.

> Esse Plano tem sido insistentemente considerado o primeiro grande esforço de racionalização e planejamento do desenvolvimento econômico do Brasil. Na verdade, constituiu a terceira tentativa de estabelecer, de forma coordenada e sistematizada, programas parciais de empreendimentos e obras públicas, tendo sido antecedido pelo Plano Especial de Obras Públicas e Reaparelhamento da Defesa Nacional (1939) e pelo de Obras e Equipamentos (1943).... Inegavelmente, do ponto de vista da técnica de planejamento, da utilização da informação e dos instrumentos estatísticos, o Plano Salte - comparado aos dois que o precederam - constituiu um avanço. Elaborado em 1948 pelo DASP, para um prazo de 5 anos, estabelecia em

> detalhe os projetos de investimento estatal nas áreas de saúde, alimentação, transporte e energia. Entretanto, também do ponto de vista de um juízo formal, não superava as limitações mais sérias do Plano Especial e do de Obras e Equipamentos. De um lado, restringia-se, no fundamental, à coordenação de parte dos gastos públicos, sem imprimir diretrizes para o conjunto da economia. De outro lado, foi concebido ainda nas estreitas margens de uma racionalidade orçamentária: como os dois planos do Estado Novo, pretendia apenas ordenar os gastos de investimento público que necessariamente ultrapassavam os prazos anuais de previsão orçamentária, e não previa um fluxo financeiro ajustado às exigências de recursos dos projetos, já que não definia cronogramas de execução....[85]

Além disto, de acordo com DRAIBE, o Plano Salte teve bases financeiras precárias, sem apoio de um órgão central que pudesse garantir a sua execução. Os vários projetos que o compunham dependiam de diferentes ministérios para que pudessem ser implementados. Seu conteúdo também não expressava um projeto de desenvolvimento que visasse uma transformação "de peso" da estrutura industrial do País. Segundo a autora, o Salte "seguindo a tônica do governo Dutra, definia uma forma lenta e conservadora de desenvolvimento".[86]

O Plano Salte foi elaborado pelos técnicos do DASP, que procuravam, com isto demonstrar sua importância, num momento em que o órgão disputava poder dentro do governo com o Ministério da Fazenda.[87] Como estratégia de preservação, o DASP iniciou os estudos preparatórios do Plano em 1947, 'utilizando trabalhos e projetos herdados do Estado Novo, tais como o Plano Ferroviário Nacional, o Plano Nacional de Viação, o Rodoviário e o Plano Nacional de Eletrificação".[88] Em maio de1948 o Salte foi enviado ao Congresso Nacional, tendo sido aprovado em 1950.[89]

A previsão de gastos prevista para a implementação do Salte era de 21 bilhões e 300 milhões de cruzeiros, para um período de cinco anos, o que equivalia a 3% da renda nacional estimada para o mesmo período. "Desse total, 57% foram destinados aos transportes, 16% à energia, 14% à alimentação e 13% à saúde"[90]. A maior dotação

garantida ao setor de transportes refletia a debilidade deste setor, que dificultava o abastecimento das cidades e o escoamento das exportações:

> Entetanto o Plano Salte não enfrentou questões cruciais no que se refere a essa base de infra-estrutura - área clientelística por excelência: os projetos indicados terminaram por responder a imperativos de ordem política, mais que a um diagnóstico claro das prioridades econômicas e sociais. Do ponto de vista técnico-econômico, o Plano se omitia no estabelecimento de uma ordem hierárquica de execução; pretendendo cobrir, na sua ação, todas as unidades da federação, os grandes eixos e os pequenos ramais, sugeria empreender simultaneamente a totalidade das obras, para o que evidentemente o volume de recurso era insuficiente....[91]

O programa para o setor de energia não ampliava as possibilidades de maior autonomização do País. O Plano aprovado pelo Congresso suprimiu a verba inicialmente prevista para investimentos na indústria pesada de equipamentos elétricos e limitou as verbas destinadas ao petróleo quase exclusivamente à aquisição de refinarias e petroleiros estrangeiros," em prejuízo dos montantes antes previstos para a pesquisa, lavra e exploração interna das jazidas".[92]

Quanto ao programa de alimentação previsto no Salte, este era basicamente uma programação de investimentos que deveriam oferecer créditos e melhores condições de cultivo para a agricultura de alimentos. No tocante ao setor saúde, o Plano estabelecia verbas para campanhas contra várias doenças e para a assistência médico-hospitalar e sanitária, bem como recursos para a construção de uma Escola Nacional de Saúde Pública e de laboratórios oficiais que produziriam medicamentos.[93]

A fim de serem evitados os empréstimos externos, o Plano Salte foi elaborado com base em recursos quase exclusivamente nacionais. Entretanto, um esquema de financiamento desse porte tornava-se inviável em função da estrutura de tributação vigente. O equilíbrio alcançado nos orçamentos da União de 1947 e 1948 deveu-se, basicamente, "à política de contenção de gastos efetivada nos primeiros anos do governo

Dutra". Entretanto, este equilíbrio "tenderia a romper-se em razão da estrutura tributária rústica e inelástica e das resistências a uma reforma fiscal substantiva".[94]

A reforma tributária implementada em 1947 foi apresentada pelo Executivo, tendo sido elaborada pela equipe do Ministro Correia e Castro. Este justificou a necessidade da medida para equilibrarem-se as despesas da União, argumentando que o Tesouro necessitava de 1 bilhão de cruzeiros. Apesar das críticas recebidas, a proposta foi encaminhada em 1946 e reformulada em 1947, tendo sido apresentada ao Congresso no mesmo ano. A reforma foi aprovada pelo Legislativo em novembro de 1947. Entretanto, DRAIBE afirma que:

> Não houve uma reforma fiscal profunda, de racionalização e atualização do sistema tributário brasileiro, como propugnavam distintos setores sociais. Otávio Bulhões, na época diretor da Divisão de Imposto de Renda e responsável pela elaboração da proposta do governo, considerava o imposto de renda como a 'mola mestra de uma sadia política tributária', constituindo - e devendo constituir - uma das principais fontes da receita orçamentária.[95]

A reforma do imposto de renda aprovada pelo Congresso estipulava, para as pessoas jurídicas, taxas diferenciadas sobre os lucros apurados. Estas, na proposta original enviada ao Congresso, eram determinadas da seguinte maneira: até 100.000 cruzeiros de lucro, 10%; entre 100.000 e 500.000 cruzeiros, 15%; acima de 500.000 cruzeiros, 20%. Entretanto, após a discussão do projeto, foi proposto um substitutivo rebaixando estes percentuais. Desse modo, a lei n°154, de 25 de novembro de 1947, manteve o percentual de 10% para os lucros até 100.000 cruzeiros e reduziu para 12% o percentual para os lucros entre 100.000 e 500.000 cruzeiros, e para 15% para os lucros acima de 500.000 cruzeiros.

A reforma do imposto de renda aumentou ainda a tributação real sobre as rendas de títulos ao portador, elevou o imposto complementar para as altas rendas mas o Imposto sobre Lucros Extraordinários foi revogado. Este último já havia sido proposto em 1946, quando Correia e Castro divulgou a proposta de reforma do imposto de renda.

Todavia, as críticas à esta reforma fizeram-se ecoar através da imprensa. Industriais, comerciantes e proprietários rurais indignaram-se contra as taxas cobradas sobre os lucros apurados.

Para muitos, a nova lei do imposto de renda não traria benefícios em comparação com a situação tributária vigente até 1947. Isto porque, apesar do fim do Imposto sobre Lucros Extraordinários, reformado pelo Ministro Gastão Vidigal em 1946, os lucros continuariam a ser taxados proporcionalmente. Ainda que o Ministro tenha tentado justificar a necessidade da reforma, procurando também garantir que seriam evitados maiores sacrifícios para a iniciativa privada, a medida descontentou diversos setores econômicos.

A reforma tributária, mesmo limitada, incluiu também as tarifas postais, com aumentos de até 200%. Com isso, o orçamento de 1948 foi equilibrado. Todavia, este equilíbrio deveu-se também às reduções de gastos públicos e na concessão de créditos. Em 1949, com as crescentes reivindicações de diversas frações burguesas, solicitando incremento dos investimentos em infra-estrutura e na oferta de créditos, o equilíbrio foi rompido e o orçamento da União voltou a apresentar *déficit*[96].

Quanto ao projeto de reforma bancária proposto pelo Miniistro Correia e Castro em 1947, cabe observar que permaneceu no Congresso, sem ser votado, até o fim do Governo Dutra. A proposta do Ministro da Fazenda incluía a criação de um Banco Central, com a função de regular a moeda e o crédito, e as carteiras do Banco do Brasil seriam ampliadas e transformadas em bancos especializados:

> .... a proposta reforma acolhia o princípio da especialização funcional, e cada subsistema de crédito seria encabeçado por um banco público: por exemplo, o Banco Hipotecário do Brasil comandaria o crédito à construção civil, residenciária e de infra-estrutura, valendo-se da emissão de letras hipotecárias; o Banco Industrial financiaria as operações de curto e médio prazos da indústria; o Banco de Investimentos teria por objetivo auxiliar a constituição de novas indústrias e fortalecer o capital de indústrias existentes, através de *underwriting* e emissão de certificados de depósito bancário.[97]

A proposta de criação de um Banco Central era uma reivindicação antiga. Durante a campanha eleitoral, o então candidato Dutra se comprometeu a acelerar a sua instalação. No entanto, haviam sérias oposições à alguns aspectos do projeto, como o comando dos bancos estatais sobre os vários subsetores de crédito propostos. Haviam também discordâncias quanto a estrutura, número de estabelecimentos e sobre a participação estatal no sistema bancário a ser criado. Com isso:

> .... o projeto não saiu das Comissões do Congresso. A imprensa denunciou a paralisia do Executivo, que, frente às divergências, não mobilizou forças parlamentares, como havia feito em episódios anteriores., para a ativação da aprovação do projeto.

As dificuldades de implementação de medidas de médio e longo prazos, tais como a reforma bancária ou mesmo o Plano Salte, resultavam das divergências de interesses das forças políticas que apoiavam o governo. A frágil aliança que pôs fim ao Estado Novo e assegurou as eleições presidenciais em 1945, gerou também dificuldades na condução dos assuntos econômicos, na medida em que era composta por diferentes frações burguesas, com interesses muitas vezes conflitantes. Entre estas:

> Estavam presentes.... segmentos dos setores agromercantis dispostos a pressionar pelos princípios da economia liberal, em particular os banqueiros, mas também frações da burguesia agro-exportadora para as quais um determinado grau de regulação econômica era imprescindível. Finalmente, aí se exprimiam setores industriais para os quais a intervenção e a regulação econômica do Estado e até mesmo o planejamento constituíam parte integrante de seu 'projeto de futuro'.[98]

Desse modo, o acordo iterpartidário, negociado desde o início do Governo Dutra e oficializado em 1948, visava estabelecer meios para que fosse possível a aprovação das propostas do Executivo no Congresso. Com isso, os membros do Executivo tentavam evitar crises políticas, em função da conjuntura nacional do imediato pós-guerra. Esta se

caracterizou pela instabilidade social, resultantes da situação econômica bastante precária, e das transformações políticas desencadeadas em 1945.

Os diversos interesses em jogo, aliados aos acontecimentos econômicos e políticos internacionais durante os primeiros anos do pós-guerra, inicialmente dificultaram quaisquer conjunto de medidas que pudessem ser caracterizadas como interventoras ou que constituíssem um plano global de ação no plano econômico. Contudo, no transcorrer do período analisado, um consenso foi sendo estabelecido, por conta da própria ação estatal. Este constituiu-se na constatação de que era necessário e urgente um planejamento global da economia, que promovesse o desenvolvimento econômico do País.

Assim, se em 1946 o Ministro Correia e Castro iniciou a sua gestão sob expectativas positivas quanto às medidas que anunciava, em 1949, seu afastamento ocorreu em função da implementação das mesmas. O combate à inflação, tão relevante no discurso governamental e nas observações da imprensa em 1946, perdeu espaço para a constatação de que seria muito difícil, senão quase impossível, governar sem um política creditícia mais flexível e sem um plano global para a economia. Em 1949, a prioridade em combater o processo inflacionário não garantia mais estabilidade política.

A redução no ritmo do crescimento e suas conseqüências passou, então, a preocupar os observadores e políticos, que até então tinham como foco a inflação. Assim, a substituição do Ministro da Fazenda visava reduzir as insatisfações com relação à ação estatal na esfera econômica. Guilherme da Silveira adotou uma política creditícia mais flexível que o seu antecessor, considerando que o *déficit* público era menos perigoso que a continuidade das pressões sobre a concessão de créditos.

Abandonando a austeridade na concessão de financiamentos à produção, o ministro reconhecia que não era possível conceber o funcionamento do sistema econômico sem investimentos e, por conseguinte, sem emissões. Com isso, o governo reiniciou a

expansão monetária para promover o crescimento da economia. Entretanto, este fato ocorreu em uma conjuntura menos adversa no tocante à balança comercial .

Em 1949 o montante das exportações brasileiras foi incrementado, em comparação com os anos de 1947 e 1948. Isto porque o preço do café no mercado internacional elevou-se sensivelmente a partir do segundo semestre de 1949. As expectativas de um novo conflito mundial repercutiram nos já restritos estoques do produto Os valores exportados aliviaram a demanda reprimida desde 1947, quando teve início o regime de licença prévia.

As novas medidas evidenciavam a incompatibilidade entre a estabilidade orçamentária e as demandas das chamadas "classes produtoras". As expectativas com relação ao ingresso de capitais externos se desfaziam, gerando a consciência de que não eram compatíveis rígidos controles de crédito e orçamento com o desenvolvimento do País. Na II CONCLAP, realizada em 1949, em Araxá, os empresários, decepcionados com os rumos da economia, demonstravam clara percepção de que ações do Estado seriam fundamentais para estimular o reaparelhamento e o incremento industrial.[99]

A política econômica desenvolvida pelo Ministro Guilherme da Silveira é apontada por Vianna como "um ponto de inflexão pouco estudado no governo Dutra"[100]. Em 1946, como Presidente do Banco do Brasil, Guilherme da Silveira defendia o combate à inflação através da redução das emissões. Entretanto, desde 1948 o então Presidente do Banco do Brasil expandiu os financiamentos feitos por este banco ao setor industrial. Já como ministro, reconheceu que as emissões eram indispensáveis à economia do País.

Obviamente, não deve ser esquecido o fato de que aproximavam-se as eleições presidenciais e para o Congresso Nacional. O acordo entre a UDN e o PSD não foi mantido e a candidatura de Getúlio Vargas, pelo PTB, em aliança com o PSP, mobilizou

representantes de vários partidos no intuito de encontrar um concorrente que pudesse competir com o ex-Presidente.

Os primeiros anos de gestão econômica haviam produzido transformações no plano sócio-político. O câmbio valorizado, combinado ao controle das importações, havia incrementado os investimentos em indústrias de bens de consumo duráveis, fortalecendo estes setores da burguesia industrial. E isto não passava desapercebido aos agentes da política econômica.

A reaceleração inflacionária do último ano de governo, entretanto, não pode ser vista como resultante apenas de uma política creditícia mais flexível. O crescimento industrial e urbano, propiciado pelas políticas de estabilização anteriores, não foi acompanhado por um aumento da oferta de produtos agrícolas. A estrutura fundiária permaneceu intacta, ainda que propostas de reforma agrária tivessem sido discutidas no Congresso. Os recursos para investimentos em energia e transportes eram insuficientes e na indústria esgotaram-se as margens de capacidade ociosa. Havia ainda a preocupação com um possível novo conflito mundial, o que contribuíu para a elevação dos preços internacionais. Sobre o período, Vianna (1997) conclui que:

> O final do Governo Dutra pode ser caracterizado, portanto, no setor interno, pela retomada do crescimento do processo inflacionário e pela recorrência do desequilíbrio financeiro do setor público e, no setor externo, pelas expectativas favoráveis decorrentes da elevação dos preços do café e da mudança de atitude do governo norte-americano em relação ao financiamento dos programas de desenvolvimento do Brasil.[101]

Segundo o mesmo autor, as últimas "ilusões liberais" foram abandonadas definitivamente no último ano do Governo Dutra. Caberia, porém, atentar para o quadro político interno. Se em 1946 a nova administração procurava a estabilidade, num ambiente de agitação política e social, o que não que esta fosse plena e duradoura, a partir de 1949 era preciso rearticular mais precisamente uma estabilidade que garantisse a governabilidade.

O acordo iterpartidário UDN-PSD revelou-se efêmero. As mobilizações sociais ameaçavam retornar, ainda que mais brandas, ao cenário nacional. A campanha eleitoral "punha a nu" o partido do governo e suas ações. Interessava angariar simpatias e adesões, atraindo outras frações burguesas e as classes subalternas para as candidaturas pessedistas. As lições apreendidas em 1945 não deixavam dúvidas quanto a nova força representada pelos trabalhadores urbanos. A cassação do PCB transformou o PTB no principal partido de identificação com o operariado. Chegava, assim, a hora de implementar medidas que refletissem o novo momento político.

A conjuntura dos anos 1949-1950 representava, enfim, o abandono, por parte do governo, da retórica liberal, que havia marcado os três primeiros anos da gestão Dutra. A estabilidade política residia, a partir de então, em garantir os recursos que as diversas frações da burguesia industrial e agro-mercantil reivindicavam. Estas, desiludidas com relação ao setor externo, cobravam do Estado, que assumisse o papel de financiador da produção, ainda que o custo fosse novos *deficits* públicos e o recrudescimento da inflação.

---

[1] **Folha da Manhã**. 14 de dezembro de 1946. 2°caderno. 1ª página.

[2] **Folha da Manhã**. 17 de dezembro de 1946. 2° caderno. 1ª página. "O comércio exterior e as divisas inconversíveis". É importante esclarecer que os dois artigos possuem o mesmo título e possuem a mesma temática, sendo contudo um uma espécie de "continuação" do outro.

[3] **Folha da Manhã**. 02 de julho de 1947. 2° caderno 1ª página. "Esgotadas as disponibilidades brasileiras nos Estados Unidos".

[4] B. de Aragão. **O Observador Econômico E Financeiro**. julho de 1947."A fuga do dólar", p. 54.

[5] Em entrevista concedida à **Folha da Manhã**, em 29 de abril de 1947, publicada no dia seguinte, o Ministro Correia e Castro declarou que o Brasil tinha quinhentos milhões de dólares em ouro nos Estados Unidos e, por isso, não necessitava pedir um empréstimo de cinqüenta milhões de dólares ao mesmo país. Afirmou ainda que os saldos brasileiros congelados na Inglaterra somavam setenta milhões de libras e que as negociações entre os dois países estavam progredindo: "....Vão facilitar-nos sua aplicação para diversos fins úteis, tais como o pagamento da encampação da São Paulo Railway que vai a quase sete milhões, a eletrificação da mesma Estrada que está orçada em dois milhões e o mais importante de tudo, o resgate de nossa dívida externa..." **Folha da Manhã**. 30 de abril de 1947. 2° caderno. 1ª página.

[6] O jornal **Folha da Manhã** informou que o incêndio destruiu, na madrugada de 05 para 06 de novembro de 1946, grande parte da Estação da Luz, em São Paulo, onde estavam instalados os escritórios da São Paulo Railway Company. Esta havia sido encampada pela União a pouco tempo porém, sua entrega ainda não havia sido feita ao

governo federal. Para maiores esclarecimentos ver: **Folha da Manhã**. 07 de novembro de 1946. **Folha da Manhã**. 2° caderno. última página. 09 de novembro de 1946. 2° caderno. p.3. **Folha da Manhã**. 1°caderno. p.3.

[7] A **Folha da Manhã** informou que, em 28 de fevereiro, estiveram reunidos com o Presidente Dutra os seus ministros e que nesta o Presidente decidiu tomar medidas urgentes para reduzir os preços de bens de consumo corrente, nacionais ou estrangeiros, que vem tendo os seus preços elevados por conta da especulação. **Folha da Manhã**. 1° de março de 1947. 1° caderno. p.2.

[8] A **Folha da Manhã** informa ainda que o governo pretendia fixar os preços na fonte de produção e tomaria providências para facilitar a entregas das mercadorias nos centros de distribuição e consumo. Informa ainda que a Comissão Central de Preços (CCP) seria reestruturada, passando a ter liberdade de ação, com órgão de fiscalização capazes de evitar a exploração desenfreada. **Folha da Manhã**. 2 de março de 1947. 1° caderno. p.2.

[9] **Folha da Manhã**. 07 de março de 1947. 1°caderno. p.2.

[10] Em 6 de março de 1947 a **Folha da Manhã** informou que o Presidente Dutra havia nomeado o Coronel Mario Gomes, ex-interventor no Paraná e membro da Diretoria da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) como vice-presidente da Comissão Central de Preços (CCP). O jornal informou ainda que este agiria como presidente "de fato" por conta das diversas atribuições do Ministro do Trabalho, presidente "de direito" da CCP. O novo vice-presidente foi empossado em 06 de março de 1947. Na mesma data o Presidente Dutra determinou a volta do decreto que congelou os preços de utilidades e gêneros de primeira necessidade em 15 de fevereiro de 1946.

[11] O editorial do **O Observador Econômico E Financeiro** comenta que boatos, concordatas e falências mantinham a tensão reinante entre o fim de junho e a primeira quinzena de julho. **O Observador Econômico E Financeiro**. julho de 1947. notas editoriais. "Restauremos a confiança". p.4. Sobre a restrição creditícia ver: **Folha da Manhã**. 30 de maio de 1947. "Retração de Crédito". 2°caderno. 1ª página.

[12] Em 15 de março de 1947 reuniram-se os Ministros da Agricultura e da Fazenda e propôs-se a prorrogação, por mais quatro anos, do Plano de Emergência, garantindo preços mínimos aos lavradores. **Folha da Manhã**. 15 de março de 1947. 2° caderno.

[13] A **Folha da Manhã** informou que o Ministro da Fazenda recebeu de seu consultor técnico o orçamento para 1948 e que, provavelmente este prevaleceria sobre aquele proposto pelo DASP, devendo ser brevemente remetido ao Congresso Nacional, com grandes reduções de despesas e verbas. **Folha da Manhã**. 20 de abril de 1947.1° caderno. p.02.

[14] Relatório do Banco do Brasil referente ao ano de 1947, apresentado à Assembléia Geral dos Acionistas em 29 de abril de 1948.

[15] **O Observador Econômico E Financeiro**. julho de 1947. seção Observações Econômicas. "Licença Prévia para exportação". p.170.

[16] **Folha da Manhã**. 05 de julho de 1947. 2° caderno. 1ª página.

[17] A inconstitucionalidade ocorria, segundo Herbert Levy, porque tal atitude do Executivo desrespeitava o artigo 5°, letra K da Constituição.

[18] Ver notas 4 e 5 deste capítulo e texto subsequente à citação da referida nota. O Ministro Corrêa e Castro, em 29 abril de 1947, havia declarado à imprensa que o empréstimo de 50 milhões de dólares solicitado ao governo norte-americano pelo Ministro Macedo Soares, para o reequipamentos dos transportes, não seria necessário.

[19] **O Observador Econômico E Financeiro**. outubro de 1947. "Quem planeja é o Congresso" . Aristóteles Moura. p. 27.

[20] No final de julho a **Folha da Manhã** comentou a visita do Subsecretário do Tesouro norte-americano John Snyder. Nesta o referido subsecretário afirmava que "o objetivo de sua viagem não é apresentar às autoridades brasileiras nenhuma proposta do governo norte-americano, mas apenas pesquisar e conhecer os nossos problemas." **Folha da Manhã**. 26 de julho de 1947. "Boa Vizinhança Prática". 2° caderno. 1ª página e **Folha da Manhã**. 03 de agosto de 1947. 1° caderno. última página. "O Momento Político".

[21] A taxa sobre cambiais foi também restabelecida e aumentada, passando para 10%. De acordo com a **Folha da Manhã**, "a taxa sobre cambiais produzirá quantia grande e constituirá nova fonte de receita para ajudar a cobrir o déficit.". **Folha da Manhã**. 10 de setembro de 1947. 2° caderno. última página. 18 de outubro de 1947. 1°caderno. última página. e 19 de outubro de 1947. 1°caderno. última página. "O Momento Político".

[22] **Folha da Manhã**. 23 de outubro de 1946. 1°caderno. p.3. e Saretta, 1990, p.71.

[23] Na sessão de 24 de junho de 1947 da Câmara dos Deputados foi lida mensagem presidencial encaminhando o projeto de reforma bancária, com 113 artigos. O anteprojeto que deu origem ao mesmo foi elaborado nos meses finais de 1946 pelo Ministério da Fazenda e recebeu críticas e sugestões de economistas e empresários, após ser divulgado na imprensa. **Folha da Manhã**. 25 de junho de 1947. 1° caderno. última página

[24] **O Observador Econômico E Financeiro**. maio de 1948. Notas Editoriais "A tarefa do Congresso".p.3.

[25] A **Folha da Manhã** informou ainda que este aumento produziria mais de Cr$180.000.000,00 anuais aos cofres públicos. **Folha da Manhã** 15 de outubro de 1947. 1° caderno. última página.

[26] **O Observador Econômico E Financeiro**. março de 1948. Notas Editoriais. "Congelamento do custo de vida" p. 5 e 6.

[27] **Folha da Manhã**. 07 de outubro de 1947."A necessidade de planificar a economia". 2° caderno. 1ª página.

[28] A discussão ocorrida neste Congresso e suas conclusões serão discutidas nas páginas seguintes. Saretta, 1990. p.96.
[29] CORREIO DA MANHÃ. 08 de junho de 1949. *apud.* Benevides, 1981. p.55
[30] **O Observador Econômico E Financeiro**. junho de 1949. Notas Editoriais. Permanência de Problemas". p.3.
[31] Em 8 de junho de 1949 pediu sua demissão, que foi recusada pelo Presidente Dutra. Todavia, os ataques feitos à sua iniciativa junto ao governo norte-americano, dois anos antes, através de uma carta que solicitava empréstimos àquele país, fizeram-no renovar seu pedido de demissão. A **Folha da Manhã** ainda informa que o Ministro da Fazenda estava insatisfeito por não estar sendo defendido, de acordo com sua opinião, satisfatoriamente pelos deputados situacionistas. Desse modo, em 10 de junho de 1949 Correia e Castro foi exonerado do Ministério da Fazenda. Cf: **Folha da Manhã**. 09 de junho de 1949. 1° caderno 1ª página. 10 de junho de 1949. 1° caderno. p.2. 11 de junho de 1949. 1° caderno. 1ª página.
[32] **Folha da Manhã**. 14 de junho de 1949. 1° caderno. 1ª página e página 2.
[33] *Ibidem.*
[34] **O Observador Econômico E Financeiro**. agosto de 1949. "A Conferência de Araxá". p.20/21.
[35] **O Observador Econômico E Financeiro**. agosto de 1949. "A Conferência de Araxá" p.26.
[36] *Ibidem.*
[37] OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. agosto de 1949.Notas Editoriais. "Um Veto em Araxá" p.4
[38] *Ibidem.*
[39] **O Observador Econômico E Financeiro**. agosto de 1949. "A Conferência de Araxá" p.26.
[40] **O Observador Econômico E Financeiro**. novembro de 1949. "Bancos e Moedas'. p.127.
[41] Entre 1945 e 1949 a demanda internacional pelo produto cresce mais que a produção. Todavia, "a maior demanda pode ser atendida porque os estoques suprem a diferença entre a produção e a demanda do mercado mundial."Carone, 1985. p.31 e 32.
[42] Os Acordos de Washington, estabelecidos em 1942 entre os Estados Unidos e a América Latina, definiram, entre outros, um limite de preço para a venda de café aos norte-americanos. Este foi desvantajoso para os produtores brasileiros porque estipulou "condições negativas para o produto, ainda mais que o limite de preço é baseado, não no valor de 1942, quando se dá pequena melhoria, mas no de 1940, momento em que o preço é muito baixo. O que acontece é o seguinte: 'o preço mínimo de 1940 - 11 cents e 1/8 por libra, para o Café Santos tipo 4 -, com pequeno adicional que o elevou a 13 3/8 cents foi considerado *preço teto*, que iria vigorar pelo período compreendido entre janeiro de 1942 e julho de 1946. A situaçã, originariamente injusta, agravou-se sobremodo com o correr do tempo, principalmente devido ao aumento do custo de vida e dos salários.'" Carone, op.cit. p.30/31.
[43] Carone, *op.cit.* p. 32.
[44] Carone, *op.cit.* p. 33.
[45] **O Observador Econômico E Financeiro**. novembro de 1949. "Notas Editoriais". "Ainda o café". p.04.
[46] Ver Decretos n°s 25.193 de 09 de julho de 1948 e 26.015 de 14 de dezembro de 1948.
[47] Instrução n° 28 da SUMOC, de 26 de março de 1949.
[48] **O Observador Econômico E Financeiro**. agosto de 1950. Notas Editoriais. "Missão dos Homens de Negócios". p.3.
[49] Relatório do Banco do Brasil . 1949. apud **O Observador Econômico E Financeiro**. maio de 1950. p. 197.
[50] De acordo com a Tabela 2 o processo inflacionário, acelerado em 1946, foi drasticamente reduzido em 1947. Em 1948, este foi novamente incrementado, superando os 10% em 1949 e 1950. R. Bielschowsky apresenta outros índices para a elevação de preços. Para 1944, este autor afirma que as análises clássicas estabelecem 14% em 1944, 16% em 1945,15,3% em 1946 e 5,6% em1947. Cf: Bielschowsky, 1996.p.264/265.
[51] **O Observador Econômico E Financeiro**. janeiro de 1950. seção Crônica Parlamentar.
[52] O OBSEVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. maio de 1950. Notas Editoriais. "Plano Salte" . p. 4.
[53] Para maiores esclarecimentos quanto às relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial ver o capítulo inicial deste trabalho.
[54] Malan, 1995. p.63.
[55] Leslie Bethell evoca também outros elementos para a análise da posição norte-americana com relação à América Latina no imediato pós-guerra. Segundo este autor, antes mesmo de terminada a Segunda Guerra Mundial havia se evidenciado que os Estados Unidos tornaram-se " .... uma potência mundial em termos militares, econômicos e ideológicos, com interesses e preocupações globais, além da capacidade de moldar a nova ordem internacional em seu próprio proveito...." O papel a ser desempenhado doravante pelos Estados Unidos não seria mais meramente hemisférico, como ocorreu durante os anos trinta. Leslie Bethell afirma ainda que: "A América Latina parecia imune à agressão externa, e até certo ponto os norte-americanos podiam negligenciá-la em termos globais. Não

quer isso dizer, no entanto, que os Estados Unidos ignorassem a possibilidade de subversão interna (agora da parte dos comunistas e não mais dos fascistas, é claro)." Bethell, 1996. p.46/48.

[56] Pedro Malan justifica suas afirmações quanto ao montante dos saldos acumulados pelo Brasil durante a Segunda Guerra afirmando que: "....em fins de 1946, dos US$ 730 milhões de reservas totais apenas cerca de US$ 100 milhões eram reservas líquidas disponíveis para a área conversível, o restante sendo formado por libras esterlinas (bloqueadas por decisão britânica) e moedas inconversíveis (somando US$ 273 milhões), e por ouro depositado nos Estados Unidos(US$ 365 milhões)." Malan, op.cit. p.64.

[57] Malan, *op. cit.* p.64.

[58] Vianna, 1987. p.20.

[59] Segundo Bielschowsky, os liberais da época evitavam discutir o problema da estruturação a longo prazo da economia brasileira, concentrando suas críticas na estagnação agrícola, nos lucros excessivos, na atuação e existência de órgãosde controle do Estado Novo. Estes temas tinham um poder maior de sensibilizar a sociedade, que vinha enfrentando o problema da inflação intermitente. ".... a tese da vocação agrária angariaria desnecessárias antipatias, numa conjuntura em que .... já se fazia presente a consciência de que o setor industrial é, em princípio, necessário para a prosperidade de uma nação. Aos liberais bastava evitar que essa consciência viabilizasse a efetivação de uma estratégia desenvolvimentista - que, àquela altura, embora ainda longe de se encontrar amadurecida na sociedade, começava a tornar-se madura na mente de alguns destacados industriais e técnicos governamentais, civis e militares, que se encontravam nos órgãos federais que os liberais se empenhavam, com sucesso provisório, em extinguir ou esvaziar." O autor lembra ainda que naquela conjuntura muitos economistas que preocupavam-se com a estagnação agrícola e com os lucros excessivos do setor industrial não eram necessariamente liberais. Bielschowsky, 1996. p.270/272.

[60] Pedro Malan afirma que: "....Comprometidas com a doutrina liberal e com o projeto norte-americano de uma economia mundial aberta, as autoridades monetárias relaxaram várias restrições à saída de divisas do Brasil - uma medida aparentemente destinada a estimular novos ingressos de capitais privados no futuro. Uma análise mais cuidadosa, não só da situação internacional como da composição das reservas e da estrutura do comércio internacional do Brasil, teria aconselhado uma atitude mais cautelosa." Corroborando das premissas de P. Malan, S. Besserman Vianna acrescenta que: ".... as autoridades monetárias e cambiais eram vítimas de uma espécie particular de *ilusão de divisas*...." Nesta análise a burocracia estatal é percebida como a expressão concreta da sociedade política. Este conceito foi elaborado por Gramsci, que definiu a sociedade civil como o "conjunto de organismos comumente chamados de 'privados', que correspondem à função de hegemonia" e a sociedade política como "aquela de 'domínio direto', ou de comando que se expressa no Estado e no governo 'jurídico' ". Malan, *op. cit.* p.64/65. Vianna, *op. cit.* p.19.

[61] Draibe, 1985. p.43.

[62] Explicar aqui que sociedade civil era essa, numa sociedade em processo de ocidentalização.

[63] Draibe, op.cit. p.54.

[64] Esclarecer bem as datas quanto à constatação de que as divisas haviam se esgotado.

[65] A CEXIM era a Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil. Saretta, 1990. p.85.

[66] *Ibidem*, p.95.

[67] *Ibidem*, p.71.

[68] *Ibidem*, 1990. p.86.

[69] *Ibidem*, 1990. p.71.

[70] *Ibidem*.

[71] *Ibidem*, p.83.

[72] **O Observador Econômico E Financeiro**. maio e junho de 1947 seção Crônica Parlamentar. p.19/24.Saretta. *ibidem*.

[73] *Ibidem*.

[74] *Ibidem*, p.86.

[75] *Ibidem*, 1990. p.87.

[76] Para maiores esclarecimentos quanto a esta questão ver o item 3.4 deste capítulo e também Bielschowsky, 1996. p.267/268.

[77] Saretta, *op. cit.*, p.87.

[78] Quanto às conversações que deram origem à Comissão Técnica Mista Brasil-Estados Unidos, P. S. Malan afirma que esta foi consequência das "conversações entre os Presidentes Dutra e Truman em setembro de 1947, quando da visita deste último ao Brasil". Este compareceu a sessão de encerramento da Conferência Interamericana para a Defesa do Continente, da qual resultou o Tratado de Assistência Recíproca, assinado pelo Brasil em 2 de setembro de 1947, marcando a adesão oficial do Brasil aos princípios da Guerra Fria. Todavia, na comitiva que acompanhou o presidente norte-americano, estava, entre outros, John Snyder, Secretário do Tesouro dos Estados Unidos. Em jornais da época é possível encontrar referências ao encontro do Ministro da Fazenda Correia e Castro com John Snyder, fato que teria resultado na Comissão Técnica Mista Brasil-Estados Unidos. Cf: Malan, 1977. p29. **Folha da Manhã**. setembro de 1947.

[79] Pedro S. Malan afirma ainda que a delegação norte americana chegou ao Brasil em 07 de setembro de 1948. o que faz presumir que "cerca de quatro meses foram gastos na preparação do Relatório Abbink. Malan. 1977. p.47

[80] Estas informações constam de um telegrama do Secretário de Estado norte-americano para John Abbink, datado de 24 de agosto de 1948.*apud.* Malan. 1977. p.29

[81] Malan, *op.cit.* p.30.

[82] Saretta. 1990. p.73

[83] Para a observação dos índices inflacionários ver a tabela contida no ítem 3.3 deste capílulo. Saretta, 1995. p423.

[84] De acordo com F.Saretta : "Enquanto o Ministro da Fazenda apresentava dados de queda da oferta monetária. entre dezembro de 1946 e outubro de 1947, de Cr$ 20,5 bilhões para Cr$ 20,3 bilhões, o Congresso Nacional na pessoa de Herbert Levy denunciava a inexistência de uma política econômica. Segundo ele, havia apenas soluções de emergência: 'não se pode deixar sem amparo financeiro a produção nacional. sobretudo nesta fase em que de todos os lados se reclama maior produção para atender as necessidades do mercado interno, bem como os imperativos do mercado externo.' **O Observador Econômico E Financeiro**. dezembro de 1947, p. 20 seção Crônica Parlamentar. *apud.* Saretta, 1990. p.88.

[85] Sonia Draibe lembra que muitos autores "tendem a se omitir em relação aos conteúdos econômicos dos planos de 1939 e 1943 ou a não considerar o conjunto de projetos de planos de industrialização elaborados na segunda gestão de Vargas; a partir de um juízo puramente técnico-formal, avaliam o Salte e o Plano de Metas como as primeiras tentativas de planejamento econômico no Brasil, porque foram concebidos segundo uma técnica de programação mais avançada". Quanto à indefinição dos cronogramas de execução do Salte, a autora afirma que "isto fica evidente na demonstração do orçamento do Plano Salte, que obedeceu a uma divisão quase matemática dos recursos globais pelos cinco anos de duração prevista, com exceção do ano de 1949, que incluía gastos já efetuados". A exceção ao ano de 1949 deveu-se ao fato do Plano Salte ter sido aprovado, com emendas, em 1950. Cf: Draibe, 1985. p.148. nota 23.

[86] Draibe, *op. cit.* p.149.

[87] Sonia Draibe defende que ao DASP coube "o papel de substituto de um mecanismo central de planificação e a iniciativa de conferir caráter coordenado aos investimentos estatais". Entretanto, a mesma autora lembra que o órgão sofreu restrições e foi objeto de "fortíssimas pressões por sua extinção". Sem discordar totalmente desta posição, é possível conceber que o Ministério da Fazenda disputava com a referida instituição a incumbência de programar e implementar medidas econômicas. Isto explica a pressão exercida pelo Ministro Correia e Castro no intuito de extinguir o referido órgão. Draibe, *op.cit.*, p.149

[88] *Ibidem.*

[89] O Plano Salte foi aprovado pelo Congresso através da Lei n° 1.102, de 18 de maio de 1950. Foi regulamentado pelo Decreto n° 28.255 de 12 de junho de 1950.

[90] *Ibidem*,.p.149.

[91] *Ibidem*, p.150.

[92] *Ibidem*, p.151.

[93] *Ibidem* p.153.

[94] *Ibidem*, p.154.

[95] *Ibidem*, p. 165.

[96] É interessante notar que a imprensa da época destacava o fato de que não provinha do imposto de renda a maior parte da receita da União.

[97] *Ibidem*, p.166.

[98] *Ibidem, cit.* p.145.

[99] Saretta, 1995. P.424.

[100] Vianna, *op. cit.*, P.120/121.

[101] *Ibidem*, P.122.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da análise empreendida nesta dissertação procurou-se desenvolver e verificar as hipóteses inicialmente formuladas acerca dos princípios da política econômica implementada durante o governo de Eurico Gaspar Dutra. A validade destas hipóteses permitiu avançar na compreensão de um período da história do Brasil contemporânea que ainda apresenta lacunas e espaços insuficientemente explorados pela historiografia.

Não se propõe aqui o estabelecimento de um conhecimento definitivo, mas uma contribuição válida para a melhor sistematização e compreensão deste período da história brasileira, que é extremamente rico de significados e possibilidades.

A observação dos eventos mundiais e nacionais que marcaram a primeira metade dos anos quarenta contribuiu para que fossem detectados os limites políticos e econômicos que condicionaram o governo Dutra. As alianças e acordos engendrados ao longo da Segunda Grande Guerra propiciaram uma determinada articulação entre as nações centrais e periféricas e estabeleceram uma nova ordem internacional no pós-1945.

Os anos de conflito mundial repercutiram no Brasil, contribuindo para que um novo arranjo político fosse estabelecido a partir de 1945. O afastamento de Getúlio Vargas representou o fim do Estado Novo e a rearticulação política das classes dominantes. Entretanto, a instabilidade política, agudizada através deste processo, não desapareceu com a posse do novo presidente eleito. O governo Dutra herdou da conjuntura

anterior uma intensa mobilização dos trabalhadores urbanos, bem como uma crise econômica com raízes estruturais e conjunturais.

A política econômica encetada entre 1946 e 1950 no país refletiu a instabilidade política e social desta conjuntura histórica. As propostas e ações estatais no plano econômico procuraram atender às expectativas e demandas das diversas frações de classe. Contudo, para tal, não foi elaborado um projeto de conjunto de médio e longo prazos para a economia brasileira. As medidas efetuadas tiveram caráter emergencial, buscando soluções imediatas para os problemas econômicos, tais como alta do custo de vida, escassez de gêneros de primeira necessidade, de matérias-primas e de equipamentos industriais

A ausência de um planejamento global resultou, entre outros fatores, de não existir, naquela conjuntura, um projeto hegemônico para a economia brasileira. Algumas frações das classes dominantes, rearticuladas em 1945, alimentavam expectativas otimistas quanto ao incremento do comércio mundial e dos investimentos estrangeiros no Brasil . O rearranjo político que permitiu a vitória de Eurico Dutra nas eleições de 1945 limitava as iniciativas deste novo governo, fazendo com que este procurasse diferenciar-se da gestão anterior.

Entretanto, ao longo do governo Dutra, as propostas e medidas implementadas receberam críticas, principalmente por não propiciarem soluções efetivas para os problemas econômicos, apontados como estruturais. As ações que reduziram o déficit público e desaceleraram o processo inflacionário, adotadas nos primeiros anos de governo, acabaram produzindo resultados políticos contrários aos desejados. Isto porque, para reduzir o déficit e a inflação, o governo, através de propostas e ações do Ministério da Fazenda, promoveu uma reforma tributária e reduziu os créditos aos empresários.

A redução dos créditos concedidos pelo governo, bem como os reduzidos investimentos estrageiros - ao menos aquém do esperado - promoveram efeitos negativos sobre o frágil equilíbrio político, articulado pelo governo desde antes da posse do Presidente Dutra.

Desse modo, os últimos anos de governo foram marcados por uma política de créditos mais flexível e pela reaceleração do processo inflacionário. Constatou-se que o equilíbrio das contas públicas poderia ameaçar o funcionamento do sistema econômico nacional, na medida em que a excessiva preocupação com os déficits limitava os investimentos públicos. Além disso, a aproximação das eleições presidenciais tornava obsoletas as preocupações com o equilíbrio orçamentário. A rearticulação das forças políticas e as críticas à falta de um projeto efetivo para o país ameaçavam a estabilidade construída até então.

Bibliografia

Fontes Primárias:

Folha da Manhã - 1946/1950

Jornal do Commercio - 1946/1950

O Observador Econômico e Financeiro - 1946/1950

Coleção de Leis do Brasil - 1940/1950

Relatórios Anuais do Ministério da Fazenda - 1946-1949-1950

Relatórios Anuais do Banco do Brasil - 1946/1950

Carta Econômica de Teresópolis - 1945

Carta Econômica de Araxá - 1949

Fontes Secundárias:

ABREU, Marcelo de Paiva - Crise, Crescimento e Modernização Autoritária:1930 -1945. *In:* ABREU, Marcelo de Paiva (Org.) - **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica. 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BARBOSA, Wilson do Nascimento – **A cerca da superestrutura**. Seminário de Pesquisa. Mimeo. FFLCH USP: São Paulo, agosto de 1989.

BASBAUM, Leôncio - **História Sincera da República**: de 1930 a 1960. São Paulo: Alfa-Omega, 1981.

BASTOS, Lília da Rocha *et al* - **Manual para elaboração de Projetos e Relatórios de Pesquisa, Teses, Dissertações e Monografias.** 4ª ed., Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1998.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita - **A UDN e o Udenismo**: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BETHEL, Leslie e ROXBOROUGH, Ian (Orgs) - **A América Latina entre a 2ª Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BIELSCHOWSKY, Ricardo - **Pensamento econômico brasileiro** : o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BRAGA, Sergio - A Constituinte de 1946 e a nova ordem econômica e social do pós 2ª guerra mundial. *In*: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, nos 6/7, 1996. Universidade Federal do Paraná.

BOBBIO, Norberto (Coord.) - **Dicionário de Plítica**. Brasília, EdUNB, 1994.

CARONE, Edgard - **A República Liberal I**: instituições e classes sociais (1945-1964). São Paulo: Difel, 1985/A.

CARONE, Edgard - **A República Liberal II**: Evolução Política (1945-1964). São Paulo: Difel, 1985/B.

CARONE, Edgard - **O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional** (1827-1977). Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.

CARONE, Edgard - **O Estado Novo** (1937-1945). São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHO, Maria Bernardete Oliveira de – **Idéias, atitudes e representações:** Associação Comercial do Rio de Janeiro (1956-1961).Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1996. 155p.

CORSI, Francisco Luiz - A burguesia industrial e os rumos da economia brasileira ao final do Estado Novo. *In*: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 4/5, Universidade Federal do Paraná ,1995.

CORSI, Francisco Luiz - O fim do Estado Novo e as disputas em torno da política econômica *In*: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 6/7, Universidade Federal do Paraná,1996.

DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato Raul - **Empresariado Nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

DRAIBE, Sonia Miriam - **Rumos e Metamorfoses**: Estado e industrialização no Brasil (1930/1960) Rio de Janeiro: Paz e Terra , 1985.

FERNANDES, Florestan - **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda – **Novo dicionário Aurélio.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FIORI, José Luis - **O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.

FONSECA, Pedro Cesar Dutra - **Vargas**: O Capitalismo em construção. 1906-1954. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FURTADO, Celso - **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional ,1979.

GIOVANETTI NETTO - A esquerda e os impasses da transição para a democracia no pós-guerra. *In:* **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nos 6/7, Universidade Federal do Paraná, 1996.

GOMES, Angela de Castro - **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988.

GUDIN, Eugênio & SIMONSEN, Roberto C. - **A controvérsia do Planejamento na economia brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES ,1978.

HIPPÓLITO, Lucia - **De raposas e reformistas**: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWN, Eric - **A Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HONORATO, Cezar Teixeira *et al.* - **O Clube de Engenharia nos momentos decisivos da vida do** Brasil. Rio de Janeiro: Edição do Clube de Engenharia, 1996.

IANNI, Octávio - **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LAGO, Pedro Aranha Corrêa do - **A SUMOC como embrião do Banco Central**: sua influência na condução da política econômica (1945-1965). Rio de Janeiro, 1982. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica.

LEVY, Maria Bárbara – **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

MALAN, Pedro Paulo Sampaio *et al.* - **Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil** (1939/1952). Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

MALAN, Pedro Paulo Sampaio -

MANTEGA, Guido - **A economia política brasileira**. São Paulo/Rio de Janeiro: Polis/Vozes , 1984.

MENDONÇA, Sonia Regina de - As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida a internacionalização. *In*: LINHARES, Maria Yeda (Coord.) **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MENDONÇA, Sonia Regina de - **Estado e Sociedade**: a consolidação da República oligárquica. *In*: LINHARES, Maria Yeda (Coord.).**História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus. ,1990.

MOURA, Gerson – **Sucessos e ilusões:** Relações internacionais no Brasil durante e após a Segunda guerra mundial. FGV: Rio de Janeiro, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de - **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

PINSKY, Jaime – O Brasil nas relações internacionais:1930-1935. *In*: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) – **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1975. 337/349.

PRADO JR., Caio - **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SALDANHA, Nelson. - **O pensamento político no Brasil**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1979.

SANDRONI, Paulo – **Novo Dicionário de Economia.** 9ª ed., São Paulo: Círculo do Lívro/Best Seller, 1998.

SARETTA, Fausto - A política econômica brasileira (1946-1950) *In*: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 4/5, 1995,Universidade Federal do Paraná .

SARETTA, Fausto - Crescimento e Política Econômicos no Governo Dutra. *In*: **Revista Estudos Econômicos**, Rio de Janeiro, v. 25, nº 3, p 415-431, set/dez. 1995.

SARETTA, Fausto - **Um Estudo de Política Econômica do Governo Dutra** (1946-1950). Campinas, 1990. Tese (Doutorado em História Econômica) Campinas, 1990. Universidade Estadual de Campinas.

SKIDMORE, Thomas -. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Gláucio D. – A formação dos Partidos Políticos nacionais. *In.*: FLEISCHER, David V. - **Os Partidos Políticos no Brasil.** Brasília: EdUNB, . Vol. I.

SOLA, Lourdes - **Idéias econômicas, decisões políticas.** São Paulo: EdUSP, 1998.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo e - **Estado e Partidos Políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

VALE, Osvaldo Trigueiro do - **O General Dutra e a redemocratização de 45**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

VELLOSO, João Paulo dos Reis . **O último trem para Paris**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

VERSIANI, Flávio Rabelo & VERSIANI, Maria Teresa R.O. - A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. *In*: VERSIANI, Flávio R. & Barros, José Roberto M. de (Org.) - **Formação Econômica do Brasil**: a experiência da industrialização. São Paulo: Ed. Saraiva, 1978. série ANPEC

VIANNA, Luis Werneck – **A revolução passiva**: Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997. 242p.

VIANNA, Luiz Werneck - **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIANNA, Sérgio Besserman - **A política econômica no segundo governo Vargas** (1951-1954). Rio de Janeiro:11° Prêmio BNDES de Economia, 1987.

VIANNA, Sérgio Besserman - Política Econômica Externa e Industrialização 1946-1951. *In*: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A Ordem do Progresso**: cem anos de política econômica republicana (1889-1989).Rio de Janeiro: Campus,1997.

VIDIGAL, Antonio Carlos - **Gastão Vidigal**: Um empresário moderno. Rio de Janeiro: Xenon, 1991.

VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson - **Política do governo e crescimento da economia brasileira**: 1889-1945. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

YOUNG, Jordan - **Brasil**: 1954-1964: fim de um ciclo civil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.